

# Relatório & Contas 2020

Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta  
Delgada, EPER



# Relatório & Contas 2020

## Destaques.

Página

06

Ressonância  
Magnética

Página

27

Missão, Visão  
Valores

Página

38

Recursos  
Humanos

Página

162

Riscos de  
Corrupção e  
Infrações  
Conexas

Página

170

Investimento

Página

190

Análise  
Financeira



## Índice

01. Principais Destaques	04
02. Eventos	08
03. Vetores da Instituição	24
04. Recursos	36
05. Movimento Assistencial	76
06. Deslocação de Doentes	100
07. Garantias	112
08. Serviços de Suporte Logísticos	134
09. Demonstração Não Financeira	146
10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	160
11. Investimento	169
12. Análise Económica e Financeira	174
13. Proposta de Aplicação de Resultados	196
Anexos	200
Certificação Legal de Contas	274



## 01 Principais Destaques

Reforço da Capacidade Laboratorial 06

---

Ressonância Magnética 06

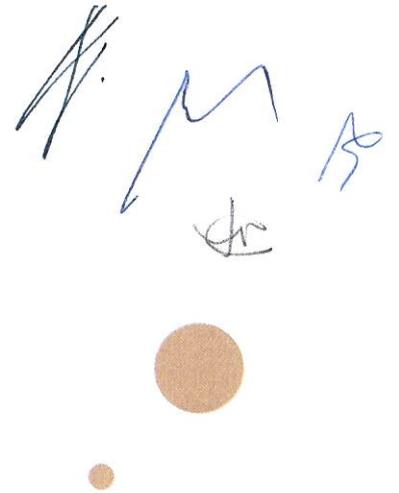
---

Reestruturação e adaptação dos circuitos e espaços COVID 07

---

Nomeação HDES TOP5 '20 07

---



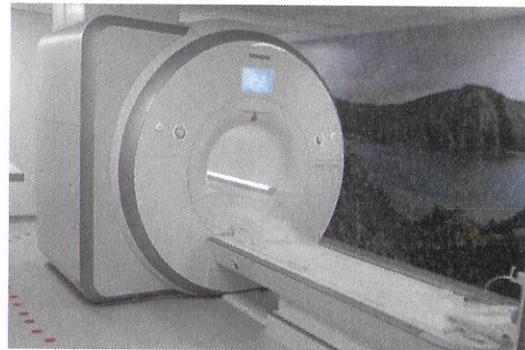
## 01 Principais Destaques 2020



### Reforço da Capacidade Laboratorial

Quer pela doação quer pela aquisição e investimento hospitalar, houve um reforço acentuado da capacidade da área laboratorial do HDES, nomeadamente na Unidade de Genética e Patologia Moleculares através do aumento da capacidade dos equipamentos, reagentes e outros consumíveis para a realização de análises de biologia molecular, assim como, de recursos humanos que acompanhou todo este processo de reestruturação interna.

O Laboratório de Anatomia Patológica sofreu igualmente uma intervenção, com a remodelação da área laboratorial de citologia para a instalação de uma câmara de fluxo laminar e a criação de uma área laboratorial de HPV.



### Ressonância Magnética

Entrou em funcionamento, no mês de setembro, o novo equipamento de Ressonância Magnética do HDES. Este equipamento RM veio permitir a realização de mais técnicas com melhor qualidade de imagem e novos exames como a Angiografia de corpo inteiro, a Ressonância da mama, a Ressonância cardíaca e a Perfusão e difusão.

Este processo teve o seu início em 2016 e no mês de junho de 2020 arrancou as obras para a adaptação do espaço e instalação da RM, tendo o novo espaço passado incluir uma sala técnica de controlo, uma nova sala de enfermagem, uma área de recobro e uma sala de espera, traduzindo-se num investimento superior a 1 milhão de euros.



### Reestruturação e adaptação dos circuitos e espaços COVID

De modo a garantir a segurança dos utentes e dos profissionais foram criados e implementados procedimentos para minimizar o risco de contágio e garantir a segurança na admissão dos utentes (pré-triagem), para a realização de consultas, exames, cirurgias, sessões e tratamentos em hospitais de dia.

Foram igualmente criadas áreas “COVID” e circuitos distintos para o encaminhamento e tratamento dos utentes. Esta área estende-se desde a urgência, passando pelas enfermarias, cuidados intensivos, bloco operatório e de partos, exames e laboratórios. De salientar que, a área dos cuidados intensivos na enfermaria de Doenças Infeciosas teve um forte investimento logo no início do ano e passou a estar dotada de 10 quartos de pressão negativa.



### Nomeação HDES TOP5'20

No final do ano de 2020, decorreu pela sexta vez em Portugal a conferência Top5 '20: “A Excelência dos Hospitais”, referente ao exercício de 2019, com vista à atribuição de prémios a Hospitais Portugueses que apresentaram as melhores práticas clínicas e os melhores resultados.

Pela primeira vez, o HDES foi nomeado para o prémio de “Melhor Desempenho 2019” no agrupamento no qual está inserido (Cluster D), constituído por 9 Hospitais Portugueses, e obteve o 3º lugar destacando-se de entre os diversos resultados: a boa relação entre o tempo de internamento observado e o esperado - tendo em conta a complexidade dos doentes tratados - assim como, os indicadores de qualidade assistencial como a mortalidade, complicações e readmissões.

*Handwritten signature*  
A M B  
E

# Relatório & Contas 2020



## 02 Eventos



## Índice

2.1 Âmbito Clínico	10
2.2 Desenvolvimento Profissional e Formativo	12
2.3 Campanhas e Rastreios	14
2.4 De Âmbito Voluntário e Solidário	16
2.5 De Caráter Religioso e Cultural	18
2.6 Outros Eventos	22

## 2.1 Âmbito Clínico



### Acolhimento aos Internos

No início do ano, a 6 de janeiro, decorreu a sessão de boas vindas aos novos internos do ano de Formação Geral e da Especialidade.





#### Consulta Urgência Pediátrica

No contexto da pandemia à doença COVID-19, causada pelo vírus SARS-Cov2, o Serviço de Pediatria do HDES criou, temporariamente, uma nova forma de apoio não presencial para as dúvidas aos cuidadores das crianças, no que diz respeito às situações que os levam ao Serviço de Urgência.



#### Teleconsulta

Lançada aplicação de teleconsulta no HDES que permite que o utente no computador ou telemóvel comunique com o profissional de saúde.



#### Renovação de Equipamentos

No âmbito do programa de renovação tecnológica HDES reforçou a qualidade de serviço com aquisição de quatro novos ecógrafos. Tratou-se de um investimento no valor de 205 mil euros, correspondente a três dos ecógrafos para a Imagiologia e o quarto para a Pediatria.



#### Obras e Remodelação

No mês de Setembro iniciou-se as obras para a criação de uma sala de exames imagiológicos e trabalhos de remodelação das instalações de um dos seus Laboratórios.



#### Novo equipamento da Ressonância Magnética

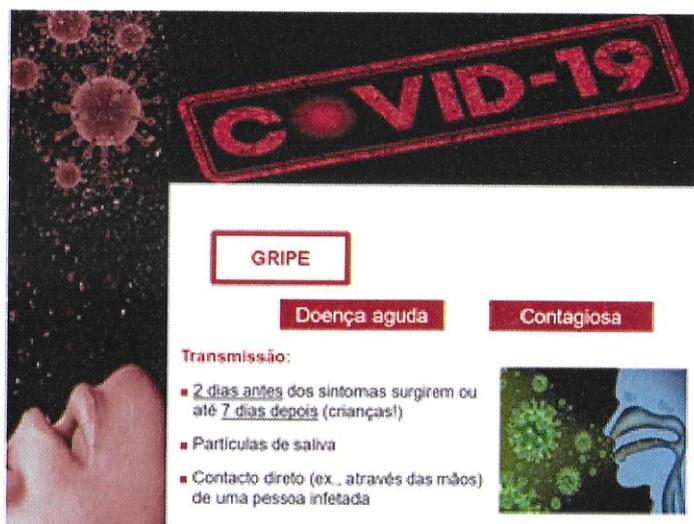
Entrou em funcionamento no final do mês de Setembro o novo equipamento de Ressonância Magnética do Hospital do Divino Espírito Santo.



#### Aquisição de Infraestruturas de monoblocos para a pré triagem do SU e para a entrada da Consulta Externa

Em Novembro foram colocadas 2 infraestruturas modulares para o funcionamento da Pré-Triagem Covid19 no Serviço de Urgência e para os utentes que aguardam no exterior a sua entrada para a Consulta Externa, proporcionando assim mais conforto e segurança.

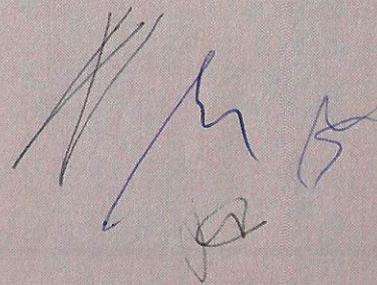
## 2.2 Desenvolvimento Profissional e Formativo



### Seminário "Em ano COVID Vacinar contra a gripe!"

Foi apresentado e divulgado o vídeo "Em ano COVID vacinar contra a gripe" da autoria da Dra. Alexandra Carreiro do Serviço de Pneumologia.





## Encontro Supervisores de Enfermagem

Realizou-se em fevereiro, no auditório do HDES, o VI Encontro de Supervisores de Estudantes de Enfermagem, promovido pelo Hospital, a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, e o Departamento de Enfermagem Saúde da Família e Comunidade, da Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores.

## 2.3 Campanhas e Rastreios

\_ saúde

\_ consciencialização

\_ prevenção

### Dia Mundial da Luta Contra o Cancro

No dia mundial da luta contra o cancro foram realizadas algumas ações de sensibilização por profissionais de saúde dos mais diversos serviços dirigidos aos utentes que se encontravam nas consultas externas e serviço de Medicina Física e Reabilitação.





### Dia Mundial do Doente

Assinala-se no dia 11 de fevereiro o Dia Mundial do Doente, a Liga de Amigos do Hospital de Ponta Delgada ofereceu a todos doentes internados uma lembrança.

O Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual também promoveu uma iniciativa tendo celebrado uma Missa, onde distribuíram uma pagela/oração alusiva ao dia, bem como, em todas as enfermarias.



### Dia Mundial do RIM

No âmbito do Dia Mundial do Rim, dia 12 de março, a Unidade de Diálise do HDES realizou várias ações dirigidas aos profissionais de saúde, população em geral e utentes da referida Unidade, com o objetivo de sensibilizar para a problemática da Doença Renal, causas e formas de prevenção.



### Dia Mundial da Higienização das mãos

No dia 05 de maio o HDES assinalou o dia Mundial da Higienização das mãos, sendo que neste ano o desafio da OMS foi dedicado a todos os Enfermeiros e Parteiras, no nosso País, estas últimas, designadas por Enfermeiras de Saúde Materna e Obstetrícia (ESMO).



### Dia Mundial da Saúde mental

No dia 10 de outubro comemora-se o Dia Mundial da Saúde Mental e o Serviço de Psiquiatria do HDES assinalou, uma vez mais, esta data com um placard expositivo na Entrada Principal.



### Dia Mundial da Alimentação

O Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, foi assinalado no HDES com várias iniciativas dirigidas aos utentes e colaboradores.



### Dia Internacional do Enfermeiro

O HDES associou-se a uma iniciativa da DRS, tendo divulgado através de cartazes e de uma publicação no e-mail, a imagem alusiva ao dia.

"A solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana."

Franz Kafka



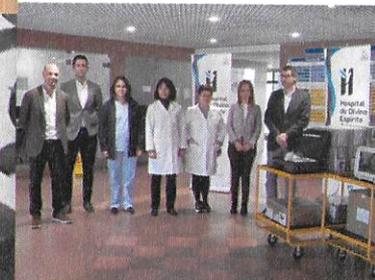
### Doação de Equipamento para a Unidade de Genética

A Unidade de Genética e Patologia Molecular do HDES recebeu um novo equipamento, que veio reforçar a sua capacidade das análises de biologia molecular, resultante de uma benemérita doação efetuada pela D. Patrícia Bensaude Fernandes e pelo Dr. António Bensaude de Castro Freire, respetivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Bensaude.



### Entrega de donativo da Associação de Futebol ao HDES

O Conselho de Administração do HDES recebeu os responsáveis da Associação de Futebol de Ponta Delgada e representantes de alguns clubes filiados, que vieram entregar um cheque no valor de 2815,12 Euros, fruto de uma campanha de angariação de fundos.



### Oferta de equipamentos pelo movimento "Todos pelos Açores"

O movimento "Todos pelos Açores", durante o ano de 2020, promoveu várias iniciativas que culminaram com a entrega de material a favor do HDES. Foram entregues ventiladores, monitores de parâmetros vitais, oxímetros de dedo, termómetros de infravermelhos, EPIs, entre outros.



## 2.4 De Âmbito Voluntário e Solidário



### Oferta Ventilador pelo Lions Internacional

Realizou-se uma breve e restrita cerimónia de entrega de um ventilador ao HDES, presidido por Margarida Martins. O HDES foi uma das onze unidades de Saúde portuguesas a receber equipamento clínico e de suporte de vida provenientes da doação da Lions Clube Internacional Foundation para Portugal.



### Oferta de monitores do clube Santa Clara

O Santa Clara Açores, Futebol S.A.D. procedeu à entrega de um dos três monitores cardíacos a doar aos hospitais da Região. A entrega contou com a presença do Concelho de Administração do HDES e de Rui Cordeiro, Presidente da SAD do Santa Clara.

## 2.4 De Âmbito Voluntário e Solidário



### Oferta "Todos por quem cuida"

No âmbito da iniciativa "Todos por quem cuida", foram entregues pela Ordem dos Médicos em parceria com a Ordem dos Farmacêuticos, 17 câmaras de proteção profissional à Região, destinando-se 10 ao HDES.



### Projeto Novas Rotas

No âmbito do projeto E. Twinning denominado "Angels in White", as crianças de Novas Rotas, Núcleo Escolar de Capelas, foram convidadas a elaborar postais para oferecer a todos os profissionais de Saúde que estão na linha da frente no combate à Covid-19.



### Pediatria recebe ecógrafo com o apoio do GAP

Decorreu em agosto, na entrada Principal do Hospital, a entrega oficial do ecógrafo ao Serviço de Pediatria do HDES. A aquisição deste equipamento para o Serviço de Pediatria, um investimento de cerca de 60 mil euros, contou com o apoio do Grupo de Amigos da Pediatria do HDES, que através do mecenas Ricardo Martins Mota recebeu o valor de 20 mil euros.



### Homenagem pelas Forças de segurança e dos Bombeiros aos Profissionais do HDES

Decorreu em abril uma iniciativa a nível nacional, promovida pela Polícia de Segurança Pública, que consistiu no agradecimento aos nossos profissionais de saúde em prol dos nossos concidadãos.



Associaram-se outras entidades como é o caso do Corpo de Bombeiros, a GNR, a Polícia Marítima, o SEF, a Polícia Municipal de Ponta Delgada, a Proteção Civil e solidariamente sem presença física a Polícia Judiciária e o Serviço de Informações de Segurança.



**Grupo de Amigos da Pediatria oferece prendas ao HDES**  
O HDES recebeu a 21 de dezembro do Grupo de Amigos da Pediatria (GAP) prendas para as crianças internadas no Serviço de Pediatria cumprindo assim com uma tradição que perdura há vários anos.



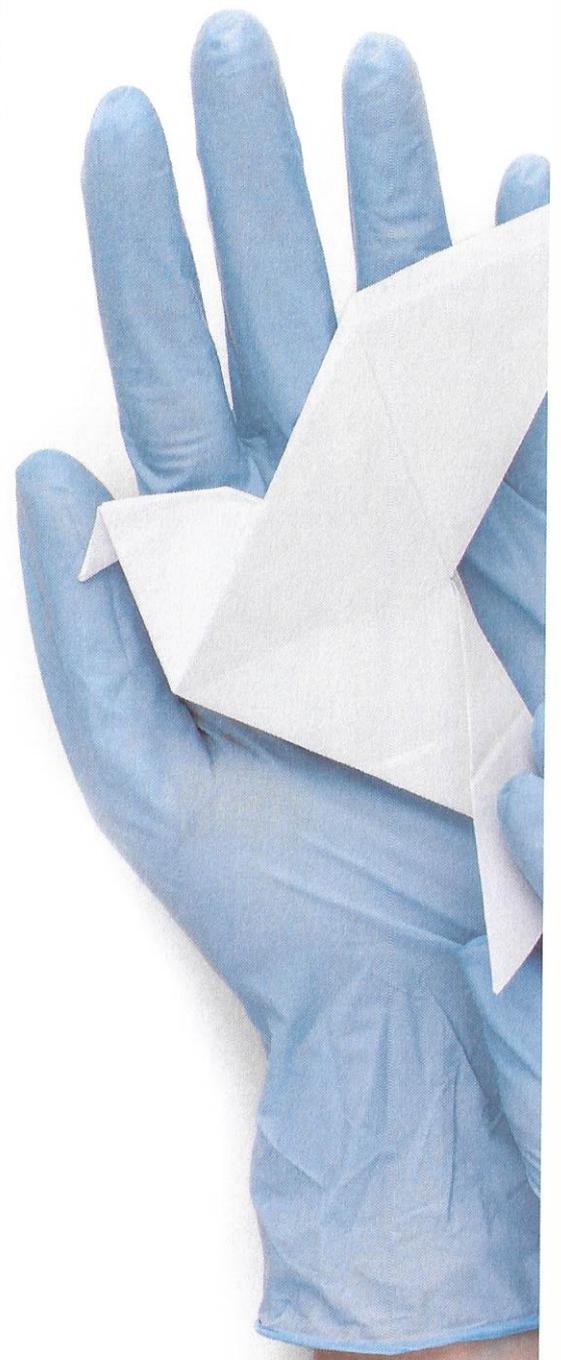
**Entrega de carro à Pediatria**  
O HDES recebeu no mês de dezembro da Associação de Enfermagem Cirúrgica dos Açores (AECA), um carro que servirá para transportar as crianças, que se encontram no Serviço de Pediatria, até ao Bloco Operatório.



**Empresa Comprar Casa oferece edredons à Pediatria**  
Decorreu no passado mês de dezembro a entrega de edredons pela empresa Comprar Casa que ofereceu ao Serviço de Pediatria através do Grupo de Amigos da Pediatria.



**Doação de tablet e Lucas ao Serviço de Pediatria**  
O HDES recebeu no dia 14 de dezembro, uma doação do Lions Clube, Divisão 14 e 15, um tablet e vários bonequinhos Lucas que foram entregues ao Serviço de Pediatria.



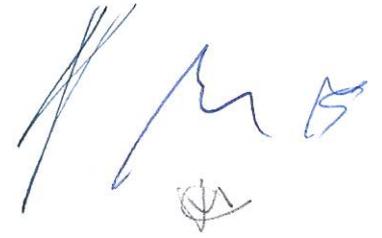
## 2.5 De Caráter Religioso e Cultural.



### Sala de Exposições da Cultura

A Comissão da Cultura promoveu no início do ano algumas exposições que contou com a presença de vários artistas e artesãos.

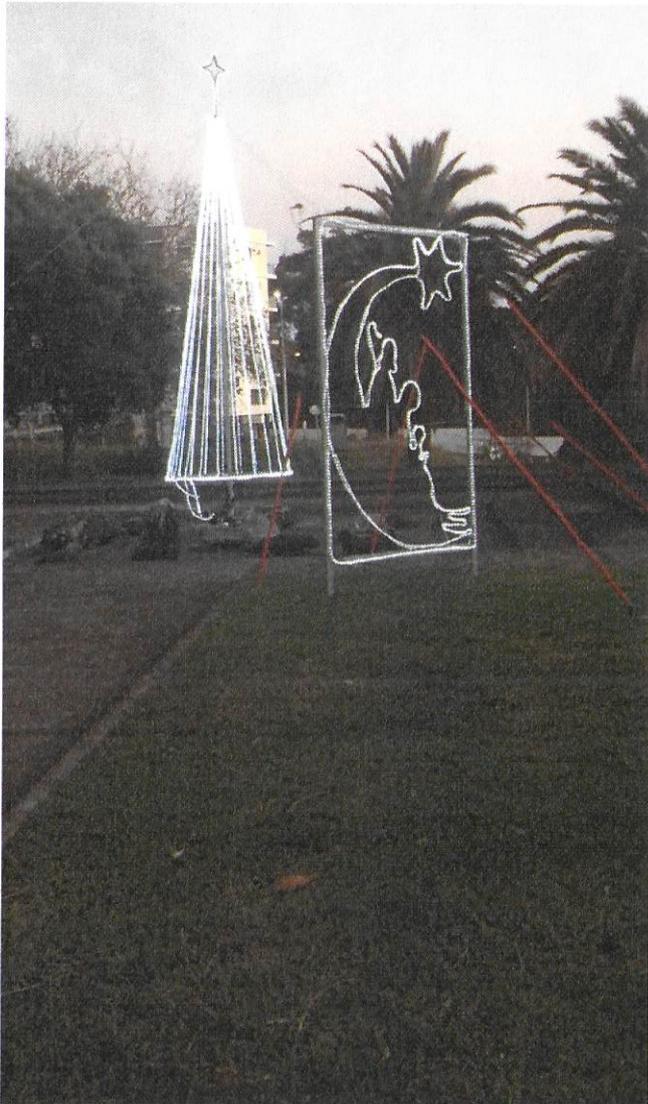




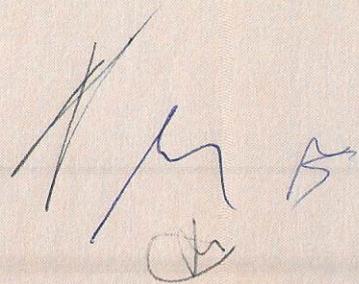
## Eventos

### Presépio e Árvore de natal – exterior

O HDES assinalou a quadra natalícia com a instalação da árvore luminosa e o presépio nos jardins exteriores.



## 2.6 Outros Eventos



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized signature and the letters 'B' and 'M'.



### Visita do Senhor Presidente do Governo Regional

No final de junho, o HDES recebeu a visita do Senhor Presidente do Governo Regional que se deslocou para uma Reunião com todos os Conselhos de Administração das Unidades de Saúde da Região. Na Reunião foi analisado o processo de retoma da atividade e anunciado o reforço significativo de investimento na área da Saúde.



### Assinatura de Contrato de Ponto de Carregamento Elétrico

Procurando acompanhar o desenvolvimento tecnológico e boas práticas ambientais, o HDES associou-se à Rede Pública de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos, na senda da implementação do Programa de Eficiência Energética promovido pela Direção Regional de Energia.

25 OUTUBRO  
2020



## Parabéns!

O HDES celebra mais um aniversário!  
Agradecemos a todos os colaboradores  
pela dedicação constante.  
O mérito é de cada um de vós.

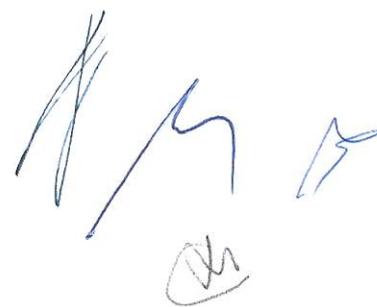
### 21º Aniversário do HDES

No dia 25 de outubro o HDES assinalou 21 anos no novo edifício. Foram entregues aos colaboradores uma recordação comemorativa desta data e um postal divulgado por e-mail.



### Chegada das Vacinas a S. Miguel

No dia 31 de dezembro, o Secretário Regional da Saúde e Desporto deslocou-se ao HDES para assinalar a chegada à ilha de S. Miguel das vacinas contra a Covid-19.



# Relatório & Contas 2020





## 03 Vetores da Instituição

### Índice

3.1 Enquadramento	26
3.2 Missão, Visão, Valores	27
3.3 Conselho de Administração 2021	29
3.4 Equipa de Gestão 2020	30
3.5 Objetivos Estratégicos	34



## 3. Apresentação

### 3.1 Enquadramento

O presente “Relatório & Contas” enquadra-se no disposto no artigo 25.º (sob a epígrafe “Documentos de Prestação de Contas”) dos Estatutos dos Hospitais integrados no Serviço Regional de Saúde dos Açores, organizados como entidades públicas empresariais regionais– Apêndice II do Anexo I do Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/A de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro.

O Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, Entidade Pública Empresarial Regional (doravante designado por HDES), é uma unidade de saúde caracterizada, fundamentalmente, por uma elevada diferenciação clínica com uma dimensão média em termos de lotação.

O seu modelo organizativo é definido através de um regulamento interno baseado numa lógica de gestão em cascata, liderada pelo Conselho de Administração (doravante designado por CA), procurando prestar cuidados em saúde, diferenciados, centrados no doente, com qualidade e segurança, recorrendo a profissionais de elevada competência técnica e humana.

A existência de um elevado grau de diferenciação resulta das condições de descontinuidade geográfica justificando-se a existência de várias especialidades, (apesar de uma população relativamente reduzida, no que respeita aos critérios de casuística normalmente utilizados), pelos fatores distância e custo, relativamente aos Hospitais Centrais.

Assim, o HDES assemelha-se a um Hospital Central, não possuindo, em termos de especialidades, a cirurgia cardíaca, radioncologia e medicina nuclear.

O Hospital serve a totalidade das populações de São Miguel e Santa Maria, num total aproximado de 143.000 habitantes, bem como todos os utentes da RAA que exerçam o direito de opção previsto na Portaria 95/2018 de 2 de agosto. Nas especialidades que apenas o HDES disponibiliza na região, o Hospital serve a restante população da Região com cerca de 244.000 habitantes. A deslocação de utentes para o continente, é da responsabilidade deste Hospital para os utentes cujos processos foram propostos por médicos da Instituição e autorizados pela sua Direção Clínica, após processo de verificação da incapacidade de solução local.



## 3.2 Missão, Visão, Valores



### Missão

Prestar cuidados de saúde diferenciados e centrados no utente, garantindo o acesso em tempo útil, com qualidade e segurança, à população sob a sua área de influência, promovendo a articulação com os cuidados primários e continuados.



### Visão

Excelência na prestação de cuidados de saúde, assumindo-se como Hospital de referência na Região Autónoma dos Açores, pela capacidade de resposta diferenciada às necessidades dos utentes e pela qualidade técnica e humana dos profissionais.

## Valores

### Centralização no Utente

### Modelo Organizativo

Descentralização e Responsabilização

### Melhoria Contínua

Defender a dinâmica da cultura da qualidade, procurando soluções flexíveis que possibilitem a prestação de melhores cuidados de saúde

### Realização dos Colaboradores

Ambiente de trabalho potenciador do desenvolvimento pessoal e profissional

### Ética

Preservar e defender princípios de ética nas relações profissionais, institucionais e pessoais

### Eficiência

Afetação racional e otimização dos recursos disponíveis

### Comunicação

Transparência nos Processos de Decisão Interna

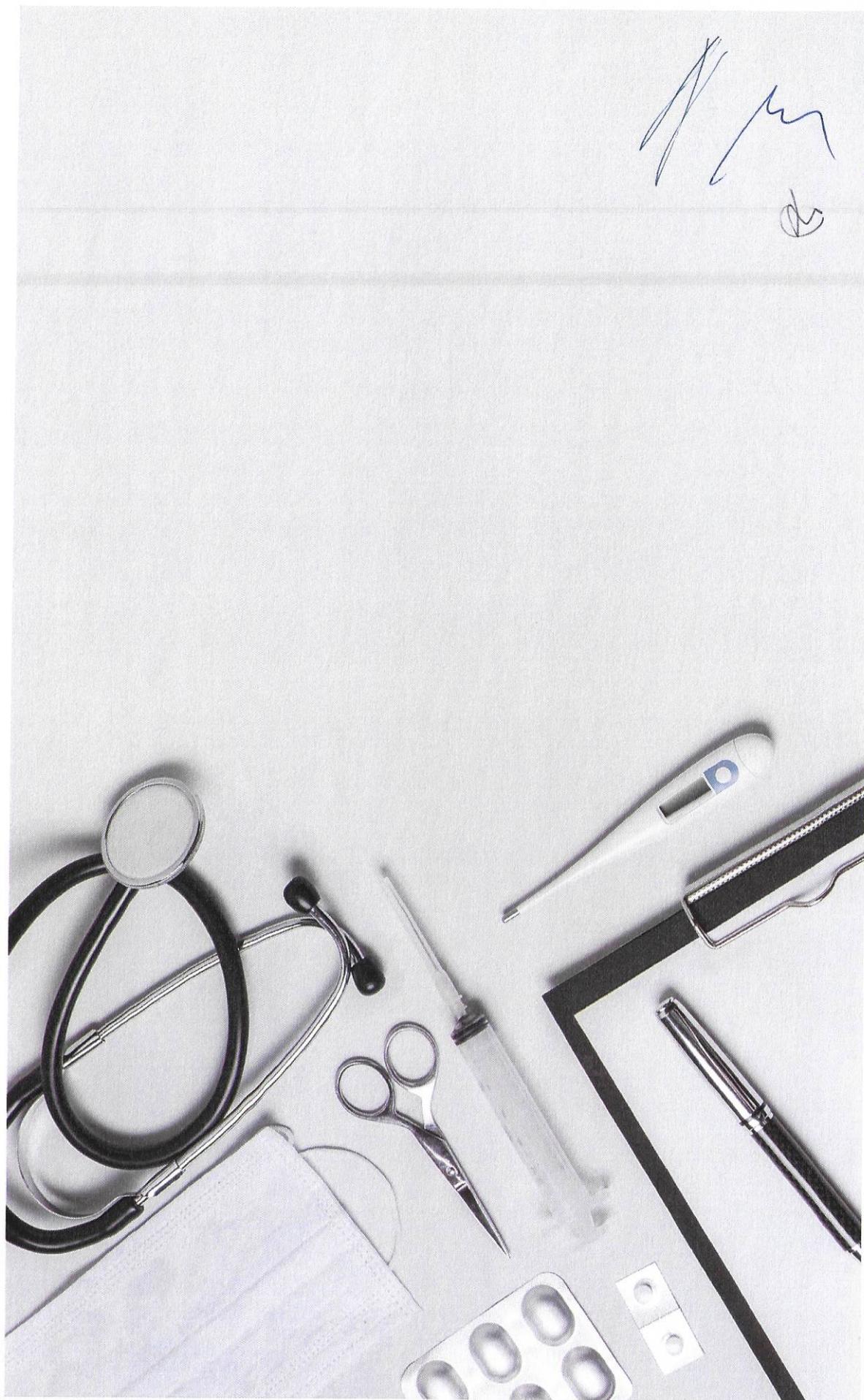
### Responsabilidade Social

Assumir permanentemente a responsabilidade social perante as populações e demais agentes da comunidade

### Boas Práticas Ambientais

Defender e privilegiar a implementação de boas práticas ambientais

### Segurança e Bem-Estar





## 3.3 Conselho de Administração 2021

Os elementos que compõem o CA foram nomeados através da Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021 de 04 de fevereiro de 2021, com início de funções a 4 de fevereiro de 2021, sendo este órgão constituído por cinco elementos, respetivamente:

### Presidente do Conselho de Administração

Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros

### Diretor Clínico

André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio

### Enfermeira Diretora

Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues

### Vogal do Conselho de Administração

Márcio Francisco Chalin Pereira

### Vogal do Conselho de Administração

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel



## 3.4 Equipa de Gestão

Os elementos que compõem o CA foram nomeados através da Resolução do Conselho do Governo n.º 92/2019 de 23 de setembro de 2019, com início de funções em 23 setembro de 2019, sendo este órgão constituído por cinco elementos, respetivamente:

2020

Presidente do Conselho de Administração

Margarida Ourique Fernandes Martins

Diretor Clínico

Emília Maria Oliveira Santos

Enfermeira Diretora

Aida Maria Tavares Resendes Dutra

Vogal do Conselho de Administração

Paulo Renato Brito Machado

Vogal do Conselho de Administração

Ana Catarina de Medeiros Pimentel



## Adjuntos da Direção Clínica

### Direção Clínica

Joaquim Amaral  
Manuela Henriques  
Pedro Cordeiro



## Direção de Serviços Clínicos

### Serviço de Urgência

Pedro Cordeiro

### Serviço de Bloco Operatório

Luís Bernardo

### Serviço de Consulta Externa

Isabel Sousa

### Serviço de Anatomia Patológica

Vítor Carneiro

### Serviço de Anestesiologia

Cecília Dias

### Serviço de Cardiologia

Dinis Martins

### Serviço de Cirurgia Geral

Maria Inês Leite

### Serviço de Cirurgia Maxilo-Facial

Maria Rita Pimentel

### Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructiva

Luísa Ferraz

### Serviço de Cirurgia Vascular

Isabel Cássio

### Unidade de Cuidados Paliativos

Maria do Rosário Vidal

### Serviço de Dermatologia

Emília Santos

### Serviço de Doenças Infecciosas

António Prisca

### Serviço de Endocrinologia

Rui César

### Serviço de Estomatologia

Jorge Faria

### Serviço de Gastreenterologia

Maria Antónia Duarte

### Serviço de Geriatria

Maria Rosário Vidal

### Serviço de Ginecologia/Obstetrícia

Carlos Ponte

### Serviço de Hematologia Clínica

Cristina Fraga

### Serviço de Imagiologia

Rosa Cruz

### Unidade de Imuno-Alergologia

Rodrigo Alves

### Serviço de Medicina Física e Reabilitação

Pedro Peixoto

### Serviço de Medicina Intensiva

Humberto Costa

### Serviço de Medicina Interna

Luís Dias

### Serviço de Nefrologia

João Esteves

### Unidade de Neonatologia

Isabel Monteiro

### Serviço de Neurocirurgia

Cidália Cruz

### Serviço de Neurologia

José Lopes

### Serviço de Oftalmologia

Gil Resendes

### Unidade de Oncologia Médica

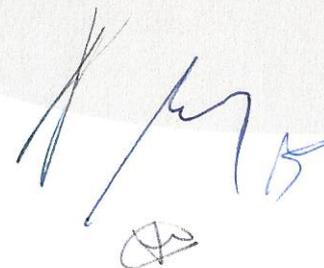
Rui San-Bento



## Adjuntos de Direção Enfermagem

### Direção de Enfermagem

Sandra Figueiredo  
Marco Mendonça



## Direção de Serviços Clínicos

### Serviço de Ortopedia

António Rebelo

### Serviço de Otorrinolaringologia

José Silveira Soares

### Serviço de Patologia Clínica

Rita Mouro Pinto

### Serviço de Pediatria

Fernanda Gomes

### Serviço de Pneumologia

Carlos Pavão

### Serviço de Psiquiatria

João Paulo Vidal

### Serviço de Reumatologia

Teresa Nóvoa

### Serviço de Urologia

Emília Santos

### Unidade Cuidados Intermédios

Humberto Costa

### Unidade Multidisciplinar da Dor Crónica

Catarina Soares

### Unidade de Genética e P. Moleculares

Luísa Mota Vieira

### Unidade de Intervenção

#### Cardiovascular

Dinis Martins

#### Unidade de Medicina Hiperbárica e Subaquática

Paula Ferreira

#### Unidade de Pedopsiquiatria

Bruno Seixas

#### Unidade de Cirurgia Ambulatória

Luís Bernardo



## Chefias Operacionais de Enfermagem

### Serviço de Cardiologia

Idalina Bonito

### Serviço de Cinesiterapia

Ana Isabel Amaral

### Serviço de Cirurgia I

Eulália Pacheco

### Serviço de Cirurgia II

Rita Madruga

### Serviço de Cirurgia III

Olívia Botelho

### Serviço de Cirurgia IV

Helena Luís

### Serviço de Consulta Externa

Maria das Neves

### Serviço de Doenças Infeciosas

Judite Massa

### Unidade de Endoscopia

Susana Nascimento

### Serviço de Medicina I

Ana Quental

### Serviço de Medicina II

Elsa Sousa

### Serviço de Medicina III

Nélia Veríssimo

### Serviço de Medicina IV

Ana Cristina Simas

### Serviço de Medicina V

Paula Silva

### Serviço de Medicina Intensiva

Rute Bernardo

### Serviço de Obstetrícia

Adília Simões

### Unidade de Oncologia Médica

Leonídia Silva



## Chefias Operacionais de Enfermagem

### Serviço de Ortopedia

João Jácome Raposo

### Serviço de Pediatria

Margarida Cabral

### Serviço de Pneumologia

António Cruz

### Serviço de Psiquiatria

José Martins

### Serviço de Urgência

João Mendonça

### Bloco de Partos

Délia Luz

### Bloco Operatório

Filomena Braga

### Unidade de Cuidados Intermédios

Sónia Rego

### Unidade de Cuidados Paliativos

Marco Mendonça

### Unidade de Diálise

Joaquina Duarte

### Unidade Multidisciplinar de Dor Crónica

Maria das Neves

### Unidade de Neonatologia

Graça Fontes

### Unidade de Medicina Hiperbárica e Subaquática

Maria das Neves



## Direção de Serviços de Apoio Geral

### Serviço de Aprovisionamento

Madalena Correia

### Serviço de Assistência Religiosa e Espiritual

Paulo Borges

### Serviços Farmacêuticos

Ana Cristina Castanha

### Serviços Financeiros

Sandra Pinto

### Serviço de Gestão de Utentes

Susana Silva

### Serviços Gerais

Márcio Chalin Pereira

### Serviços Hoteleiros

Teresa Silva

### Gabinete de Gestão de Risco

Madalena Melo

### Serviço de Informação para a Gestão

Maria Cláudia Pacheco

### Serviço de Informática

Ricardo Cabral

### Serviço de Instalação e Equipamentos

José Ponte

### Serviços Jurídicos

Luís Soares

### Serviço de Qualidade

Maria Ana Dias

### Serviço de Relações Públicas e Comunicação

Manuela Machado

### Serviço de Recursos Humanos

Cláudia Santos

### Serviço de Saúde Ocupacional

Marta Loura

### Serviço Social

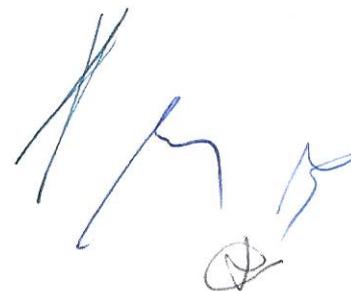
Helena Soares

### Gabinete de Supervisão de Enfermagem

Maria de Deus Ferreira

### Núcleo de Formação

Jorge Medeiros



## 3.5 Objetivos Estratégicos

Definiram-se como principais objetivos estratégicos para 2020



### Na perspetiva do utente

Assegurar a satisfação do utente

Garantir o acesso em tempo adequado

Procurar a excelência clínica

Promover a obtenção de ganhos em saúde

Assegurar a máxima segurança na prestação de cuidados de saúde



### Na perspetiva Económico-Financeira

Garantir o equilíbrio económico-financeiro

Melhorar os registos e os processos de faturação e cobrança

Otimizar os custos e os proveitos operacionais

Promover a eficiência na prática clínica



### Na perspetiva dos Colaboradores

Manter os profissionais motivados e comprometidos

Dinamizar e apoiar a formação e a investigação

Incentivar o trabalho em equipa

Dinamizar a comunicação interna



“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”

José de Alencar





# Relatório & Contas 2020





## 04 Recursos

### Índice

4.1 Recursos Humanos	38
4.2 Recursos Físicos e Técnicos	52
4.3 Formação e Aperfeiçoamento Profissional	56
4.4 Biblioteca e Documentação	62
4.5 Saúde Ocupacional	68

## 4.1 Recursos Humanos



### Regimes laborais

No HDES, coexistem dois regimes laborais distintos, pelo que existem duas modalidades de vinculação de efetivos na Instituição.

Deste modo, a análise da sua evolução é efetuada, abaixo nos respetivos mapas, tendo em consideração, precisamente, por um lado, os efetivos da função pública, cujo mapa é tendencialmente a extinguir por força do regime de entidade pública empresarial, e, por outro lado, os efetivos que se têm vinculado ao HDES, cuja relação laboral é regulada pelo direito privado.



### Recursos Humanos Efetivos Públicos

Conforme se pode constatar da Tabela 1, a evolução do número geral dos trabalhadores em funções públicas afetos do HDES, diminuiu em 2020, tal como nos anos anteriores.

Constata-se que a carreira médica da função pública, sofreu um decréscimo por força de aposentação (2). A outra categoria profissional que sofreu um acentuado decréscimo foi a dos assistentes operacionais, por força, também das aposentações (8) que se efetivaram em 2020.

Pode-se igualmente constatar, um decréscimo de enfermeiros por força de um falecimento (1) e de uma denúncia de contrato (1), de dois técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, por força de um falecimento (1) e de uma denúncia de contrato (1) e de um assistente técnico por força de aposentação (1).

Por outro lado, constata-se na mesma tabela, o aumento de um técnico superior de saúde (1) e de um técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica (1) que se deveram a duas consolidações de cedência de interesse público no HDES.

Os profissionais que ocupam lugares como efetivos do mapa de pessoal do HDES, mas que se encontram nomeados em cargo do Conselho de Administração estão contabilizados na sua categoria profissional.

# Recursos Humanos Efetivos Públicos



**Tabela 1- Recursos Humanos do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Efetivos Públicos**

<b>Categoria/ Mês-Ano</b>	<b>DEZ '19</b>	<b>JAN '20</b>	<b>FEV '20</b>	<b>MAR '20</b>	<b>ABR '20</b>	<b>MAI '20</b>	<b>JUN '20</b>	<b>JUL '20</b>	<b>AGO '20</b>	<b>SET '20</b>	<b>OUT '20</b>	<b>NOV '20</b>	<b>DEZ '20</b>
Médicos Carreira Especial Médica	71	71	71	71	71	71	71	69	69	69	69	69	69
Enfermeiros	271	270	270	270	270	270	270	269	269	269	269	269	269
Técnicos Superiores de Saúde	16	16	16	16	16	16	16	17	17	17	17	17	17
Técnicos Superiores	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica	56	55	55	55	56	55	55	55	55	55	55	55	55
Assistentes Técnicos	133	133	133	133	132	132	132	132	132	132	132	132	132
Assistentes Operacionais	335	332	331	330	330	330	330	330	328	328	327	325	324
Informática	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Capelão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>906</b>	<b>901</b>	<b>900</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>898</b>	<b>898</b>	<b>896</b>	<b>894</b>	<b>894</b>	<b>893</b>	<b>891</b>	<b>890</b>

# Recursos Humanos Efetivos Privados

**Tabela 2- Recursos Humanos do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Efetivos Privados**

Categoria/ Mês-Ano	DEZ '19	JAN '20	FEV '20	MAR '20	ABR '20	MAI '20	JUN '20	JUL '20	AGO '20	SET '20	OUT '20	NOV '20	DEZ '20
Médicos Carreira Médica	118	120	121	123	122	122	121	121	122	121	121	121	121
Enfermeiros	311	311	310	310	309	298	297	297	297	297	297	294	294
Técnicos Superiores	48	48	48	48	48	48	48	48	49	50	50	51	51
Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica	67	67	67	67	67	66	66	66	66	66	66	66	65
Assistentes Técnicos	86	86	86	86	86	86	86	87	87	87	87	87	87
Assistentes Operacionais	179	183	182	182	180	180	180	181	181	181	180	179	179
Informática	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Capelães	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Administradoras Hospitalares	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>817</b>	<b>823</b>	<b>822</b>	<b>824</b>	<b>820</b>	<b>808</b>	<b>806</b>	<b>808</b>	<b>810</b>	<b>810</b>	<b>809</b>	<b>806</b>	<b>805</b>



## Efetivos privados

Quanto aos trabalhadores efetivos, com relação laboral de direito privado, conforme se pode conferir da Tabela 2, o número geral de efetivos diminuiu em 2020, contrariamente ao que se sucedeu em 2019 e anos anteriores. Como se pode constar na tabela, é notório o decréscimo do número de enfermeiros, devido às denúncias de contrato que se efetivaram no decorrer do ano.



## Recrutamento de Pessoal

Comparativamente a 2019, no ano de 2020, não obstante os recrutamentos de pessoal concretizados, não houve aumento de recursos humanos, maioritariamente pelo facto de se terem verificado um incremento de denúncias de contratos e em virtude de atrasos na conclusão de procedimentos de recrutamento, face à suspensão, em período de pandemia, da realização e provas públicas de entrevistas e prova de conhecimentos.



## Assistentes Operacionais

Relativamente a carreira de assistentes operacionais, procedeu-se à contratação de 6 elementos, sendo que um foi integrado na sequência processo de regularização por ter desempenhado funções ao abrigo de programas de inserção socioprofissional. Contudo, registou-se a saída de 6 assistentes operacionais por denúncia de contrato (5) e por abandono do posto de trabalho (1), mantendo-se, desta forma, o número de profissionais nesta carreira que o final do ano anterior.

## Outros Profissionais

Foram igualmente integrados 3 elementos na sequência processo de regularização, 1 técnico superior da área de genética, 1 técnico superior na área de Relações Públicas e Comunicação, 1 assistente técnico.

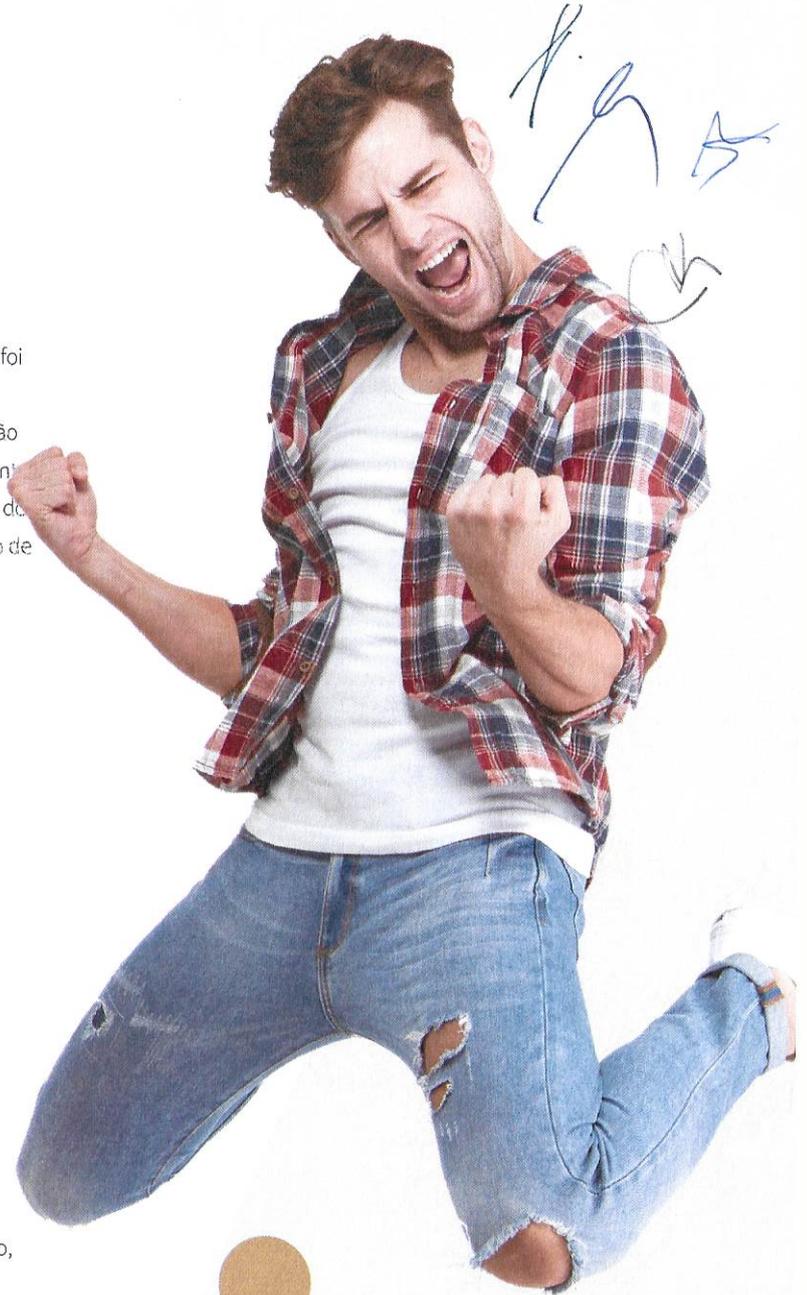


## Carreira Médica

Quanto ao aumento de profissionais da carreira médica este fica a dever-se, ao facto de se ter procedido à efetivação, através de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, como médicos especialistas, dos internos da especialidade, que ocuparam vagas carenciadas, no HDES, nas seguintes especialidades: radiologia (1), medicina interna (2), ortopedia (1) e psiquiatria (1), bem como da admissão de quatro assistentes, cardiologia (1), imunoalergologia (1), oncologia médica (1) e medicina física reabilitação (1).

Deste modo, foram integrados no mapa do pessoal do HDES, através de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, 9 médicos especialistas, nas áreas acima referidas, na categoria de assistentes da carreira médica.

Contudo, este aumento não é tão perceptível atendendo que, no decorrer do ano de 2020, o HDES perdeu 5 médicos por denúncia de contrato, das especialidades de anestesiologia (1), cardiologia (1), psiquiatria (2) e medicina interna (1).



Por fim, relativamente à apresentação de dados, conforme já se referiu supra, os profissionais que ocupam lugares, como efetivos do mapa de pessoal do HDES, mas que se encontram nomeados em cargo do Conselho de Administração estão contabilizados na sua categoria profissional do mapa de efetivos do HDES.

## Provisórios Públicos



Albert Camus

*“Sem trabalho a vida é pobre, mas quando o trabalho é sem alma, a vida asfixia”*

**Tabela 3- Recursos Humanos do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Provisórios Públicos**

Categoria/ Mês-Ano	DEZ '19	JAN '20	FEV '20	MAR '20	ABR '20	MAI '20	JUN '20	JUL '20	AGO '20	SET '20	OUT '20	NOV '20	DEZ '20
<b>Médicos Total</b>	<b>116</b>	<b>138</b>	<b>136</b>	<b>135</b>	<b>135</b>	<b>132</b>	<b>129</b>	<b>128</b>	<b>128</b>	<b>126</b>	<b>125</b>	<b>123</b>	<b>121</b>
Internos - Formação Específica	83	101	99	98	98	97	97	97	97	95	94	92	90
Internos - Ano Comum	33	37	37	37	37	35	32	31	31	31	31	31	31
Enfermeiros	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Técnicos Superiores de Saúde	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Técnicos Superiores	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	4
Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Assistentes Operacionais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>151</b>	<b>149</b>	<b>148</b>	<b>147</b>	<b>144</b>	<b>141</b>	<b>139</b>	<b>139</b>	<b>137</b>	<b>136</b>	<b>135</b>	<b>133</b>



### Provisórios Públicos

Na Tabela 3, podemos encontrar todos os profissionais que, sendo trabalhadores em funções públicas, se encontram no HDES em situação transitória, seja em cedência de interesse público ou em comissão de serviço, motivo pelo qual não integram o mapa de efetivos afetos ao HDES.

Nesta situação, encontra-se por exemplo, o internato médico, tendo em consideração o seu regime específico de contratação a termo resolutivo incerto, ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.



### Classe médica

No ano de 2020, o HDES acolheu 37 médicos internos do ano comum, sendo que foram solicitadas 6 denúncias do contrato.

Quanto aos médicos em formação na especialidade, no início do ano de 2020 encontravam-se afetos ao HDES, 101 médicos internos, formação específica, sendo 90 no final do ano atendendo aos que foram integrados como efetivos do HDES, para além das denúncias do contrato em funções públicas para eventual vinculação noutros hospitais.

Da análise da Tabela 3, é ainda possível constatar, no decorrer do ano de 2020, a integração, em cedência de interesse público, de 2 técnicos superiores, bem como a saída de 1 técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e de 1 técnico superior de saúde na sequência da consolidação de cedência de interesse público no HDES.

## 4.1 Recursos Humanos

**Tabela 4- Recursos Humanos do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Provisórios Privados**

<b>Categoria/ Mês-Ano</b>	<b>DEZ '19</b>	<b>JAN '20</b>	<b>FEV '20</b>	<b>MAR '20</b>	<b>ABR '20</b>	<b>MAI '20</b>	<b>JUN '20</b>	<b>JUL '20</b>	<b>AGO '20</b>	<b>SET '20</b>	<b>OUT '20</b>	<b>NOV '20</b>	<b>DEZ '20</b>
<b>Médicos Total</b>	3	3	3	4	4	3	3	3	2	2	2	2	2
Médicos Carreira Médica	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Médicos Aposentados	3	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1
<b>Enfermeiros</b>	0	0	0	0	0	0	15	15	15	14	13	13	13
<b>Técnicos Superiores de Saúde</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Técnicos Superiores</b>	6	6	6	7	8	8	23	26	26	26	26	26	30
<b>Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4
<b>Assistentes Técnicos</b>	3	3	3	3	3	3	3	1	18	21	21	22	28
<b>Assistentes Operacionais</b>	1	1	1	1	21	20	48	61	60	60	60	60	60
<b>Informática</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Cargo Conselho de Administração</b>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>40</b>	<b>38</b>	<b>96</b>	<b>110</b>	<b>125</b>	<b>127</b>	<b>126</b>	<b>127</b>	<b>140</b>

### Provisórios Privados

Da análise da Tabela 4, considerando que se refere às situações de natureza temporária, tais como a contratação a termo, pode-se constatar que o HDES em 2020 recorreu, excecionalmente, à modalidade de contratos de trabalho a termo incerto para fazer face às necessidades de reforço dos recursos humanos decorrentes da pandemia Covid-19.

Assim, pode-se constatar que foram contratados no HDES, no ano de 2020, 15 enfermeiros, 28 assistentes técnicos e 69 assistentes operacionais, 28 técnicos superiores de regime geral das áreas de genética (21), farmácia (2), serviço social (3) e direito (2), dois técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, nas áreas de análises clínicas (1) e de cardiopneumologia (1), através da celebração de contrato a termo resolutivo incerto ao abrigo do COVID.

Ainda da análise da Tabela 4, é possível constatar alterações que não resultaram da pandemia, nomeadamente na carreira médica e na carreira dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica.



## Provisórios Privados

O HDES perdeu três médicos especialistas aposentados das especialidades de anestesiologia (1), nefrologia (1) e neurologia (1) e integrou 1 da especialidade de estomatologia. Na carreira médica, é ainda possível constatar, no decorrer do ano de 2020, a integração, em cedência de interesse público, de 1 médica da especialidade de nefrologia.

Por fim, é de referir ainda que foram igualmente integrados dois técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica de anatomia patológica para apoio no Rastreio Organizado do Cancro do Colo do Útero Açores (ROCCA).

Liderança

Aprendizagem

Desempenho

Conhecimento

Equipa

## 4.1 Recursos Humanos

Na Tabela 5 pode-se visualizar, independentemente, do vínculo que titula a relação laboral, ou seja, se estamos perante efetivos, o movimento por categorias profissionais.

### Internato Médico

Verifica-se que existe alguma flutuação nos níveis de profissionais devido a vários motivos, dos quais se salienta a flutuação derivada das colocações no âmbito do internato médico, anualmente, situação esta que, sobretudo, ao nível da formação geral, gera um movimento de entradas e saídas inevitável.

Este é o regime próprio do internato médico cuja sua natureza, precisamente por ser titulada por contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto, justifica esta situação.

Cumprе, então, caracterizar a composição dos recursos humanos, relativamente à distribuição dos trabalhadores por grupos profissionais e por categorias.

### Distribuição por Grupos Profissionais

No ano de 2020, mantem-se a predominância do pessoal de enfermagem, sendo o grupo profissional com maior peso no HDES, como se pode conferir através da Tabela 5, apresentada infra. Este grupo profissional é seguido do grupo composto pelos assistentes operacionais, os quais, na sua maioria, desempenham as funções, anteriormente, denominadas de auxiliares de ação médica.

**Tabela 5- Recursos Humanos do Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Geral**

<b>Categoria/ Mês-Ano</b>	<b>DEZ '19</b>	<b>JAN '20</b>	<b>FEV '20</b>	<b>MAR '20</b>	<b>ABR '20</b>	<b>MAI '20</b>	<b>JUN '20</b>	<b>JUL '20</b>	<b>AGO '20</b>	<b>SET '20</b>	<b>OUT '20</b>	<b>NOV '20</b>	<b>DEZ '20</b>
<b>Médicos Total</b>	308	332	331	333	332	328	324	321	321	318	317	315	313
Médicos da Carreira Médica Hospitalar	189	191	192	195	194	194	193	191	192	191	191	191	191
Médicos Aposentados	3	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1
Internos - Formação Específica	83	101	99	98	98	97	97	97	97	95	94	92	90
Internos – Ano Comum	33	37	37	37	37	35	32	31	31	31	31	31	31
<b>Enfermeiros</b>	584	583	582	582	581	570	584	583	583	582	581	578	578
<b>Técnicos Superiores de Saúde</b>	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
<b>Técnicos Superiores</b>	74	75	75	76	77	77	92	95	96	97	97	99	103
<b>Técnicos Superiores das áreas de Diagnóstico e Terapêutica</b>	129	128	128	128	128	126	126	126	126	126	126	126	128
<b>Assistentes Técnicos</b>	222	222	222	222	221	221	221	220	237	240	240	241	247
<b>Assistentes Operacionais</b>	517	518	516	515	533	532	560	574	571	571	569	566	565
<b>Informática</b>	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
<b>Capelães</b>	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
<b>Cargo Conselho de Administração</b>	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>1868</b>	<b>1892</b>	<b>1888</b>	<b>1890</b>	<b>1906</b>	<b>1888</b>	<b>1941</b>	<b>1953</b>	<b>1968</b>	<b>1968</b>	<b>1964</b>	<b>1959</b>	<b>1968</b>

## COVID-19

Como se pode constar na tabela, é notório o aumento nas carreiras de assistentes operacionais e assistentes técnicos e de técnicos superiores, resultante da contratação a termo para fazer face às necessidades emergentes da pandemia Covid-19 e assegurar o normal funcionamento do HDES, conforme já referido supra.



**Tabela 6- Recursos Humanos do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada EPER – Ano de 2020 – Médicos Carreira Médica / Especial Médica - por Especialidade**

Categoria/ Mês-Ano	DEZ '19	JAN '20	FEV '20	MAR '20	ABR '20	MAI '20	JUN '20	JUL '20	AGO '20	SET '20	OUT '20	NOV '20	DEZ '20
Anatomia Patológica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Anestesiologia	16	16	16	16	16	15	14	13	13	13	13	13	13
Angiologia e Cirurgia Vascular	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Cardiologia	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	9
Cirurgia	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Dermatovenereologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Endocrinologia	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Estomatologia	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2
Gastroenterologia	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Ginecologia - Obstetrícia	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Hematologia Clínica	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Imunoalergologia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3
Imuno-Hemoterapia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecto-contagiosas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Medicina Interna	32	32	33	33	32	32	32	32	32	32	32	32	33
Medicina Física e Reabilitação	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Medicina Intensiva	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nefrologia	4	4	4	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4
Neurocirurgia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Neurologia	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3
Oftalmologia	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Ortopedia	7	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Otorrinolaringologia	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Patologia Clínica	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Pediatria	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
Pedopsiquiatria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pneumologia	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Psiquiatria	5	5	4	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4
Radiologia	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Reumatologia	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3
Urologia	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Cirurgia Maxilo-Facial	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Oncologia Médica	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>194</b>	<b>195</b>	<b>198</b>	<b>197</b>	<b>196</b>	<b>195</b>	<b>193</b>	<b>193</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>192</b>	<b>192</b>



## Carreira Médica

Cumpre revelar também, no âmbito da carreira médica, ao nível dos especialistas verifica-se também um aumento do número de efetivos do HDES. Tal como já se referiu supra, através da integração dos médicos que efetuaram a sua formação específica durante o internato médico no HDES pelo facto de ocuparem vagas carenciadas, bem como através de novas admissões de profissionais externos, verificando-se um aumento nas especialidades de estomatologia,

imunologia, medicina interna, medicina física e reabilitação, oncologia médica, ortopedia e radiologia, e um decréscimo nas especialidades de anestesiologia, neurologia, psiquiatria, reumatologia e urologia, como se pode constatar na Tabela 6. Ainda da análise da Tabela 6, é possível constatar que o número no final do ano de 2019 é o mesmo que no final de 2020, contudo houve flutuação nas especialidades médicas, conforme acima referido.

**Tabela 7- Recursos Humanos (pessoal ao serviço existente, no fim do período, em causa) – Ano de 2020**

Categoria/ Mês-Ano	DEZ '19	JAN '20	FEV '20	MAR '20	ABR '20	MAI '20	JUN '20	JUL '20	AGO '20	SET '20	OUT '20	NOV '20	DEZ '20
<b>Médicos Total</b>	261	276	273	283	305	300	283	276	276	272	266	265	261
Médicos da Carreira Médica Hospitalar	180	182	184	186	185	185	186	185	185	184	182	185	182
Médicos Aposentados	3	3	3	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1
Internos - Formação Específica	51	64	59	67	89	87	71	64	65	62	61	57	56
Internos – Ano Comum	27	27	27	27	28	26	24	25	25	25	22	22	22
<b>Enfermeiros</b>	530	532	530	523	518	501	533	530	530	530	530	524	518
Técnicos Superiores de Saúde	14	13	12	12	12	12	13	13	13	13	13	13	13
Técnicos Superiores	66	68	68	67	65	64	81	86	85	87	91	92	96
Téc. Sup. das áreas de Diagnóstico e Terapêutica	122	122	123	121	116	112	116	115	116	117	118	116	117
Assistentes Técnicos	215	215	218	216	209	185	212	210	225	226	229	228	232
Assistentes Operacionais	466	468	463	463	474	471	512	522	515	510	517	519	511
Informática	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Capelães	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Administradoras Hospitalares	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Cargo Conselho de Administração	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	<b>1690</b>	<b>1710</b>	<b>1703</b>	<b>1701</b>	<b>1715</b>	<b>1661</b>	<b>1766</b>	<b>1768</b>	<b>1776</b>	<b>1771</b>	<b>1780</b>	<b>1773</b>	<b>1764</b>

## Colaboradores em exercício de funções

Nas Tabelas 7 e Tabela 8, estão apenas representados os colaboradores em efetivo exercício de funções, não sendo contabilizados os colaboradores ausentes por um período superior a 30 dias devido a doença, formação, acidentes de trabalho, licenças sem remuneração e licenças de parentalidade. Não foram igualmente contabilizados os colaboradores que se encontram em comissões de serviço ou cedidos a outras instituições. Neste mapa, não são igualmente contabilizados os colaboradores em situação de pré-reforma, que no decorrer do ano de 2020 correspondem a 10 profissionais, 8 enfermeiros, 1 técnico superior de saúde de psicologia e 1 assistente técnico.

Excecionalmente no ano de 2020, verificou-se um grande número de pessoal ausente resultante de outros motivos relacionados com a pandemia Covid-19, nomeadamente devido aos isolamentos profiláticos, fecho dos estabelecimentos de ensino, suspensão da realização de juntas médicas pela delegação de saúde, etc.

## 4.1 Recursos Humanos

**Tabela 8- Recursos Humanos (pessoal ao serviço existente, no fim do período, em causa) – Ano de 2020 – Médicos Carreira Médica / Especial Médica - por Especialidade**

Categoria/ Mês-Ano	DEZ '19	JAN '20	FEV '20	MAR '20	ABR '20	MAI '20	JUN '20	JUL '20	AGO '20	SET '20	OUT '20	NOV '20	DEZ '20
Anatomia Patológica	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Anestesiologia	15	15	15	15	15	14	13	12	12	12	12	12	12
Angiologia e Cirurgia Vascular	4	4	4	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5
Cardiologia	9	9	9	9	9	9	9	9	9	8	9	9	8
Cirurgia	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Dermatovenereologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Endocrinologia	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Estomatologia	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2
Gastroenterologia	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Ginecologia - Obstetrícia	14	14	14	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
Hematologia Clínica	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3
Imuno-alergologia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3
Imuno-Hemoterapia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infecto-contagiosas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Medicina Interna	28	28	30	30	30	30	30	30	30	31	30	30	31
Medicina Física e Reabilitação	4	4	4	5	4	4	4	4	5	5	5	5	4
Medicina Intensiva	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Nefrologia	4	4	4	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4
Neurocirurgia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Neurologia	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3
Oftalmologia	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Ortopedia	7	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
Otorrinolaringologia	5	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6
Patologia Clínica	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Pediatria	17	17	17	17	17	17	18	18	18	17	16	18	18
Pedopsiquiatria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pneumologia	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2
Psiquiatria	5	5	4	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4
Radiologia	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12	11	12	12
Reumatologia	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	3	3
Urologia	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Outros: Cirurgia Maxilo-Facial	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1
Outros: Oncologia Médica	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>185</b>	<b>187</b>	<b>189</b>	<b>188</b>	<b>187</b>	<b>188</b>	<b>187</b>	<b>186</b>	<b>185</b>	<b>183</b>	<b>186</b>	<b>183</b>



*[Handwritten signature]*

Comparando a Tabela 7 com a Tabela 5, pode-se ainda constatar que as ausências de colaboradores são maioritariamente nas carreiras de assistentes operacionais e enfermagem.

Comparativamente a anos anteriores, constata-se ainda que houve um aumento significativo do número de pessoal ausente.



## 4.2 Recursos Físicos e Técnicos

### Caracterização do HDES

O HDES localiza-se no perímetro setentrional de P. Delgada num terreno de 12 hectares, com configuração trapezoidal, limitado a sul pela rua Arcanjo Lar e a nascente pela praça do Hospital que o liga aos principais eixos viários da cidade e ilha.

Com uma área de implantação de 21.190 m<sup>2</sup>, a área bruta de construção é de 52.000 m<sup>2</sup>, com uma altura máxima de 16,2 metros.

A sua construção iniciou-se em 8 de setembro de 1991, ficando concluída a 31 de julho de 1997.

Está dotado de camas com acesso a gases medicinais, 10 quartos de pressão negativa e 136 outros quartos. O Bloco Operatório dispõe de 8 salas e a UCI está preparada para receber 8 doentes em simultâneo.

Quanto a equipamentos de maior expressão, destacamos:

- >> 1 RMN;
- >> 2 TAC;
- >> 5 Salas de RX geral;
- >> 1 Sala de RX de intervenção;
- >> 1 Angiografia;
- >> 20 Ecógrafos (nas várias especialidades);
- >> 5 Salas de endoscopia;
- >> 25 Ventiladores invasivos e 10 não invasivos;
- >> 24 Monitores de hemodialise 24;
- >> 3 Monitores de Hemo filtração 3.

1991

1997

#### Serviço de Instalações e Equipamentos (SIE)

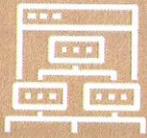
Tem por missão a gestão técnica das edificações, instalações técnicas hospitalares e equipamentos, bem como os bens conexos, tendo em vista assegurar o estado de disponibilidade e prontidão dos mesmos para execução dos fins a que se destinam. Mais concretamente, a atividade produtiva do SIE centra-se em 2 áreas distintas:

>> o fornecimento de serviços de engenharia a toda a Instituição, nas suas vertentes de consultadoria, manutenção, apoio, edificação, reparação etc.; quer através de meios próprios, quer por recurso a

entidades prestadoras externas;

>> o abastecimento de bens de consumo, nomeadamente energia (sob diversas formas), água (também em diferentes apresentações) e outros fluidos de utilização geral ou especificamente para a atividade de prestação de cuidados de saúde.

## Atividades desenvolvidas em 2020



A atividade anual repartiu-se entre as operações de manutenção corrente das instalações e equipamentos e pequenas obras de remodelação relacionadas com o surto pandémico.

No que diz respeito ao Plano Anual de Manutenção, algumas das operações são realizadas por entidades externas que por dificuldades de deslocação à RAA impediram que as revisões periódicas se realizassem nas datas inicialmente previstas. De uma forma geral o Plano foi cumprido embora alguns trabalhos tenham sido transferidos para o primeiro trimestre de 2021.

Quanto às atividades de investimento e melhorias, destacam-se modificações necessárias no contexto do surto pandémico.

Houve necessidade de adaptar o edifício com condições impeditivas de propagação infecciosa, por um lado, e atendimento exclusivo com condições adequadas à nova realidade por outro. Daqui, destacamos a adaptação do Serviço de Doenças Infecciosas dotando-o de internamentos com pressão negativa.

Outras obras de relevo foram a instalação da nova Unidade de Ressonância Magnética, do Laboratório para rastreio do HPV e uma nova Sala de Citologia. Outras obras de menor dimensão estenderam-se um pouco por todo o edifício melhorando as condições de trabalho dos profissionais do HDES.

No que diz respeito à renovação de equipamentos, salienta-se:

- >> Reembaladora de medicamentos unidose – Farmácia;
- >> Certificação da Câmara Hiperbárica;
- >> 4 Ecógrafos Imagiologia e Pediatria;
- >> Colorador e montador de lâminas - Anatomia Patológica;
- >> Nova máquina PRISMAFLEX para a UCI;
- >> Máquinas de desinfetar arrastadeiras;
- >> Lavandaria – 2 Máquina de Lavar;
- >> Cozinha - Aquisição de novo fogão.

Há ainda a considerar Instalação de Ponto de Carregamento de Veículos Elétricos.

## 4.2 Recursos Físicos e Técnicos



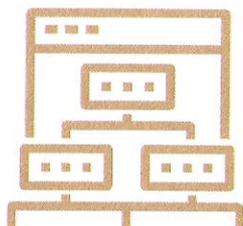
### Indicadores de Consumo do Edifício

O consumo de energia elétrica no ano de 2020 foi de 7,46 GWh, utilizado na climatização do edifício, iluminação e abastecimento de equipamentos médicos e outros.

O consumo de água foi de 84.929 m<sup>3</sup>.

Outro bem de consumo energético é o gás butano, cujo consumo foi de 692.345 kg com um custo global de €730.485,59 + IVA.

Ao nível das comunicações telefónicas a fatura de 2020 montou em € 29.023,75.



## 4.3 Formação e Aperfeiçoamento Profissional



### Núcleo de Formação Profissional

O Núcleo de Formação Profissional (NFP) do HDES é uma unidade funcional, diretamente dependente do CA, responsável por garantir o desenvolvimento da Política de Formação da Instituição.

### Plano de Formação Anual

O Plano de Formação Anual - o principal instrumento de ação do NFP - foi estruturado a partir da identificação das necessidades de formação dos serviços e colaboradores, e em sintonia com os objetivos estratégicos definidos pelo CA, encontrando-se organizado por áreas temáticas:

- >> Reanimação / Cuidados de emergência;
- >> Clínica;
- >> Integração institucional;
- >> Qualidade / Saúde / Segurança;
- >> Prevenção e Controlo da Infecção;
- >> Competências Relacionais;
- >> Outros eventos e/ou formações.

---

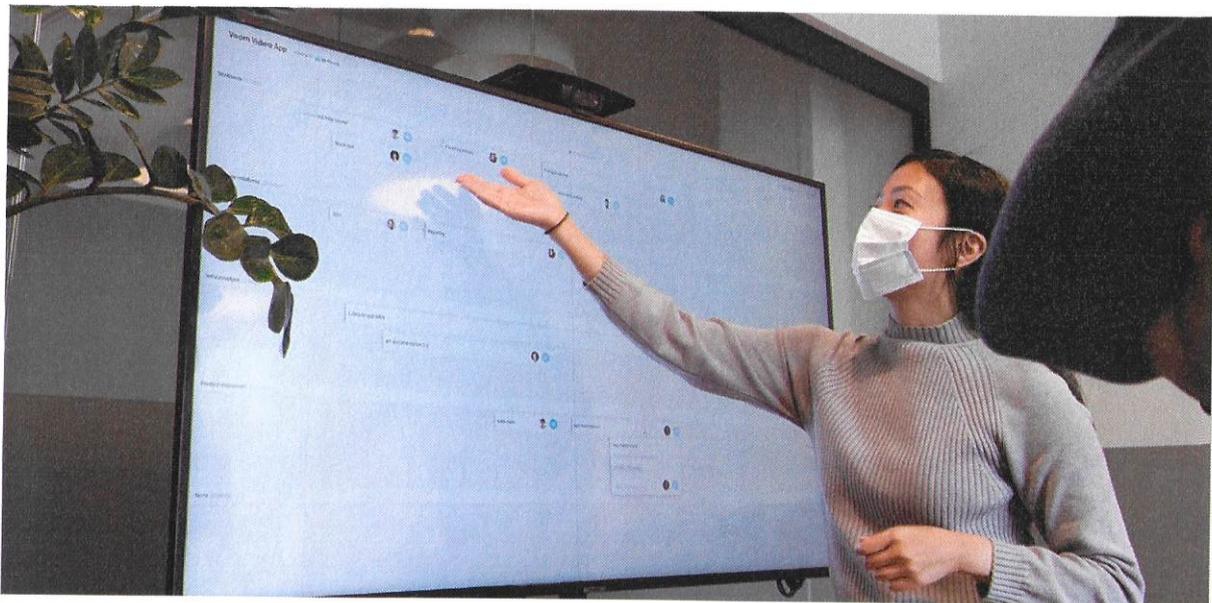
### Plano de Formação

Uma parte significativa das formações constantes do Plano de Formação, visam cumprir com o programa de acreditação em vigor na Instituição, sendo definidas como formações de atualização de caráter obrigatório e dirigidas a todo o universo de colaboradores desta Instituição. Esta formação estruturante é complementada com outras propostas formativas, de modo a potenciar a intervenção de todos os profissionais, em áreas consideradas essenciais para a melhoria na prestação de cuidados de saúde.

## Atividades Formativas



Um profissional que procura formação contínua está mais apto para oportunidades e é mais competitivo.



### Atividade Formativa

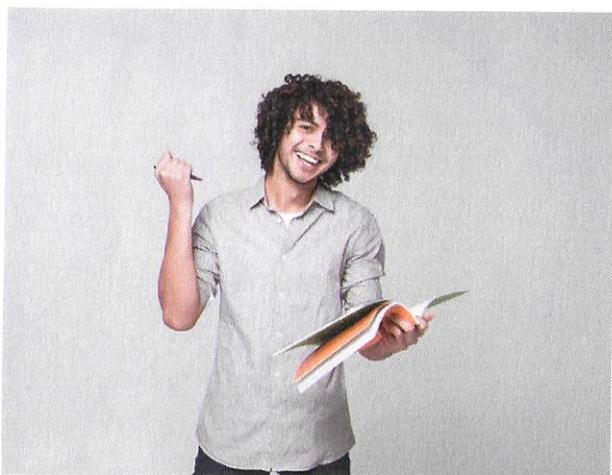
Perante o contexto de pandemia com que fomos surpreendidos, e à semelhança de muitos outros serviços, a atividade formativa foi fortemente afetada. Entre os meses de março e outubro de 2020, praticamente toda a atividade formativa presencial esteve suspensa no HDES. Durante esse período, decorreram apenas formações consideradas estritamente necessárias para melhor preparar os profissionais de saúde envolvidos na linha da frente do combate à pandemia. A partir de outubro foi retomada alguma atividade formativa presencial, embora com muitas condicionantes, para conseguir cumprir com as medidas de segurança em vigor na Instituição.

### Formação Interna

A formação interna engloba as formações do Plano de Formação e corresponde a toda a formação profissional, inicial e contínua, desenvolvida internamente e/ou promovida em articulação com o NFP. É dirigida a todos os profissionais e inclui a formação obrigatória no âmbito do Programa de Acreditação Internacional para Organizações de Saúde.

Na Tabela 9 estão listadas as formações internas realizadas no HDES durante 2020. No total foram realizadas 42 sessões formativas, ou seja, cerca de 20% das que estavam inicialmente previstas no Plano de Formação.

## 4.3 Formação e Aperfeiçoamento Profissional



### Atividade Formativa

A redução na atividade formativa no HDES teve reflexo na execução orçamental registada, que se ficou em 36% do valor inicialmente previsto. Em 2020 foram gastos 27.742,27 € com as ações de formação internas, sendo que 15.752,00 € se refere à adjudicação dos cursos de SBV e SAVC, ao Serviço Regional de Proteção Civil. O valor restante diz respeito ao pagamento de formadores e despesas de natureza diversa com as restantes formações.

**Tabela 9- Formação interna desenvolvida no HDES em 2020**

Nome do Curso	Nº de Sessões	Total de Participantes
Integração de Novos Colaboradores - HDES, EPER	1	69
Receitas sem Papel	6	88
SIADAPRA	2	40
Suporte Básico de Vida – DAE (Prof. Saúde)	11	114
Curso de Medicina Interna e Urgência - Bloco 1	2	66
Sessão Grupo HERDIPP	1	24
Curso de Medicina Interna e Urgência - Bloco 3	2	54
Curso de Dor Aguda	1	61
Curso Básico de Pediatria	1	31
Atuação do Terapeuta da Fala nas Perturbações Pragmáticas	2	29
VI Encontro de Supervisores de Estudantes de Enfermagem	1	83
Sessão Grupo HERDIPP	1	13
Formação aos Responsáveis Locais de Risco do HDES	3	35
Prevenção e Combate a Incêndios Nível II	3	37
Segurança em Ressonância Magnética	2	21
Procedimentos pré-contratuais no código dos contratos públicos	1	16
Maus tratos em crianças e jovens	1	44
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>825</b>

**Tabela 10- Formação em Serviço desenvolvida no HDES em 2020**

Nome do Curso	Nº Sessões	Total de Participantes
BIS /NIRS	1	11
Higienização das mãos - precauções básicas de controlo de infeção	1	23
Abordagem da Via Aérea Difícil	1	28
Triagem de Resíduos Hospitalares	1	16
Posicionamentos terapêuticos e transferências dos clientes	1	10
Prismaflex (Técnicas de Substituição Renal com Monitor "Prismaflex")	4	29
Atuação da enfermagem perante utentes em situação de violência verbal e física	1	5
EPI's para Agentes Biológicos Grupo 4 - Vestir e Despir Corretamente	59	496
Prevenção de Infeções em Meio Hospitalar	1	10
Alto Fluxo - AIRVO2	1	8
Drenagem LCR Lombar	2	19
Aparelho de Aquecimento de Ar Forçado	1	24
Train-Of-Four - Monitorização do Bloqueio Neuromuscular	1	28
Retoma da Atividade Cirúrgica na era Covid 19 na UCA	1	9
Apresentação do Gel Card DayLife para Imunohematologia	1	6
Sexualidade em Cuidados Paliativos	1	13
Soluços	1	10
Abordagem à Insónia em Cuidados Paliativos	1	10
Cicloergómetro mecânico - Recurso terapêutico na mobilização precoce e condicionamento muscular	1	10
Barreiras de Proteção Individual	1	5
Rastreio Covid-19 - Procedimento	1	20
Webinar - NOL	1	24
JAIMY - Porta Agulhas Robotizado	1	11
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>825</b>

## Formação em Serviço

No âmbito da formação em serviço, que corresponde a formação contínua não-formal, de curta duração, realizada no local de trabalho, com o objetivo de colmatar necessidades específicas dos serviços, foram desenvolvidas 85 ações de formação com temáticas diversas, envolvendo um total de 825 formandos. Com um peso muito significativo neste registo, destaca-se a formação coordenada pelo GCL-PPCIRA aos profissionais sobre o uso de EPI's para agentes biológicos.

## Sessões Clínicas

Relativamente às sessões clínicas promovidas pelas diferentes especialidades médicas, foram realizadas 6 sessões, correspondentes a 5 temas, envolvendo a participação de 187 clínicos.

## 4.3 Formação e Aperfeiçoamento Profissional

### Formação Externa

No que diz respeito à participação em eventos formativos externos deram entrada no Núcleo de Formação um total de 594 pedidos de frequência em ações formativas, dos quais 154 acabaram por ser anulados ou indeferidos, como consequência das medidas restritivas impostas à deslocação de Profissionais de Saúde para o exterior da região, a partir de março de 2020.

Os 340 pedidos de frequência de formação aos quais foi dado seguimento, corresponderam a um total de 730 dias concedidos em regime de dispensa de serviço, envolvendo 222 colaboradores. Desse total de pedidos, cerca de 21% foram contemplados com algum tipo de apoio financeiro por parte do HDES, ao nível de apoio à inscrição, comparticipação de ajudas de custo, viagens ou alojamento. Esta rubrica representou um investimento 25.280,03 €, cerca de 28% do valor inicialmente previsto no Plano de Atividades.

Quase metade dos pedidos de frequência de formação externa aos quais foi dado seguimento (144), corresponderam a formações que funcionaram em regime à distância ou E-Learning, o que denota um esforço grande por parte das instituições e entidades formadoras em se adaptarem à nova realidade, apostando fortemente nesta vertente formativa.

### Estágios

Tem sido prática habitual o acolhimento de alunos de vários graus de ensino (Ensino Secundário, Curso de Licenciatura, Pós-Graduações, Mestrados) para a realização de estágios curriculares e/ou de observação, provenientes de outras instituições. Esta proximidade entre instituições tem sido geradora de sinergias positivas, através das quais é possível formar profissionais completos e competentes, que vão ao encontro das necessidades do mercado de trabalho. Também a este nível houve muitos constrangimentos, dado que entre março e setembro foi suspensa a realização destes estágios no Hospital. Apenas 10 alunos conseguiram cumprir os estágios que tinham programado.



## Internato Médico

Para o desenvolvimento das competências necessárias a uma intervenção profissional consonante com as necessidades do setor da saúde, manteve-se a idoneidade formativa na generalidade das especialidades médicas, colaborando assim na formação no âmbito do internato médico. Em 2020 o HDES teve em formação 37 internos de formação geral e 4 internos de formação específica. Acrescem a este número, 3 internos de formação específica de outras Unidades de Saúde, com compromisso de formação na Instituição.

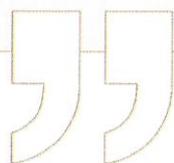


## Ensino Universitário

As parcerias com a Universidade dos Açores, no âmbito do Mestrado Integrado em Medicina e da Licenciatura em Enfermagem, assumem uma importância crescente em termos formativos internos, ao nível essencialmente académico, com reflexos no quadro logístico e no envolvimento de formadores internos (médicos, farmacêuticos e enfermeiros). No conjunto dos 3 anos do Ciclo Básico de Medicina, são 120 os alunos que habitualmente têm aulas no HDES, envolvendo um corpo docente composto por 36 médicos assistentes.

Relativamente à **Licenciatura em Enfermagem**, no 2º semestre do ano letivo 2019/2020 – não houve **ensino** clínico na Instituição, dada a situação de pandemia.

No 1º semestre do ano letivo 2020/2021, foram retomados os trabalhos, com o seguinte registo:



46

Estudantes



Ensinos Clínicos em Cuidados de Saúde Primários/Hospitalares I durante 2 semanas nos serviços de Pediatria, Consulta Externa de Pediatria, SU Pediátrica, Neonatologia; Bloco de Partos e Puerpério

64

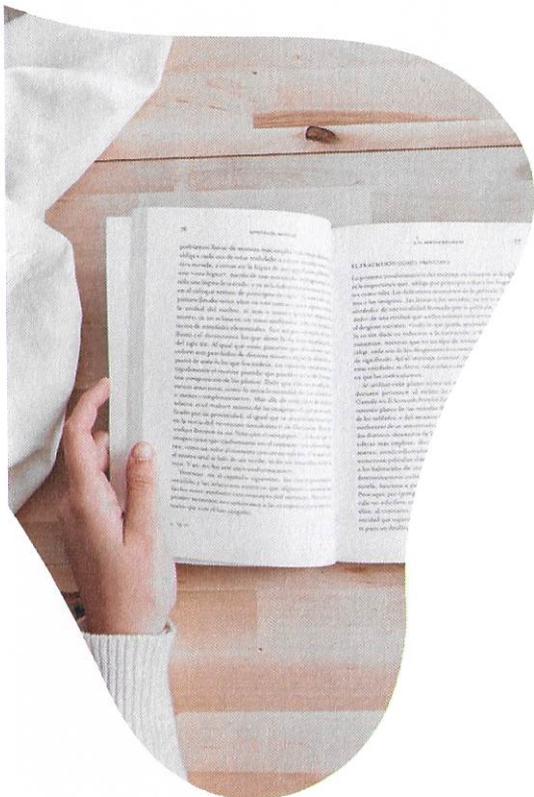
Estudantes



Ensinos Clínicos em Cuidados de Saúde Primários/Hospitalares II, Cuidados Continuados e Paliativos nos serviços de Medicina II, Medicina V, Cirurgia I, Cirurgia II, Pneumologia, S. Urgência, Obstetrícia e Pediatria



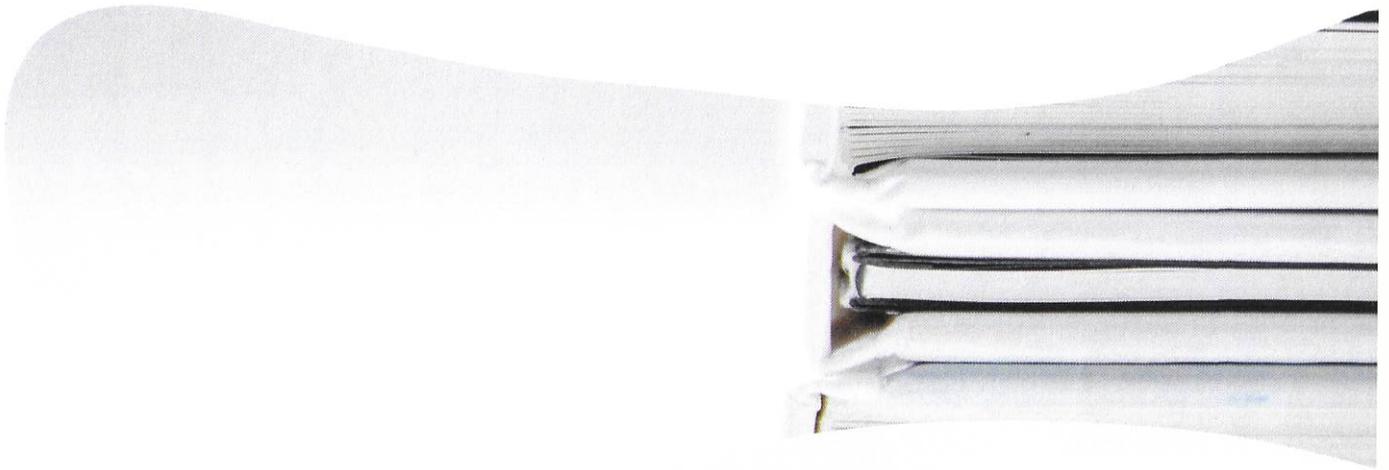
## 4.4 Biblioteca e Documentação



# Uma porta aberta para a informação



Handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes.



### Introdução

O Serviço de Biblioteca e Documentação, à semelhança de anos anteriores procurou responder afirmativamente às necessidades dos utilizadores de informação atualizada e pertinente, contribuindo de forma assertiva no processo formativo. O pressuposto, um profissional com acesso a melhor informação tomará melhores decisões.

Dada a crescente importância dos recursos eletrónicos face aos recursos tradicionais, no ano de 2020, foram asseguradas a assinatura de duas bases de dados (Sage e UpToDate). A decisão

de serem privilegiados os recursos eletrónicos face aos recursos tradicionais, está baseada nas tendências estatísticas manifestadas nos últimos anos, bem como das vantagens potenciadas pelos primeiros em relação aos restantes, como seja a potencialidade de múltiplos utilizadores acederem simultaneamente à informação, pela contínua atualização, pelo fácil acesso em qualquer ponto do HDES através da intranet. No caso da base de dados Sage, em qualquer localização mediante o fornecimento de password e user name pelo SBD.

## 4.4 Biblioteca e Documentação



**Tabela 11- Principais Indicadores do Serviço de biblioteca e documentação, 2018-2020**

Indicadores dos Principais Serviços	2018	2019	2020
Difusão online de informação	3313(+)	2724 (-)	4792(+)
Pedidos de artigos ao SBD	6848(-)	6497 (-)	6655 (+)
Pedidos de artigos ao exterior (Nacional + Estrangeiro)	4085(-) (3650+435)	5096 (+) (4703+393)	4146 (-) (3681+465)
Pedidos de artigos ao exterior (Nacional)	3650(-)	4703 (+)	3681(-)
Pedidos de artigos ao autor (Estrangeiro)	435(-)	393 (-)	465 (+)
Pedidos de artigos de outras bibliotecas	969(-)	842(-)	1017 (+)
Artigos enviados aos clientes	9260(-)	8553(-)	9739 (+)
Pesquisas online	870(+)	861(-)	799 (-)
Apoio individual à pesquisa	19,35h(+)	18h45(-)	2h40 (-)
Presenças de clientes	2432(-)	2371(-)	2186 (-)
Leitura de presença SBD	77(-)	63(-)	79 (+)
Empréstimos de monografias SBD	62(-)	29(-)	11 (-)
Consultas à Base de dados Sage	1898(-)	2061(+)	1841 (-)
Consultas à base de dados UpToDate	40273(+)	43814(+)	56136 (+)
Monografias catalogadas	8(-)	30(+)	23 (-)

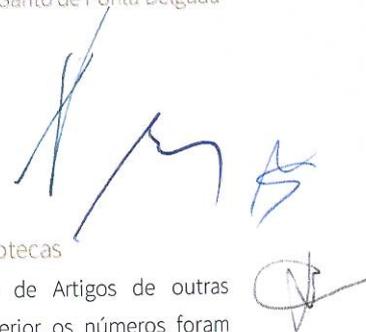
### Difusão Online de Informação

O ano de 2020 ficou indelévelmente marcado pelo impacto das contingências resultantes da pandemia, a adaptação a um novo paradigma influenciou os principais indicadores do Serviço.

No que concerne ao indicador Difusão Online de Informação, os resultados foram superiores aos verificados no ano anterior (+75.92%). Consequência direta da pandemia e potenciados pelo teletrabalho.

Anualmente, com a participação de um elemento do Serviço na integração de novos colaboradores no HDES (Internos de formação específica e Internos de formação geral), são

definidas as áreas temáticas de preferência em que os mesmos gostariam de receber informação, sendo enviada no mínimo uma difusão anual para cada uma das escolhas. Para o efeito da difusão é tida sempre em consideração a qualidade de informação (revistas com elevado fator de impacto) de acordo com o SJR- Scimago Journal & Country Rank, os recursos que se encontrem disponíveis gratuitamente de comprovada qualidade e interesse que visam suprir as necessidades de especialidades que não estejam representadas nas bases de dados assinadas.



### Pedidos de Artigos ao Exterior (nacional e estrangeiro)

No que diz respeito ao indicador Pedidos de Artigos ao Exterior (nacional e estrangeiro), assistimos a uma diminuição deste indicador (-18.64%). Sendo, contudo, tendência deste indicador, uma continuada dependência externa no fornecimento de bibliografia por parte de instituições cooperantes e autores (+62%). As relações protocolares com outras instituições baseiam-se em sinergias e reciprocidade que importam manter e desenvolver.

### Pedidos de Artigos de outras Bibliotecas

No tocante ao indicador Pedidos de Artigos de outras Bibliotecas, em relação ao ano anterior os números foram superiores (+20.78%). Salienta-se o papel da reciprocidade como prática essencial para manter as relações existentes que possibilitam o empréstimo inter-bibliotecas (EIB), bem como para fomentar novos contactos com outras instituições, para o efeito será sempre necessária a assinatura de pelo menos uma base de dados além da UpToDate.



Pedido de artigos  
ao SBD

+2,43%

Verificaram-se números superiores em relação a igual período do ano anterior.



Artigos Enviados  
aos Clientes

+13,87%

Assistimos a um aumento dos números em relação a ano anterior.



Leitura de  
Presença

+25,40%

Os dados relativos a este indicador apresenta um aumento em 2020.



Empréstimos de  
Monografias SBD

-62,07%

Apresenta uma diminuição face ao ano anterior, um fundo envelhecido e pouco apelativo, novas formas de leitura e a valorização para a atualização de artigos científicos em detrimento das monografias são razões que permitem explicar a diminuição.

**Pesquisas Online a Pedido e Apoio Individual à Pesquisa**  
Ambos apresentaram uma evolução negativa comparativamente a igual período do ano passado respetivamente -7.20% e -87%. Estes resultados poderão ser representativos de uma cada vez maior autonomia dos utilizadores, com base na contínua formação individual por parte dos colaboradores do SBD, bem como resultantes da pandemia.

### Presenças de Clientes

No que diz respeito à Presenças de Clientes, houve uma diminuição da frequência de clientes/utilizadores (-7.80%), são vários os fatores que condicionam os resultados deste indicador, alguns estruturantes como a não existência de um

espaço dedicado para trabalhos de grupo, o facto do Serviço ter estado encerrado sensivelmente um mês em virtude da pandemia, bem como posteriormente as regras impostas relativas à taxa máxima de ocupação, foram fatores condicionantes da evolução negativa deste indicador.

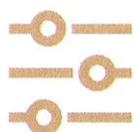
### Consultas à Base de Dados Sage

Apresenta valores inferiores em relação aos verificados no ano anterior (-10.67%). A facilidade de acesso proporcionada aos internos de formação geral e específica, bem como a outros de acederem onde e quando quiserem à base de dados Sage (walk on users), tem como inconveniente o facto de não poder ser quantificável o número de acessos que não seja feito através da intranet do HDES.

## 4.4 Biblioteca e Documentação



Assume particular destaque a base de dados UpToDate (UTD) entre os recursos disponibilizados ao utilizador, é uma ferramenta de evidência médica, elaborada por médicos para dar aos clínicos respostas práticas e efetivas às suas perguntas, proporcionando assim um aumento do conhecimento clínico, bem como a melhoria da qualidade no cuidado prestado aos pacientes.



### Consultas à Base de Dados UpToDate

No que concerne aos resultados de Consultas à Base de Dados UpToDate, podemos observar que em relação ao ano transato houve um aumento das consultas (+28.12%). Os resultados refletem a utilização das principais instituições de saúde do arquipélago e não apenas do Hospital.

Acerca da relevância e pertinência da UTD, o assunto mais pesquisado na base de dados durante o ano anterior foi Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Epidemiology, virology, and prevention, destacado de todas as demais temáticas pesquisadas, revelando o seu carácter de imprescindível ferramenta no desempenho diário dos profissionais clínicos.

### Monografias Catalogadas

No que se refere às Monografias Catalogadas, durante o ano de 2020 foram catalogadas menos monografias do que no ano anterior (-23.33%), convém salientar que este indicador está sempre dependente das obras oferecidas por beneméritos e da aquisição das monografias sugeridas por chefes, responsáveis ou diretores de serviço.

# Conclusão

À semelhança do que tem acontecido em anteriores anos, os indicadores dos principais serviços do Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD) demonstram a cada vez maior proeminência dos recursos eletrónicos. Apesar da variação anual de vários indicadores, verifica-se uma boa utilização dos vários produtos e serviços disponibilizados pelo SBD (Tabela 11), com certeza que o investimento feito em formação é sinónimo de uma cada vez maior autonomia do utilizador.

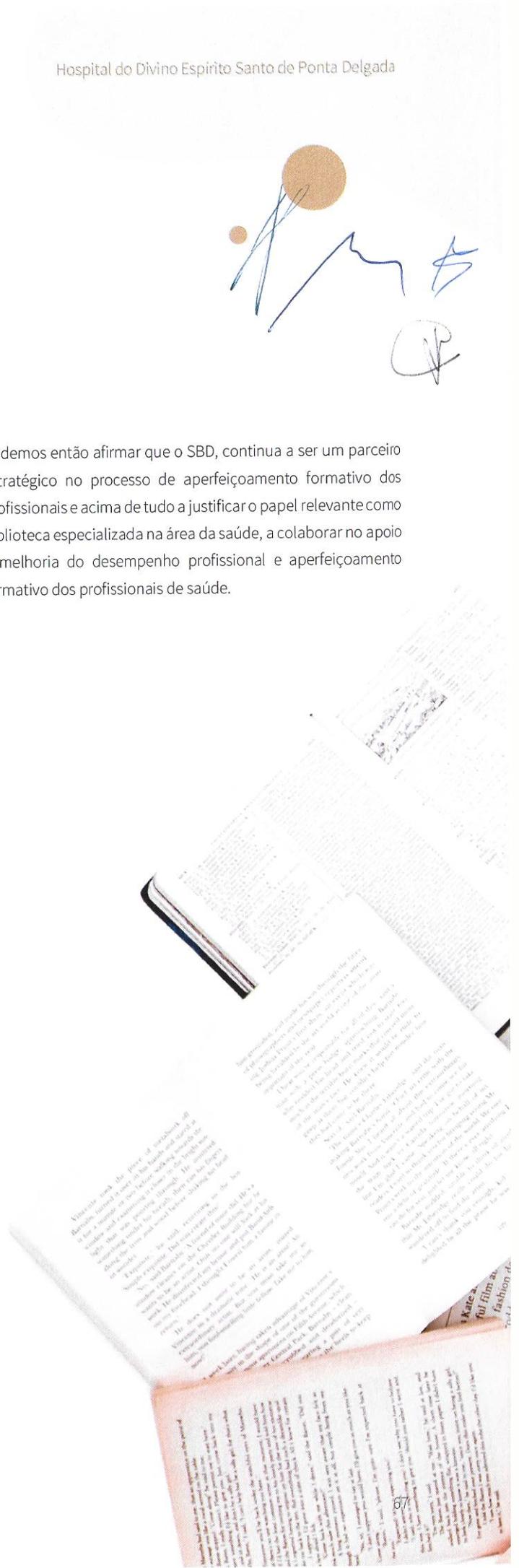
Em 2020, o Serviço de Biblioteca e Documentação procurou cumprir com a sua missão de colaborar no processo formativo e informativo dos profissionais de saúde de modo a cumprir o pressuposto de que profissionais mais informados tomarão melhores decisões aumentando a qualidade dos cuidados prestados ao utente. Neste sentido importa continuar a garantir recursos para serem disponibilizados aos profissionais de saúde do HDES, recursos em número e em quantidade de forma a cumprir com os critérios da idoneidade formativa dos colégios da especialidade e com as necessidades dos clientes internos.

Apesar dos enormes constrangimentos e desafios que enfrenta o SBD, nomeadamente a dependência das instituições cooperantes no que diz respeito à disponibilização de artigos científicos, importa em todo o caso manter as relações protocolares existentes e tentar promover novas.

No que diz respeito à importância da base de dados UTD está bem patente pelas estatísticas, contudo é relevante a base de dados Sage pela diferente oferta de recursos, bem como o facto de poder ser acedida fora da rede de intranet do Hospital.

O facto de um elemento do Serviço participar na integração dos novos Internos de formação geral e internos de formação específica contribui a par com as difusões para apresentar os recursos disponíveis no Serviço com destaque para as bases de dados.

Podemos então afirmar que o SBD, continua a ser um parceiro estratégico no processo de aperfeiçoamento formativo dos profissionais e acima de tudo a justificar o papel relevante como biblioteca especializada na área da saúde, a colaborar no apoio à melhoria do desempenho profissional e aperfeiçoamento formativo dos profissionais de saúde.



## 4.5 Saúde Ocupacional



### Relatório de Atividades 2020

As atividades do SSO tiveram como missão promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e a prevenção das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no HDES, como preconizado na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada pelas Leis n.º 42/2012, de 28 de agosto e n.º 3/2014, de 28 de janeiro, Declaração de Retificação n.º 20/2014, de 27 de março e Decreto – Lei n.º 88/2015 de 21 de maio.

### Medicina do Trabalho

O médico do trabalho exerce as suas funções em prestação de serviço.

Em 2020 convocou-se 900 trabalhadores para exame médico e enviou-se com as convocatórias 2141 pedidos de exames complementares de diagnóstico (análises, RXs, eletrocardiogramas, audiogramas, tímpanogramas, zaragatoas e provas de esforço).

**Tabela 12- Exames médicos efetuados aos trabalhadores no ano de 2020**

Exames médicos	Admissão	Periódicos	Ocasionais				Total	
			Pedido	J.médica	Atestados	Acidentes		Cons. viaj
Convocatórias	223	464	170	11	18	7	7	900
Presenças	174	267	140	7	16	7	7	617
Faltas	24	89	14	2	0	0	0	120
Remarcadas	25	108	16	2	2	0	0	154
Telefónicos	0	0	168	0	0	0	0	168

## Saúde Ocupacional



### Fichas de Aptidão

Em função do tipo de riscos profissionais e do estado de saúde dos trabalhadores emitiram-se as fichas de aptidão, que foram enviadas aos Recursos Humanos, para a responsável deste serviço tomar conhecimento, assinar e reenviar aos superiores hierárquicos dos respetivos grupos profissionais.

**Tabela 14- Fichas de Aptidão**

Apto	308
Apto Condicional	109
Inapto	7
<b>Total</b>	<b>424</b>



### Consultas

Sempre que se detetou alterações nas condições de saúde e nos exames complementares de diagnóstico, os trabalhadores foram encaminhados para consultas de especialidade médica.



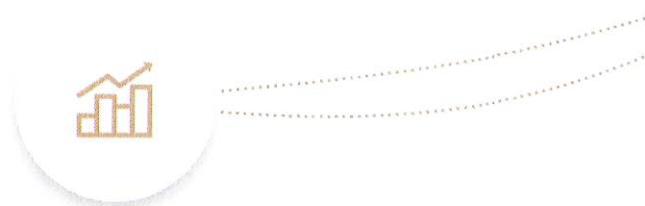
**Tabela 13- Pedidos de consultas por Especialidade**

Especialidades médicas	Pedidos Requisitados
Ginecologia	9
Ortopedia	1
Psiquiatria/Psicologia	15
Oftalmologia	1
Cirurgia plástica	1
Pneumologia	2
Dermatologia	2
Nefrologia	1
Infeciologia	2
MFR	6
Cirurgia Geral	1
Cardiologia	1
Neurologia	1
Hematologia	12
Reumatologia	1
Gastroenterologia	8
Imunoalergologia	1
Medicina Interna	1
<b>Total</b>	<b>66</b>

## 4.5 Saúde Ocupacional



Para completar a observação e formular uma opinião precisa sobre o estado de saúde dos trabalhadores, o médico do trabalho solicitou exames complementares específicos ou pareceres médicos especializados para além dos previstos.



**Tabela 15- Pedidos de exames especializados**

Exames	Pedidos Requisitados
Colonoscopia	6
RX específicos	7
Ecografia	2
TAC	5
<b>Total</b>	<b>20</b>

Os trabalhadores que se apresentaram em situação de doença e incapacitados para a realização do seu trabalho diário, foi-lhes prescrito Atestado /Baixa médica e enviados aos Recursos Humanos /Segurança Social.

Na consulta de Saúde do Viajante (7) os trabalhadores foram aconselhados sobre as medidas preventivas a adotar antes, durante e depois da viagem. Estas medidas incluíram a prescrição da vacinação obrigatória, medicação preventiva ou outra recomendação.

**Tabela 16- Atestados/baixas médicas prescritas**

Trabalhadores	Nº	Dias Absentismo
Enfermeiros	12	275
Assistentes Operacionais	14	359
Assistentes Técnicos	8	181
Médicos	8	93
Técnicos superiores	3	71
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>979</b>



## Enfermagem do Trabalho



### Enfermeira

A enfermeira do trabalho é a responsável pelo SSO, e como tal pela sua gestão. A enfermeira do trabalho está afeta ao serviço com 35h semanais. Permanentemente recebe e orienta trabalhadores em questões de saúde individual/ocupacional, na gestão de conflitos institucionais, facilita a

referenciação para outros profissionais de saúde ou serviços de forma a aumentar a satisfação dos trabalhadores e a diminuir o absentismo.

Ao longo do ano de 2020 realizaram-se 42 consultas de enfermagem programadas e 226 atendimentos. Nas consultas de enfermagem e atendimentos propomo-nos a compreender os fatores que influenciam ou determinam o estado de saúde dos trabalhadores.



### Educação e Promoção da Saúde

Na Educação e Promoção da Saúde dos trabalhadores, sensibilizou-se para os efeitos nocivos do confinamento, do tabaco e do álcool. Avaliou-se o estado imunitário e orientou-se para estilos de vida saudáveis, alimentação adequada

saudável. Monitorizou-se tensões arteriais e peso aos trabalhadores dos serviços não clínicos que nos demandaram. Como prevenção de acidentes de trabalho sensibilizou-se os trabalhadores para práticas profissionais seguras e saudáveis.

Nas 7 consultas do viajante informou-se os trabalhadores para atitudes de prevenção, informação sobre higiene individual, alimentação, vestuário e a outros aspetos que deveriam estar em alerta.



## 4.5 Saúde Ocupacional

### Vacinação

A partir do mês de outubro vacinou-se para a gripe sazonal 861 trabalhadores e colaboradores (aposentados, voluntariado, brigada de limpeza e funcionários do bar) que aderiram à campanha. De referir que em comparação com o ano transato aderiram à vacinação mais 301 trabalhadores até ao final de dezembro

**Tabela 17- Vacina da gripe administrada por grupos profissionais**

Assistentes Operacionais	Enfermeiros	Médicos	Técnicos	Assistentes Técnicos	Outros
148	220	197	137	82	77

Ao longo do ano administrou-se 64 vacinas diferenciadas (contra a hepatite B, tétano, pneumonia e outras). As vacinas não obrigatórias no Plano Nacional de Vacinação foram adquiridas pelos trabalhadores, administradas e registadas na ficha de vacinação do SSO e Boletim de Vacinas dos próprios.

**Tabela 18- Outras vacinas administradas aos trabalhadores e colaboradores em 2020**

Vacinas	Administradas
Hepatite B	33
Tétano	2
Hepatite A	8
Prevenar	5
Outras adquiridas pelos trabalhadores	17
<b>Total</b>	<b>64</b>

### Psicologia

A Psicóloga que colabora com o SSO na área da promoção da saúde mental agendou 491 consultas de psicologia a 52 trabalhadores que solicitaram ajuda ou que foram encaminhados por outros especialistas. Os motivos dos

pedidos de consultas foram essencialmente relacionados com dificuldades nas relações profissionais, pessoais e gestão de conflitos.

## Reparação de Acidentes de Trabalho

Lei n.º 98/ 2009, de 4 de setembro e Decreto-Lei n.º. 503/99, de 20 de novembro

Os acidentes de trabalho são participados à Seguradora e ao CA, consoante o regime de contrato de trabalho, ficando à responsabilidade do SSO a qualificação e seguimento dos acidentes de risco biológico.

No total participou-se à Seguradora 27 acidentes de Trabalho. Ao abrigo do Decreto-Lei n.º. 503/99 participou-se ao CA 38 acidentes/incidentes de trabalho.

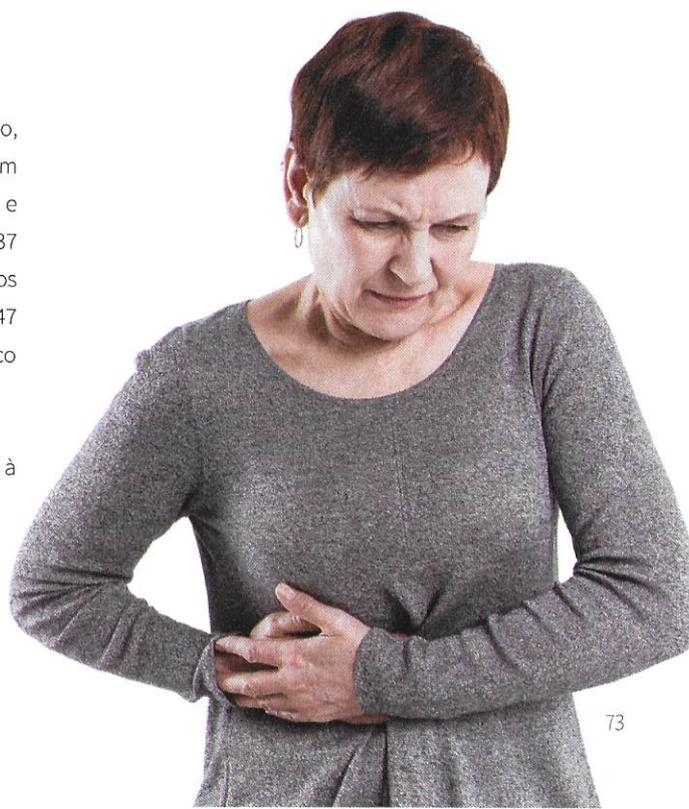
**Tabela 19 - Causas e danos dos acidentes de trabalho**

Risco	Dano	Número
Mobilização de doentes	Traumatismos músculo-esquelético	9
Queda ao nível	Entorse/fratura/traumatismo	15
Queda em altura	Entorse /fratura/traumatismo	7
Manuseamento de materiais	Cortes/entorse/traumatismo/queimadura	10
Queda de material	Fratura, traumatismo músculo-esquelético	2
Embate em equipamentos	Fratura, traumatismo músculo-esquelético	5
Acidente in itinerari	Traumatismo músculo-esquelético	2
Esmagamento	Traumatismo	1
Atropelamento por equipamento	Traumatismo	1
Inalação de produto químico	Lesão respiratória	12
Uso de EPI	Lesão ocular	1
Agressão verbal/físico	Traumatismo/transtorno psicológico	7
<b>Total</b>		<b>65</b>

Um processo de acidente de trabalho foi reaberto.

Recebeu-se 254 participações de acidentes de risco biológico, tendo as participações sido contactos não protegidos com doentes portadores de doenças infecciosas (tuberculose e meningite). Efetuou-se acompanhamento serológico a 37 trabalhadores vítimas de exposição a sangue ou outros fluidos orgânicos, como determina o procedimento. Pediu-se 147 análises de serologias para marcadores virais. No risco químico tivemos 8 participações (contacto com citostáticos).

No âmbito das doenças profissionais fez-se 10 participações à Segurança Social.

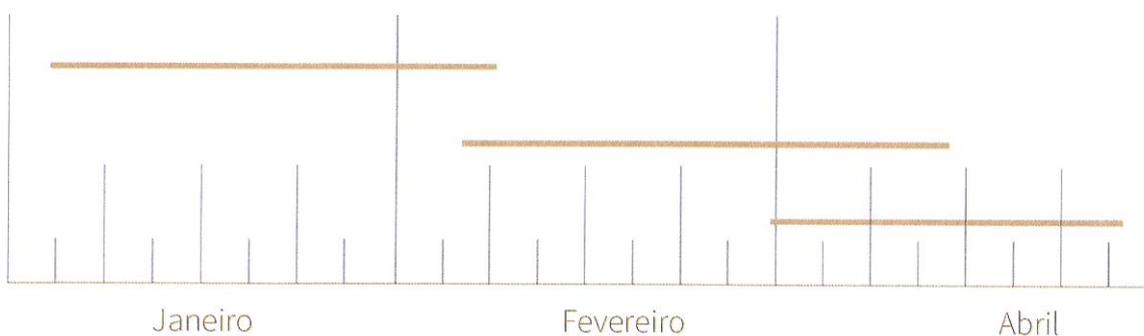


## 4.5 Saúde Ocupacional



### Revisão de Documentos/ Regulamento/ Programa/ Política/ Recomendação

- |    |  |    |                                      |    |  |
|----|--|----|--------------------------------------|----|--|
| 01 | Postos de Trabalho com Equipamentos dotados de Visor                     | 01 | Programa de Imunização da hepatite B | 01 | Cuidados com a pele em contexto de pandemia por sars-cov-2 |
| 02 | Observação da saúde do trabalho consoante os riscos do local de trabalho |    |                                      |    |  |
| 03 | Participação de Doenças Profissionais                                    |    |                                      |    |  |



### Formação

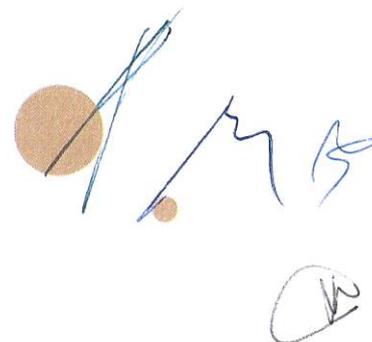
No âmbito da formação interna obrigatória (Simpósio da Qualidade) e sempre que se realiza, colaboramos nas sessões de formação com a temática relacionada com a saúde do trabalho. Em 2020 participamos em duas 2 sessões de Integração aos novos profissionais admitidos na Instituição.

No âmbito da formação específica e a pedido da Escola Superior de Saúde cooperamos na Pós-Graduação de Enfermagem do Trabalho e em 1 sessão aos alunos do 4º ano.

Forneceu-se informação técnica no âmbito de Saúde Ocupacional a todos os trabalhadores que solicitaram.

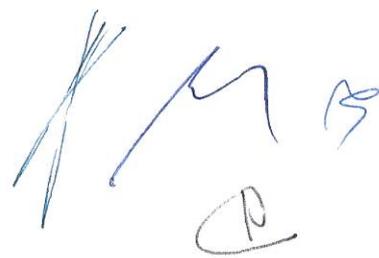
### Pareceres

Os pareceres de equipamentos de proteção individual, novos equipamentos de trabalho e de produtos químicos solicitados ao SSO foram analisados e respondidos.

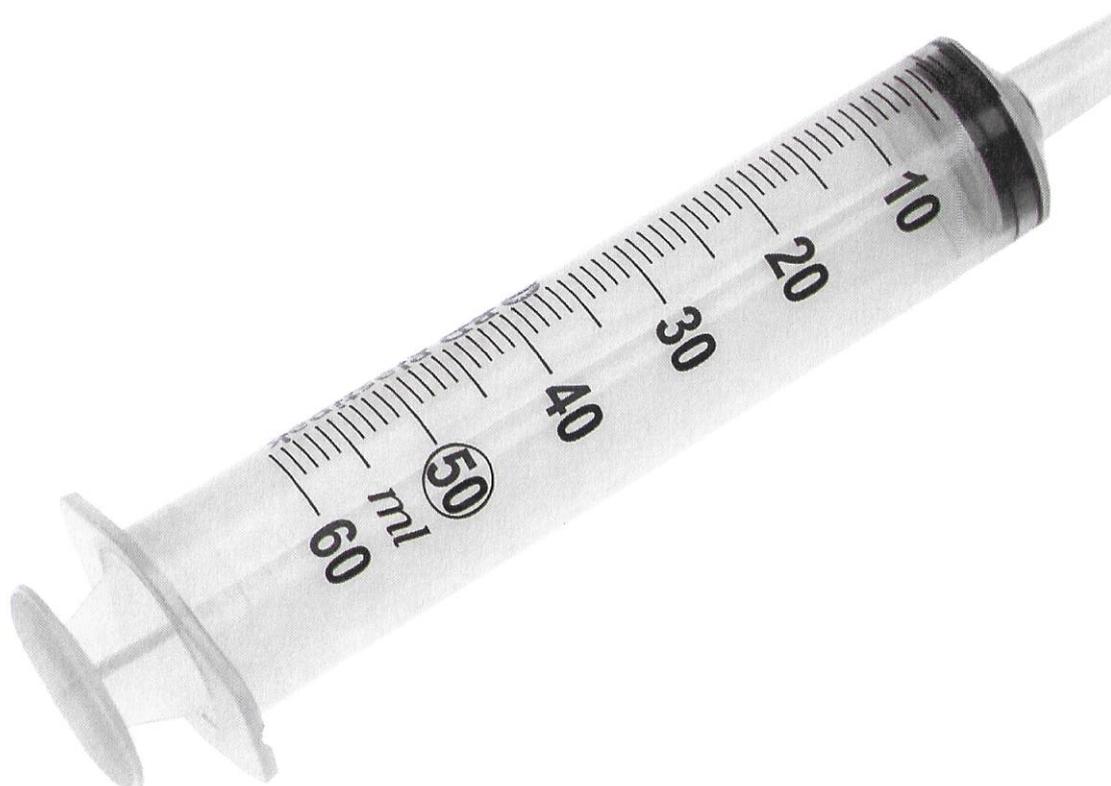


## Reuniões

2019	
Dezembro	
	Ao longo do ano realizaram-se 39 reuniões com os Serviços;
2020	
	Aprovisionamento sempre que foi necessário adquirir equipamentos individuais de segurança, produtos químicos, equipamentos ou outros;
Fevereiro	Farmacêuticos para analisar a entrada ou substituição de produtos químicos, aquisição de vacinas e condições de trabalho;
	Instalações e Equipamentos para discutir resoluções de fatores de risco físico;
	Gestão de Risco para discussão das situações de risco não clínico como preconizado na Estratégia de Risco;
Maio	Comissão de Controlo de Infeção sempre que necessário avaliar a biossegurança institucional;
	Recursos Humanos para examinar participações de acidentes de trabalho, assuntos relacionados com o absentismo dos trabalhadores, conflitos laborais, Fichas de Aptidão e procedimentos;
	Jurídicos para apoio legal;
Setembro	Gerais para análise geral de condições de trabalho /postos de trabalho, para trabalhadores com fichas de aptidão parciais entre outros;
	Núcleo de Formação para programar a formação na área da saúde do trabalho;
	Hoteleiros para analisar a aquisição de produtos de limpeza e procedimentos relacionados com a segurança;
	CA para resolução de situações pertinentes e de resoluções da gestão de topo;
	Serviços que solicitam a intervenção no âmbito da saúde ocupacional;
Dezembro	Escola Superior de Saúde para discussão de assuntos académicos que envolvem o SSO – Sensibilização, Visitas de Estudo e Acompanhamento de alunos.
2021	
Abril	



# Relatório & Contas 2020





# 05 Movimento Assistencial

## Índice

5.1 Consulta Externa	80
5.2 Internamento	82
5.3 Bloco Operatório e Bloco de Partos	86
5.4 Lista de Espera Cirúrgica	93
5.5 Hospital de Dia	95
5.6 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	96
5.7 Serviço de Urgência	98

## 05 Movimento Assistencial



### Introdução

A atividade assistencial do ano de 2020 será apresentada tendo em consideração as principais áreas de intervenção, nomeadamente: Consulta Externa; Internamento; Bloco Operatório e Bloco de Partos; Hospital de Dia; Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e Urgência.

De referir que no ano de 2020 a atividade assistencial apresenta variação negativa comparativamente a período homólogo.

#### Atividade Cirúrgica

No ano 2020 verificamos diminuição na atividade cirúrgica, para isto, contribuiu o adiamento das cirurgias programadas não prioritárias de meados de março a início de julho, devido à crise pandémica.

No decorrer deste ano, e nos meses de funcionamento total do Bloco Operatório, deu-se seguimento aos programas de produção adicional de cirurgias. Neste âmbito, são incluídas todas as especialidades com uma lista de utentes inscritos com tempo de espera com maior antiguidade.

#### Consulta Externa – Hospital Dia – Internamento – Urgência

Destacamos uma redução do número de doentes atendidos no serviço de Urgência em 37,38%, ou seja, menos 42.541 doentes em relação ao ano de 2019.

No que se refere ao internamento, no ano de 2020, registou-se uma diminuição no número de dias de internamento 13,34%, bem como o número de doentes saídos.

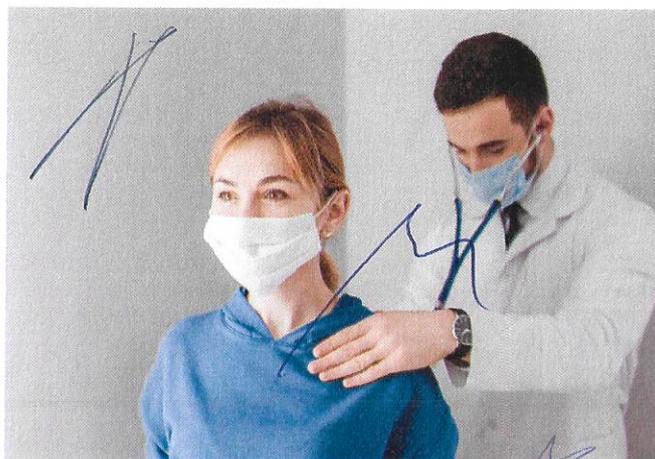
A produção da Consulta Externa, regista uma diminuição de 1,58% no total da sua atividade e o Hospital de Dia apresenta uma redução de 807 sessões.

Tabela 20- Atividade Assistencial HDES

Atividade Assistencial	Jan-Dez 19	Jan-Dez 20	20/19Δ %
<b>Consultas médicas</b>			
Primeiras	46 272	40 425	-12,64%
Subsequentes	125 085	106 819	-14,60%
Ato médico sem doente	39 396	55 560	41,03%
<b>Total</b>	<b>210 753</b>	<b>202 804</b>	<b>-3,77%</b>
<b>Consultas outros Profissionais de saúde</b>			
Enfermagem	26 328	25 054	-4,84%
Nutrição	6 557	10 895	66,16%
Psicologia	5 721	5 486	-4,11%
Desenvolvimento Reabilitação Psicomotor e, Outros	1 801	2 944	63,46%
<b>Sub-Total</b>	<b>40 407</b>	<b>44 379</b>	<b>9,83%</b>
<b>Total Consultas</b>	<b>251 160</b>	<b>247 183</b>	<b>-1,58%</b>
<b>Hospital de Dia</b>			
Nº de sessões	26 537	25 730	-3,04%
<b>Internamento*</b>			
Doentes saídos	18 542	14 311	-22,82%
Dias de internamento saídos	105 983	91 841	-13,34%
<b>Bloco Operatório</b>			
Número de cirurgias	7 927	5 187	-34,57%
Taxas de Ambulatorização	49,81%	40,66%	-18,37%
<b>Bloco de Partos</b>			
Número de partos	1 344	1 308	-2,68%
Número de cesarianas	506	506	0,00%
Peso das cesarianas	37,65%	38,69%	2,75%
<b>Urgência</b>			
Nº de Atendimentos	113 819	71 278	-37,38%

\* Inclui internamentos inferiores a 24h (ambulatório)

## 5.1 Consulta Externa



### Consulta Externa

O ambulatório hospitalar é considerado uma área primordial, por ser uma das principais vias de acesso da população aos cuidados de saúde. A preocupação com a acessibilidade dos utentes é uma constante por parte do HDES. Desta forma, todos os pedidos de consulta, quer os gerados pelas especialidades hospitalares, quer os provenientes do exterior, são triados conforme os critérios de referência de cada especialidade, de forma a garantir a priorização dos casos urgentes.

Tabela 21- Evolução da atividade de Consulta Externa

Atividade Assistencial	Jan-Dez 19	Jan-Dez 20	20/19Δ %
<b>Consultas médicas</b>			
Primeiras	46 272	40 425	-12,64%
Subsequentes	125 085	106 819	-14,60%
Ato médico sem doente	39 396	55 560	41,03%
<b>Total</b>	<b>210 753</b>	<b>202 804</b>	<b>-3,77%</b>
<b>Consultas outros Profissionais de saúde</b>			
Enfermagem	26 328	25 054	-4,84%
Nutrição	6 557	10 895	66,16%
Psicologia	5 721	5 486	-4,11%
Desenvolvimento Reabilitação Psicomotor e, Outros	1 801	2 944	63,46%
<b>Sub-Total</b>	<b>40 407</b>	<b>44 379</b>	<b>9,83%</b>
<b>Total Consultas</b>	<b>251 160</b>	<b>247 183</b>	<b>-1,58%</b>

### Consultas

Conforme se pode observar na Tabela 21, verifica-se uma diminuição nas consultas médicas, tanto nas primeiras como nas subsequentes de 12,64% (-5847) e -14,60% (-18266) respetivamente.

Em contrapartida, o ato médico sem doente regista um aumento de 41,03%, onde se inclui

o rastreio dos profissionais SARS-COV-2, até catalogação no respetivo ato de cada serviço.

A reorganização do processo administrativo de registo, contribuiu para aumento de 66% no número de consultas de Nutrição e 63% nas consultas de Desenvolvimento Reabilitação Psicomotor e Outros.



## Lista de espera para consultas

A Tabela 22 apresenta o número de utentes a aguardar uma primeira consulta de especialidade. É efetuada a distinção entre o tempo de espera para as primeiras consultas com marcação efetiva e o número de pedidos de consulta a aguardar marcação.

Verifica-se que existem 4.257 pedidos com data de consulta e 9.289 a aguardar marcação da primeira consulta, apresentando um aumento de 56 pedidos a aguardar marcação da primeira consulta e uma redução de 1459 de pedidos com consulta marcada, comparativamente a 2019.

**Tabela 22- Lista de espera para primeiras consultas a 31/12/2020**

Valências	Nº Doentes a aguardar		Tempo de espera (meses)							
	Sem marcação	Com marcação	< 1	1-2	2-3	3-6	6-9	9-12	> 12	
Anestesiologia	241	12	11	0	0	1	0	0	0	
Cardiologia	292	273	3	20	1	75	80	52	42	
Cirurgia Geral	535	346	21	53	27	34	7	26	178	
Cirurgia Maxilo-Facial	34	36	1	5	0	11	9	4	6	
Cirurgia Plástica	174	276	0	2	3	1	1	13	256	
Cirurgia Vasculuar	50	217	0	13	25	28	77	58	16	
Dermatologia	1 189	28	1	3	0	23	0	0	1	
Equipa Apoio Psicossocial	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Doenças infecciosas	8	40	0	0	32	4	4	0	0	
Endocrinologia	599	222	4	2	2	8	15	29	162	
Estomatologia	46	4	0	1	0	2	0	1	0	
Gastroenterologia	33	216	2	30	58	124	2	0	0	
Ginecologia	313	75	2	11	26	21	8	4	3	
Hematologia	483	14	0	5	6	1	0	0	2	
Hematologia Oncológica	3	2	1	1	0	0	0	0	0	
Medicina Física e Reabilitação	202	22	6	7	1	6	2	0	0	
Medicina Interna	90	135	2	28	15	27	28	29	6	
Nefrologia	26	69	0	0	1	17	43	2	6	
Neurocirurgia	268	726	1	0	23	22	1	66	613	
Neurologia	355	302	0	0	1	6	163	56	76	
Obstetrícia	218	26	10	7	5	4	0	0	0	
Oftalmologia	1 669	46	0	4	2	4	0	2	34	
Oncologia	6	14	7	5	2	0	0	0	0	
Ortopedia	178	419	40	30	19	66	170	76	18	
Otorrino	15	285	3	48	78	145	7	0	4	
Pediatria	229	150	1	11	31	69	10	20	8	
Unidade de Psiq. Da Infância e Adolescência	27	15	0	2	0	13	0	0	0	
Pneumologia	454	7	1	0	1	1	0	0	4	
Psiquiatria	801	8	1	3	1	1	0	0	2	
Psicologia	274	4	4	0	0	0	0	0	0	
Reumatologia	155	92	1	0	20	49	16	0	6	
Unidade de Diálise	0	3	0	2	0	1	0	0	0	
Unidade de Dor	147	6	1	0	1	1	0	1	2	
Unidade de Imunoalergologia	99	83	0	0	21	48	6	4	4	
Urologia	25	76	0	20	0	4	14	9	29	
Consulta Médica a Dadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Desenvol. Reab. Psicomotor	31	0	0	0	0	0	0	0	0	
Unidade Hiperbárica Subaqua.	6	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cuidados Paliativos	11	8	7	0	1	0	0	0	0	
Medicina Intensiva	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>	<b>9 289</b>	<b>4 257</b>	<b>131</b>	<b>313</b>	<b>403</b>	<b>817</b>	<b>663</b>	<b>452</b>	<b>1478</b>	



## 5.2 Internamento

Como se verifica na Tabela 23, o número de doentes saídos diminuiu 16,84%, diminuindo também o número de dias de internamento (11,18%) e taxa de ocupação (10,41%), aumentando a demora média em 6,8 % e a lotação em 8,72% correspondendo a 36 novas camas, distribuídas pelos serviços de Psiquiatria (3), Cirurgia V (20), Medicina V (7) e Obstetrícia (6).

Na Tabela 24 - Evolução dos Doentes Saídos (inclui internamentos inferiores a 24 horas e Perinatologia), verifica-se, igualmente, diminuição do número de doentes saídos (22,82%), dias de internamento (13,34%) e taxa de ocupação (12,32%).

**Tabela 23 - Evolução do Internamento (Internamentos superiores a 24 horas)**

	2018	2019	2020	20/19 Δ	20/19%
Lotação	409	413	449	36	8,72%
Doentes saídos*	14 263	14 680	12 208	-2 472	-16,84%
Óbitos	693	676	709	33	4,88%
Dias de internamento**	103 195	105 581	91 655	-11 540	-11,18%
Demora média	7,2	7,2	7,5	0,48	6,80%
% de ocupação	69,01	70,39	61,83	-7,18	-10,41%

\* Doentes saídos com Internamentos superiores a 24 horas

\*\*Dias de internamento inclui apenas internamentos superiores a 24 horas

**Tabela 24 - Evolução do Internamento (Internamentos superiores a 24 horas)**

	2018	2019	2020	20/19 Δ	20/19%
Lotação	409	413	449	36	8,72%
Doentes saídos*	17 986	18 542	14 311	-4 231	-22,82%
Óbitos	693	676	709	33	4,88%
Dias de internamento**	103 623	105 983	91 841	-14 142	-13,34%
Demora média	5,8	5,7	6,4	0,7	12,28%
% de ocupação	69,30	70,66	61,95	-8,71	-12,32%

\* Inclui doentes saídos com menos de 24 horas de internamento

\*\* o número de dias de internamento inclui os casos que sendo inferior a 24 horas ocupou uma cama (passou a noite)

# Internamentos Superiores a 24h



**Tabela 25- Evolução dos doentes Saídos com Internamentos superiores a 24 horas**

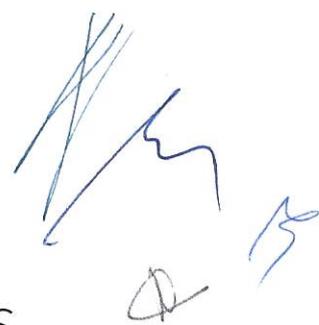
A Tabela 25 apresenta o detalhe do número de doentes saídos por especialidade, realçando o aumento de 345,45% nos doentes saídos em Doenças infecciosas, uma diminuição na especialidade Medicina Interna em 15,98% correspondendo a 466 doentes saídos e a diminuição de 25,85% correspondendo a 394 doentes saídos da especialidade Cirurgia Geral, relativamente a 2019.

Estes valores estão diretamente relacionados com a pandemia, correspondendo o aumento nas Doenças Infecciosas aos internamentos COVID, a diminuição na Medicina Interna à redução de admissões no Serviço de Urgência, uma vez que 95% dos utentes internados desta especialidade provêm do Serviço de Urgência, e diminuição na Cirurgia Geral devido à redução da atividade cirúrgica.

Especialidades	2019	2020	20/ 19 Δ	20/19%
Cardiologia	1 088	839	-249	-22,89%
Cirurgia Geral	1 524	1 130	-394	-25,85%
Cirurgia Maxilo-Facial	72	33	-39	-54,17%
Cirurgia Plástica	184	118	-66	-35,87%
Cirurgia Vascular	468	394	-74	-15,81%
Cirurgia Pediátrica	31	38	7	22,58%
Dermatologia	0	0	0	-
Doenças Infecciosas	22	98	76	345,45%
Endocrinologia	46	29	-17	-36,96%
Estomatologia	31	18	-13	-41,94%
Gastroenterologia	565	491	-74	-13,10%
Ginecologia	429	271	-158	-36,83%
Hematologia	117	103	-14	-11,97%
Medicina Interna	2916	2 450	-466	-15,98%
Medicina Intensiva	61	70	9	14,75%
Nefrologia	125	123	-2	-1,60%
Neonatologia	126	119	-7	-5,56%
Neurocirurgia	183	146	-37	-20,22%
Neurologia	270	246	-24	-8,89%
Obstetrícia	1550	1461	-89	-5,74%
Oftalmologia	36	25	-11	-30,56%
Oncologia Médica	192	256	64	33,33%
Ortopedia	906	727	-179	-19,76%
Otorrinolaringologia	493	321	-172	-34,89%
Pediatria	478	382	-105	-23,76%
Pneumologia	547	289	-189	-39,54%
Reumatologia	1	3	2	200,00%
Urologia	428	290	-138	-32,24%
Perinatologia	1258	1233	-25	-1,99%
Unidade de Cuidados Paliativos	345	314	-31	-8,99%
Unidade de Pedopsiquiatria	2	0	-2	-100%
Unidade de Agudos de Psiquiatria	186	191	5	2,69%
<b>Total</b>	<b>14 680</b>	<b>12 208</b>	<b>-2 472</b>	<b>-16,84%</b>

## 5.2 Internamentos

### Doentes Saídos com Internamentos inferiores a 24 horas



**Tabela 26- Evolução dos doentes Saídos com Internamentos inferiores a 24 horas**

<b>Especialidades</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>20/ 19 Δ</b>	<b>20/19%</b>
Cardiologia	244	247	3	1,23%
Cirurgia Geral	893	339	-554	-62,04%
Cirurgia Maxilo-Facial	171	87	-84	-49,12%
Cirurgia Plástica	288	165	-123	-42,71%
Cirurgia Vasculuar	110	59	-51	-46,36%
Cirurgia Pediátrica	24	25	1	4,17%
Doenças Infeciosas	0	0	0	-
Endocrinologia	1	0	-1	-100,00%
Estomatologia	10	1	-9	-90,00%
Gastroenterologia	137	78	-59	-43,07%
Ginecologia	167	114	-53	-31,74%
Hematologia	0	0	0	-
Medicina Interna	1	0	-1	-100,00%
Nefrologia	0	1	1	-
Neurocirurgia	18	9	-9	-50,00%
Neurologia	3	3	0	0,00%
Obstetrícia	35	51	16	45,71%
Oftalmologia	1274	681	-563	-46,55%
Oncologia Médica	11	25	14	127,27%
Ortopedia	187	89	-98	-52,41%
Otorrinolaringologia	236	96	-140	-59,32%
Pediatria	1	2	1	100,00%
Pneumologia	2	4	2	100,00%
Reumatologia	0	5	5	-
Urologia	44	19	-25	-56,82%
Unidade Cuidados Paliativos	4	3	-1	-25,00%
Unidade de Pedopsiquiatria	1	0	-1	-100,00%
Unidade de Agudos de Psiquiatria	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>3 862</b>	<b>2 103</b>	<b>-1 759</b>	<b>-45,55%</b>



Os valores relativos aos doentes saídos com internamentos inferiores a 24h, em comparação com o mesmo período do ano anterior apresentaram redução de 45,55%, sendo as especialidades cirúrgicas as que mais contribuíram para este resultado, devido à diminuição do movimento cirúrgico.

## 5.3 Bloco Operatório e Bloco de Partos

### Bloco Operatório

A atividade do Bloco Operatório, devido ao adiamento das cirurgias programadas não prioritárias de meados de março a início de julho, registou uma diminuição cerca de 35% (2739) intervenções cirúrgicas relativamente ao mesmo período de 2019.

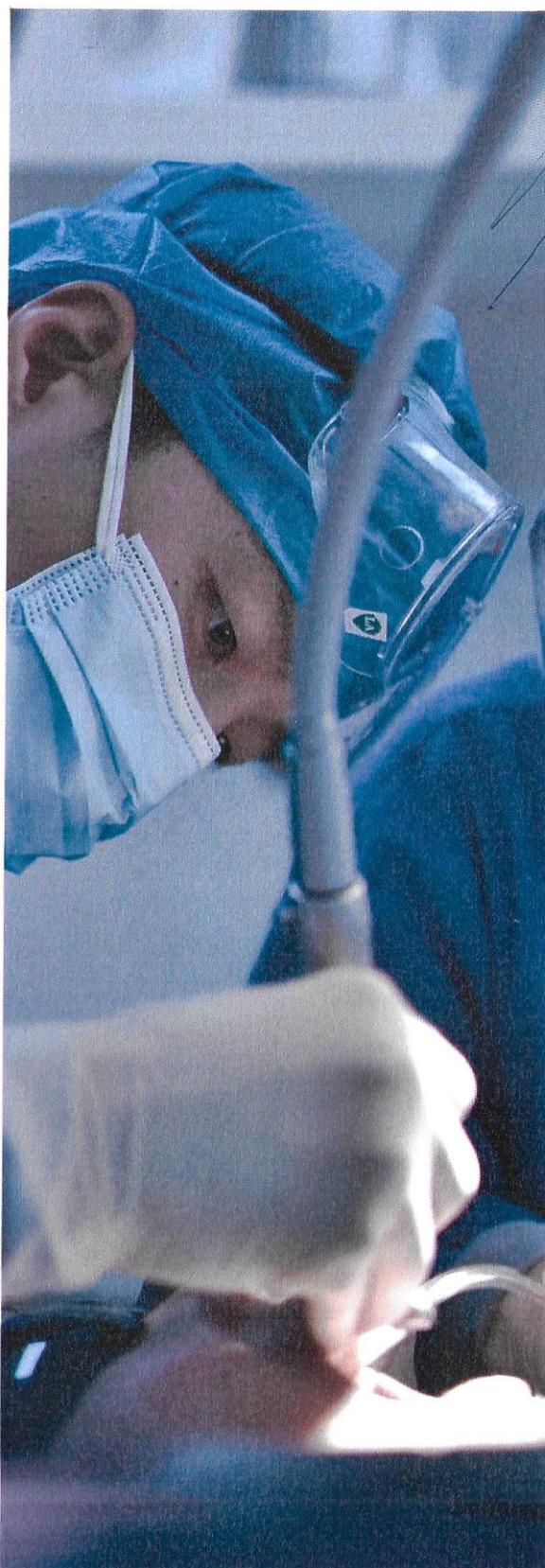
Analisando a tabela infra, as especialidades de Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia e Otorrinolaringologia representam cerca de 68% na diminuição do movimento do Bloco Operatório.

**Tabela 27- Evolução do movimento do Bloco Operatório - intervenções cirúrgicas**

Especialidades	2019	2020	20/19 Δ	20/19%
Cirurgia Geral	2 162	1 389	-773	-35,75
Cirurgia Maxilo-Facial	238	122	-116	-48,74
Cirurgia Pediátrica	55	66	11	20,00
Cirurgia Plástica	491	317	-174	-35,44
Cirurgia Vascular	560	417	-143	-25,54
Estomatologia	39	17	-22	-56,41
Neurocirurgia	187	137	-50	-26,74
Obstetrícia I	133	130	-3	-2,26
Oftalmologia	1 287	705	-582	-45,22
Ortopedia	1 019	792	-227	-22,28
Otorrinolaringologia	677	392	-285	-42,10
Urologia	439	278	-161	-36,67
Ginecologia	521	349	-172	-33,01
Outras*	119	77	-42	-35,29
<b>Total</b>	<b>7 927</b>	<b>5 188</b>	<b>-2 739</b>	<b>-34,55</b>



\* Anestesiologia; Gastreenterologia; Pneumologia; Reumatologia



Na Tabela 28 e Tabela 29, demonstra-se a evolução da atividade cirúrgica detalhando os movimentos relativos à atividade programada vs urgente e atividade em ambulatório vs internamento, respetivamente. Analisando a atividade de 2020, verifica-se que as cirurgias de ambulatório programadas representam 40,67% do total programado, sendo 71,38% do movimento do Bloco Operatório programado e 28,62% urgente.

# Bloco Operatório

**Tabela 28- Comparação movimento do Bloco Operatório 2020**

Especialidades	Programado				Urgente			Total
	Amb.	%	Inter.	Sub-total	Amb.	Inter.	Sub-total	
Cirurgia Geral	286	34,13	552	838	3	548	551	1 389
Cirurgia Maxilo-Facial	85	72,65	32	117	0	5	5	122
Cirurgia Pediátrica	26	40,00	39	65	0	1	1	66
Cirurgia Plástica	162	67,50	78	240	0	77	77	317
Cirurgia Vascular	23	7,17	298	321	1	95	96	417
Estomatologia	0	0,00	17	17	0	0	0	17
Neurocirurgia	1	1,25	79	80	0	57	57	137
Obstetrícia I	0	0	0	0	0	130	130	130
Oftalmologia	675	98,25	12	687	0	18	18	705
Ortopedia	82	20,45	319	401	0	391	391	792
Otorrinolaringologia	81	22,50	279	360	0	32	32	392
Urologia	14	6,51	201	215	0	63	63	278
Ginecologia	71	21,85	254	325	0	24	24	349
Outras*	0	0	37	37	5	35	40	77
<b>Total</b>	<b>1 506</b>	<b>40,67</b>	<b>2 197</b>	<b>3 703</b>	<b>9</b>	<b>1 476</b>	<b>1 485</b>	<b>5 188</b>

\* Anestesiologia; Gastrenterologia; Pneumologia e Reumatologia  
Não inclui cesarianas

# Bloco Operatório



**Tabela 29- Comparação do movimento programado do Bloco Operatório ano 2020**

Especialidades	Ambulatório			Internamento			Sub-Total		
	2019	2020	Δ %	2019	2020	Δ %	2019	2020	Δ %
Cirurgia Geral	843	286	-66,07%	733	552	-24,69%	1576	838	-46,83%
Cirurgia Maxilo-Facial	168	85	-49,40%	62	32	-48,39%	230	117	-49,13%
Cirurgia Pediátrica	23	26	13,04%	32	39	21,88%	55	65	18,18%
Cirurgia Plástica	269	162	-39,78%	119	78	-34,45%	388	240	-38,14%
Cirurgia Vasculuar	45	23	-48,89%	417	298	-28,54%	462	321	-30,52%
Estomatologia	0	0	-	37	17	-54,05%	37	17	-54,05%
Neurocirurgia	0	1	100%	114	79	-30,70%	114	80	-29,82%
Obstetrícia I	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Oftalmologia	1223	675	-44,81%	53	12	-77,36%	1276	687	-46,16%
Ortopedia	179	82	-54,19%	433	319	-26,33%	612	401	-34,48%
Otorrinolaringologia	224	81	-63,84%	416	279	-32,93%	640	360	-43,75%
Urologia	25	14	-44,00%	339	201	-40,71%	364	215	-40,93%
Ginecologia	148	71	-52,03%	339	254	-25,07%	487	325	-33,26%
Outras*	0	0	-	75	37	-50,67%	75	37	-50,67%
<b>Total</b>	<b>3147</b>	<b>1 506</b>	<b>-52,14%</b>	<b>3169</b>	<b>2 197</b>	<b>-30,67%</b>	<b>6316</b>	<b>3 703</b>	<b>-41,37%</b>

\* Anestesiologia; Gastrenterologia; Pneumologia e Reumatologia  
Não inclui cesarianas

# Cirurgias Programadas

## Cirurgias Programadas

As especialidades de Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Ginecologia e Cirurgia Vascular, representam 79% da atividade programada no Bloco Operatório.

29 %

Cirurgias Urgentes representam cerca de 29% do total de cirurgias, no entanto regista-se uma diminuição de 7,82% em relação a 2019.

78 %

Atividade Cirúrgica Contribuem com cerca de 78% da atividade cirúrgica com origem em situações urgentes as especialidades Cirurgia Geral, Ortopedia, Obstetrícia e Cirurgia Vascular, respetivamente, com 551,391,129 e 96.

Tabela 30- Comparação do movimento urgente do Bloco Operatório ano 2020

Especialidades	Ambulatório			Internamento			Sub-Total		
	2019	2020	Δ %	2019	2020	Δ %	2019	2020	%
Cirurgia Geral	0	3	-	586	548	-6,48%	586	551	-5,97%
Cirurgia Maxilo-Facial	0	0	-	8	5	-37,50%	8	5	-37,50%
Cirurgia Pediátrica	0	0	-	0	1	-	0	1	-
Cirurgia Plástica	0	0	-	103	77	-25,24%	103	77	-25,24%
Cirurgia Vascular	2	1	-50,00%	96	95	-1,04%	98	96	-2,04%
Estomatologia	0	0	-	2	0	-100,00%	2	0	-100,00%
Neurocirurgia	0	0	-	73	57	-21,92%	73	57	-21,92%
Obstetrícia I	0	0	-	133	130	-2,26%	133	130	-2,26%
Oftalmologia	2	0	-	9	18	100,00%	11	18	63,64%
Ortopedia	0	0	-	407	391	-3,93%	407	391	-3,93%
Otorrinolaringologia	0	0	-	37	32	-13,51%	37	32	-13,51%
Urologia	0	0	-	75	63	-16,00%	75	63	-16,00%
Ginecologia	0	0	-	34	24	-29,41%	34	24	-29,41%
Outras*	8	5	-37,50%	36	35	-2,78%	44	40	-9,09%
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>-25,00%</b>	<b>1599</b>	<b>1476</b>	<b>-7,69%</b>	<b>1611</b>	<b>1485</b>	<b>-7,82%</b>



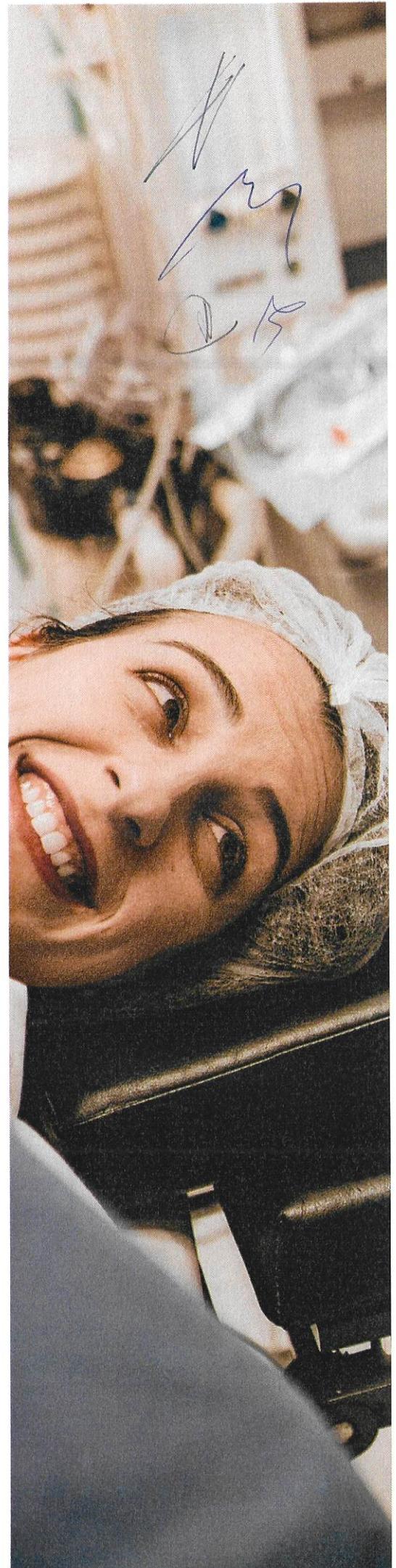
\* Anestesiologia; Gastrenterologia; Pneumologia e Reumatologia  
Não inclui cesarianas



## Bloco de Partos

Tabela 31- Evolução do movimento do Bloco de Partos

Tipo de Partos	2019	%	2020	%	20/19	20/19%
<b>Eutócicos</b>	602	44,79%	585	44,72%	-17	-2,82%
<b>Distócicos</b>						
Fórceps	18	1,34%	28	2,14%	10	55,56%
Ventosas	218	16,22%	189	14,45%	-29	-13,30%
Cesarianas	506	37,65%	506	38,69%	0	0,00%
Subtotal	742	55,21%	723	55,28%	-19	-2,56%
<b>Total</b>	<b>1 344</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 308</b>	<b>100,00%</b>	<b>-36</b>	<b>-2,68%</b>





## Bloco de Partos

No que concerne à atividade do Bloco de Partos registaram-se, ao longo do ano de 2020, menos 36 nascimentos que no ano anterior, mantendo-se a tendência de redução gradual de nascimentos.

Em 2020 verifica-se o mesmo número de cesarianas que no ano anterior, observando-se um ligeiro aumento do peso das cesarianas relativamente a 2019.

# Lista de inscritos para cirurgia



**Tabela 32- Lista de inscritos para cirurgia a 31/12/2020**

Especialidades	2019	2020	20/ 19 Δ	20/19%
Cirurgia Geral	2 134	2 514	380	17,81%
Cirurgia Maxilo Facial	206	196	-10	-4,85%
Cirurgia Plástica	842	882	40	4,75%
Cirurgia Pediátrica	143	144	1	0,70%
Cirurgia Vasculuar	826	801	-25	-3,03%
Estomatologia	15	31	16	106,67%
Neurocirurgia	365	396	31	8,49%
Oftalmologia	2 874	3274	400	13,92%
Ortopedia	1 176	1319	143	12,16%
Otorrinolaringologia	1 477	1594	117	7,92%
Pneumologia	10	9	-1	-10,00%
Urologia	475	497	22	4,63%
Ginecologia	436	526	90	20,64%
<b>Total</b>	<b>10 979</b>	<b>12 183</b>	<b>1 204</b>	<b>10,97%</b>

## 5.4 Lista de Espera Cirúrgica

### Lista de Espera Cirúrgica

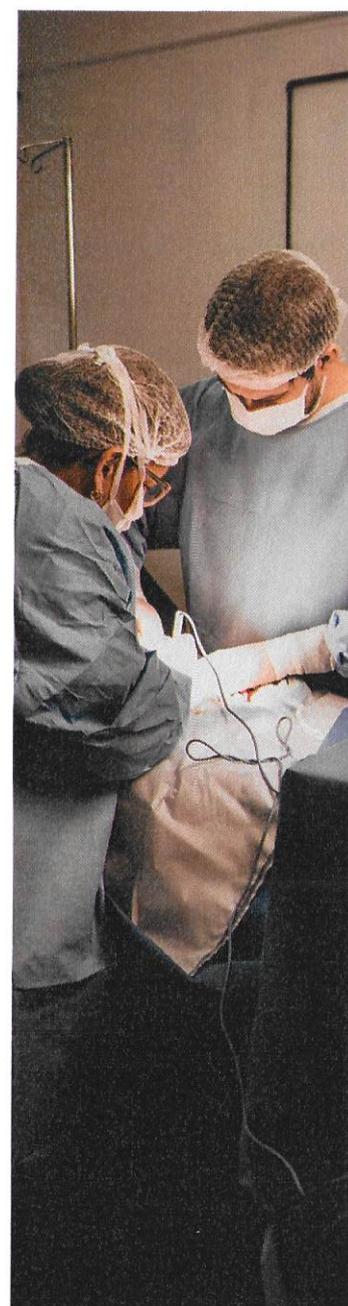
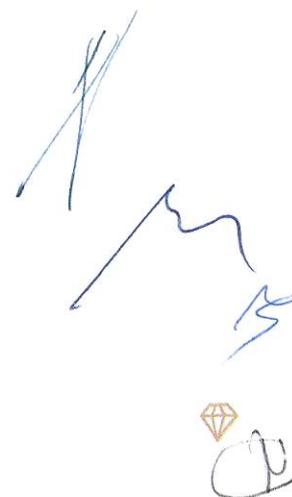
A lista de espera cirúrgica apresenta o valor de 12.183 utentes, representando um aumento de 10,97% (1204), conforme se pode verificar na Tabela 32.

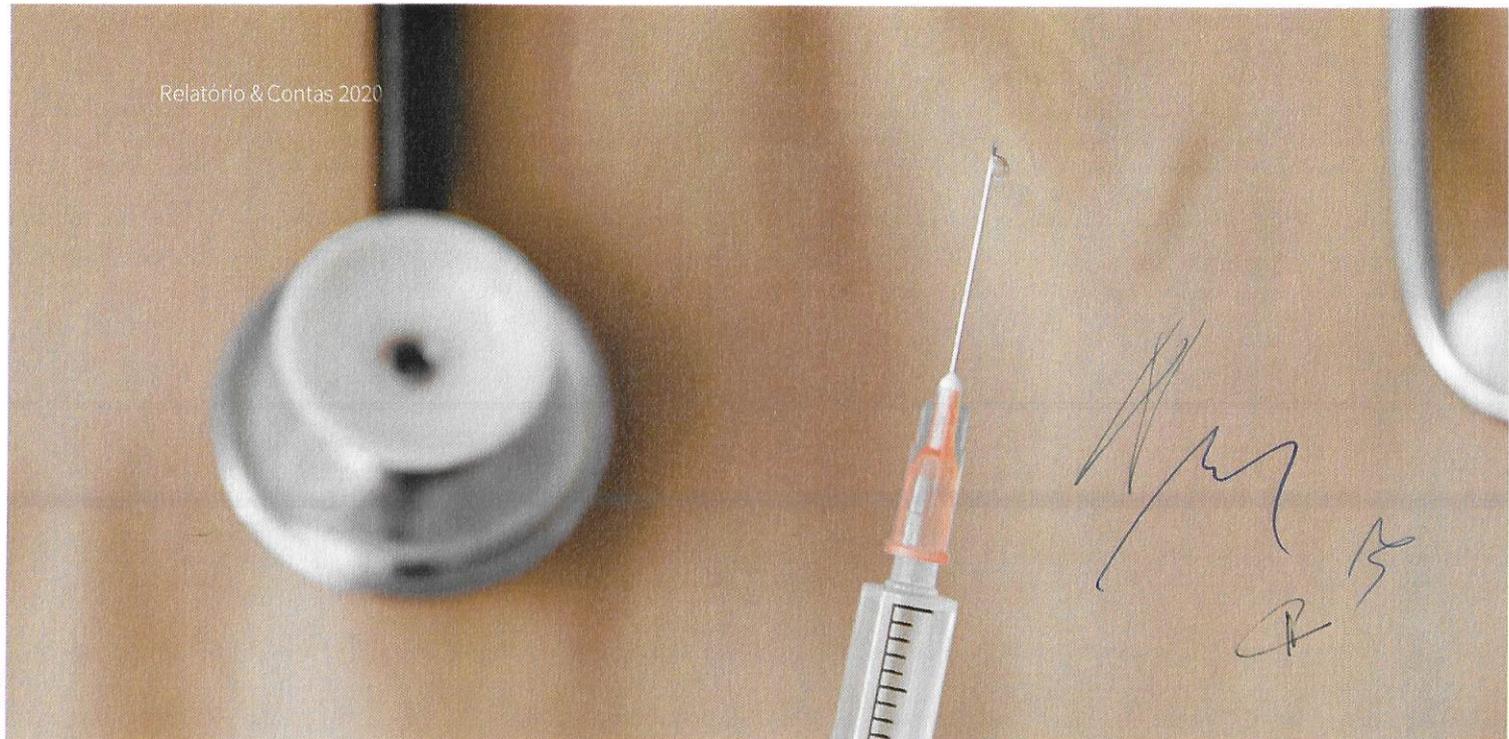
A 31-12-2020 dos 12.183 utentes inscritos, 2376 referem-se a pequenas cirurgias, 3553 a cirurgias ambulatório e 6254 cirurgias bloco central, sendo as especialidades de Oftalmologia, Cirurgia Geral, Otorrinolaringologia e Ortopedia as que apresentam maior número de inscritos, conforme se pode visualizar na Tabela 33.

Em termos de procedimentos administrativos, o HDES tem utilizado estratégias com o objetivo de rentabilizar os tempos operatórios e os tempos de espera para realização cirúrgica, assegurando sempre a prioridade clínica.

**Tabela 33- Lista de espera para cirurgia a 31/12/2020 diferenciando a área cirúrgica**

Especialidades	Bloco Central	Ambulatório	Pequena Cirurgia	Total 2020
Cirurgia Geral	1247	487	780	2514
Cirurgia Maxilo Facial	39	23	134	196
Cirurgia Plástica	444	121	317	882
Cirurgia Pediátrica	57	86	1	144
Cirurgia Vasculuar	794	1	6	801
Estomatologia	31	0	0	31
Neurocirurgia	396	0	0	396
Oftalmologia	121	2160	993	3274
Ortopedia	937	360	22	1319
Otorrinolaringologia	1441	137	16	1594
Pneumologia	9	0	0	9
Urologia	362	49	86	497
Ginecologia	376	129	21	526
<b>Total</b>	<b>6254</b>	<b>3553</b>	<b>2376</b>	<b>12183</b>



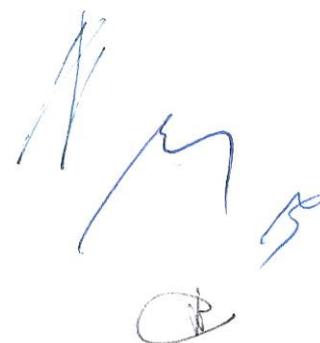


Esforce-se  
para não ser  
um sucesso,  
mas sim  
para ser  
valioso

Albert Einstein



## 5.5 Hospitais de Dia



**Tabela 34- Evolução do número de diárias em Hospital de Dia**

Hospital de Dia	2019	2020	20/19 Δ	20/19%
Gastrenterologia	971	922	-49	-5,0%
Hemodiálise	14472	15087	615	4,2%
Pneumologia	474	345	-129	-27,2%
Hematologia Oncológica	1182	1452	270	22,8%
Oncologia	4957	4762	-195	-3,9%
Cuidados Paliativos	183	173	-10	-5,5%
Pediatria	639	683	44	6,9%
Polivalente	1834	937	-897	-48,9%
Unidade de dor	83	39	-44	-53,0%
Urologia	848	683	-165	-19,5%
Imunoalergologia Pediátrica	469	349	-120	-25,6%
Insuficiência Cardíaca	83	36	-47	-57%
Psiquiatria	342	262	-80	-23,4%
<b>Total</b>	<b>26 537</b>	<b>25 730</b>	<b>-807</b>	<b>-3,04%</b>

### Hospitais de Dia

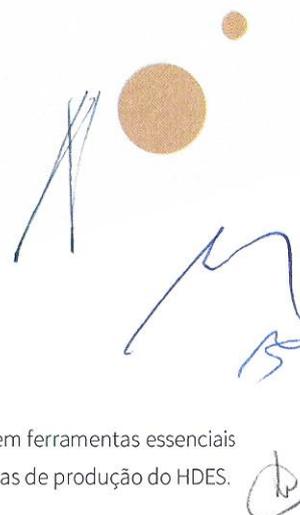
No que diz respeito aos Hospitais de Dia, registou-se, uma diminuição de 3,04%, sendo o Hospital Dia Polivalente o que apresenta maior redução de diárias (897), correspondendo a uma diminuição de 48,9%, comparativamente a 2019, acompanhando a diminuição do número de consultas.

A atividade dos Hospitais de Dia de Hemodiálise e Hematologia Oncológica, registou um aumento em relação ao ano anterior, devido a critérios clínicos e ao aumento do número de doentes, destacando-se o Hospital de Dia de Hematologia Oncológica com aumento de 22,8%

**+22,8%**

Hospital de Dia de  
Hematologia Oncológica

## 5.6 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica



O recurso aos meios complementares de diagnóstico é uma constante na prática hospitalar, por serem ferramentas essenciais de suporte clínico e como tal a sua produção é proporcional ao movimento assistencial das várias áreas de produção do HDES.

### Meios Complementares de Diagnóstico

Destaca-se o aumento de 1.329,72% na produção de Unidade de Genética, justificado pela realização da análise de pesquisa SARS-CoV-2. Contudo, apesar deste aumento, verificou-se, no total, uma diminuição em 7,44% em meios complementares de diagnóstico.

A Patologia Clínica e a Imagiologia são as especialidades que mais contribuíram para esta diminuição, como se observa na Tabela 35, como consequência do decréscimo da produção das várias áreas do HDES.

**Tabela 35- Evolução dos Meios Complementares de Diagnóstico**

	2019	2020	20/19%
Anatomia Patológica	10 899	8 825	-19,03%
Berçário	6	18	200,00%
Cardiologia	34 340	25 529	-25,66%
Cirurgia Vascular	379	231	-39,05%
Dermatologia	232	35	-84,91%
Doenças Infeciosas	202	48	-76,24%
Endocrinologia	529	273	-48,39%
Gastrenterologia	8 823	7 956	-9,83%
Ginecologia / Obstetrícia	15 199	12 162	-19,98%
Hospital de Dia Polivalente	1 929	1 277	-33,80%
Imagiologia	139 418	111 474	-20,04%
Neonatologia	0	1	-
Neurologia	1 667	1 390	-16,62%
Oftalmologia	7 237	4 535	-37,34%
Ortopedia	2	6	200,00%
Otorrinolaringologia	5 320	4 012	-24,59%
Outros	25	30	20,00%
Patologia Clínica	2 132 669	1 710 537	-19,79%
Pediatria	4 356	3 359	-22,89%
Pneumologia	8 017	3 953	-50,69%
Psicologia/Psiquiatria Infantil	1 328	948	-28,61%
Psicologia/Psiquiatria	1 412	1 585	12,25%
Reumatologia	722	726	0,55%
Unidade Dor	50	58	16,00%
Unidade Genética	22 391	320 128	1 329,72%
Unidade Imunoalergologia	830	383	-53,86%
Urologia	526	474	-9,89%
<b>Total</b>	<b>2 398 508</b>	<b>2 219 953</b>	<b>-7,44%</b>

**Tabela 36- Evolução dos Meios Complementares de Terapêutica**

	2019	2020	20/19%
Cirurgia Geral	3 593	1 938	-46,06%
Cirurgia Maxilo-Facial	390	196	-49,74%
Cirurgia Plástica	2 343	1 339	-42,85%
Cirurgia Vascular	1 776	942	-46,96%
Dermatologia	1 158	330	-71,50%
Electrocardiografia	879	808	-8,08%
Estomatologia	2 626	2 089	-20,45%
Gastrenterologia	2 109	2 516	19,30%
Ginecologia / Obstetrícia	589	503	-14,60%
Hematologia	3	11	266,67%
Hospital Dia Polivalente	5 023	3 470	-30,92%
Imunoalergologia	538	544	1,12%
Medicina Física e Reabilitação	214 464	176 820	-17,55%
Medicina Hiperbárica	3 368	2 590	-23,10%
Medicina Interna	1 358	929	-31,59%
Neurologia	12	112	833,33%
Oftalmologia	281	182	-35,23%
Ortopedia	4 829	3 090	-36,01%
Otorrinolaringologia	7 606	6 626	-12,88%
Outros	60	38	-36,67%
Pediatria	2 673	2 945	10,18%
Pneumologia	22 535	6 014	-73,31%
Psicologia Infantil	85	92	8,24%
Psiquiatria	1 414	1 792	26,73%
Reumatologia	71	156	119,72%
Unidade de Diálise	13 905	14 295	2,80%
Unidade de Dor	81	39	-51,85%
Unidade de Oncologia Médica	17 551	18 922	7,81%
Urologia	810	553	-31,73%
<b>Total</b>	<b>312 130</b>	<b>249 881</b>	<b>-19,94%</b>

## Meios Complementares de Terapêutica

No ano de 2020, observa-se uma redução em cerca de 20% em meios complementares de terapêutica, relativamente ao período homólogo.

A Medicina Física e Reabilitação, Pneumologia e Dermatologia, são as especialidades que se destacam, tendo para isto contribuído as medidas definidas no plano de contingência do HDES, no âmbito da pandemia, para a Medicina Física e Reabilitação e restantes especialidades, com exceção da Dermatologia que a sua atividade é assegurada por prestadores de serviços, obrigando a deslocações, que foram interrompidas durante o período da pandemia.

## 5.7 Serviço de Urgência

A procura inadequada da população ao Serviço de Urgência do HDES, continua a manifestar-se pela existência de 52% de episódios classificados, pela triagem de Manchester, como não urgentes (verdes e azuis), apesar do esforço efetuado em articulação com a USISM, com vista a promover a diminuição da procura ao serviço de urgência por situações que, por inerência, devem ser avaliadas no âmbito dos cuidados de saúde primários.

**Tabela 37- Triagem de Manchester**

Cor prioridade de Manchester	2019	2020	20/19 Δ	20/19%
Vermelho	417	325	-92	-22,06%
Laranja	7 346	5 894	-1 452	-19,77%
Amarelo	38 828	25 441	-13 388	-34,48%
Verde	62 917	33 280	-29 638	-47,11%
Azul	1 617	1 313	-305	-18,85%
Branco	2 694	5 025	2 331	86,53%
<b>Total</b>	<b>113 819</b>	<b>71 278</b>	<b>-42 544</b>	<b>-37,38%</b>

Analisando a Tabela 37 pode-se constatar:

⇒ Número de atendimentos no Serviço de Urgência apresenta diminuição de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior, no total de 71 278 doentes atendidos.

⇒ Número de utentes com triagem não compatível com triagem de Manchester (Branco), apresenta aumento de 86,53%, sendo 35% dos atendimentos utentes COVID, referenciados pela Linha de Saúde Açores(LSA).

### Evolução dos Atendimentos no Serviço de Urgência

Pode verificar-se, através da Tabela 38, que o número de altas para internamento corresponde a quase 11% dos atendimentos urgentes, em comparação com 7% de 2019, onde se conclui, que apesar da redução do número total de urgências houve mais 3% de atendimentos a requerer cuidados de internamento.

**Tabela 38- Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência**

	2019	%	2020	%	20/19Δ%
Internamentos	8 220	7,22%	7 624	10,70%	-7,25%
Transferências	10	0,01%	7	0,01%	-30,00%
Altas	105 398	92,60%	63 466	89,04%	-39,79%
Falecidos	191	0,17%	181	0,25%	-5,24%
<b>Total</b>	<b>113 819</b>	<b>100,00%</b>	<b>71 278</b>	<b>100,00%</b>	<b>-37,38%</b>

### Distribuição dos atendimentos no Serviço de Urgência por períodos

00h00 – 08h00 : 9,31%

08h00 – 16h00 : 55,00%

16h00 – 24h00 : 35,69%

O gráfico apresenta a distribuição dos atendimentos por períodos horários. Constatase que 55% da procura concentra-se entre as 8 horas e as 16 horas; 35,69% das 16 horas às 24 horas e os restantes 9,31% entre as 0 e as 8 horas, mantendo-se a tendência do ano anterior.

**Tabela 39 - Evolução dos atendimentos no Serviço de Urgência**

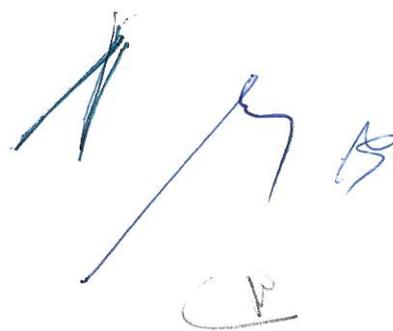
Cor prioridade de Manchester	Criança				Adulto				Total			
	2019	2020	20/19Δ	20/19%	2019	2020	20/19Δ	20/19%	2019	2020	20/19Δ	20/19%
Vermelho	138	44	-94	-68,12%	279	281	2	0,72%	417	325	-92	-22,06%
Laranja	606	368	-238	-39,27%	6 740	5 526	-1214	-18,01%	7 346	5 894	-1452	-19,77%
Amarelo	7 177	2 940	-4237	-59,04%	31 652	22 501	-9151	-28,91%	38 829	25 441	-13 388	-34,48%
Verde	18 565	7 551	-11014	-59,33%	44 353	25 729	-18624	-41,99%	62 918	33 280	-29638	-47,11%
Azul	182	150	-32	-17,58%	1 436	1 163	-273	-19,01%	1 618	1 313	-305	-18,85%
Branco	164	120	-44	-26,83%	2 530	4 905	2375	93,87%	2 694	5 025	2331	86,53%
<b>Total</b>	<b>26 832</b>	<b>11 173</b>	<b>-15659</b>	<b>-58,36%</b>	<b>86 990</b>	<b>60 105</b>	<b>-26 885</b>	<b>-30,91%</b>	<b>113 822</b>	<b>71 278</b>	<b>-42544</b>	<b>-37,38%</b>

A Tabela 39 diferencia o atendimento em serviço de urgência em crianças e adultos.

58,36% em crianças, comparativamente ao período homólogo.

Verifica-se que, dos utentes que recorrem ao Serviço de Urgência, 84% dos atendimentos são adultos e os restantes 16% referem-se a crianças, havendo uma diminuição de 30,91% em adultos e diminuição de

Este mapa também permite verificar que a variação de 86,53% em “Branco”, no ano 2020, resulta do aumento em 93,87% da mesma prioridade no atendimento em serviço de urgência em adultos.



# Relatório & Contas 2020



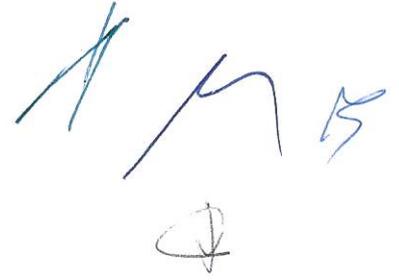


## 06 Deslocação de Doentes

### Índice

6.1 Inter-ilhas	103
<hr/>	
6.2 Continente e Estrangeiro	110
<hr/>	





## 06 Deslocação de Doentes

Ao Serviço de Deslocação de Doentes compete executar o Regulamento Geral de Deslocação de Doentes da Região Autónoma dos Açores, Portaria 95/2018 de 2 de agosto.

### Missão

A missão do Serviço consiste na programação e consolidação das deslocações dos utentes, balizada em princípios de humanização do atendimento, promovendo um acolhimento social adequado às necessidades dos utentes e familiares a deslocar.

### Serviço de Deslocação de Doentes

O Serviço de Deslocação de Doentes do HDES dá resposta às deslocações para o Continente, para as unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde (adiante designado por SNS), além de clínicas e hospitais privados protocolados com o HDES. É ainda competência deste serviço programar e agilizar todas as deslocações subsequentes dos utentes que se deslocam ao HDES no regime previsto das deslocações inter-ilhas.

Neste contexto, possui duas áreas distintas:

- >> Gestão das deslocações de doentes para outras instituições;
- >> Gestão das deslocações dos doentes que vêm para o HDES para seguimento clínico. Esta área está igualmente responsável por toda a logística das deslocações intra-ilha.

Assim, para a primeira área de atuação, o Serviço de Deslocação de Doentes gere e coordena todas as deslocações para o SNS e outras unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Quanto à segunda área, é preparada toda a logística e feita programação de deslocações subsequentes de doentes de outras ilhas da Região para o HDES.



## 6.1 Deslocações Inter-ilhas

O ano de 2020 foi um ano atípico, como tal, grande parte das deslocações quer para o Serviço Regional de Saúde (SRS) quer para o SNS, foram canceladas, adiadas e ou suspensas.

Os dados analisados das deslocações inter-ilhas referem-se ao número de deslocações por mês, por ilha, por idade, por género, por número de acompanhantes, distribuição por escalão de comparticipação, especialidade clínica e indicação do direito ao CEDO (Complemento Especial ao Doente Oncológico).

Em 2020, optou-se por fazer uma avaliação integral onde são incluídos todos os doentes deslocados das 8 ilhas do arquipélago, apesar da ilha de Santa Maria apresentar cerca de 50% das deslocações dos utentes ao HDES, por ser a unidade de referência.

Na tabela infra resume-se as deslocações por mês e por ilha.

**Tabela 40 - Número de deslocações por mês e ilha**

Meses	Terceira	Graciosa	S. Jorge	Faial	Pico	Corvo	Flores	S. Maria	Totais	%
Janeiro	10	32	25	40	57	3	60	299	526	17,98
Fevereiro	13	33	31	22	49	3	57	265	473	16,17
Março	3	22	12	21	10	1	18	124	211	7,21
Abril	0	0	0	0	0	0	0	10	10	0,34
Maio	0	0	0	0	0	0	5	20	25	0,85
Junho	0	5	7	5	13	1	27	94	152	5,20
Julho	3	17	12	21	36	0	31	119	239	8,17
Agosto	5	16	15	24	38	2	23	129	252	8,62
Setembro	4	27	24	33	38	3	38	108	275	9,40
Outubro	4	29	22	16	34	2	44	77	228	7,79
Novembro	6	24	19	16	26	3	41	210	345	11,79
Dezembro	0	13	8	9	17	2	18	122	189	6,46
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>218</b>	<b>175</b>	<b>207</b>	<b>318</b>	<b>20</b>	<b>362</b>	<b>1577</b>	<b>2925</b>	<b>100,00</b>

## 6.1 Deslocações Inter-ilhas

**+53,91%**

Doentes deslocados para a ilha de Santa Maria em 2020 relativamente ao ano anterior.

Como se pode observar na Tabela 40, as ilhas de Santa Maria, Pico e Flores apresentam maior número de doentes deslocados, 1577, 318 e 362, respetivamente, no total de 2925 doentes. Também, é possível observar que nos meses de março, abril e maio houve uma grande redução no número de doentes deslocados, sendo que nestes meses só se deslocaram doentes com tratamentos, consultas e exames que não eram passíveis de serem alterados.

Analisando a Tabela 41, verifica-se um decréscimo de 2470 deslocações, como consequência da suspensão dos voos aéreos a partir da segunda quinzena de março.

**-45,78%**

Doentes deslocados inter-ilhas em 2020 relativamente ao ano anterior.

**Tabela 41- Variação de deslocações inter-ilhas 19/20**

Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Totais
2019	451	415	450	456	483	340	450	273	527	575	579	396	5395
2020	526	473	211	10	25	152	239	252	275	228	345	189	2925
20/19Δ	+75	+58	-239	-446	-458	-188	-211	-21	-252	-347	-234	-207	-2470

## Idades

A nível da distribuição dos utentes por intervalo de idades, deteta-se que o maior número de doentes deslocados apresenta idades entre os 51 e os 70 anos.

Estão inseridos nestes intervalos, de idade, 43% dos utentes, sendo a média de idade de 49,5 e a moda de 65.

**Tabela 42- Distribuição de Doentes por idade**

Meses	Total de doentes
[0 – 10]	160
[11 – 20]	230
[21 – 30]	121
[31 – 40]	295
[41 – 50]	469
[51 – 60]	657
[61 – 70]	601
[71 – 80]	308
Mais de 81	84
<b>Total</b>	<b>2925</b>

## Género

Em género, o sexo feminino é aquele que apresenta maior número de doentes deslocados, correspondente a 58,56% dos utentes deslocados e o sexo masculino 41,44%.

41,44%

58,56%

## 6.1 Deslocações Inter-ilhas

**Tabela 43- Especialidades clínicas que incrementam as deslocações**

Especialidade de Origem	Total	%
Cardiologia	99	3,38
Cirurgia Geral	115	3,93
Cirurgia Maxilo-facial	21	0,72
Cirurgia Plástica	74	2,53
Cirurgia vascular	126	4,31
Consulta Cuidados Paliativos	2	0,07
Consulta Dor	42	1,44
Dermatologia	14	0,48
Doenças Infeciosas	4	0,14
Endocrinologia	258	8,82
Estomatologia	5	0,17
Gastroenterologia	199	6,80
Ginecologia	122	4,17
Hematologia	81	2,77
Imunoalergologia	32	1,09
Medicina Física e Reabilitação	104	3,56
Medicina Intensiva	0	0,00
Medicina Interna	55	1,88
Nefrologia	39	1,33
Neonatologia	2	0,07
Neurocirurgia	195	6,67
Neurologia	76	2,60
Obstetrícia	64	2,19
Oftalmologia	96	3,28
Oncologia	307	10,50
Ortopedia	184	6,29
Otorrinolaringologia	123	4,21
Pediatria	122	4,17
Pedopsiquiatria	18	0,62
Pneumologia	14	0,48
Psiquiatria	68	2,32
Reumatologia	191	6,53
Urologia	66	2,26
Psicologia	7	0,24
<b>Total</b>	<b>2925</b>	<b>100</b>

No que concerne às especialidades clínicas que promovem as deslocações, temos uma supremacia de utentes para as especialidades de Oncologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Neurocirurgia, Reumatologia e Ortopedia. Acresce referir que o HDES também recebe doentes para a especialidade de Cardiologia, mas estas são normalmente 1º deslocações e como tal da responsabilidade das unidades de saúde de origem.

Ao ser efetuada uma avaliação dos acompanhantes de doentes (Tabela 45), verifica-se que a maioria das deslocações ocorre com a presença de 1 acompanhante, embora tenha havido uma percentagem elevada de utentes que se deslocaram sozinhos (39,28%).

**Tabela 45- Acompanhantes**

Ilha	Sem Acompanhante	1 Acompanhante	2 Acompanhantes	Total
Terceira	13	34	1	48
Graciosa	92	121	5	218
S. Jorge	45	122	8	175
Faial	115	92	0	207
Pico	172	145	1	318
Corvo	1	18	1	20
Flores	163	192	7	362
S. Maria	548	959	70	1577
<b>Total</b>	<b>1149</b>	<b>1683</b>	<b>93</b>	<b>2925</b>
%	<b>39,28</b>	<b>57,54</b>	<b>3,18</b>	<b>100,00</b>

Na avaliação por escalão de rendimento (Tabela 45), verifica-se que 46,36% dos doentes estão enquadrados no escalão A e B, ou seja, escalões correspondentes a níveis de rendimento mais baixo.

**Tabela 45- Escalões de participação**

Ilha	Sem Informação	A	B	C	D	E	Total
Terceira	4	14	5	5	1	19	48
Graciosa	2	77	26	23	10	80	218
S. Jorge	2	51	36	30	8	48	175
Faial	3	57	36	37	16	58	207
Pico	2	97	52	34	34	99	318
Corvo	0	6	6	0	0	8	20
Flores	3	75	76	52	25	131	362
S. Maria	301	549	193	160	99	275	1577
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>926</b>	<b>430</b>	<b>341</b>	<b>193</b>	<b>718</b>	<b>2925</b>
%	<b>10,84</b>	<b>31,66</b>	<b>14,70</b>	<b>11,66</b>	<b>6,60</b>	<b>24,55</b>	<b>100,00</b>

## 6.1 Deslocações Inter-ilhas

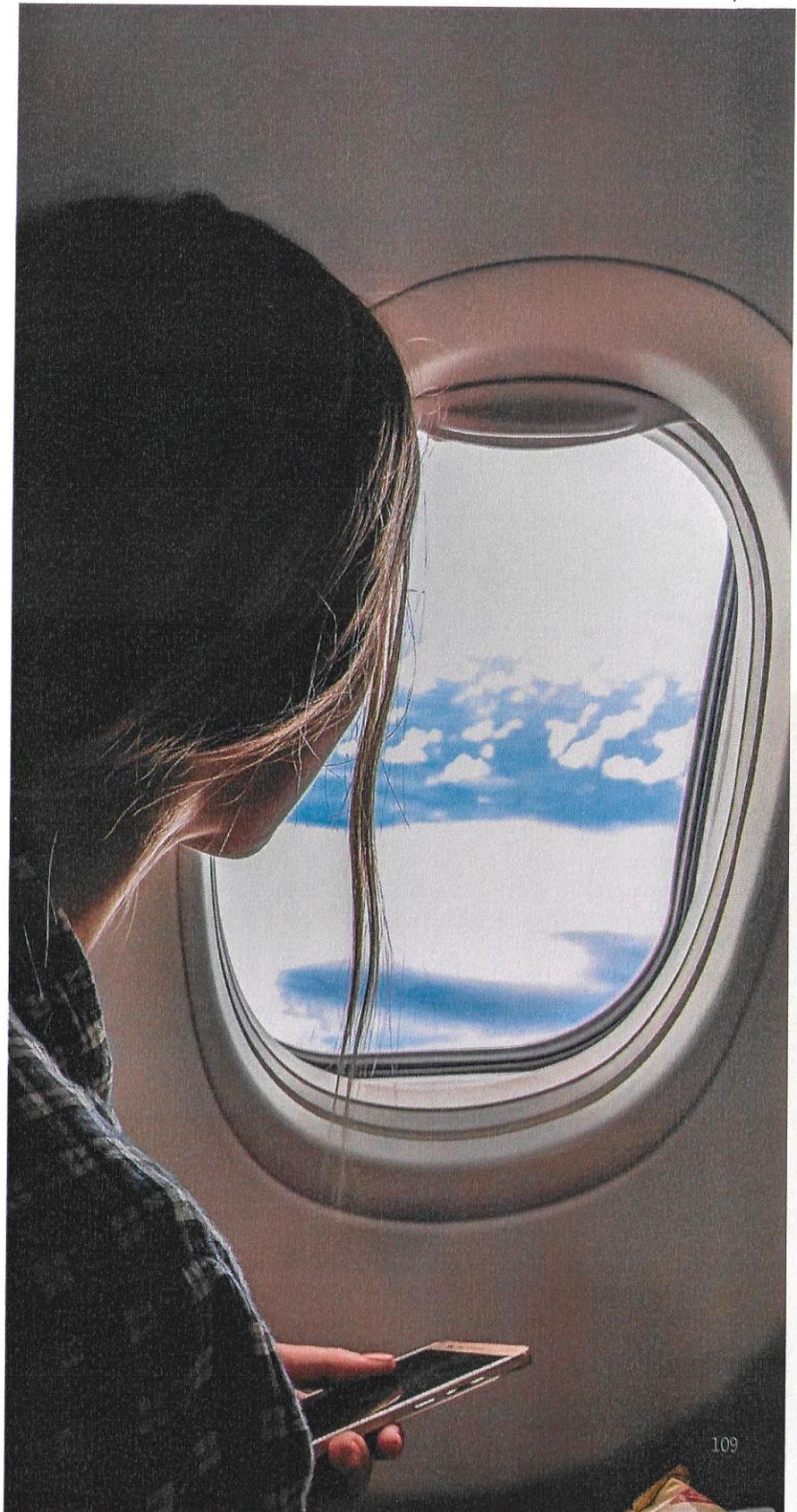
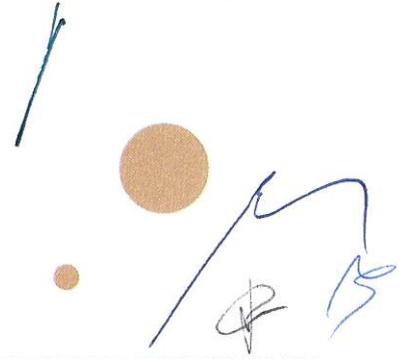
Quanto à distribuição do CEDO (Tabela 46), verifica-se que 371 beneficiaram deste complemento, correspondendo a 12,68% de utentes a auferirem deste apoio.

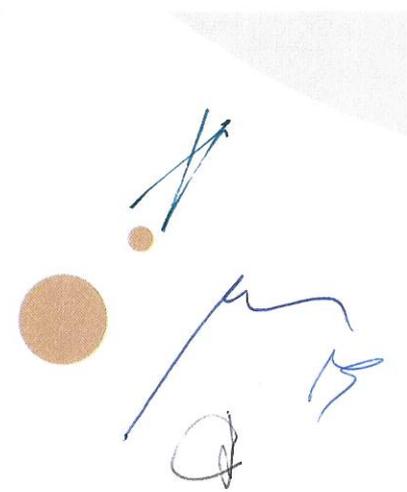


**Tabela 46- CEDO**

Ilha	Sem Informação	Não	Sim	Total
Terceira	26	19	3	48
Graciosa	87	115	16	218
S. Jorge	68	74	33	175
Faial	83	120	4	207
Pico	116	175	27	318
Corvo	7	13	0	20
Flores	135	180	47	362
S. Maria	22	1314	241	1577
<b>Total</b>	<b>544</b>	<b>2010</b>	<b>371</b>	<b>2925</b>
%	<b>18,60</b>	<b>68,72</b>	<b>12,68</b>	<b>100,00</b>

No que se refere às estadias, 25,62% das deslocações de Santa Maria iniciaram e terminaram no mesmo dia, sem conferir direito a estadia, porque os doentes não pernoitam em São Miguel. Já nas deslocações das restantes ilhas, este cenário só ocorre em 2% das situações. Este facto explica-se com as dificuldades em deslocar os utentes das restantes ilhas no próprio dia.

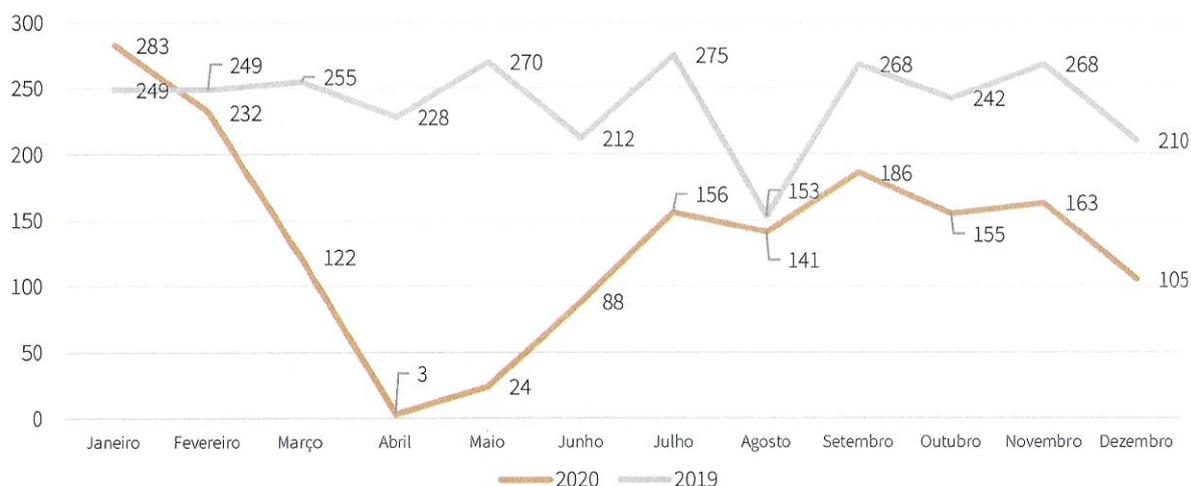




## 6.2 Deslocação para Continente e Estrangeiro

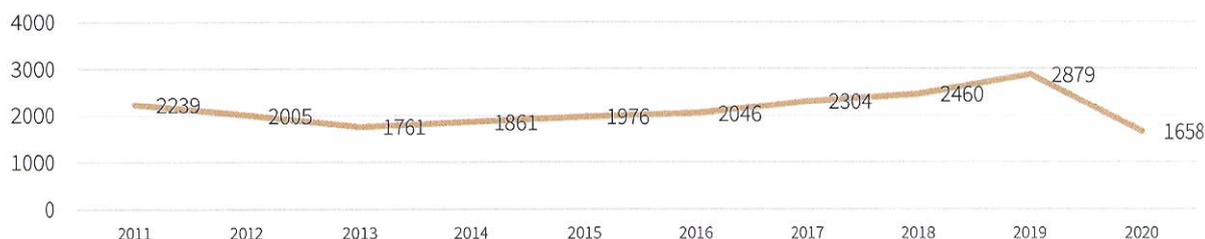
Em 2020 realizaram-se 1658 deslocações para o Serviço Nacional de Saúde e estrangeiro, sendo a responsabilidade financeira destas deslocações do HDES. No ano anterior contabilizaram-se 2879 deslocações, tendo, portanto, havido uma diminuição na ordem dos 1201 processos.

**Gráfico 1 - Distribuição de deslocações por Mês SNS 2019/2020 de origem**



Ao longo dos anos tem-se detetado um aumento considerável de deslocações. Considerando os últimos 10 anos, entre 2011 e 2020, como é possível observar no gráfico 2, pode-se confirmar a tendência de crescimento do número de doentes deslocados, com exceção do triénio de 2013 a 2015 e o ano 2020, em que os números totais dos episódios de deslocação se mantiveram abaixo dos dois milhares.

**Gráfico 2 - Distribuição de deslocações por Mês SNS 2019/2020**



**Tabela 47- Especialidades de origem**

Especialidade de Origem	Total	%
Cardiologia	169	10,19
Cirurgia Geral	124	7,48
Cirurgia Maxilo-facial	25	1,51
Cirurgia Plástica	12	0,72
Cirurgia Vascular	1	0,06
Dermatologia	20	1,21
Direção Clínica	14	0,84
Endocrinologia	100	6,03
Estomatologia	5	0,30
Gastrenterologia	92	5,55
Ginecologia	36	2,17
Hematologia	107	6,45
Imagiologia	0	0,00
Infeciologia	1	0,06
Medicina Física e Reabilitação	64	3,86
Medicina Intensiva	3	0,18
Medicina Interna	5	0,30
Nefrologia	47	2,83
Neonatologia	7	0,42
Neurocirurgia	41	2,47
Neurologia	24	1,45
Obstetrícia	22	1,33
Oftalmologia	133	8,02
Oncologia	225	13,57
Ortopedia	44	2,65
Otorrinolaringologia	39	2,35
Pediatria	184	11,10
Pneumologia	50	3,02
Psicologia	0	0,00
Psiquiatria	13	0,78
Reumatologia	1	0,06
Urologia	50	3,02
<b>Total</b>	<b>1658</b>	<b>100,00</b>

As especialidades clínicas com maior expressão em termos de processos de deslocação são a Oncologia, a Pediatria, a Cardiologia, a Oftalmologia, a Cirurgia Geral, a Hematologia e a Endocrinologia, traduzindo-se num total de 62,84% de deslocações.



## 6.2 Deslocação para Continente e Estrangeiro



No que concerne ao destino (Tabela 48), verifica-se que, na sua maioria, os doentes açorianos são maioritariamente encaminhados para a cidade de Lisboa, nomeadamente Centro Oncológico Natália Chaves, Hospital Curry Cabral, IPO Lisboa, Hospital Santa Cruz, entre outros.

**Tabela 48- Hospitais de Destino**

Cidade de Destino	Total	%
Lisboa	1054	63,57
Porto	226	13,63
Coimbra	120	7,30
Angra do Heroísmo	252	15,14
Montemor-o-Novo	5	0,30
Espanha	1	0,06
<b>Total</b>	<b>1658</b>	<b>100,00</b>

### Idades

Como se pode observar na Tabela 49, a idade compreendida entre 41 e os 70 anos detém o maior número de deslocações (851), sendo a média de idades de 45 anos e a moda 53 anos.

**Tabela 49- Distribuição de Doentes por idade**

Meses	Total de doentes
[0 – 10]	162
[11 – 20]	173
[21 – 30]	118
[31 – 40]	175
[41 – 50]	240
[51 – 60]	310
[61 – 70]	301
[71 – 80]	156
Mais de 81	23
<b>Total</b>	<b>1658</b>

### Género

Relativamente ao género dos utentes deslocados, há uma situação de uniformidade entre ambos os sexos, sendo 828 (49.94 %) utentes do sexo feminino e 830 (50.04 %) do sexo masculino.

**Tabela 50- Escalões de participação**

Escalão	Total de doentes
Sem informação	321
A	607
B	192
C	157
D	108
E	273
<b>Total</b>	<b>1658</b>

Na avaliação por escalão de rendimento (Tabela 50), verifica-se que 607 doentes estão enquadrados no escalão A, ou seja, com níveis de rendimento mais baixos.

**Tabela 51- Distribuição de Doentes por CEDO**

CEDO	Total de doentes
Sem informação	187
Sim	659
Não	812
<b>Total</b>	<b>1658</b>

Relativamente à distribuição dos doentes por CEDO, pode-se verificar, na Tabela 51, que apenas 659 doentes auferem deste complemento.

**Tabela 52- Distribuição de Doentes por Número de Acompanhantes**

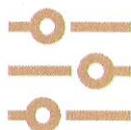
Acompanhante	Total de doentes
Sem Acompanhante	318
1 Acompanhante	1211
2 Acompanhantes	129
<b>Total</b>	<b>1658</b>

Há semelhança das deslocações inter-ilhas, como se pode verificar na Tabela 52, a maioria das deslocações ocorrem com a presença de 1 acompanhante.

## 6.2 Deslocação para Continente e Estrangeiro

”

O Serviço de Deslocação de Doentes no ano 2020 desenvolveu as diligências necessárias para proceder às Deslocações Programadas, Evacuações e Transferências Hospitalares. A esmagadora maioria dos doentes deslocou-se através de uma Deslocação Programada. Há a necessidade de se fazer a distinção entre as Transferências Hospitalares e as Evacuações. Ambas são decididas em contexto de urgência, mas as evacuações são efetuadas com recurso a avião militar e as transferências são consolidadas em aviões civis.



**Tabela 53- Tipologia da Deslocação**

Tipologia da Deslocação	Total	%
Deslocação subsequente	642	38,72
Deslocação Primeira vez	926	55,85
Evacuação Falcon	40	2,41
Transferência Hospitalar	50	3,02
<b>Total</b>	<b>1658</b>	<b>100,00</b>



## Conclusão

O Serviço de Deslocação de Doentes representa um pilar fundamental para o funcionamento do HDES na gestão diária de um volume significativo de processos de deslocação.

Contabilizando toda a atividade do Serviço de Deslocação de Doentes, verifica-se que este serviço movimentou 4583 processos de deslocação no ano de 2020, com diminuição de 45% relativamente a período homólogo.



*[Handwritten signature]*

# Relatório & Contas 2020





## 07 Garantias

### Índice

7.1 Gabinete de Qualidade	118
7.2 Gestão do Risco	122
7.3 Controlo de Infeção - PPCIRA	128
7.4 Regime Geral Proteção de Dados - RGPD	132



## 7.1 Gabinete de Qualidade

O HDES assume o compromisso de implementar o sistema de Qualidade Organizacional, que visa a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, abrangendo as várias áreas da atividade hospitalar (clínica e não clínica), assim como do bem-estar dos utentes (doentes, familiares e visitantes) e colaboradores da Instituição.

A Melhoria da Qualidade como um processo dinâmico é demonstrada pelo reconhecimento do CHKS – Caspe Healthcare Knowledge, através da Acreditação Hospitalar atribuída em janeiro de 2019.

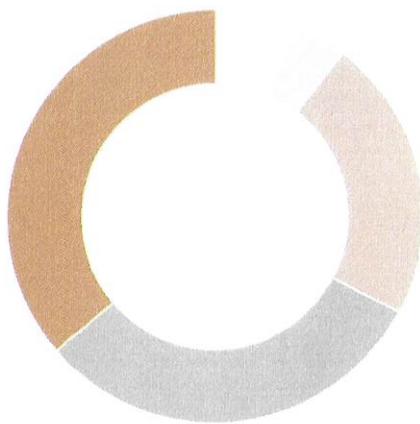
No âmbito da atividade desenvolvida salienta-se:

- >> Proposta de renovação de contrato com o CHKS para dar início ao 5º ciclo de Acreditação do HDES;
- >> A análise e estudo dos standards internacionais de qualidade organizacional (Programa de Acreditação para Organizações de Cuidados de Saúde, CHKS – 2018) assim como das leis, regulamentos e normas vigentes nas áreas da saúde e da qualidade, de suporte à Recreditação.

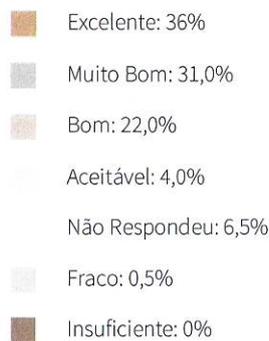
A Qualidade é uma responsabilidade que recai sobre cada um dos colaboradores do HDES; integra e articula com a Estratégia Global da Instituição; necessita de suporte para facilitar a implementação dos respetivos planos de melhoria, assim como de valores explícitos da Qualidade.

Foca-se na perspetiva da satisfação, envolvimento e participação ativa de utentes (doentes, familiares e visitantes) incentivando comentários, desde reclamações, sugestões e opiniões sobre a qualidade dos cuidados prestados, assim como a eficácia e rapidez na resposta, através de instrumentos disponibilizados pelo Hospital:

- >> Sistema implementado de Reclamações / Sugestões dos utentes e acompanhantes do HDES, com base numa Política e Procedimentos. Em 2020 foram apresentadas 392 exposições, constatando-se uma diminuição de 33,9% no tempo de resposta ao utente;
- >> No questionário aplicado no 4º trimestre de 2020, 93% dos utentes consideraram a satisfação geral do Hospital entre o Aceitável e o Excelente, como se pode verificar no Gráfico 3.



**Gráfico 3 - Satisfação Geral com o HDES - 2020**



## Qualidade

## Profissionais

## Formação

## Melhoria

Qualidade numa perspetiva centrada na satisfação, envolvimento e participação ativa dos profissionais, encorajando-os a contribuírem para a melhoria do serviço e solução de problemas identificados, pela sua formação e desenvolvimento permanentes:

- >> Sistema implementado de Reclamações / Sugestões dos colaboradores do HDES, com base numa Política e Procedimentos;
- >> Envolvimento e participação nas comissões e grupos transversais, com a elaboração de propostas e pareceres para o CA;

>> Sistema de Notificação de Risco, em que foram efetuadas, em 2020, 1030 notificações, tratadas pela Gestão de Risco e cuja atividade se encontra relatada no capítulo deste relatório da responsabilidade da Gestão de Risco.

- >> Qualidade com a implementação de sistema de auditoria interna:
  - Em 2020, 67% dos serviços auditaram os seus processos. Foram auditados 51% dos processos previstos, sendo a taxa de conformidade de 96%;



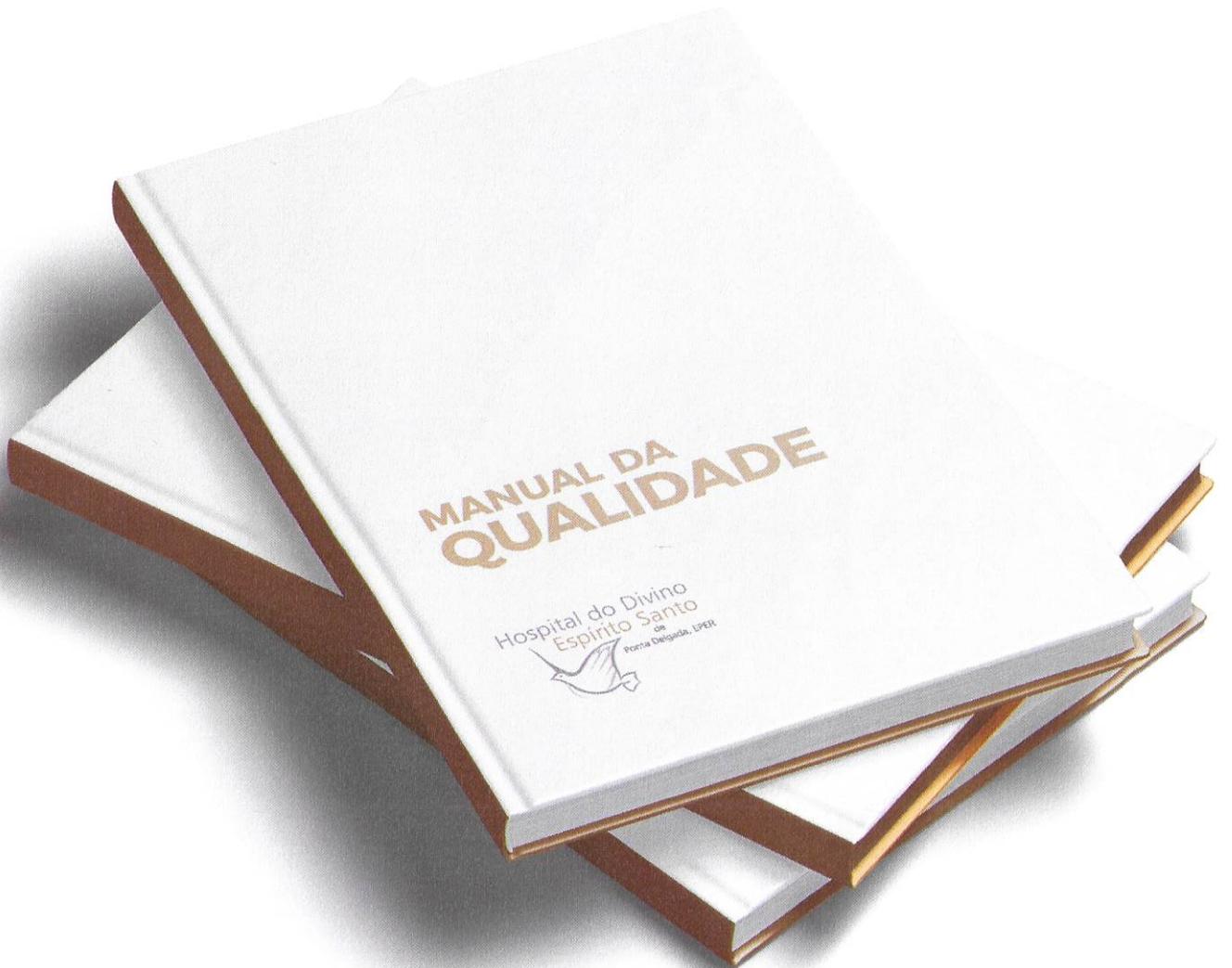
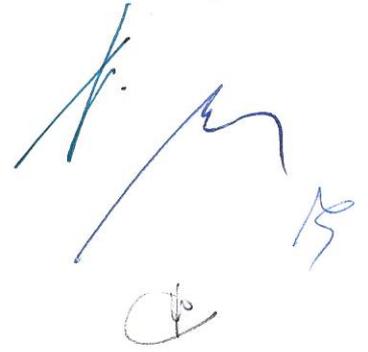
## 7.1 Gabinete de Qualidade



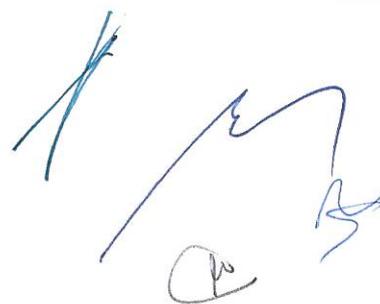
- Serviço de Endocrinologia e Nutrição e a Unidade de Nutrição e Dietética implementaram questionários para avaliar o nível de satisfação. Em 2020, 76% dos questionados estão satisfeitos com o serviço de alimentação:
  - Relativamente às refeições servidas no HDES, avaliar a ingestão alimentar e determinar causas da baixa ingestão alimentar, em 2019, 83,4% dos utentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos e em 2020, 78,8%;
  - Com a oferta alimentar, condições ambientais e de atendimento no refeitório do HDES, em 2020, 42,1% dos utentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos e 15,8% estão muito insatisfeitos;
  - Foi avaliada a disponibilidade e oferta alimentar dos bares do terceiro e quarto piso do HDES com o objetivo de aferir o cumprimento do Despacho n.º 11391/2017.
- Na auditoria às Estruturas e Práticas de Controlo de Infecção, que é implementado pelo GCL-PCIRA, os serviços auditados em 2020 obtiveram uma taxa de conformidade de 96%;
- Auditoria aos Resíduos Hospitalares, implementada pela Comissão de Resíduos, em 2020 foram auditados 35 serviços em que a taxa de conformidade destes foi de 84%.

**Gráfico 4 - Satisfação Geral com o Serviço de Alimentação – 2020**





## 7.2 Gestão do Risco



### Gabinete de Gestão do Risco

Tendo como missão a Segurança Global desta Instituição, através da identificação, análise, avaliação, minimização e controlo dos riscos inerentes à sua atividade, promovendo a articulação com todos os serviços do Hospital e com Instituições externas e a responsabilização e colaboração de todos os profissionais, a Gestão do Risco gere todos os processos que servem de suporte à atividade do Risco. O Risco no setor dos serviços de saúde, pode resultar de causas clínicas (exemplos: infeções, erro de prescrição ou administração, quedas, erros em procedimentos cirúrgicos, etc.), ou não clínicas (exemplos: avarias de equipamentos, condições ambientais, incêndio, etc.).

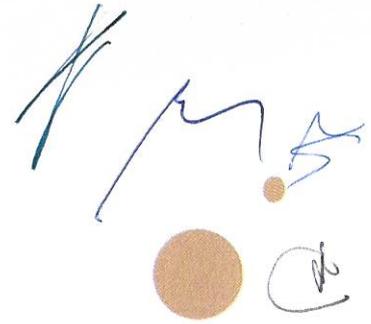
A metodologia da Gestão do Risco assenta na utilização do sistema de notificações do risco, em articulação estreita com os Responsáveis de Risco Clínico e Não Clínico, usando a monitorização das notificações como uma oportunidade de melhoria contínua da prática clínica e de segurança dos utentes e dos profissionais. Articula diretamente com vários Grupos e Comissões Hospitalares, integrando, nomeadamente, as equipas multidisciplinares do Grupo de Segurança do Medicamento, do Grupo Transversal da Experiência do Doente, do Grupo de Acompanhamento do Processo de Acreditação, do Grupo de Trabalho para EPI's no contexto de Infeção Emergente, da Comissão de Farmácia e Terapêutica, da Comissão Multidisciplinar de Saúde e Segurança no Trabalho, da Comissão de Catástrofe e da Comissão de Resíduos do HDES.



Nos hospitais portugueses, a Gestão do Risco começou a dar os primeiros passos no final da década de 90, a partir dos projetos voluntários de melhoria da qualidade em saúde, conduzidos pelo Caspe Healthcare Knowledge Systems (ex-King's Fund) e Joint Commission International (JCI). Da experiência partilhada e aprendida podemos afirmar que a Gestão do Risco na Saúde é uma metodologia de excelência que contribui para aumentar a segurança de todos.



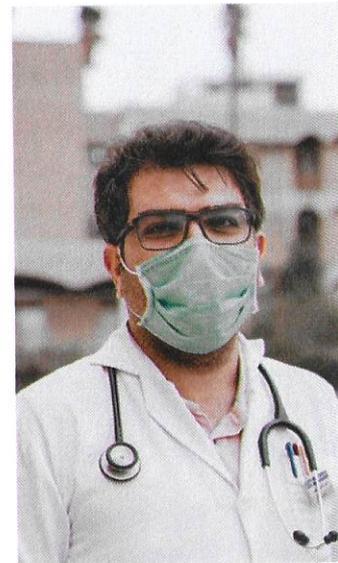
Retirado de L. Trindade, S. Ramos (2011). Gestão do Risco: Segurança do doente em Ambiente Hospitalar.



Assenta, igualmente, na participação/execução de simulacros internos e externos, na realização de auditorias nas instalações/serviços com elaboração de planos de ação, para correção das não conformidades, na elaboração de pareceres sobre equipamentos e obras, no recrutamento de colaboradores para a função de Responsável Local de Risco e Responsável Local de Incêndio, em cada serviço e na integração/formação dos colaboradores, dinamizando assim a cultura da prevenção de riscos em cada serviço do HDES.

#### Notificações de Risco

Todas as notificações são analisadas e avaliadas de acordo com o grau de risco. Algumas são trabalhadas individualmente, outras avaliadas em grupos de acontecimentos semelhantes. O notificante recebe informação, personalizada, das notificações. A metodologia de avaliação dos acontecimentos é o estudo dos fatores contributivos para a ocorrência da situação, de modo a identificar as falhas do sistema, a corrigi-las e mesmo a preveni-las no futuro.



Durante o ano de 2020, das 1030 notificações recebidas, 63% foram classificadas como não clínicas e 37% como clínicas.

Durante o ano de 2020, das 1030 notificações recebidas, 63% foram classificadas como não clínicas e 37% como clínicas. Da sua análise destacamos três áreas com maior número de notificações:

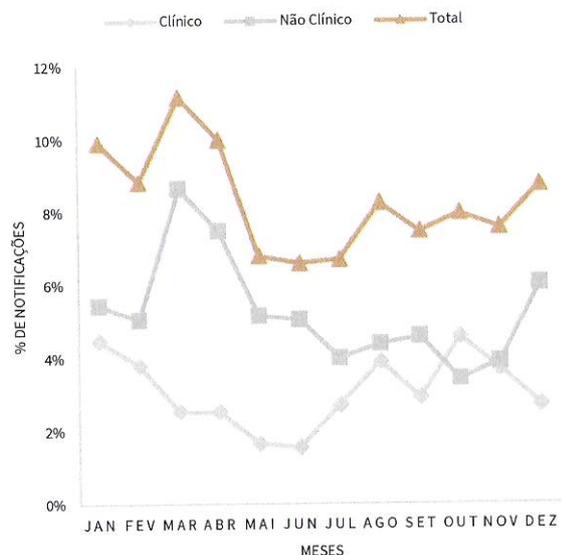
- >> I - Outros (32%);
- >> F- Equipamento (18%);
- >> G - Proteção e Segurança (15%).

Os grupos profissionais que mais notificaram foram:

- >> Enfermeiros (50%);
- >> Médicos (17%);
- >> Assistentes Operacionais (13%).

Os serviços que mais notificaram foram o Serviço de Hematologia e o Serviço de Urgência.

**Gráfico 5 - Notificações de Risco do ano 2020**





## 7.2 Gestão do Risco



### Avaliações de Segurança Hospitalar

No HDES são realizadas Avaliações de Segurança Hospitalar, aos Serviços Clínicos, num ano, aos Serviços Não Clínicos, noutra e no terceiro ano são avaliadas as resoluções das não conformidades levantadas nos anos anteriores, no âmbito da segurança contra incêndios, segurança e higiene no trabalho, segurança da criança e segurança e vigilância.

Em 2020, a Gestão do Risco efetuou 23 Avaliações de Segurança Hospitalar a Serviços Clínicos. Cada Serviço foi avaliado de acordo com as áreas de risco a que estão sujeitos.

A lista de verificação aplicável às Avaliações de Segurança Hospitalar foi previamente atualizada pela Gestão do Risco, com base na legislação em vigor.



### Pareceres

Os projetos de obras, remodelações ou alterações de instalações existentes introduzem componentes nos hospitais, que devem ser objeto de pareceres prévios, para que se previnam situações de risco para os trabalhadores, para os utentes e para a Instituição. Todos os perigos devem ser identificados, avaliados e associados às correspondentes medidas preventivas.

O Gabinete de Gestão do Risco dá pareceres avaliando sob o ponto de vista da segurança e higiene no trabalho e segurança contra incêndios, se as alterações propostas nas instalações põem em causa a segurança dos colaboradores. Sempre que as alterações não são apropriadas, a Gestão do Risco propõe alternativas que mitiguem os riscos que existem ou que possam vir a surgir.

Em 2020, o Gabinete de Gestão do Risco deu três pareceres sobre alterações ou remodelações de espaços.



### Internamentos de utentes com Tuberculose Pulmonar

No âmbito do Risco Clínico foram levantados e avaliados três casos de Tuberculose Pulmonar internados na Instituição, de acordo com o procedimento 69.003-09.



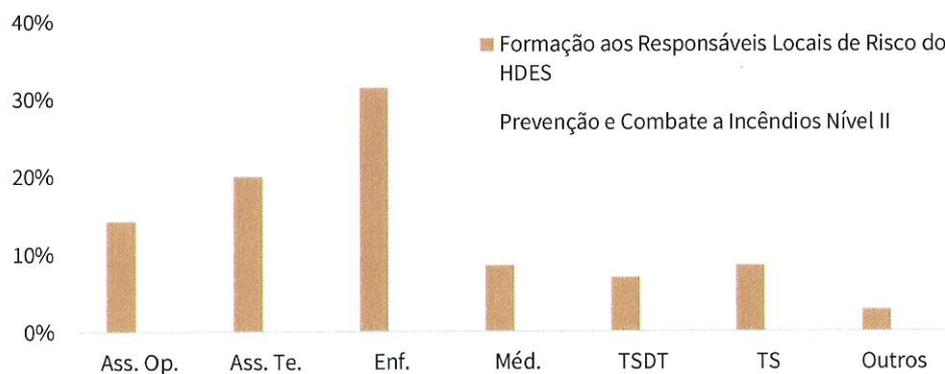
## Formações & Simulacros

No âmbito da preparação dos colaboradores para situações adversas ao quotidiano, que podem ser de origem natural (sismos, tsunamis, erupções vulcânicas, tempestades/ciclones, etc.), de origem tecnológica, ou seja, por ação humana (incêndios urbanos, ameaças nucleares, radiológicas, biológicas, químicas, acidentes graves de trânsito, acidentes industriais, etc.), ou até de origem mista, são desenvolvidas ações de formação e/ou simulacros.

Os Simulacros estão organizados de acordo com os Planos de Emergência Interna e Externa da Instituição. Em relação ao Plano de Emergência Interna, foi selecionado um serviço não clínico do HDES – o Serviço de Esterilização para a simulação anual, na vertente de atuação em caso de incêndio, realizado no mês de outubro.

No âmbito das formações, foram realizadas 6 ações de formação aos colaboradores do HDES, num total de 72 formandos, 35 na “Formação dos Responsáveis Locais de Risco do HDES” e 37 na formação de “Prevenção e Combate a Incêndio Nível II”. Estas ações fazem parte do plano de formação e são geridas pelo Núcleo de Formação, em articulação com o Gabinete de Gestão do Risco. Nestas sessões, a Gestão de Risco teve a oportunidade de abordar diversos temas: as funções da Gestão do Risco, o Sistema de Notificações de Risco que se encontra disponível na Intranet da Instituição, o Plano Hospitalar de Emergência (incluindo os procedimentos gerais de como atuar em caso de incêndio) e a Avaliação do Risco.

**Gráfico 6 – % Participação das Categorias Profissionais nas Formações**



## 7.2 Gestão do Risco

### Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

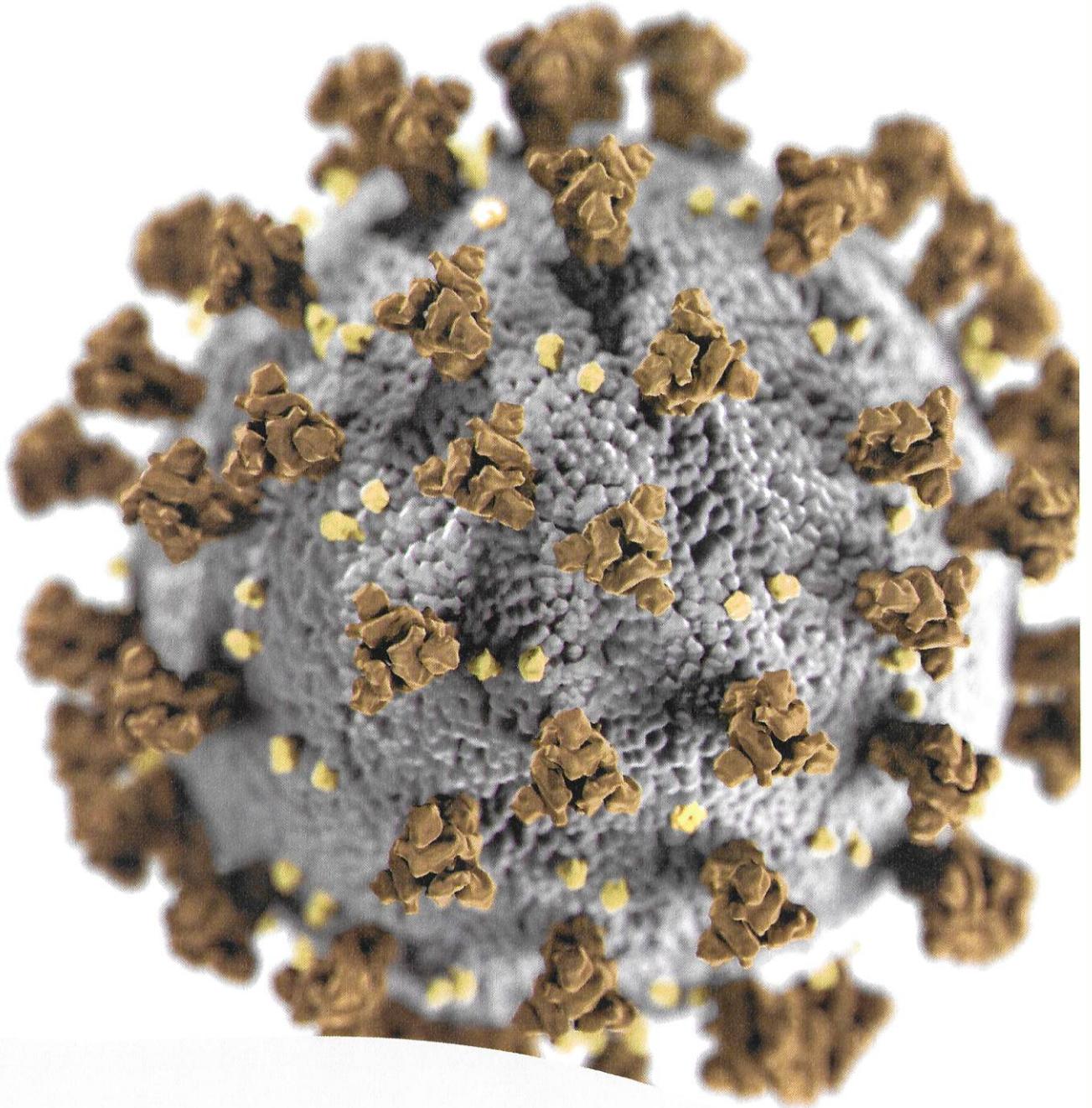
O Gabinete de Gestão do Risco atualizou o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do HDES, em articulação com o Conselho de Administração.

### Task Force COVID-19

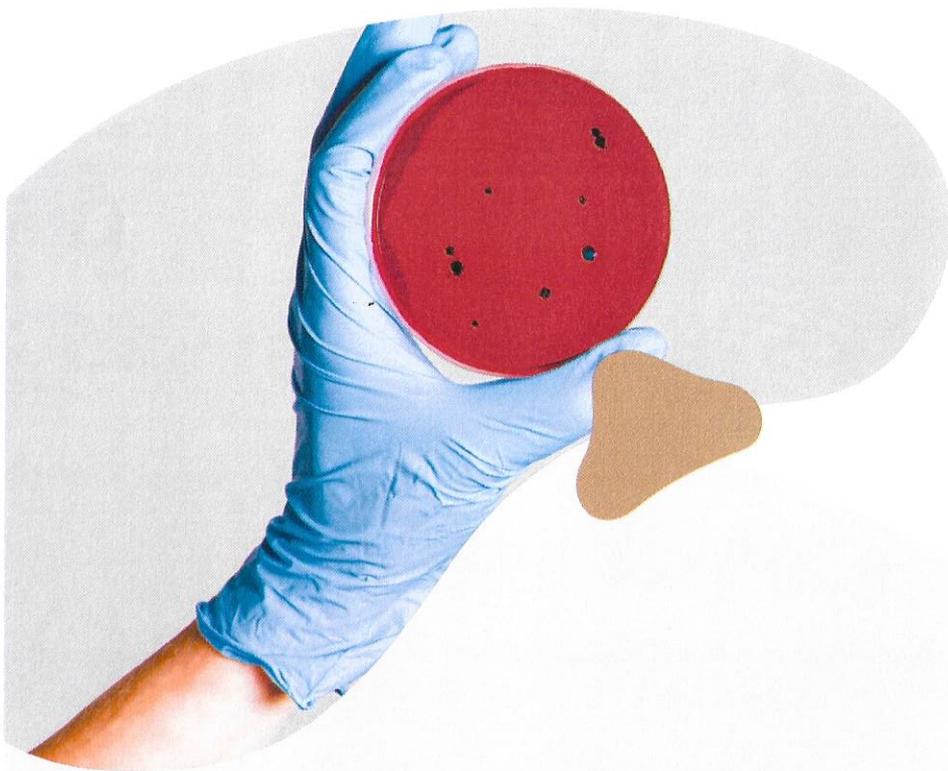
Em janeiro, a convite da Direção Clínica, a Coordenação da Gestão do Risco passou a integrar o Grupo Consultor que liderou um processo interno de gestão diária da Pandemia COVID-19. Nos meses seguintes, implementou-se um briefing diário com uma equipa multidisciplinar que assegurou o planeamento, a reorganização, a dinâmica e a logística de vários serviços. Foram reorganizados os circuitos hospitalares, assegurados o fornecimento de equipamentos de proteção individual, elaborados protocolos, atualizado o plano de emergência hospitalar e vários protocolos internos. Realizaram-se várias avaliações dos postos de trabalho por forma a cumprir as novas recomendações.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'X' mark and a circled 'D' with an arrow.



## 7.3 Controlo de Infecção - PPCIRA

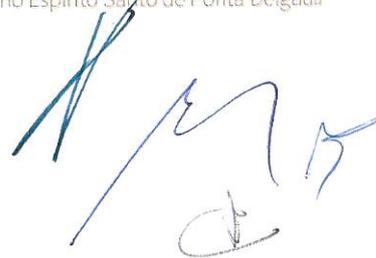


No ano 2020 deu-se continuidade à Estratégia Multimodal das Precauções Básicas em Controlo de Infecção, cumprindo-se com as atividades previstas em cronograma pelo Programa de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistência aos antimicrobianos (PPCIRA).

O ano em avaliação contemplou a componente:

### ➤ Higienização das Mãos

- Taxa de adesão para todas as categorias profissionais 77,6%;
- Taxa de adesão por indicações (5 momentos de HM);
  - Antes do contacto com o doente: 71,35%
  - Antes de um procedimento assético: 78,45%;
  - Depois de risco de exposição a sangue e fluidos corporais: 90,28%;
  - Depois do contacto com o doente: 88,11%;
  - Depois do contacto com o ambiente envolvente do doente: 78,47%.



# O controlo e a prevenção da infeção hospitalar constituem grande preocupação

- >> Observação ao Uso de Luvas
  - o Dos Padrões observados obtivemos os seguintes resultados:
    - Seleção e colocação de luvas no HDES com IQ de 91,71%;
    - Uso e substituição das luvas no HDES com IQ de 85,83%;
    - Remoção das luvas no HDES com IQ de 96,60%;
    - Índice Global de Qualidade do Processo 91,21%.
- >> Lista das PBCI Para a Estrutura e Processo Obtivemos a seguinte classificação geral:
  - o Índice global da qualidade do Processo 96,26%;
  - o Índice global da qualidade de Estruturas 90,98%.

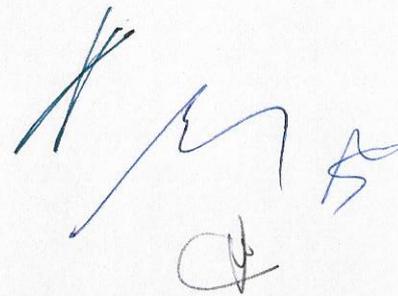
Para a preparação destas atividades, durante o ano foram realizadas várias formações obtendo-se uma taxa de formação de 31,6% para todas as categorias profissionais.

## Vigilância Epidemiológica dos microrganismos Multirresistentes

Na impossibilidade de se vigiar todas as infeções e todos os microrganismos, a opção do GCL-PPCIRA foi para a vigilância epidemiológica dos microrganismos considerados epidemiologicamente mais preocupantes, em 2020 (Agosto-Dezembro) obteve-se as taxas de infeção:

- >> *Enterobactereaceae* produtoras de betalactamases de espectro alargado a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0,53 % e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 1,00 %;
- >> *Enterobacteriaceae* Resistentes aos Carbapenemos a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0,03 % e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,05 %;
- >> *Staphylococcus aureus meticilina* resistente (MRSA) a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0,15 % e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,28%;
- >> *Pseudomonas aeruginosa* multirresistente a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0,12% e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,23%;
- >> *Acinetobacter baumannii (ACIBAU)* a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0 e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0;
- >> *Clostridium difficile* a proporção das infeções por 100 doentes admitidos 0,09%, e a Densidade de incidência por mil dias de internamentos foi 0,18%.

## 7.3 Controlo de Infeção - PPCIRA



### Vigilância Epidemiológica Infeções Nosocomiais Da Corrente Sanguínea (INCS)

- >> Proporção de INCS, expressa por 100 doentes admitidos 0,39 por 100 doentes admitidos.
- >> Densidade de Incidência, Taxa de INCS expressa por 1000 dias de internamento 0,75 por mil dias de internamento.
- >> Taxa de INCS relacionada com a CVC ajustada ao risco 1,60 por mil dias de exposição a CVC.
- >> % de INCS por MRSA 55% do total de INCS por Staphylococcus aureus.
- >> Taxa de INCS por Staphylococcus aureus expressa por mil dias de internamento 0,23 por mil dias de internamento.
- >> Taxa de INCS por MRSA expressa por mil dias de internamento 0,13 por mil dias de internamento.



### Vigilância Epidemiológica da Infeção do Local Cirúrgico

Os serviços e procedimentos cirúrgicos incluídos na vigilância ILC e na Instituição foram, Cirurgia Geral (Cirurgia de cólon, Cirurgia de reto, Colectomia), Neurocirurgia (Laminectomia), Obstetrícia (Cesariana) e Ortopedia (Artroplastia da anca e Artroplastia do joelho).

No HDES, em 2020 (Julho-Dezembro) foram introduzidas 592 cirurgias. Atos cirúrgicos que mais contribuíram para a infeção:

- >> 74.1 Cesariana cervical baixa 78,6%;
- >> 45.73 Hemicolectomia direita 14,3%;
- >> 45.76 Sigmoidectomia 7,1%.

Taxa Global de incidência de ILC (%) 2,4%.

### Atividade do Programa de Apoio à Prescrição de Antimicrobianos (PAPA)

A atividade do Programa de Apoio à Prescrição de Antimicrobianos (PAPA) do GCL-PPCIRA em 2020 foi cancelada devido ao COVID-19.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*





## 7.4 Regime Geral Proteção de Dados - RGPD

Durante o ano de 2020, o HDES deu seguimento ao projeto que visa garantir a conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto e que assegura a execução nacional do RGPD.

Nesse sentido, foi nomeado um novo Encarregado de Proteção de Dados (DPO – Data Protection Officer), assim como um grupo de trabalho multidisciplinar (GT RGPD) constituído por 5 profissionais provenientes de diversas áreas do HDES.

O DPO e os outros elementos do GT RGPD tiveram formação externa de modo a garantir a aquisição das competências específicas na área da Proteção de Dados, tendo elaborado diversos pareceres necessários e desenvolvido atividades relativas à revisão, elaboração de procedimentos e políticas, assim como ações de apoio aos processos.



Tim Cook  
Apple CEO

“Nós vemos que a privacidade é um direito humano fundamental que as pessoas têm. E faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para manter essa confiança”

Handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping strokes.

# Relatório & Contas 2020





## 08 Serviços de Suporte Logístico

### Índice

8.1 Serviço Aprovisionamento	136
8.2 Serviços Farmacêuticos	140
8.3 Serviços Hoteleiros	144



## 8.1 Serviço de Aprovisionamento



### 01 Enquadramento

-



O Serviço de Aprovisionamento do HDES enfrentou, em 2020, desafios muito relevantes, decorrentes da pandemia de Covid-19, mas também das crescentes exigências de eficiência e transparência na contratação pública.

No contexto de uma emergência de saúde pública de âmbito global e num mercado internacional fortemente pressionado pela procura de equipamentos de proteção individual (EPI) e de dispositivos e materiais laboratoriais, foram implementados mecanismos de articulação entre as unidades do Serviço Regional de Saúde (SRS), de modo a otimizar procedimentos de aquisição e de gestão de stocks.

O Serviço de Aprovisionamento reorganizou-se, reestruturou procedimentos e reforçou os seus recursos humanos, procurando dar o seu melhor contributo para este esforço do HDES, em prol da segurança e da proteção dos profissionais do SRS e, deste modo, da população dos Açores.

Em simultâneo, tendo em vista o reforço da transparência, a melhoria da eficiência e a racionalização da despesa, o Serviço de Aprovisionamento reorganizou-se e reforçou a tecnicidade dos seus recursos humanos, lançando as bases para a criação de um Gabinete de Contratação Pública.

Cabe agora a este Gabinete desenvolver, também, os procedimentos de aquisição de prestação de serviços médicos, alocados, desde 2020, ao Serviço de Aprovisionamento.



## 02 Resultados da atividade 2020 | Grandes números

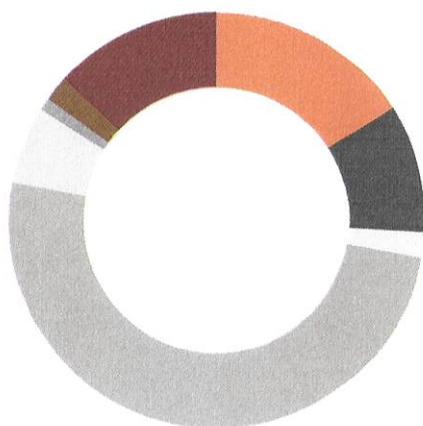


### Distribuição de produtos

Em 2020, o Serviço de Aprovisionamento distribuiu 21.460.067 unidades de equipamento e material diverso.

Destacam-se os equipamentos de proteção individual (EPI), como categoria de produtos mais distribuídos, representando 50% do total, conforme Gráfico 7.

**Gráfico 7 – Produtos distribuídos em quantidade**



■	Diversos: 2206 279 – 10%
■	Eletromedicina: 381 933 - 2%
■	Equipamento de Proteção Individual: 10643 854 - 50%
■	Laboratório: 1330 547 - 6%
■	Laboratório COVID: 153 710 - 1%
■	Material Cirúrgico: 494 725 – 2%
■	Material de Penso: 2804 844 - 13%
■	Tratamento: 3437 548 - 16%
■	Osteossíntese: 4 685 - 0%
■	Próteses: 1 942 - 0%

## 8.1 Serviço de Aprovisionamento

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten mark]*

### 02 Resultados da atividade 2020 | Grandes números



#### Procedimentos de contratação pública

Em 2020, o Serviço de Aprovisionamento desenvolveu 146 procedimentos de contratação pública, mais 32% do que em 2019, consistindo a maior parte (61 procedimentos) em ajustes diretos simplificados, aplicáveis a aquisições de montante inferior a 15.000 € (Tabela 54).

**Tabela 54- Procedimentos desenvolvidos em 2020 e variação relativamente a 2019**

Procedimentos	N.º de Procedimentos 2019	N.º de Procedimentos 2020	Δ %
Ajustes Diretos Simplificados (≤ 15.000,00 €)	54	61	13%
Ajustes Diretos ao abrigo de Acordos Quadro	5	2	-60%
Ajustes Diretos com Consulta Prévia (≥ € 20.000,00 € ∧ ≤ € 75.000,00 €)	20	38	90%
Ajustes Diretos - Critério Material	8	24	200%
Contratos de Manutenção	16	13	-19%
Concursos Públicos	8	8	0%
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>146</b>	<b>32%</b>

02

## Resultados da atividade 2020 | Grandes números



### Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio

O Serviço de Aprovisionamento desenvolveu 436 processos de aquisição de produtos de apoio, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio na Região Autónoma dos Açores (SAPA-RAA), em 2020, no valor global de 440.599,46 €. A maioria dos produtos de apoio adquiridos em 2020 (173) insere-se no âmbito da Otorrinolaringologia, designadamente ajudas para ouvir retroauriculares, ou seja, próteses auditivas e acessórios para implantes cocleares, conforme Tabela 55.

Estes valores representam um abrandamento superior a 10%, relativamente ao ano anterior, justificado pela suspensão da atividade assistencial.

**Tabela 55- Procedimentos desenvolvidos em 2020 no âmbito do SAPA**

Produtos	N.º de Processos	Valor C/IVA	Categorias	Especialidade
Ajudas para ouvir retroauriculares.	173	209 417,16 €	Produtos de apoio para ouvir	Otorrinolaringologia
Cadeiras de rodas e acessórios; andarilhos; próteses; calçado por medida; ortóteses; outros.	140	213 679,48 €	Produtos de apoio para a mobilidade pessoal e outros	Medicina Física e de Reabilitação (MFR)
Próteses mamárias	70	6 155,22 €	Outras próteses, excluindo as próteses dos membros	Mastectomia
Óculos, lentes e sistemas de lentes para ampliação.	26	4 457,81 €	Produtos de apoio para ver	Oftalmologia
Ortóteses para pé e calçado feito por medida.	15	1 831,60 €	Ortótise para membro inferior e calçado ortopédico	Consulta do pé diabético
Dentaduras.	11	5 046,00 €	Outras próteses, excluindo as próteses dos membros	Estomatologia
Meias anti edema para braços, pernas e outras partes do corpo.	1	12,19 €	Auxiliares de terapêutica circulatória	Medicina Interna
<b>Total</b>	<b>436</b>	<b>440 599,46 €</b>		

03

## Avaliação Prospetiva



O ano de 2020 apresentou grandes desafios ao Serviço de Aprovisionamento. Mas, como sempre demonstra a história, é nos períodos de maior pressão que se criam as condições propícias para o desenvolvimento das organizações e das unidades que as integram.

O Serviço de Aprovisionamento deu uma resposta assertiva às necessidades do HDES, no ano em análise, e posiciona-se, em 2021, graças ao reforço de recursos humanos, à sua reorganização, ao redesenho de procedimentos e à criação do Gabinete de Contratação, para assumir novos desafios e melhorar os seus indicadores de eficácia, eficiência e qualidade.



## 8.2 Serviços Farmacêuticos

Os Serviços Farmacêuticos têm como missão, proporcionar suporte ao tratamento farmacoterapêutico, no processo assistencial dos utentes atendidos no Hospital, juntando valor, mediante a sua contribuição para a melhoria da qualidade (efetividade, segurança), e preocupação com os critérios económicos dos medicamentos, que sendo cada vez mais eficazes, são também mais dispendiosos, implicando novas estratégias de forma a melhorar a monitorização dos planos terapêuticos.

### Consumo de medicamentos e outros produtos farmacêuticos

Na área das Doenças Raras registou-se uma variação de 1 020 735,24 €, correspondendo a um aumento de 32 %, relativamente a 2019. Deveu-se, principalmente, aos 2 doentes que iniciaram tratamento no final de 2019, com Eculizumab, na Síndrome Hemolítico Urémico Atípico, que mantêm até à presente data.

Na área da Oncologia, registou-se uma variação de 444 710,19 €, correspondendo a um aumento de 9.5 %, relativamente a 2019. Na área da Hematologia Oncológica, registou-se um aumento de 424 860,24 €, mais 16.9 %, relativamente a 2019.

Estes valores devem-se principalmente ao fato de haver mais utentes com indicação para os medicamentos

inovadores, utilizados em imunoterapia para tratamento de vários carcinomas.

De salientar que muitos dos doentes que iniciaram estes medicamentos em 2019, mantiveram o tratamento em 2020.

Durante o ano de 2020 deu-se continuidade aos tratamentos para a Hepatite C iniciados em 2019. No entanto, em consequência da diminuição de consultas e pedidos à Comissão de Farmácia e Terapêutica, para início de tratamento, registou-se uma diminuição de 540 105,97 € em consumos, menos 152% relativamente a 2019.

Devido ao encerramento em março de 2020 da Unidade de Venda ao Público, condição imposta pelo Plano de Contingência Interno do HDES, verificou-se uma diminuição de 93 414,15 € nos consumos, menos 86% que em 2019.



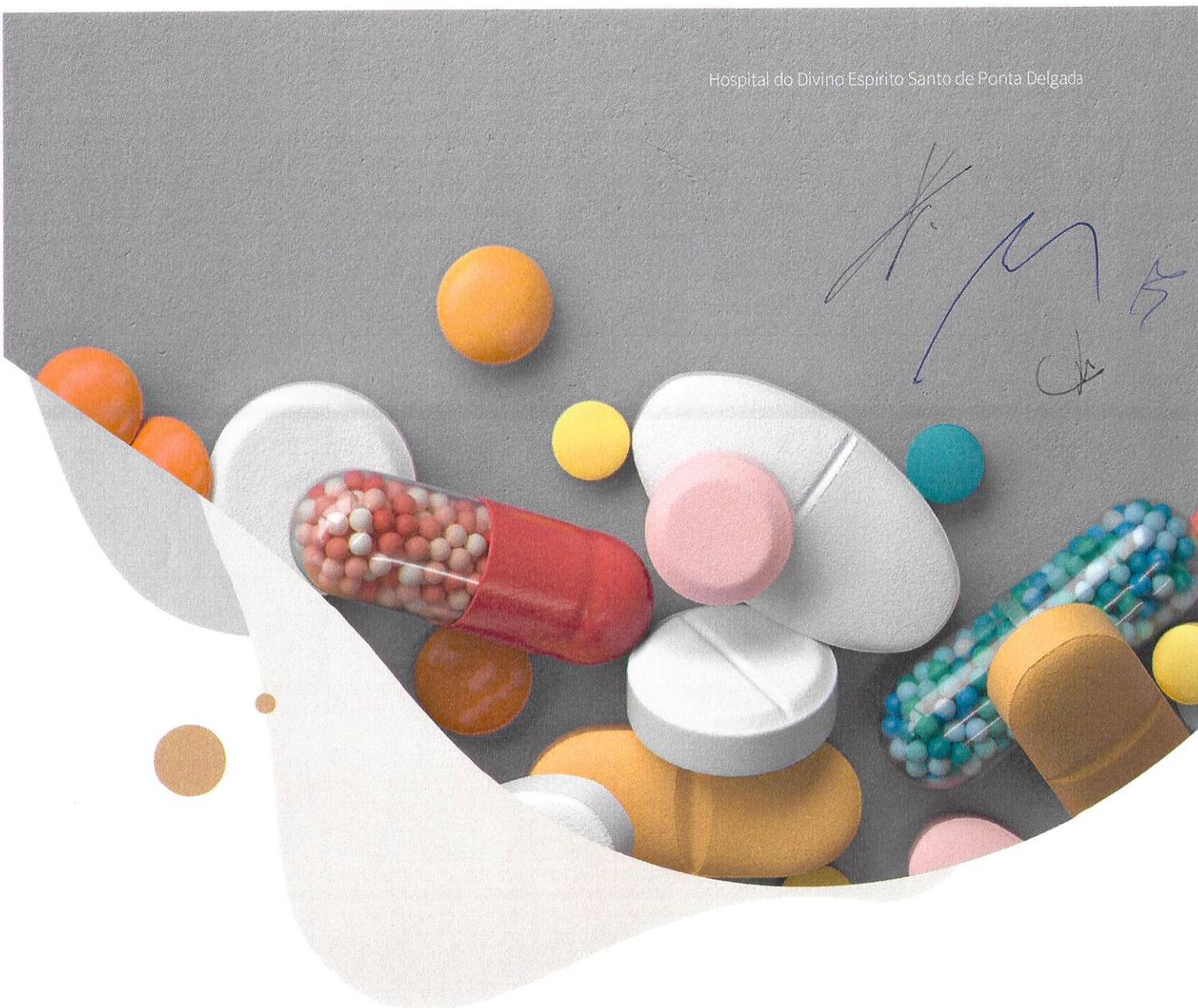
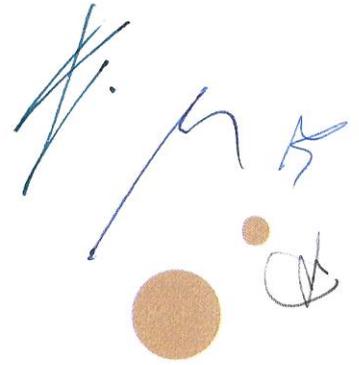


Tabela 56- Evolução de Consumos por Áreas

Centros de Custo	2019		2020		Δ 2020/ 2019	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%
B. Operatório/ Urgência/ Internamento	3 771 913,77 €	16,40%	3 262 185,34 €	13,71%	- 509 728,43 €	-13,51%
Hospital de Dia de Oncologia/ Hematologia Oncológica	6 499 841,66 €	28,26%	7 703 257,93 €	32,38%	1 203 416,27 €	18,51%
Ambulatório	9 832 018,46 €	42,74%	9 721 196,38 €	40,86%	- 110 822,08 €	-1,13%
Venda Medicamentos na UVP	108 584,94 €	0,47%	15 170,79 €	0,06%	- 93 414,15 €	-86,03%
Outros Hospitais Dia / Serviços sem Internamento	2 791 364,58 €	12,13%	3 087 532,71 €	12,98%	296 168,13 €	10,61%
<b>Total*</b>	<b>23 003 723,41 €</b>	<b>100%</b>	<b>23 789 343,15 €</b>	<b>100%</b>	<b>785 619,74 €</b>	<b>3,42%</b>



## 8.2 Serviços Farmacêuticos

**Tabela 57- Evolução de consumos por Grupo Farmacoterapêutico/ Patologia**

Patologia	Valores 2019	Valores 2020	Δ 2020/ 2019	%
Doenças Raras	2 168 972,55 €	3 189 707,79 €	1 020 735,24 €	32,00%
Oncologia	4 240 272,20 €	4 684 982,39 €	444 710,19 €	9,49%
Hematologia Oncológica	2 087 592,19 €	2 512 452,43 €	424 860,24 €	16,91%
Medicamentos Biológicos Pneumologia e Imunoalergologia	373 503,02 €	539 443,21 €	165 940,19 €	30,76%
Antipsicóticos	483 302,35 €	648 025,02 €	164 722,67 €	25,42%
Medicamentos Biológicos Reumatologia, Dermatologia, Gastroenterologia	1 994 424,55 €	2 068 998,01 €	74 573,46 €	3,60%
Acromegália	133 504,39 €	146 295,09 €	12 790,70 €	8,74%
Estimulantes Hematopoiese	336 021,11 €	346 921,20 €	10 900,09 €	3,14%
Hipertensão Pulmonar	199 538,00 €	209 668,14 €	10 130,14 €	4,83%
Hormona Crescimento	320 975,47 €	326 430,77 €	5 455,30 €	1,67%
Outros Medicamentos Biológicos	272 557,22 €	276 699,51 €	4 142,29 €	1,50%
Terapêutica VIH	878 616,48 €	880 385,69 €	1 769,21 €	0,20%
Esclerose Múltipla	662 139,11 €	651 257,74 €	- 10 881,37 €	-1,67%
Anti-hemorrágicos	119 174,85 €	106 978,30 €	- 12 196,55 €	-11,40%
Tratamento de Feridas	284 424,69 €	271 479,05 €	- 12 945,64 €	-4,77%
Anticoagulantes Antitrombóticos	246 586,03 €	233 003,93 €	- 13 582,10 €	-5,83%
Transplantados	281 571,97 €	262 977,37 €	- 18 594,60 €	-7,07%
Corretivos volémia	433 841,81 €	396 396,48 €	- 37 445,33 €	-9,45%
Nutrição	247 833,64 €	204 575,66 €	- 43 257,98 €	-21,15%
Anti-infecciosos	861 187,91 €	786 839,03 €	- 74 348,88 €	-9,45%
Hemofilia	1 813 902,33 €	1 710 707,07 €	- 103 195,26 €	-6,03%
Derivados do Plasma Humano	426 798,20 €	301 448,63 €	- 125 349,57 €	-41,58%
Estupefacientes	297 034,11 €	104 848,78 €	- 192 185,33 €	-183,30%
Outros	2 944 809,89 €	2 573 788,49 €	- 371 021,40 €	-14,42%
Terapêutica Hepatite C	895 139,34 €	355 033,37 €	- 540 105,97 €	-152,13%
<b>Total</b>	<b>23 003 723,41 €</b>	<b>23 789 343,15 €</b>	<b>785 619,74 €</b>	<b>3,42%</b>



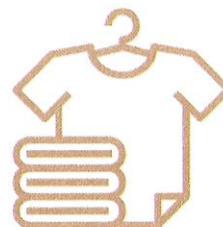
## 8.3 Serviços Hoteleiros



Serviços Hoteleiros

Foram tratados

231559 kg



Roupa Hospitalar



1045563,72

Refeições fornecidas



1532412,01

Horas de Limpeza

Contribuindo para a implementação de medidas que visam maximizar a satisfação dos profissionais e doentes.

2020

Os Serviços Hoteleiros replanearam as atividades e custos inerentes com as prestações de serviços contratualizadas pelo HDES, de forma a assegurar a rentabilização dos recursos disponíveis e a minimizar os efeitos da Pandemia SARS-COV-2.



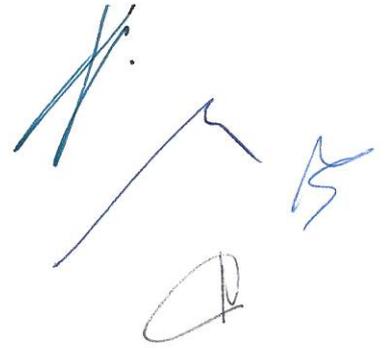
## Gestão Hoteleira

A unidade de Gestão Hoteleira tem como missão proporcionar aos utentes e profissionais do Hospital um ambiente limpo, higienizado e desinfetado contribuindo na prevenção e controle de infeções hospitalares, garantir o fornecimento das refeições em horário adequado e nas melhores condições sanitárias e dietéticas, satisfazendo as necessidades nutricionais, cumprindo a prescrição médica, necessidades culturais, religiosas e étnicas.

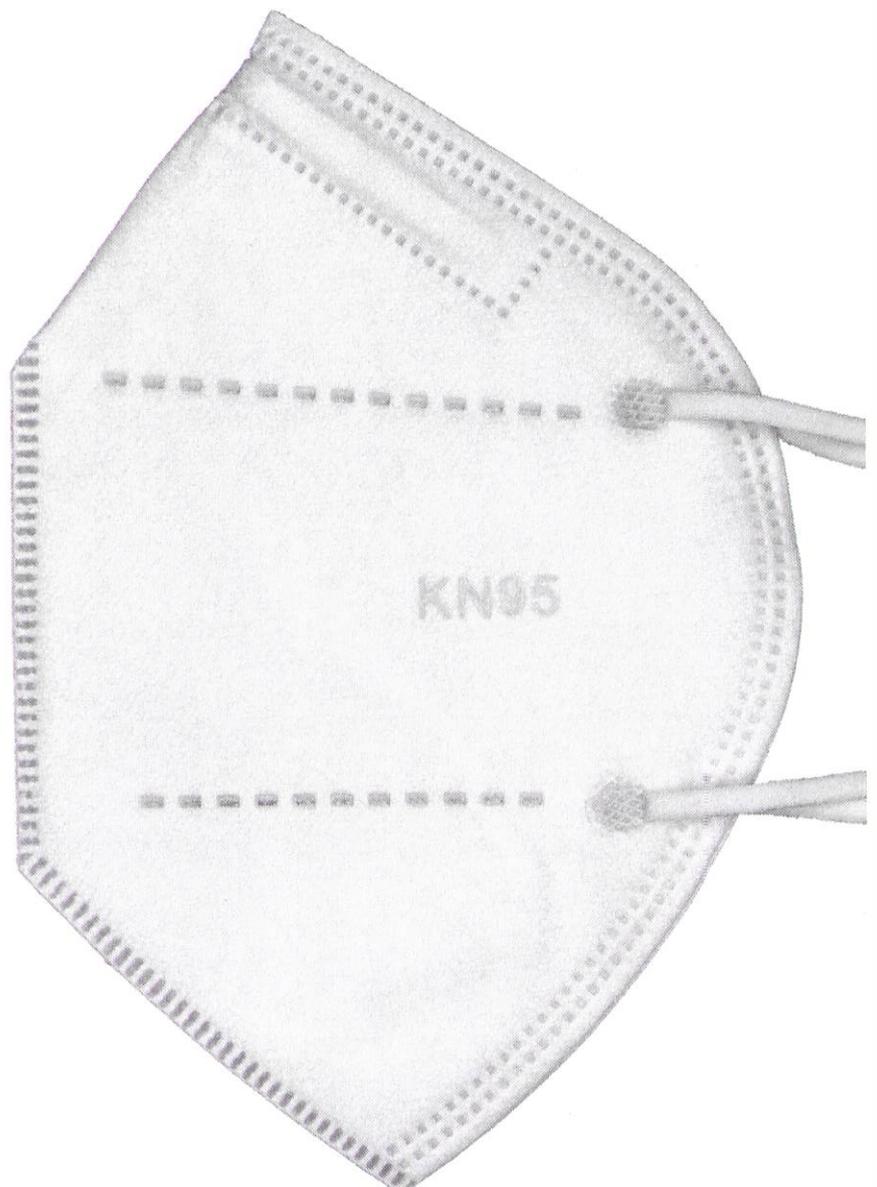
**Tabela 58- Refeições, Ceias, Rouparia e Limpeza 2020**

Área Hoteleira	Indicadores	Período	2020
Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores	Nº de refeições servidas a doentes e colaboradores	Ano	1 045 563,72
		Mês	87 130,31
		Dia	2 904,34
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kg de Roupa Tratada	Ano	231 559,00
		Mês	19 296,00
		Dia	643,20
Prestação de serviços de higiene e limpeza	Nº de horas de limpeza executadas	Ano	1 532 412,01
		Mês	130 158,89
		Dia	4 338,62
Prestação de serviços de fornecimento, abastecimento e distribuição de ceias aos colaboradores	Nº de ceias fornecidas a colaboradores	Ano	93 317,73
		Mês	7 776,40
		Dia	259,21





# Relatório & Contas 2020

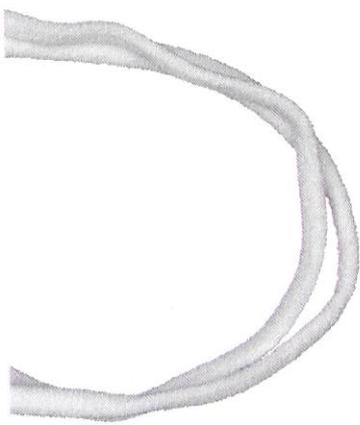




## 09 Demonstração Não Financeira

### Índice

9.1 Avaliação da evolução, desempenho, posição e impacto das atividades nos vários domínios	148
<hr/>	
9.2 Questões Ambientais	150
<hr/>	
9.3 Direitos Humanos, Questões Sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre géneros e não discriminação	158
<hr/>	



## 9.1 Avaliação da evolução, desempenho, posição e impacto das atividades nos vários domínios

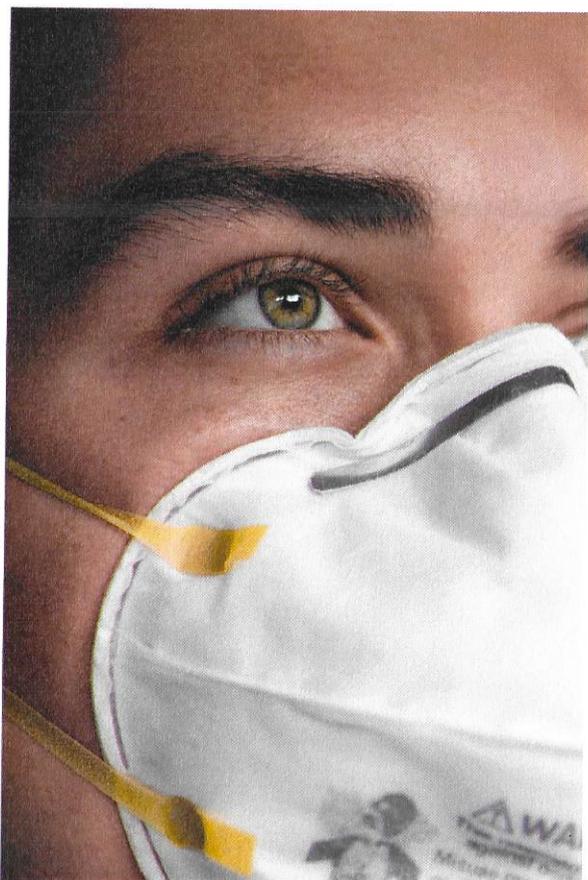


O HDES foi, pela primeira vez, nomeado para o prémio de “Melhor Desempenho 2019” no agrupamento no qual está inserido (Cluster D - o qual precede o grupo dos maiores e mais complexos Hospitais, os grandes hospitais universitários), constituído por 9 Hospitais Portugueses. Para efeitos de apuramento do ranking global, foram analisadas as dimensões: eficiência, adequação, qualidade assistencial e informação económica. Neste seguimento, o HDES obteve o 3º lugar destacando-se de entre os diversos resultados: a boa relação entre o tempo de internamento observado e o esperado - tendo em conta a complexidade dos doentes tratados - assim como os indicadores de qualidade assistencial como a mortalidade, complicações e readmissões.

O contexto da Pandemia COVID-19 veio revolucionar os hospitais que se tiveram de adaptar para responder às necessidades dos doentes com cuidados específicos de isolamento e simultaneamente dar continuidade à prestação assistencial com segurança a todos os outros. O HDES continuou a pautar a sua atividade por elevados padrões de

qualidade em todas as áreas, assistenciais, mas também de sustentabilidade e responsabilidade social, especificamente com:

- Criação de um grupo multidisciplinar de acompanhamento a todo este processo, sendo possível desenvolver e implementar procedimentos, políticas de atuação, planos de contingência, circuitos, entre outros, de modo a garantir a segurança e minimizar o risco de contágio em profissionais e utentes do Hospital. Este é um processo dinâmico que, ao longo do tempo, tem-se traduzido em alterações e melhorias mantendo-se, até aos dias de hoje, as reuniões bissemanais de acompanhamento e aferição à COVID-19, bem como, à retoma da atividade assistencial;
- Necessidade de separar as áreas “COVID” e criar circuitos distintos de admissão e tratamento dos utentes. Estes foram implementados desde a urgência, passando pelas enfermarias, cuidados intensivos, bloco operatório e de partos, exames e laboratórios. De salientar que, a área dos cuidados intensivos na enfermaria de Doenças Infeciosas passou a estar dotada de 10 quartos de pressão negativa;
- Reestruturação das enfermarias implicou igualmente a necessidade de libertar camas, encaminhando os utentes com alta hospitalar quer para a Rede Regional de Cuidados Integrados, quer para as Estruturas Residenciais para Idosos, ou até no apoio social e de enfermagem ao domicílio. A rápida resposta das entidades envolvidas foi preponderante durante este período;



*[Handwritten signature]*

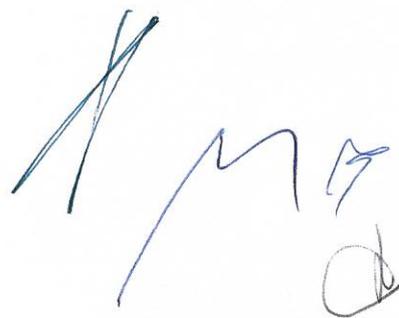
- Aquisição de equipamento e material foi uma preocupação imediata que requereu uma resposta eficaz, tendo sido bastante expressivo o aumento da capacidade a este nível. Quer pela doação quer pela aquisição e investimento hospitalar, houve um reforço acentuado dos equipamentos ao nível dos ventiladores, monitores, equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como, o reforço analítico através do aumento da capacidade dos equipamentos, reagentes e outros consumíveis para a realização de análises de biologia molecular. Quer na altura, quer na estratégia atual, foram reforçadas a qualidade e segurança da prestação de cuidados de saúde em diversos serviços;
- Reforço de recursos humanos acompanhou todo este processo de reestruturação interna, com a mobilização de internos de formação específica nos hospitais do continente, com a reafectação de especialistas e de internos em formação no HDES e com a contratação de profissionais nas diferentes áreas como enfermagem, laboratórios, serviços gerais e administrativos, entre outros;

- A modalidade de trabalho foi reorganizada tendo sido implementado o regime de teletrabalho, de modo restringir a circulação na Instituição e o trabalho em espelho de forma a garantir a continuidade da assistência clínica;
- Preocupação com o apoio psicológico e emocional aos profissionais de saúde, sendo que o Serviço de Psiquiatria do HDES assumiu um papel fundamental, tanto a utentes como a profissionais do Hospital. Com a adaptação de um espaço foi possível garantir o devido repouso das equipas das áreas Covid, tendo-se revelado uma mais-valia na conciliação de saberes e entereajuda;
- Garantia da melhor resposta às diversas solicitações e necessidades diárias. A retoma da atividade hospitalar aliada à garantia de segurança de todos os envolvidos, utentes e profissionais, tem sido regularmente monitorizada e aplicados os correspondentes procedimentos.

Numa altura em que a entrada e circulação no Hospital era restrita, as novas tecnologias permitiram não só manter algum contacto entre família e doentes internados, através da videochamada, como garantir o seguimento e tratamento dos utentes, através da teleconsulta e consulta telefónica. Também para os profissionais foi tranquilizador saber que tinham acesso à biografia produzida mundialmente e em constante atualização.

O HDES atribuiu o prémio de desempenho aos seus trabalhadores envolvidos no combate à doença COVID-19 que cumpriram os requisitos cumulativos de atribuição previstos no Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2020/A, de 14 de outubro, designadamente:

- >> Exercício de funções de forma continuada durante o período de vigência do estado de emergência, ou seja, entre 19 de março e 2 de maio de 2020;
- >> Exercício de funções em regime de trabalho subordinado;
- >> Prática de atos diretamente relacionados com pessoas suspeitas ou doentes portadores da doença COVID-19, ou seja, que estiveram em contacto direto e presencial com pessoa suspeita, doente infetado por COVID-19 ou respetivo material biológico;
- >> Estes trabalhadores beneficiarão ainda, nos termos do diploma acima referido, da majoração extraordinária do período de férias.



## 9.2 Questões Ambientais



Nos valores do HDES, faz parte as práticas ambientais, documentados através de procedimentos, estratégias, recomendações e programas.

A área do ambiente tem-se vindo a destacar nos últimos anos, e são cada vez mais as exigências legais em matérias de gestão ambiental, sendo a gestão de resíduos hospitalares a de maior representatividade para o HDES.

No entanto, existem outras temáticas ambientais que merecem o devido acompanhamento, destaque e foco, como servem os exemplos: águas residuais, controlo integrado de pragas, entre outras.

### Gestão de Resíduos Hospitalares

Em 2020, o HDES redigiu, pela primeira vez, cadernos de encargos para lançamento de procedimentos concursais para o transporte de resíduos hospitalares não perigosos entre o Hospital e o Ecoparque da Ilha de São Miguel, bem como para a respetiva

deposição de resíduos em aterro sanitário.

De igual modo, foi preparado o procedimento concursal para a gestão de resíduos hospitalares perigosos (recolha, armazenamento, transporte, tratamento e eliminação) com vista à alteração da metodologia interna de funcionamento do modelo atual de gestão destes resíduos, incluindo a rastreabilidade dos resíduos produzidos por cada serviço, através de um software e respetivo sistema de pesagem associado que permita efetuar este controlo. O procedimento irá ser publicado no primeiro semestre de 2021.

No primeiro trimestre de 2020 foi submetido o mapa de resíduos anual no portal da Direção Regional do Ambiente, o Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), referente à produção do ano de 2019.

Ao longo do ano, deu-se continuidade ao estudo da implementação do modelo para início de separação seletiva nos serviços não clínicos, sendo que até à data esta triagem é realizada exclusivamente pelos Serviços Hoteleiros. De igual modo, continua em curso o projeto para a criação do parque de resíduos do HDES, com vista a uma deposição correta e organizada dos resíduos de acordo com os seus fluxos e fileiras, sendo que no último trimestre de 2020 foi adquirido um contentor marítimo de 20" com vista à sua reutilização para armazenamento de algumas tipologias de resíduos, nomeadamente metais, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE's), lâmpadas fluorescentes e plásticos duros.

No último trimestre do ano transato, foram realizadas auditorias de resíduos aos serviços clínicos, pela bolsa de auditores que constituem a Comissão de Resíduos. Estavam previstas, de acordo com o cronograma anual, a realização de 53 auditorias, mas tendo em conta o contexto de pandemia, o índice de cumprimento foi de 66%, tendo sido auditados 35 serviços.

Através dos resultados das auditorias foram analisadas as não conformidades observadas, sendo cada serviço auditado responsável pela criação e implementação do plano de melhoria referente às não conformidades levantadas.

Conclui-se a importância da necessidade de aumento do índice de qualidade dos serviços clínicos auditados que apresentaram resultados abaixo ou igual a 85%. Esta melhoria deverá ser atingida através de esforços combinados entre o respetivo serviço e a Gestão de Resíduos do HDES, com foco na sensibilização e formação de todos os profissionais envolvidos na gestão de resíduos hospitalares, tendo em conta os critérios avaliados na lista de verificação, de onde se registaram as respetivas não conformidades.

Alguns dos critérios avaliados, passíveis de serem corrigidos e/ou melhorados, verificou-se serem da responsabilidade da Gestão de Resíduos do HDES, sendo que já se encontra em decurso a implementação de medidas para melhoria das não conformidades registadas.

Em 2020 foram produzidos no HDES 827,8 toneladas de resíduos com respetivos custos de tratamento e eliminação associados na ordem dos 364.475,24€.

Através das Tabelas 59 e 60 é possível verificar-se que em 2020 existiu um acréscimo de 4% de produção de resíduos em relação ao ano anterior, bem como um acréscimo de 21,2% nos custos associados à gestão dos resíduos hospitalares, em comparação com o ano de 2019.

**Tabela 59- Produção de resíduos hospitalares em 2019 e 2020**

	2019	2020	20/19%
Total	794,98	827,8	4,0

**Tabela 60- Custos de tratamento e eliminação de resíduos em 2019 e 2020**

	2019	2020	20/19%
Total	287 309,93 €	364 475,24 €	21,2



## 9.2 Questões Ambientais

### Resíduos Hospitalares Não Perigosos

Em 2020 foram produzidos no HDES cerca de 626 toneladas de resíduos hospitalares não perigosos, o que representa um acréscimo de 1,0% em relação ao ano anterior.

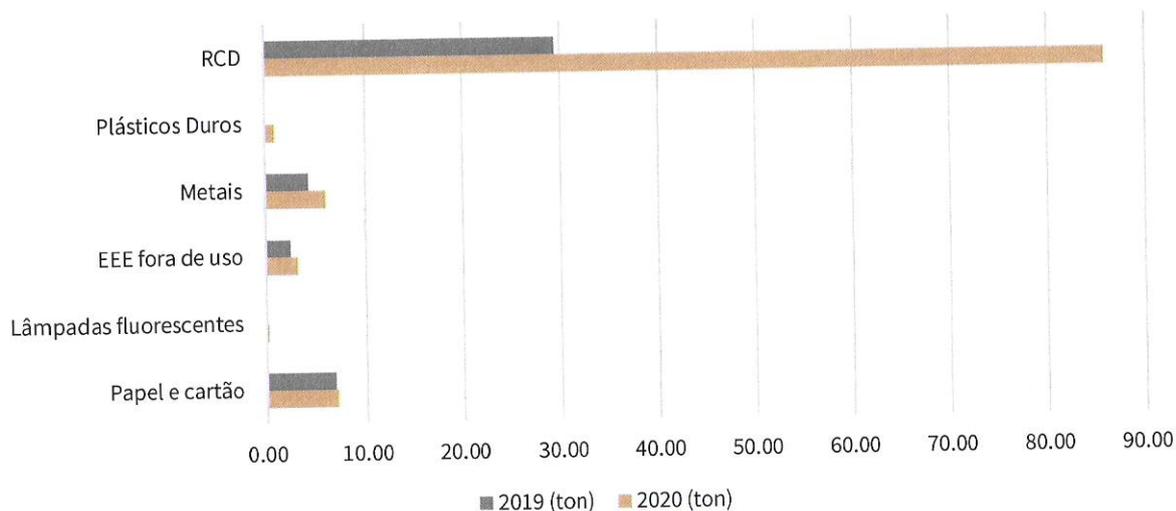
Na Tabela 61 é possível verificar-se que no ano de 2020 foram encaminhados para aterro sanitário menos resíduos que no ano anterior e para valorização material foram encaminhados cerca de 58% de resíduos a mais, comparativamente ao ano anterior.

Os resíduos encaminhados para valorização orgânica dizem respeito aos verdes que resultam das podas e cortes de árvores e/ou erva que já eram encaminhados para valorização, contudo, esta tipologia de resíduos não era registada e contabilizada anteriormente para efeitos estatísticos de produção de resíduos. O tipo de valorização a que estes resíduos são sujeitos é a compostagem.

**Tabela 61- Produção de resíduos hospitalares em 2019 e 2020**

	2019 (ton)	2020 (ton)	20/19%
Resíduos encaminhados para aterro sanitário	575,52	508,34	-13,2
Resíduos encaminhados para valorização material	43,77	103,28	57,6
Resíduos encaminhados para valorização orgânica	0,00	14,20	100,0
<b>Total</b>	<b>619,29</b>	<b>625,82</b>	<b>1,0</b>

**Gráfico 8 - Produção de resíduos hospitalares sujeitos a valorização em 2019 e 2020**



No Gráfico 8 é possível observar-se a maior fração de resíduos de várias tipologias que são triados e encaminhados para valorização material.

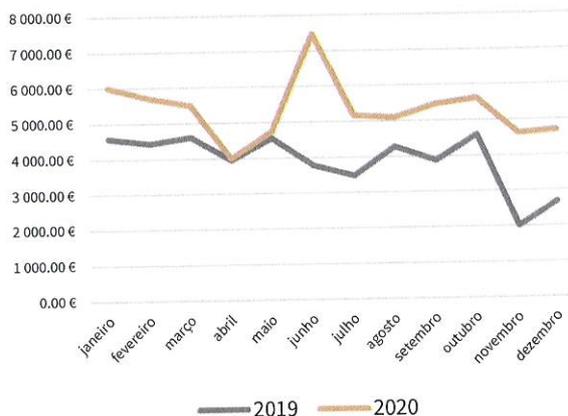
Os custos associados ao tratamento e eliminação de resíduos hospitalares não perigosos estão representados na Tabela abaixo, com um acréscimo de 27% em relação a 2019.

**Tabela 62- Custos de tratamento e eliminação de resíduos hospitalares não perigosos em 2019 e 2020**

	2019	2020	20/19%
Resíduos não perigosos	46 733,99 €	64 128,13 €	27,1

No Gráfico 9 é possível observar-se os custos mensais associados ao tratamento e eliminação de resíduos hospitalares não perigosos em 2019 e 2020.

**Gráfico 9 - Custos de tratamento e eliminação de resíduos hospitalares não perigosos em 2019 e 2020**



Não teremos sociedade se destruímos o ambiente

Margaret Mead

## 9.2 Questões Ambientais



### Resíduos Hospitalares Perigosos

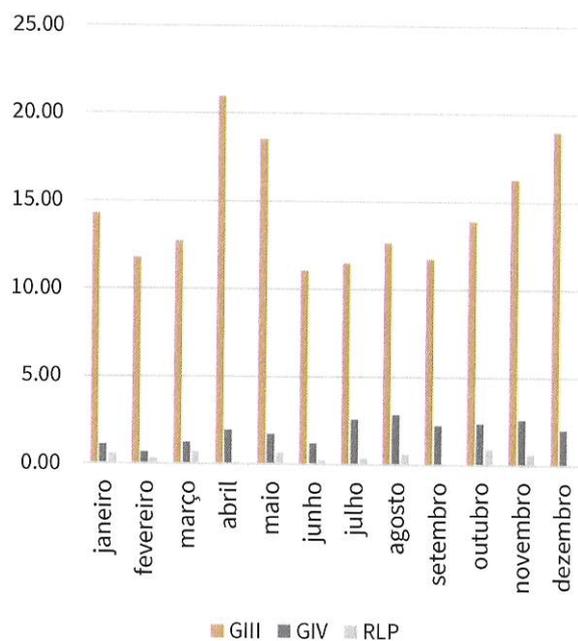
Foram produzidos no HDES 202 toneladas de resíduos hospitalares perigosos, mais 13% em relação ao ano anterior.

A maior representação de produção de resíduos hospitalares perigosos é de Grupo III (GIII), ou seja, resíduos contaminados ou suspeitos de contaminação de risco biológico, que são sujeitos a processos de tratamento por autoclavagem antes da sua eliminação em aterro sanitário.

**Tabela 63- Produção de resíduos hospitalares perigosos em 2019 e 2020**

	2019 (ton)	2020 (ton)	20/19%
GIII	156,65	174,46	10,2
GIV	11,91	22,45	46,9
RLP	7,13	5,07	-40,6
<b>Total</b>	<b>175,69</b>	<b>201,98</b>	<b>13,0</b>

**Gráfico 10 - Produção de resíduos hospitalares perigosos em 2020**





### Eliminação de resíduos perigosos

Os custos associados ao tratamento e eliminação de resíduos hospitalares perigosos estão representados na tabela infra, com um acréscimo de 20% em relação a 2019.

**Tabela 64- Custos de tratamento e eliminação de resíduos hospitalares perigosos em 2019 e 2020**

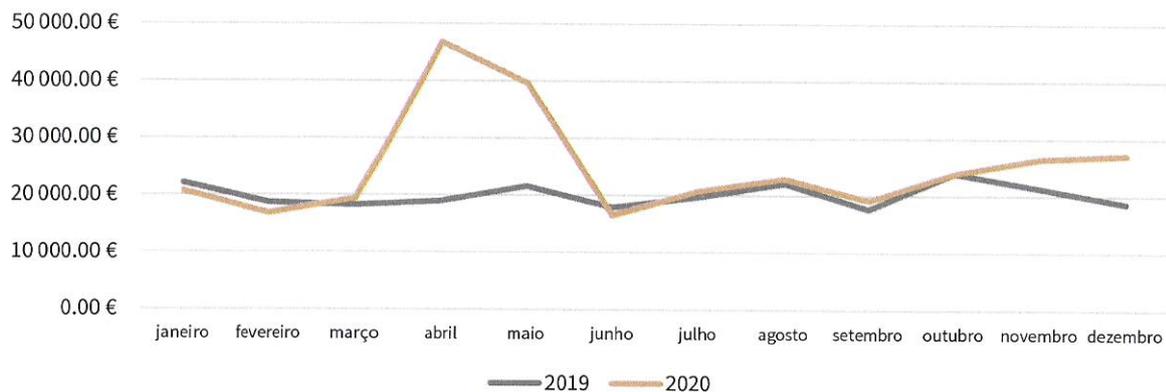
	2019	2020	20/19%
Resíduos perigosos	240 575,94 €	300 347,11 €	19,9

### Custos de tratamento e eliminação de resíduos hospitalares perigosos

No Gráfico 11 é possível observar-se os custos mensais associados ao tratamento e eliminação de resíduos hospitalares perigosos em 2019 e 2020.

Entre o mês de março e o mês de maio de 2020 é possível observar-se um acréscimo acentuado dos valores de tratamento e eliminação de resíduos, comparativamente ao ano de 2019 e o restante ano de 2020, associados ao aumento de produção de resíduos perigosos de risco biológicos, tendo em conta a primeira vaga da pandemia SARS-CoV-2.

**Gráfico 11 – Produção de resíduos hospitalares perigosos em 2020**





## 9.2 Questões Ambientais

### Controlo de Pragas

Durante o ano de 2020 foi redigido e lançado, pela primeira vez, um procedimento concursal para a aquisição de prestação de serviços de controlo de pragas, para o período de 12 meses com possibilidade de renovação até 36 meses, para aplicabilidade em janeiro de 2021.

A prestação de serviços incide sobre o controlo de insetos rastejantes (baratas e formigas), insetos voadores e controlo

integrado de roedores, fazendo-se cumprir todas as obrigações legais previstas na Portaria nº 32/2015, de 13 de março de 2015 e Decreto Legislativo Regional nº 31/2010/A, de 17 de novembro de 2010.

Em 2020 foram realizadas 53 intervenções de controlo de pragas no HDES, como é possível observar na Tabela 65, com a distribuição temporal registada no Gráfico 12.

Os custos associados à prestação de serviços de controlo de pragas estão representados na Tabela abaixo.

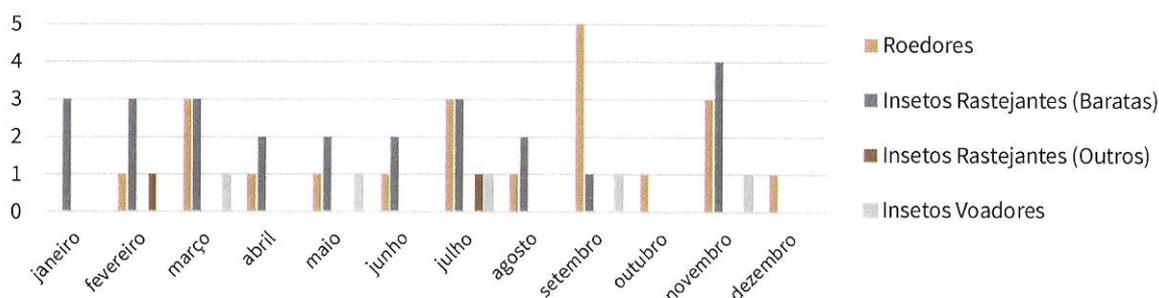
**Tabela 65- Intervenções de controlo de pragas em 2020**

	2020
Roedores	21
Insetos Rastejantes (Baratas)	25
Insetos Rastejantes (Formigas)	0
Insetos Rastejantes (Outros)	2
Insetos Voadores	5
<b>Total</b>	<b>53</b>

**Tabela 66 - Custos de prestação de serviços de controlo de pragas em 2020**

	2020
Controlo de Pragas	4 997,38 €

**Gráfico 12 - Intervenções de controlo de pragas em 2020**



## Águas Residuais

O HDES possui uma ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais Infetadas) que visa a realização de tratamento das águas infetadas produzidas nos vários serviços clínicos e em alguns serviços não clínicos, nomeadamente lavandaria, central de limpeza, etc.

Para um controlo da eficácia de tratamento das águas residuais o HDES contrata anualmente uma entidade externa que procede mensalmente à recolha de uma amostragem para análise da mesma em laboratório, onde posteriormente é enviado o respetivo boletim com os resultados, que devem estar em cumprimento com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Município de Ponta Delgada (Regulamento nº 135/2015, de 20 de março de 2015).

Para o efeito, são analisados vários parâmetros como o pH, temperatura, óleos e gorduras, carência química de oxigénio, sólidos suspensos totais, entre outros.

Tendo em conta o incumprimento constante de um dos parâmetros, analisados durante vários meses, durante o ano de 2020 foi contratada uma entidade externa para realizar o

estudo de um diagnóstico técnico sobre o funcionamento da ETARI que serve o HDES, bem como para o desenvolvimento de serviços de controlo analítico e processual na referida instalação.

Após três meses de atuação e alteração dos procedimentos internos referentes à monitorização da ETARI, constatou-se uma melhoria significativa nos resultados das respetivas análises mensais, fazendo-se cumprir desta forma o regulamento municipal.

Os custos associados à prestação de serviços de águas residuais durante o ano de 2020 estão representados na tabela abaixo.

**Tabela 67 - Custos de prestação de serviços de águas residuais em 2020**

	2020
Águas Residuais	5 758,08 €



## 9.3 Direitos Humanos, Questões Sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre géneros e não discriminação

No respeito pelo artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa o HDES respeita e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, pautando a sua conduta pelo seu rigoroso respeito.

O princípio da igualdade é um princípio estruturante do Estado de direito democrático e postula, como o Tribunal Constitucional tem repetidamente afirmado, que se dê tratamento igual ao que for essencialmente igual e que se trate diferentemente o que for essencialmente diferente.

O HDES compromete-se a promover e promove o respeito pela igualdade de oportunidades para todas as suas colaboradoras e colaboradores.

Todas as práticas, políticas e procedimentos laborais devem ser orientados no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Nesse sentido estão a ser respeitadas as seguintes boas práticas:

- >> Os critérios de seleção e recrutamento assentam no princípio da igualdade e não discriminação em função do género;
- >> O acesso a todos os tipos de orientação, formação e reconversão profissionais de qualquer nível, incluindo a aquisição de experiência prática;
- >> A retribuição e outras prestações patrimoniais, promoção a todos os níveis hierárquicos;
- >> A filiação na participação em estruturas de representação coletiva.

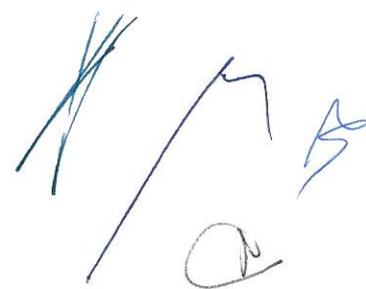


Em matéria de horários, sempre que possível face ao número de recursos humanos disponíveis e ao nível de resposta assistencial a assegurar, é permitida a adoção de modalidades flexíveis de trabalho, de trabalho a tempo parcial ou outro tipo de modalidades de horários, nos termos legalmente estabelecidos, com vista a permitir uma melhor conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

O HDES privilegia o diálogo com os colaboradores e as trabalhadoras sobre a igualdade de género e a não discriminação entre mulheres e homens e reconhece de igual modo a importância do exercício de direitos parentais e a assistência à família dos colaboradores e trabalhadoras.

A Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, veio reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio no trabalho, neste contexto, o CA do HDES, com vista à prevenção, combate e eliminação do assédio no local de trabalho, e dando cumprimento ao disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 71.º da LGTFP e na alínea k) do n.º 1 do artigo 127.º do Código de Trabalho aprovou o Código de Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho, reviu a "Política contra Agressões Físicas e Verbais/Assédio no Local de Trabalho" e o procedimento "Situações de Assédio Sexual, Violência Verbal e Física" e tem em curso a aplicação de questionário sobre a perceção do assédio no HDES.





# Relatório & Contas 2020





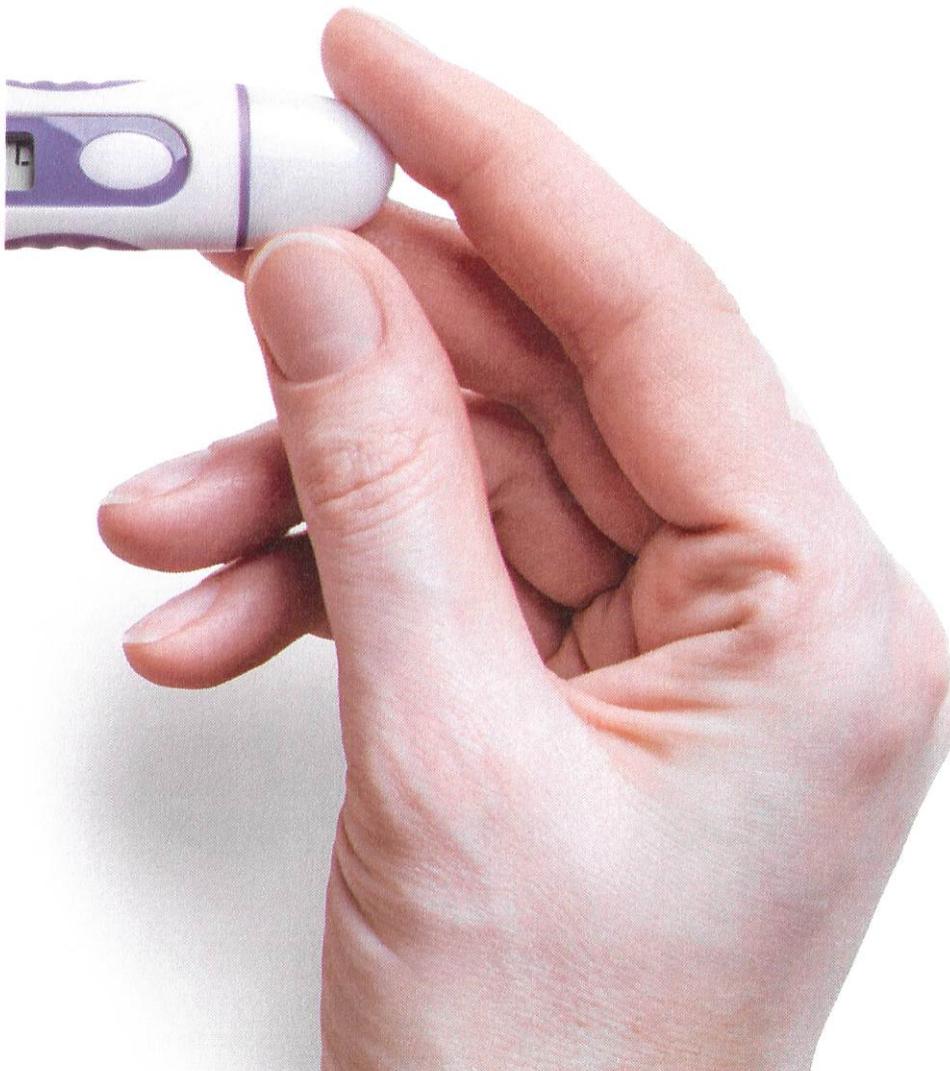
## 10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

### Índice

10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

162

---



## 10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A corrupção consubstancia uma violação dos princípios de interesse público, da igualdade, proporcionalidade, transparência, justiça, imparcialidade, boa fé e boa administração.

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente, que funciona junto ao Tribunal de Contas, a quem foi atribuída a missão de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Durante o ano de 2020 foi efetuada, pelo Gabinete de Gestão do Risco, a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) de 2018, com o intuito de refletir fatores de risco identificados desde a última atualização do documento, bem como, as recomendações do CPC, entretanto aprovadas.

Considerando-se existirem implementados procedimentos internos que permitem minimizar o risco em algumas áreas/situações identificadas na versão anterior, este Plano teve por objetivos:

- Identificar as situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Estabelecer as medidas preventivas e corretivas que permitam mitigar esses riscos, através da minimização da probabilidade da sua ocorrência e do impacto esperado;
- Manter um sistema de controlo e monitorização das medidas implementadas e respetivos efeitos.



A implementação do Plano será tanto mais eficaz, quanto maior for o envolvimento dos profissionais do HDES, criando uma oportunidade para melhorar a qualidade dos mecanismos de controlo interno.

A gestão do risco de corrupção tem carácter transversal, cabendo esta responsabilidade a todos, sem exceção.

A elaboração de planos de gestão de riscos, a par da existência de manuais de procedimentos, as atividades de controlo, a divulgação da informação relevante sobre os vários tipos de riscos e respetivas medidas de minimização, bem como, os acompanhamentos da eficácia destas medidas constituem alguns dos fatores que fazem diminuir a ocorrência dos riscos em geral e a prática de corrupção ou infrações conexas, em particular.

## *Qualidade*

## *Integridade*

## *Trabalho de Equipa*

## *Respeito*

## *Cidadania*

## *Responsabilidade*

O Plano revisto constitui um instrumento para a gestão do risco como suporte do planeamento estratégico, do processo de tomada de decisão e do planeamento e execução das suas atividades operacionais e instrumentais, obedecendo aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência de atos e de decisões, inerentes à otimização dos recursos, próprios da boa governação, da ética e da gestão por objetivos.

Os riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas configuram factos que envolvem potenciais desvios no desenvolvimento da atividade, gerando impactos nos seus resultados.

A Gestão do Risco identifica e previne atempadamente as áreas e situações com potencial danoso na Organização, através de uma metodologia assente em fases e etapas interativas.

Foram identificadas Áreas/Serviços, que pela natureza das suas funções, são suscetíveis de apresentar diversos graus de risco:

- >> Conselho de Administração;
- >> Serviço de Gestão de Doentes;
- >> Serviços Financeiros;
- >> Tesouraria;
- >> Serviço de Recursos Humanos;
- >> Serviço de Aprovisionamento;
- >> Serviços Hoteleiros;
- >> Serviço de Instalações e Equipamentos;
- >> Serviço de Informática;
- >> Serviços Farmacêuticos;
- >> Deslocação de Doentes;
- >> Serviços Clínicos.



## 10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A Gestão dos Riscos implica uma atuação disciplinada em várias fases, sendo necessário:

- A. Identificação e definição do risco;
- B. Análise do risco (Nível de Risco = Probabilidade x Gravidade);
- C. Avaliação e Graduação do Risco;
- D. Medidas preventivas.

### Riscos Genéricos e Transversais

No que respeita aos fenómenos de corrupção e infrações conexas, cometidos no exercício de funções públicas e aplicáveis em todas as áreas do HDES, definem-se na Tabela 68, os seguintes Riscos Genéricos e Transversais e as respetivas medidas de prevenção.

**Tabela 68- Identificação dos Riscos Genéricos e Transversais e as respetivas medidas de prevenção.**

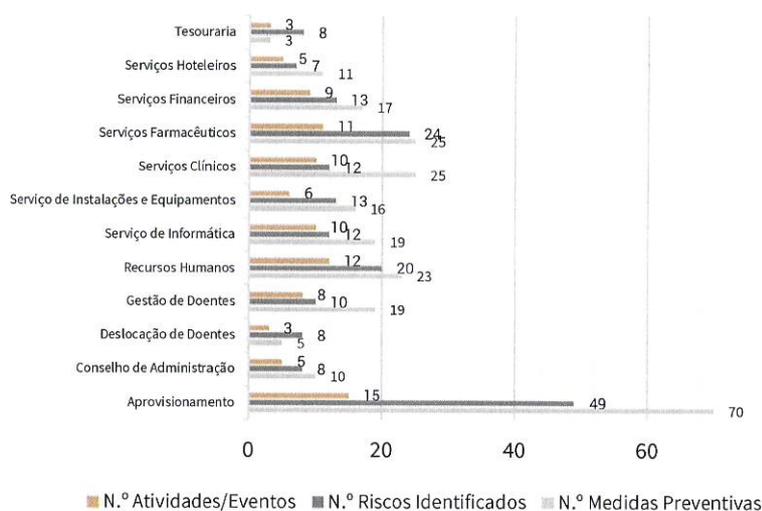
Identificação dos Riscos Genéricos e Transversais	Medidas de Prevenção
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tráfico de Influências;</li> <li>2. Suborno;</li> <li>3. Recebimento indevido de vantagem;</li> <li>4. Corrupção;</li> <li>5. Peculato;</li> <li>6. Peculato de uso;</li> <li>7. Participação económica em negócio;</li> <li>8. Concussão;</li> <li>9. Abuso de poder;</li> <li>10. Denegação de justiça e prevaricação;</li> <li>11. Violação de segredo;</li> <li>12. Favorecimento.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aplicação e controlo do Código de Ética e Conduta;</li> <li>2. Auditorias Internas;</li> <li>3. Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas;</li> <li>4. Formação e sensibilização para os riscos de corrupção;</li> <li>5. Manuais, Procedimentos, Instruções, Impressos e Notas Internas, escritas.</li> </ol>



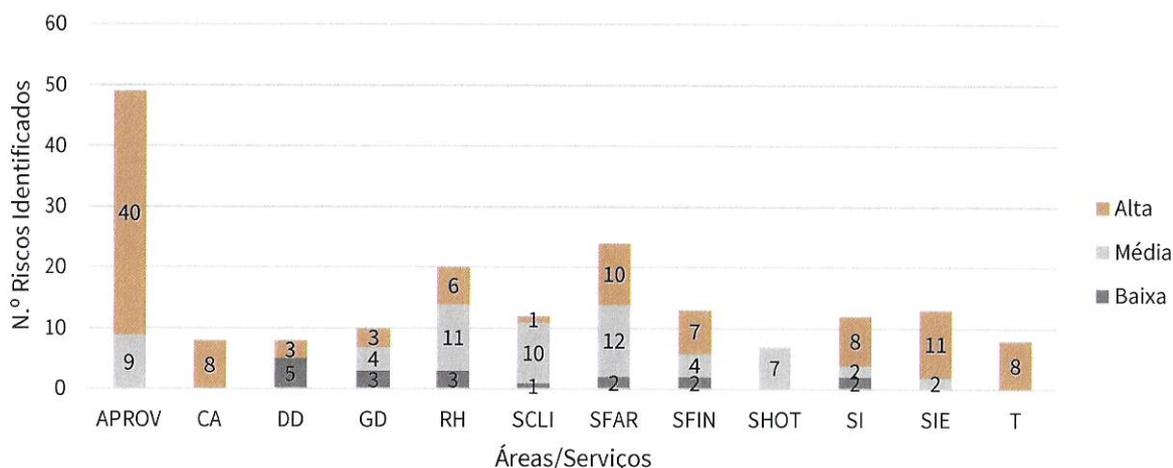
### Riscos e Medidas Preventivas

Foram identificados 12 Áreas/Serviços e com a colaboração dos respetivos Coordenadores/Diretores foram definidos os riscos e as medidas preventivas. Assim, pretende-se monitorizar 97 atividades/eventos, correspondentes a 184 riscos e 243 medidas preventivas, como se pode observar nos gráficos infra.

**Gráfico 13 - Atividades, Riscos e Medidas preventivas por Áreas/Serviços**

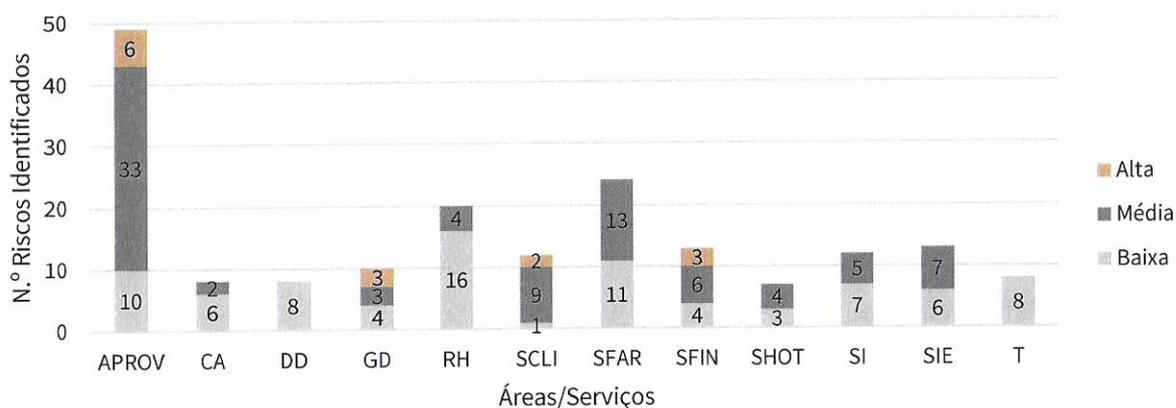


**Gráfico 14 - Gravidade do Risco**

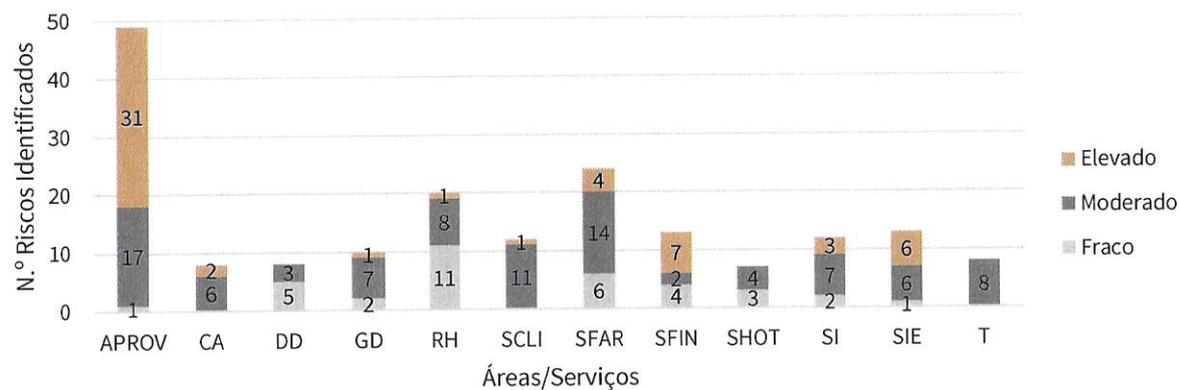


# 10. Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

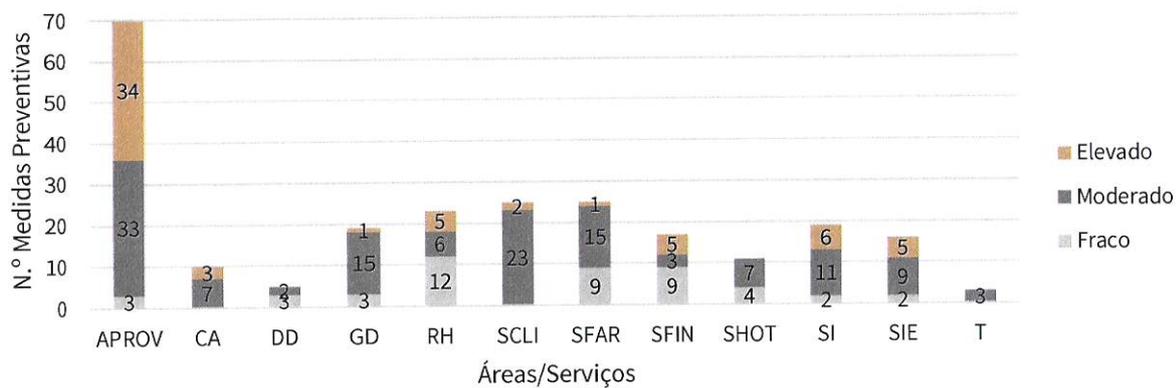
**Gráfico 15 – Probabilidade do Risco**

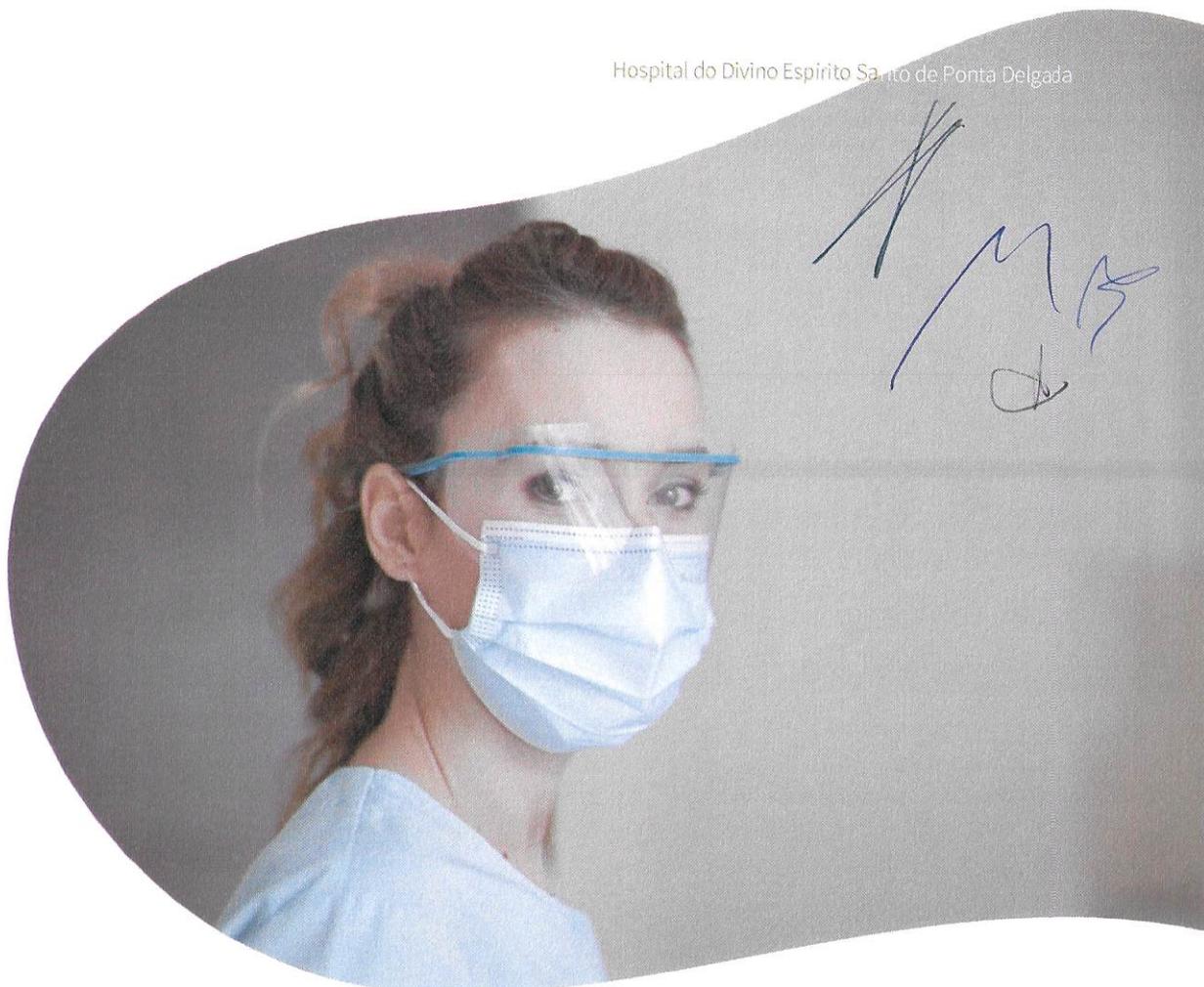


**Gráfico 16 – Nível dos Riscos Identificados**



**Gráfico 17 – Medidas Preventivas de acordo com o Nível de Risco**





## PPRCIC

O PPRCIC apresenta-se como uma ferramenta de gestão que auxilia os diversos intervenientes na identificação e monitorização dos riscos associados à atividade diária do HDES. À Gestão do Risco compete solicitar evidências da monitorização desses riscos, aos respetivos coordenadores/diretores das 12 áreas/ serviços identificados, com posterior elaboração do relatório de execução anual.



# Relatório & Contas 2020





# 11 Investimento

## Índice

11 Investimento

170

---





## 11. Investimento

Neste período económico, manteve-se a prossecução da política seguida em anos anteriores, visando os seguintes objetivos principais, apesar dos constrangimentos económico-financeiros:



- » Promover, com âmbito plurianual, um plano de investimentos de substituição, especialmente de equipamentos médico-cirúrgicos, visando a reposição e atualização do potencial técnico, de diagnóstico e terapêutico, dos serviços clínicos;
- » Adequar permanentemente a capacidade operacional dos serviços assistenciais, através do redimensionamento, renovação e modernização de instalações e equipamentos afetos a unidades operacionais de grande procura ou de diferenciação clínica específica;
- » Garantir a atualização e o desenvolvimento dos sistemas de informação e gestão da informação, designadamente clínica, com o objetivo de melhorar a respetiva qualidade de serviço;
- » Melhorar as condições de humanização e conforto dos utentes, através da reabilitação e adaptação de instalações.

O investimento realizado durante o período de 2020, totalizou o montante de 1,37 milhões de euros, mantendo-se assim a continuação da política de investimento e renovação de equipamentos seguida em anos anteriores.

Os quadros seguintes apresentam o investimento realizado em 2020 e 2019, desagregado por principais rubricas:

**Tabela 69- Ativos**

	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Edifícios e outras construções	657 843	192 126	629 972	437 846	-
Equipamento básico	836 308	761 263	1 007 045	245 782	32,3%
Equipamento administrativo	93 363	118 140	70 300	(47 839)	-40,5%
Outros	8 359	4 227	12 074	7 847	-
	<b>1 595 874</b>	<b>1 075 756</b>	<b>1 719 392</b>	<b>643 636</b>	<b>59,8%</b>

Ativos fixos tangíveis em curso	unid: €		
	2018	2019	2020
Medicina III	934	-	-
Obstetrícia	2 163	-	-
Cardiologia	23 654	22 824	-
Medicina I	27 206	33 883	-
Psiquiatria	885	420 948	5 498
Remodelação das Águas Quentes	14 425	31 209	17 261
Internamento da Cirurgia I	-	64 737	1 133
Medicina II	-	20 488	23 624
SID-COVID 19	-	-	44 147
Ressonância Magnética	-	-	97 430
Outros investimentos em curso	-	1 321	-
	<b>69 267</b>	<b>595 410</b>	<b>189 094</b>

Ativos intangíveis	unid: €			
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019
Programas de computador e sistemas de informação	9 178	33 476	4 951	(28 526) -85,2%
	<b>9 178</b>	<b>33 476</b>	<b>4 951</b>	<b>(28 526) -85,2%</b>

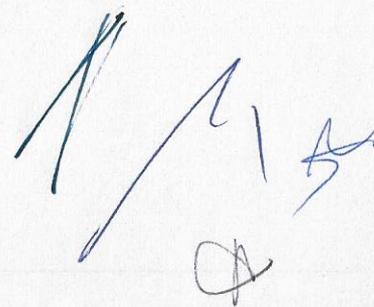
Ativos intangíveis em curso	unid: €		
	2018	2019	2020
SISQUAL WFM	-	-	21 240
Módulo dietética	-	-	27 642
Portal de formação e plataforma e-learning	-	-	4 197
	-	-	<b>53 078</b>

## 11. Investimento

As rubricas com maior representação no investimento, em 2020 e 2019, são detalhadas na tabela seguinte:

**Tabela 70- Investimentos**

	2018	2019	2020	unid: €	
				Δ 2020/2019	
<b>Edifícios e outras construções</b>	657 843	192 126	629 972	437 846	-
<b>Equipamento básico</b>					
Equipamento informático e de telecomunicações	-	-	649	649	-
Equipamento para investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	255	-	2 670	2 670	-
Equipamento e material específico dos serviços de saúde					
Médico-cirúrgico	450 610	497 238	512 097	14 858	3,0%
De imagiologia	4 982	12 380	14 424	2 044	16,5%
De laboratório	78 371	20 894	-	(20 894)	-100,0%
Mobiliário hospitalar	61 376	142 030	220 192	78 162	55,0%
De desinfecção e esterilização	23 246	56 000	-	(56 000)	-100,0%
Vestuário e calçado	6 408	-	-	-	-
Equipamento e material para serviços de alimentação roupa e lavanderia					
Equipamento de cozinha, bar e cafetaria	2 396	2 077	8 611	6 534	-
Equipamento de lavanderia e roupa	-	200	135 095	134 895	-
Equipamento de aquecimento, climatização e refrigeração	164 692	2 120	113 187	111 067	-
Equipamento de limpeza e conservação	22 835	1 662	121	(1 541)	-92,7%
Material complementar de hotelaria	-	129	-	(129)	-100,0%
Outro equipamento básico	21 138	26 683	-	(26 683)	-100,0%
<b>Equipamento administrativo</b>					
Equipamento informático e de telecomunicações					
Hardware	79 643	93 111	36 008	(57 104)	-61,3%
Equipamento de telecomunicações	9 130	16 757	11 683	(5 074)	-30,3%
Equipamento de escritório e de reprografia	-	-	508	508	-
Mobiliário de escritório e de arquivo	4 591	6 975	22 102	15 127	-
Outro equipamento administrativo	-	1 149	-	(1 149)	-100,0%
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>					
Equipamento de oficina e reparações	2 834	2 897	801	(2 096)	-72,3%
Equipamento de decoração e conforto de utilização comum	5 525	1 330	11 272	9 943	-
	<b>1 595 874</b>	<b>1 075 756</b>	<b>1 719 392</b>	<b>643 636</b>	<b>59,8%</b>



Como apresentado na tabela acima, a maior concentração de investimento realizou-se em equipamentos médico-cirúrgicos, mobiliário hospitalar, equipamento de lavandaria e rouparia e em equipamento de aquecimento, climatização e refrigeração.

O investimento apresentado em edifícios e outras construções, refere-se à aquisição de dois edifícios monoblocos pré-fabricados, no montante de 37.440 euros, e à conclusão de investimentos que se encontravam em curso, e que foram concluídos e transferidos para a rubrica de ativos fixos tangíveis, os quais são apresentados nas tabelas seguintes:

**Tabela 71 – Conclusão de investimentos**

	unid: €
	<b>2020</b>
Psiquiatria	427 331
Medicina II	23 624
SID-COVID 19	44 147
Ressonância Magnética	97 430
	<b>592 532</b>

	unid: €
	<b>2019</b>
Cardiologia	46 478
Medicina I	61 089
Internamento da Cirurgia I	64 071
Medicina II	20 488
	<b>192 126</b>



# Relatório & Contas 2020



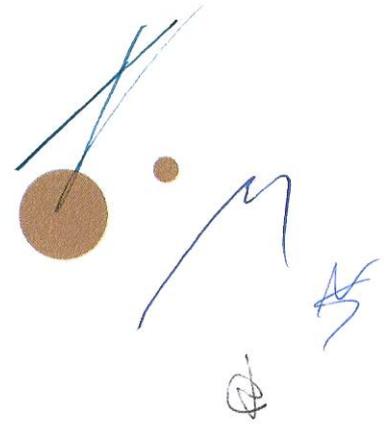


## 12. Análise Económica e Financeira

### Índice

12.1 Análise Económica	176
12.2 Análise Financeira	190
12.3 Contabilidade de Gestão	192
12.4 Gestão Orçamental	194

## 12.1 Análise Económica



A análise económica e financeira, revela os principais resultados apresentados em 2020, avaliando a sua evolução, sempre que possível, relativamente aos períodos de 2018 e 2019.

Os principais indicadores económicos, em comparação com os respetivos períodos homólogos, são apresentados na tabela seguinte:

**Tabela 72 – Indicadores económicos**

	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid:€
Custo das matérias consumidas	34 165 217	37 006 442	41 248 298	4 241 856	11,5%
Fornecimentos e serviços externos	27 624 810	28 282 577	24 209 779	(4 072 798)	-14,4%
Gastos com pessoal	56 739 619	62 155 658	66 640 788	4 485 130	7,2%
Imparidades - inventários	-	(42 563)	2 394 000	2 436 563	-
Imparidades - clientes	-	-	2 554 326	2 554 326	-
Créditos incobráveis - subsistemas de saúde	-	-	9 650 716	9 650 716	-
Cedência de EPI - serviço regional de saúde	-	-	3 106 040	3 106 040	-
Gastos de depreciação e amortização	2 698 510	2 772 235	2 889 494	117 260	4,2%
Juros e gastos similares	832 318	885 830	4 524 461	3 638 632	-
Outros gastos	411 277	170 329	896 668	726 340	-
<b>Total de gastos</b>	<b>122 471 750</b>	<b>131 230 507</b>	<b>158 114 571</b>	<b>26 884 064</b>	<b>20,5%</b>
Transferências correntes					
Contrato-programa	94 065 294	91 254 458	140 495 000	49 240 542	54,0%
Outras transferências	2 298 316	4 194 101	5 693 300	1 499 200	35,7%
Taxas moderadoras	559 864	576 549	121 462	(455 087)	-78,9%
Vendas e prestações de serviços	7 295 459	9 641 185	5 666 252	(3 974 933)	-41,2%
Outros rendimentos	1 158 271	757 354	801 480	44 126	5,8%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>105 377 204</b>	<b>106 423 647</b>	<b>152 777 494</b>	<b>46 353 847</b>	<b>43,6%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(17 094 546)</b>	<b>(24 806 860)</b>	<b>(5 337 077)</b>	<b>19 469 783</b>	<b>-78,5%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(14 396 036)</b>	<b>(21 150 114)</b>	<b>2 446 396</b>	<b>23 596 510</b>	<b>-</b>



O período de 2020 apresentou um resultado líquido negativo de 5,3 milhões de euros, o que representa um desagravamento de 19,5 milhões de euros face ao resultado obtido no período homólogo.

O EBITDA, que ascendeu a cerca de 21,1 milhões de euros negativos em 2019, atingiu em 2020 um valor positivo de 2,4 milhões de euros. Este resultado deve-se essencialmente, ao reforço financeiro de 43,9 milhões de euros, para fazer face ao contexto extraordinário decorrente da pandemia por SARS-COV-2.

Em 15 de novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do Hospital por um orçamento global anual. Em 2 de março de 2020, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2020, por um orçamento global, de 96.590.000 euros. Em 1 de setembro de 2020, foi assinada uma adenda ao acordo modificativo, onde se estabelece o valor contratualizado, para o montante de 140.495.000 euros, o qual inclui um reforço, de 43.905.000 euros, para compensar as obrigações assumidas no contexto extraordinário decorrente da primeira vaga da pandemia SARS-COV-2. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração.

Em 2020, a rubrica de vendas e prestações de serviços considera a faturação emitida aos subsistemas de saúde, no montante de 9,7 milhões de euros, deduzida do acréscimo de rendimentos reconhecido no período anterior, no montante de 5,9 milhões de euros, para fazer face aos atos clínicos que ainda não tinham sido faturados à data de 31 de dezembro de 2019.

O Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros, foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados, enquanto a faturação emitida em 2020, no montante de 9.650.716 euros, foi imputada aos resultados do período na rubrica de Outros gastos – créditos incobráveis. Adicionalmente, em 2020, para os saldos de clientes que apresentavam riscos de cobrança, foi reconhecida uma perda por imparidade, no montante de 2,5 milhões de euros.

A rubrica de Imparidades - inventários considera, o montante de 2.394.000 euros, referente às máscaras de proteção KN95/FFP2, que não se encontram em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos para este tipo de material. Adicionalmente, em 2020, o equipamento de proteção individual (EPI), adquirido, no montante de 3.106.040 euros, e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, no âmbito da Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direção Regional da Saúde, foi reconhecido na rubrica de Outros gastos – perdas em inventários.

A variação ocorrida na rubrica de Juros e gastos similares justifica-se, essencialmente, com juros moratórios assumidos no âmbito dos acordos de pagamento celebrados em 2020 com alguns fornecedores.

## 12.1 Análise Económica

### Custo das Matérias Consumidas

Os gastos com consumos registaram um aumento de 4,2 milhões de euros, face ao período homólogo. Este aumento, conforme se pode constatar na tabela infra, registou-se principalmente na rubrica de produtos farmacêuticos.

**Tabela 73 – Custos das matérias consumidas**

Custo das matérias consumidas	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Produtos farmacêuticos	23 853 190	26 136 932	30 557 206	4 420 274	16,9%
Material de consumo clínico	8 348 122	9 024 257	8 632 572	(391 685)	-4,3%
Produtos alimentares	8 793	9 741	5 406	(4 335)	-44,5%
Material de consumo hoteleiro	269 862	65 185	282 212	217 027	-
Material de consumo administrativo	203 560	236 829	178 263	(58 565)	-24,7%
Material de manutenção e conservação	1 481 690	1 533 296	1 592 550	59 254	3,9%
Outro material de consumo	-	201	89	(112)	-55,8%
	<b>34 165 217</b>	<b>37 006 442</b>	<b>41 248 298</b>	<b>4 241 856</b>	<b>11,5%</b>

#### Produtos Farmacêuticos

No que respeita aos produtos farmacêuticos, o aumento observou-se essencialmente na rubrica de reagentes, com um valor de cerca de 3,5 milhões de euros, conforme se apresenta na tabela seguinte:

**Tabela 74 – Produtos farmacêuticos**

Produtos farmacêuticos	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Medicamentos	19 313 076	21 530 285	22 449 496	919 211	4,3%
Reagentes	3 380 039	3 451 590	7 019 275	3 567 684	-
Outros	1 160 075	1 155 057	1 088 435	(66 622)	-5,8%
	<b>23 853 190</b>	<b>26 136 932</b>	<b>30 557 206</b>	<b>4 420 274</b>	<b>16,9%</b>

A variação registada nos medicamentos resulta essencialmente, do consumo com terapias mais dispendiosas, relacionadas com a hematologia oncológica, oncologia e outras doenças raras.

O aumento ocorrido nos consumos com doenças raras deveu-se, principalmente, aos 2 doentes que iniciaram o tratamento em 2019, com Eculizumab, na síndrome hemolítico urémico atípico, que mantêm até à presente data.

Na área da oncologia, registou-se um aumento em cerca de 444 mil euros, face ao período homólogo, e na área da hematologia oncológica, o aumento foi em cerca de 424 mil euros, relativamente ao ano anterior. Estes aumentos devem-se essencialmente ao facto de haver mais utentes com indicação para medicamentos inovadores, utilizados em imunoterapia para tratamento de vários carcinomas. De salientar que, muitos dos doentes que iniciaram estes medicamentos em 2019, mantiveram o tratamento em 2020. Adicionalmente, durante o ano de 2020, deu-se continuidade aos tratamentos para a Hepatite C iniciados em 2019.

A variação com maior expressão ocorreu na rubrica de reagentes, que face ao período homólogo, aumentou em cerca de 3,5 milhões de euros, devido aos testes laboratoriais realizados em 2020, no laboratório da Unidade de Genética e Patologia Molecular, aos casos suspeitos de infeção pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

De referir que, em 2020, ao valor dos consumos com medicamentos, estão deduzidos os créditos recebidos, em cerca de 1,3 milhões de euros, no âmbito dos acordos celebrados entre o Ministério da Saúde e a indústria farmacêutica, bem como de outros créditos recebidos diretamente, em resultado de outros acordos, nomeadamente, os celebrados no âmbito dos acordos-quadro da central de compras da SAUDAÇOR, prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro.

#### Material de Consumo Clínico

A rubrica de Material de consumo clínico, apresenta uma variação negativa de cerca de 4,3%, face ao período homólogo, resultante da redução da atividade assistencial, nomeadamente, a atividade cirúrgica, devido ao adiamento das cirurgias programadas não prioritárias. Por outro lado, verificou-se um aumento, de 423 mil euros, no consumo de material de laboratório, relacionado com os testes laboratoriais aos casos suspeitos de infeção pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

**Tabela 75 – Material de consumo clínico**

Material de consumo clínico	unid: €			
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019
De penso	276 481	232 265	190 901	(41 364) -17,8%
Artigos cirúrgicos	877 052	944 466	1 146 818	202 352 21,4%
De tratamento	2 504 863	2 768 914	1 997 534	(771 380) -27,9%
De electromedicina	1 279 144	1 231 654	983 359	(248 295) -20,2%
De laboratório	196 349	211 635	634 230	422 595 -
Próteses	1 263 915	1 212 617	1 023 743	(188 874) -15,6%
Osteossíntese	420 921	581 498	665 802	84 304 14,5%
Outro material consumo clínico	1 529 395	1 841 209	1 990 185	148 976 8,1%
	<b>8 348 122</b>	<b>9 024 257</b>	<b>8 632 572</b>	<b>(391 685) -4,3%</b>

## 12.1 Análise Económica

### Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, em 2020, sofreu uma redução de 14,4% face ao período homólogo, a qual é justificada, essencialmente, pela redução nos subcontratos, de 3,26 milhões de euros, e nos serviços especializados, em cerca de 650 mil euros, devido à redução na atividade assistencial ocorrida em 2020, relacionada com o contexto excecional de pandemia pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

**Tabela 76 – Fornecimentos e serviços externos**

Fornecimentos e serviços externos	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
Subcontratos	16 835 000	16 085 445	12 823 603	(3 261 843)	-20,3%
Serviços especializados	6 641 366	7 838 129	7 191 878	(646 250)	-8,2%
Materiais de consumo	7 177	3 243	14 509	11 266	-
Energia e fluidos	1 399 602	1 506 290	1 133 187	(373 103)	-24,8%
Deslocações, estadas e transportes	413 777	454 078	449 905	(4 173)	-0,9%
Serviços diversos	2 327 890	2 395 392	2 596 697	201 305	8,8%
	<b>27 624 810</b>	<b>28 282 577</b>	<b>24 209 779</b>	<b>(4 072 798)</b>	<b>-14,4%</b>

A rubrica de subcontratos, bem como as respetivas variações ocorridas em 2020, é detalhada na tabela que se segue:

**Tabela 77 – Subcontratos**

Subcontratos	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
Assistência ambulatoria	134 510	23 913	7 026	(16 886)	-70,6%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	8 207 604	5 756 166	3 851 801	(1 904 365)	-33,1%
Internamentos					
Casas de saúde	4 409 591	4 422 235	4 414 083	(8 152)	-0,2%
Outros	195 845	315 095	45 500	(269 595)	-85,6%
Deslocação de doentes	3 493 786	5 052 705	3 817 905	(1 234 800)	-24,4%
Aparelhos complementares de terapêutica	393 587	506 638	678 906	172 268	34,0%
Outros gastos	76	8 694	8 381	(312)	-3,6%
	<b>16 835 000</b>	<b>16 085 445</b>	<b>12 823 603</b>	<b>(3 261 843)</b>	<b>-20,3%</b>

Em 2019, houve um decréscimo significativo na rubrica de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, relacionado com a transferência dos encargos suportados com as convenções na área da medicina física e de reabilitação, que passaram a ser suportados pela Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, conforme previsto na Convenção n.º 7/2018, de 10 de dezembro de 2018. Em 2020, a redução na rubrica de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, deveu-se essencialmente à redução da atividade assistencial, conforme já referido anteriormente.

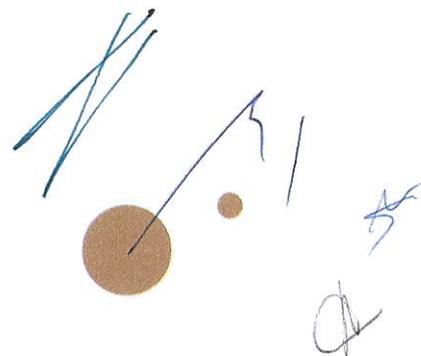
Em relação à deslocação de doentes, em 2019, ocorreu um aumento face ao período homólogo devido à alteração legislativa prevista na Portaria n.º 95/2018, de 2 de agosto de 2018, que alterou a organização das deslocações de utentes na Região Autónoma dos Açores, estabelecendo a

responsabilidade financeira da primeira deslocação à unidade de saúde de origem, onde o utente se encontra inscrito, e definindo que às unidades de saúde de destino incumbe a responsabilidade financeira das deslocações subsequentes. Assim, o Hospital como maior hospital regional, oferece um leque variado de especialidades clínicas, e como tal é o centro hospitalar recetor de grande número de utentes de todas as ilhas da região. No que respeita ao ano de 2020, verificou-se uma redução de 1,2 milhões de euros, devido à redução da atividade assistencial, no âmbito do contexto excecional de pandemia pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

Os gastos com a deslocação de doentes, bem como as respetivas variações ocorridas em 2020, são detalhados na tabela que se segue:

**Tabela 78 – Deslocação de doentes**

<b>Deslocação de doentes</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 2020/2019</b>	<b>unid: €</b>
Bombeiros	917 603	811 266	679 146	(132 119)	-16,3%
Transporte de doentes					
RAA	136 877	974 322	664 381	(309 941)	-31,8%
Continente	1 000 944	1 270 796	1 055 508	(215 289)	-16,9%
Estrangeiro	3 570	27 810	1 871	(25 939)	-93,3%
Estádias					
RAA	13 524	477 370	565 255	87 885	18,4%
Continente	1 162 170	1 359 316	827 498	(531 818)	-39,1%
Estrangeiro	909	12 290	-	(12 290)	-100,0%
Outros gastos	258 189	119 535	24 246	(95 288)	-79,7%
	<b>3 493 786</b>	<b>5 052 705</b>	<b>3 817 905</b>	<b>(1 234 800)</b>	<b>-24,4%</b>



## 12.1 Análise Económica

### Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de outros fornecimentos e serviços, bem como as respetivas variações ocorridas em 2020, é detalhado na tabela que se segue:

**Tabela 79 – Fornecimentos e serviços**

Fornecimentos e serviços	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
Serviços especializados					
Trabalhos especializados	1 402 185	1 729 840	1 477 142	(252 698)	-14,6%
Honorários	2 896 759	3 573 138	3 541 074	(32 064)	-0,9%
Vigilância e segurança	243 721	223 480	284 400	60 919	27,3%
Conservação e reparação	2 098 701	2 311 365	1 889 263	(422 101)	-18,3%
Outros serviços especializados	-	306	-	(306)	-100,0%
Materiais de consumo	7 177	3 243	14 509	11 266	-
Energia e fluidos					
Eletricidade	1 064 893	1 180 952	894 985	(285 966)	-24,2%
Combustíveis e lubrificantes	3 775	3 726	3 276	(450)	-12,1%
Água	330 934	321 613	234 926	(86 687)	-27,0%
Deslocações, estadas e transportes					
Deslocações e estadas	289 808	294 134	140 343	(153 791)	-52,3%
Transportes de mercadorias	123 969	159 944	309 118	149 174	93,3%
Serviços diversos					
Rendas e alugures	143 299	103 413	117 518	14 106	13,6%
Comunicação	183 183	279 518	211 205	(68 313)	-24,4%
Limpeza, higiene e conforto	1 693 651	1 776 047	1 968 710	192 663	10,8%
Serviços bancários	-	154 996	19 890	(135 106)	-87,2%
Outros fornecimentos e serviços	307 756	81 419	279 819	198 400	-
	<b>10 789 811</b>	<b>12 197 132</b>	<b>11 386 176</b>	<b>(810 955)</b>	<b>-6,6%</b>

A redução ocorrida nos fornecimentos e serviços, de cerca de 800 mil euros, deve-se essencialmente às rubricas de: trabalhos especializados, com um decréscimo de 250 mil euros; de conservação e reparação, com uma redução de 424 mil euros; e com uma redução do consumo elétrico, em 286 mil euros. Como já referido anteriormente, estes decréscimos estão diretamente relacionados com a redução generalizada da atividade assistencial ocorrida devido ao contexto excecional de pandemia pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

## Gastos com Pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal é a que detém um maior peso na composição dos gastos, o que é comum no universo de organizações deste setor de atividade.

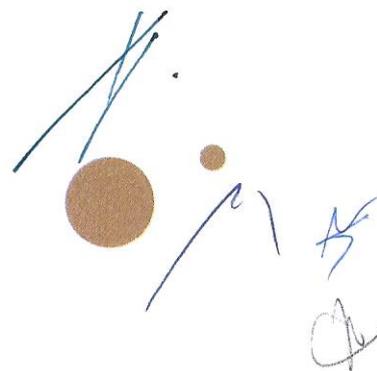
Em comparação com o período homólogo, verificou-se um aumento em cerca de 4,5 milhões de euros, que representa uma variação de 7,2%, resultado: das recentes alterações legislativas, nomeadamente, com a valorização das carreiras decorrentes das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão; e do aumento do quadro de pessoal, para fazer face ao contexto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

Em 2020, a rubrica de gastos com pessoal, e respetivas variações face ao período homólogo, é detalhada conforme se apresenta na tabela seguinte:

**Tabela 80 – Gastos com pessoal**

<b>Gastos com pessoal</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Δ 2020/2019</b>	<b>unid: €</b>
Remunerações dos órgãos sociais	424 083	426 148	416 428	(9 720)	-2,3%
Remunerações do pessoal					
Remunerações certas e permanentes					
Remuneração base	26 669 205	28 809 940	31 096 078	2 286 139	7,9%
Subsídio de férias e natal	4 617 066	5 490 457	5 503 050	12 593	0,2%
Subsídio de refeição	1 629 088	1 672 282	1 745 744	73 462	4,4%
Suplementos e prémios	443 689	335 975	414 861	78 886	23,5%
Abonos variáveis ou eventuais	11 540 571	13 223 197	14 025 967	802 769	6,1%
Benefícios pós-emprego	727 684	782 879	917 956	135 077	17,3%
Indeminizações	-	24 141	108 189	84 047	-
Encargos sobre remunerações	10 345 891	11 186 831	12 295 967	1 109 136	9,9%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	152 133	137 751	71 311	(66 440)	-48,2%
Outros gastos com o pessoal	190 210	66 057	45 237	(20 820)	-31,5%
	<b>56 739 619</b>	<b>62 155 658</b>	<b>66 640 788</b>	<b>4 485 130</b>	<b>7,2%</b>

## 12.1 Análise Económica



### Gastos com Pessoal

Em comparação com o período anterior, verifica-se que a maior variação, ocorreu nas remunerações certas e permanentes, nomeadamente, na remuneração base, subsídio de férias e de natal, as quais são detalhadas por tipo de categoria na tabela que se segue:

**Tabela 81 – Remuneração base, subsídio de férias e natal**

Remuneração base, subsídio de férias e natal	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Pessoal dirigente	333 920	288 697	504 621	215 924	74,8%
Pessoal médico	10 809 831	11 456 931	11 985 335	528 404	4,6%
Pessoal de enfermagem	9 763 142	10 409 983	10 700 997	291 015	2,8%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	1 961 539	2 149 810	2 471 386	321 576	15,0%
Pessoal técnico superior de saúde	601 917	706 831	734 450	27 619	3,9%
Pessoal técnico superior - outros	900 547	1 309 332	1 410 970	101 638	7,8%
Pessoal assistente técnico	2 210 418	2 562 085	2 947 221	385 136	15,0%
Pessoal assistente operacional	4 325 137	5 155 152	5 570 844	415 692	8,1%
Pessoal de informática	185 923	213 975	192 544	(21 431)	-10,0%
Pessoal de investigação	99 629	377	-	(377)	-100,0%
Administradores hospitalares	67 494	297	-	(297)	-100,0%
Outro pessoal	26 776	46 927	80 759	33 831	72,1%
	<b>31 286 271</b>	<b>34 300 397</b>	<b>36 599 128</b>	<b>2 298 732</b>	<b>6,7%</b>

Este aumento, deve-se, essencialmente, às recentes alterações legislativas e ao reforço do quadro de pessoal, que sofreu um aumento de 100 colaboradores, face ao período homólogo, conforme se detalha na tabela que se segue:

**Tabela 82 – Variação no quadro de pessoal**

Variação no quadro de pessoal	2018	2019	2020
Pessoal médico	(1)	18	5
Pessoal de enfermagem	6	41	(6)
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	12	10	(1)
Pessoal técnico superior de saúde	-	-	-
Pessoal técnico superior - outros	6	8	29
Pessoal assistente técnico	7	32	25
Pessoal assistente operacional	(9)	39	48
Pessoal de informática	2	-	-
Outro pessoal	-	-	-
	<b>23</b>	<b>148</b>	<b>100</b>

A rubrica de abonos variáveis ou eventuais, sofreu um aumento de 6,1%, o que representa um aumento de cerca de 800 mil euros, conforme se apresenta na tabela seguinte:

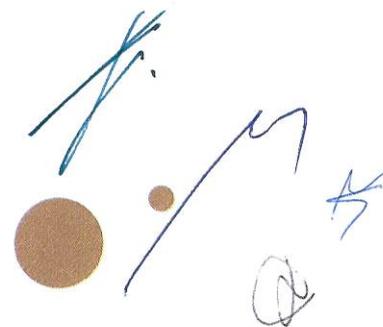
**Tabela 83 – Abonos variáveis ou eventuais**

Abonos variáveis ou eventuais	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Trabalho extraordinário	4 367 200	4 856 798	5 279 673	422 875	8,7%
Trabalho noturno e de turno	1 624 682	2 457 038	2 882 657	425 619	17,3%
Subsídio de prevenção	2 905 674	3 165 082	3 709 960	544 878	17,2%
Programa de produção acrescida	1 388 745	1 517 417	851 545	(665 872)	-43,9%
Isenção horária, subsídio de chefia e coordenação	422 566	320 839	348 790	27 951	8,7%
Prémio de desempenho	206 052	266 670	426 862	160 192	60,1%
Protocolo	150 131	187 151	104 655	(82 496)	-44,1%
Ajudas de custo	141 398	142 667	104 596	(38 071)	-26,7%
Subsídio de fixação de residência e alojamento	66 250	51 600	116 275	64 675	-
Abono para falhas	1 035	1 035	1 035	-	0,0%
Outras gratificações variáveis ou eventuais	266 838	256 901	199 918	(56 983)	-22,2%
	<b>11 540 571</b>	<b>13 223 197</b>	<b>14 025 967</b>	<b>802 769</b>	<b>6,1%</b>

As rubricas que apresentam maior variação, em comparação com o ano anterior, são detalhadas por tipo de categoria, nas tabelas que se seguem:

**Tabela 84 – Trabalho extraordinário**

Trabalho extraordinário	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Pessoal médico	2 627 490	2 457 620	2 829 468	371 848	15,1%
Pessoal de enfermagem	918 299	1 386 660	1 381 381	(5 279)	-0,4%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	48 676	67 233	70 005	2 772	4,1%
Pessoal técnico superior de saúde	21 403	17 365	97 481	80 116	-
Pessoal técnico superior - outros	14 765	31 113	88 348	57 235	-
Pessoal assistente técnico	70 230	74 904	93 747	18 843	25,2%
Pessoal assistente operacional	663 481	821 164	718 623	(102 541)	-12,5%
Pessoal de informática	1 031	739	620	(119)	-16,2%
Pessoal de investigação	1 781	-	-	-	-
Outro pessoal	45	-	-	-	-
	<b>4 367 200</b>	<b>4 856 798</b>	<b>5 279 673</b>	<b>422 875</b>	<b>8,7%</b>



## 12.1 Análise Económica

### Gastos com Pessoal

**Tabela 85 – Trabalho noturno e de turno**

Trabalho noturno e de turno	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Pessoal médico	189 310	287 001	309 915	22 915	8,0%
Pessoal de enfermagem	1 015 790	1 540 693	1 750 252	209 560	13,6%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	45 009	66 335	81 919	15 584	23,5%
Pessoal técnico superior de saúde	4 899	696	3 440	2 744	-
Pessoal técnico superior - outros	1 895	1 758	41 226	39 468	-
Pessoal assistente técnico	35 977	35 803	57 858	22 054	61,6%
Pessoal assistente operacional	331 038	524 753	638 046	113 293	21,6%
Pessoal de informática	763	-	-	-	-
Outro pessoal	-	-	-	-	-
	<b>1 624 682</b>	<b>2 457 038</b>	<b>2 882 657</b>	<b>425 619</b>	<b>17,3%</b>

**Tabela 86 – Subsídio de prevenção**

Subsídio de prevenção	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Pessoal médico	1 994 487	2 023 017	2 360 353	337 336	16,7%
Pessoal de enfermagem	355 982	407 278	484 354	77 076	18,9%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	230 047	342 902	434 868	91 966	26,8%
Pessoal técnico superior de saúde	30 844	16 070	15 860	(210)	-1,3%
Pessoal técnico superior - outros	187 614	238 000	263 823	25 823	10,8%
Pessoal assistente técnico	38 107	41 263	44 311	3 047	7,4%
Pessoal assistente operacional	31 122	56 451	65 806	9 355	16,6%
Pessoal de informática	37 472	40 100	40 585	485	1,2%
Outro pessoal	-	-	-	-	-
	<b>2 905 674</b>	<b>3 165 082</b>	<b>3 709 960</b>	<b>544 878</b>	<b>17,2%</b>

**Tabela 87 – Programa de produção acrescida**

Programa de produção acrescida	unid: €				
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Pessoal médico	1 045 512	1 108 655	610 078	(498 577)	-45,0%
Pessoal de enfermagem	251 449	288 558	183 302	(105 256)	-36,5%
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	24 859	30 743	6 416	(24 327)	-79,1%
Pessoal assistente técnico	5 131	16 629	10 021	(6 608)	-39,7%
Pessoal assistente operacional	61 795	72 832	41 729	(31 103)	-42,7%
Outro pessoal	-	-	-	-	-
	<b>1 388 745</b>	<b>1 517 417</b>	<b>851 545</b>	<b>(665 872)</b>	<b>-43,9%</b>

## Transferências Correntes

Em 2020 e 2019, a rubrica de transferências correntes é detalhada conforme se apresenta na tabela seguinte:

**Tabela 88 – Transferências correntes**

Transferências correntes	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
Contrato-programa	94 065 294	91 254 458	140 495 000	49 240 542	54,0%
Outras transferências	2 298 316	4 194 101	5 693 300	1 499 200	35,7%
	<b>96 363 610</b>	<b>95 448 559</b>	<b>146 188 300</b>	<b>50 739 742</b>	<b>53,2%</b>

A variação ocorrida nas verbas transferidas no âmbito do contrato-programa, é detalhada na tabela que se segue:

**Tabela 89 – Contrato-programa**

Contrato-programa	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
Contrato-programa	89 486 390	91 254 458	140 495 000	49 240 542	54,0%
Avaliação de desempenho - ano anterior	4 578 904	-	-	-	-
	<b>94 065 294</b>	<b>91 254 458</b>	<b>140 495 000</b>	<b>49 240 542</b>	<b>54,0%</b>

Em 15 de novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do Hospital por um orçamento global anual. Em 2 de março de 2020, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2020, por um orçamento global, de 96.590.000 euros. Em 1 de setembro de 2020, foi assinada uma adenda ao acordo modificativo, onde se estabelece o valor contratualizado, para o montante de 140.495.000 euros, o qual inclui um reforço, de 43.905.000 euros, para compensar as obrigações assumidas no contexto extraordinário decorrente da primeira vaga da pandemia SARS-COV-2. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração.

Em 2019, a redução nas verbas transferidas por conta do contrato-programa, deve-se ao facto de nos anos anteriores, o contrato-programa prever uma compensação pelo cumprimento dos objetivos contratualizados na avaliação de desempenho. Em 2018, esta verba correspondeu ao montante de 4.578.904 euros.

## 12.1 Análise Económica

### Transferências Correntes

As outras transferências recebidas, são detalhadas na seguinte tabela:

**Tabela 90 – Outras transferências**

	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
<b>Outras transferências</b>					
Deslocação de doentes	1 410 000	-	-	-	-
Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	-	1 220 000	1 111 946	(108 054)	-8,9%
Melhoria na Inovação Terapêutica	-	1 507 000	4 200 000	2 693 000	-
Meios de Diagnóstico e Terapêutica	-	983 000	-	(983 000)	-100,0%
CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	829 778	343 643	339 152	(4 491)	-1,3%
Fixação de médicos na RAA	35 011	49 900	-	(49 900)	-100,0%
Berço de Emprego	23 527	16 883	20 175	3 293	19,5%
PIIE	-	73 675	19 527	(54 148)	-73,5%
Outras transferências	-	-	2 500	2 500	-
	<b>2 298 316</b>	<b>4 194 101</b>	<b>5 693 300</b>	<b>1 499 200</b>	<b>35,7%</b>

A variação ocorrida nas outras transferências, de 1,5 milhões de euros, justifica-se essencialmente pelas verbas transferidas, no montante de 5,7 milhões de euros, para fazer face: à melhoria na inovação terapêutica (4,2 milhões de euros); acessibilidade a diagnóstico e terapêutica (1,1 milhões de euros); e CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias (340 mil euros). Em 2020 e 2019, não foi atribuída qualquer verba para a deslocação de doentes, sendo que o montante atribuído a este respeito em 2018, foi de 1,4 milhões de euros.

## Vendas e Prestações de Serviços

Em 2020 e 2019, as vendas e prestações de serviços, e respetivas variações, são apresentadas nas tabelas que se seguem:

**Tabela 91 – Vendas e prestações de serviços**

Vendas e prestações de serviços					unid: €
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Venda de bens - matérias de consumo	419 944	286 380	247 996	(38 384)	-13,4%
Prestação de serviços	6 875 515	9 354 805	5 418 256	(3 936 549)	-42,1%
	<b>7 295 459</b>	<b>9 641 185</b>	<b>5 666 252</b>	<b>(3 974 933)</b>	<b>-41,2%</b>

**Tabela 92 – Prestação de serviços**

Prestação de serviços					unid: €
	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	
Internamento	2 984 822	1 922 034	2 486 263	564 230	29,4%
Consulta	586 436	610 780	864 336	253 557	41,5%
Urgência	1 322 560	1 762 877	902 452	(860 425)	-48,8%
Hospital de dia	90 214	36 883	120	(36 763)	-99,7%
Ambulatório (GDH)	7 425	955 454	-	(955 454)	-100,0%
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	1 884 032	4 066 777	1 125 515	(2 941 262)	-72,3%
Outras prestações de serviços	25	-	39 569	39 569	-
	<b>6 875 515</b>	<b>9 354 805</b>	<b>5 418 256</b>	<b>(3 936 549)</b>	<b>-42,1%</b>

Em 2020, a rubrica de vendas e prestações de serviços considera a faturação emitida aos subsistemas de saúde, no montante de 9,7 milhões de euros, deduzida do acréscimo de rendimentos reconhecido no período anterior, no montante de 5,9 milhões de euros, para fazer face aos atos clínicos que ainda não tinham sido faturados à data de 31 de dezembro de 2019.

Em 2019, a variação ocorrida nas vendas e prestações de serviços, deve-se essencialmente ao aumento, de 2,1 milhões de euros, na faturação de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, cuja codificação e auditoria apenas ficou concluída em 2019.



## 12.2 Análise Financeira

Em 31 de dezembro de 2020, a posição financeira do Hospital apresentava um ativo total de 115.414.079 euros, um passivo total de 105.560.011 euros, e consequentemente, um património líquido negativo de 9.854.068 euros.

As principais variações ocorridas na posição financeira do Hospital durante o período de 2019, são apresentadas na tabela que se segue:

**Tabela 93 – Posição financeira**

	2018	2019	2020	Δ 2020/2019	unid: €
<b>Ativo</b>					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	87 283 291	86 021 130	84 503 818	(1 517 312)	-1,8%
Inventários	4 531 751	4 500 189	6 473 657	1 973 469	43,9%
Ativos financeiros	64 698 508	73 073 553	9 850 551	(63 223 002)	-86,5%
Disponibilidades	392 907	1 155 421	14 586 052	13 430 631	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>156 906 458</b>	<b>164 750 293</b>	<b>115 414 079</b>	<b>(49 336 214)</b>	<b>-29,9%</b>
<b>Património Líquido</b>	<b>(192 231 018)</b>	<b>(216 677 022)</b>	<b>9 854 068</b>	<b>226 531 090</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>					
Financiamentos bancários	70 939 811	52 029 722	-	(52 029 722)	-100,0%
Passivos financeiros - RAA	189 327 452	237 980 957	-	(237 980 957)	-100,0%
Passivos financeiros - outros	88 870 213	91 416 636	105 560 011	14 143 375	15,5%
<b>Total do Passivo</b>	<b>349 137 476</b>	<b>381 427 315</b>	<b>105 560 011</b>	<b>(275 867 304)</b>	<b>-72,3%</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>156 906 458</b>	<b>164 750 293</b>	<b>115 414 079</b>	<b>(49 336 214)</b>	<b>-29,9%</b>

A variação negativa de cerca de 1,5 milhões de euros, nos ativos fixos tangíveis e intangíveis, justifica-se com o investimento de cerca de 1,4 milhões de euros, e com o montante das depreciações e amortizações do período em cerca de 2,9 milhões de euros.

O aumento nos inventários, em cerca de 2 milhões de euros, deve-se essencialmente ao reforço do stock do material de consumo clínico, necessário ao combate do atual surto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2.

O Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários

da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros, foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados, enquanto a faturação emitida em 2020, no montante de 9.650.716 euros, foi imputada aos resultados do período na rubrica de Outros gastos – créditos incobráveis. Adicionalmente, em 2020, para os saldos de clientes que apresentavam riscos de cobrança, foi reconhecida uma perda por imparidade, no montante de 2,5 milhões de euros.

A variação ocorrida nos ativos financeiros, corresponde, como referido no parágrafo anterior, essencialmente: ao desreconhecimento dos saldos dos subsistemas de saúde, no montante de 58,3 milhões de euros; ao reconhecimento de uma perda por imparidade de clientes, em cerca de 2,5 milhões de euros; ao desreconhecimento do acréscimo de rendimentos reconhecido no período anterior, no montante de 5,9 milhões de euros, para fazer face aos atos clínicos que ainda não tinham sido faturados à data de 31 de dezembro de 2019; e aos juros moratórios vincendos, no montante de 1,65 milhões de euros, que foram liquidados em 2020, no âmbito de um acordo de pagamento celebrado com uma instituição financeira.

A variação ocorrida nos financiamentos bancários, de 52 milhões de euros, corresponde à liquidação das prestações previstas nos respetivos planos de reembolso. De salientar que, o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º

1/2020/A, de 8 de janeiro de 2020, na alínea d) do artigo 17.º, autorizou o Governo Regional a assumir a totalidade da dívida financeira dos hospitais EPER da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, todos os financiamentos bancários foram liquidados pela Região Autónoma dos Açores, no decorrer do primeiro trimestre de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Resolução do Conselho do Governo n.º 298/2020, de 30 de dezembro de 2020, autorizou a utilização do saldo atualmente em dívida à Região Autónoma dos Açores, no montante de 290.009.798 euros, que corresponde à dívida acumulada até 31 de dezembro de 2019, de 238 milhões de euros, acrescida da dívida bancária liquidada em 2020, de 52 milhões de euros, na cobertura dos prejuízos acumulados de anos anteriores, sendo incorporado na rubrica de resultados transitados.

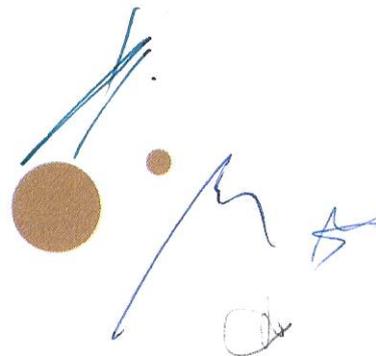
Em 2020, como referido nos parágrafos anteriores, o Património Líquido, foi afetado pelos seguintes movimentos:

**Tabela 94 – Património líquido**

<b>Património Líquido</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(216 677 022)</b>
Dívida à RAA	290 009 798
Dívida dos Subsistemas de saúde	(58 261 145)
Resultado líquido do período	(5 337 077)
Outras variações - subsídios	119 514
<b>Saldo final</b>	<b>9 854 068</b>

As variações ocorridas nas rubricas de Disponibilidades e Passivos financeiros – outros, estão diretamente relacionadas com os acordos de pagamento celebrados em 2020 com alguns fornecedores, que resultaram na renegociação dos prazos de pagamento, de um saldo em dívida, de 23,4 milhões de euros, à data de 31 de dezembro de 2020, que será liquidado, em 2021 – o montante de 8 milhões de euros, em 2022 – o montante de 6,3 milhões de euros, em 2023 – o

montante de 5,5 milhões de euros, e de 2024 a 2029 – o montante anual de 600 mil euros. No âmbito destes acordos, foram assumidos encargos financeiros com juros moratórios comerciais, no montante de 4,76 milhões de euros, dos quais, 1,65 milhões de euros referem-se a juros moratórios vincendos, que foram liquidados à data do respetivo acordo, e que estão reconhecidos na rubrica de Ativos financeiros – diferimentos.



## 12.3 Contabilidade De Gestão

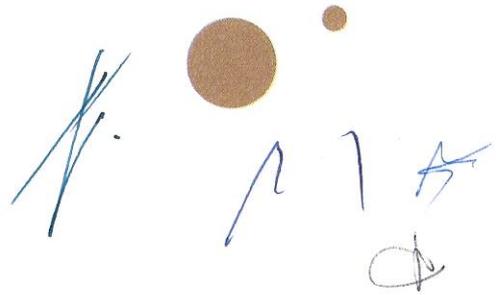
No atual contexto económico-financeiro, o controlo orçamental das entidades públicas encontra-se sujeito a medidas mais restritivas, sobretudo no que se refere à assunção de despesa. Neste contexto, a informação proporcionada pela contabilidade financeira torna-se escassa, assumindo assim a contabilidade de gestão um papel importante como medida de análise e controlo, auxiliando o processo de planificação e tomada de decisão dos gestores e dirigentes públicos, designadamente: (a) no apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços; (b) na mensuração e avaliação de desempenho de programas; (c) na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de comparticipação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

O Hospital encontra-se em fase de adaptação e implementação do novo normativo contabilístico (SNC-AP), aprovado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro, no que se refere à contabilidade de gestão. Neste contexto, não é possível produzir informação nos moldes definidos pela NCP 27, nomeadamente, a informação indicada no parágrafo 34 desta norma contabilística.

Para efeitos de reporte, nomeadamente, dos elementos a que o contrato-programa obriga, foram desenvolvidas ferramentas informáticas específicas, para cada tipo de informação, relatórios e indicadores, do processo de controlo e monitorização da execução do contrato-programa.

*[Handwritten signature]*

## 12.4 Gestão Orçamental



O controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento dos objetivos orçamentais traçados pela tutela. Neste âmbito, o Hospital concentra a sua gestão orçamental no cumprimento dos objetivos e metas a que o contrato-programa obriga, tendo por referência a produção contratada e os objetivos assistenciais constantes do anexo e respetivos apêndices ao mesmo.

Nesta perspetiva, o Hospital tem desenvolvido um conjunto de ferramentas necessárias à correta e integral monitorização das suas obrigações, definidas no contrato-programa, que fixou um conjunto de procedimentos necessários ao processo de controlo e de reporte à tutela.

De acordo com o previsto na cláusula 17.<sup>a</sup> do contrato-programa, os montantes definidos para o desempenho económico-financeiro de 2020, e respetivas variações, são apresentados na tabela que se segue:

**Tabela 95 – Desempenho económico-financeiro 2020**

	Contratualizado	Reforço	Total	Realizado	Desvíos	unid: €
Custo das matérias consumidas	37 076 822	15 478 068	52 554 890	41 248 298	(11 306 592)	-21,5%
Fornecimentos e serviços externos	27 753 879	(1 771 278)	25 982 601	24 209 779	(1 772 822)	-6,8%
Gastos com pessoal	62 796 701	4 863 763	67 660 464	66 640 788	(1 019 676)	-1,5%
Imparidades - inventários	-	3 150 000	3 150 000	2 394 000	(756 000)	-24,0%
Gastos de depreciação e amortização	3 141 565	(61 304)	3 080 261	2 889 494	(190 767)	-6,2%
Juros e gastos similares	-	4 377 000	4 377 000	4 524 461	147 461	3,4%
Outros gastos	63 413	632 519	695 932	16 207 750	15 511 818	-
<b>Total de gastos</b>	<b>130 832 380</b>	<b>26 668 768</b>	<b>157 501 148</b>	<b>158 114 571</b>	<b>613 423</b>	<b>0,4%</b>
Transferências correntes						
Contrato-programa	96 590 000	43 905 000	140 495 000	140 495 000	-	0,0%
Outras transferências	6 877 587	(1 060 319)	5 817 268	5 693 300	(123 968)	-2,1%
Taxas moderadoras	601 816	(484 615)	117 201	121 462	4 261	3,6%
Vendas e prestações de serviços	7 660 206	(2 777 407)	4 882 799	5 666 252	783 453	16,0%
Outros rendimentos	983 785	(337 024)	646 761	801 480	154 719	23,9%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>112 713 394</b>	<b>39 245 635</b>	<b>151 959 029</b>	<b>152 777 494</b>	<b>818 465</b>	<b>0,5%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(18 118 986)</b>	<b>12 576 867</b>	<b>(5 542 119)</b>	<b>(5 337 077)</b>	<b>205 042</b>	<b>-3,7%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>(14 914 009)</b>	<b>16 828 912</b>	<b>1 914 903</b>	<b>2 446 396</b>	<b>531 493</b>	<b>27,8%</b>

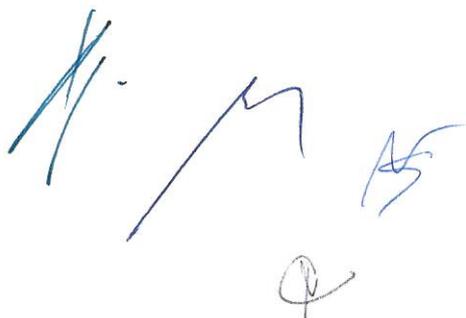


Os montantes contratualizados para o desempenho económico-financeiro de 2020, tiveram como base o desempenho económico-financeiro de 2019, com um agravamento previsto nos gastos de cerca de 6,8%, e um incremento previsto nos rendimentos de cerca de 7,0%, o que previa um resultado líquido negativo de 18,1 milhões de euros, ou seja, um agravamento de 6% face ao período homólogo. Contudo, com o aparecimento do surto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2, foi necessário renegociar os montantes contratualizados no acordo modificativo assinado em 2 de março de 2020, pelo que em 1 de setembro de 2020 foi assinada uma adenda ao acordo modificado de 2020, estabelecendo-se um reforço ao montante global do contrato-programa, de 43,9 milhões de euros, por contrapartida do agravamento previsível dos gastos com reagentes e outro material de consumo clínico, necessário ao combate do surto pandémico pelo Covid-19. De salientar que, atendendo à imprevisibilidade do atual contexto pandémico e ao dispendioso custo dos reagentes e respetivo material de consumo clínico necessário ao combate deste surto pandémico, por uma questão de prudência, os gastos com matérias consumíveis foi estimado em alta, em cerca de 15 milhões de euros, face ao período homólogo.

Adicionalmente, importa destacar que, na adenda ao acordo modificativo assinada, em 1 de setembro de 2020, não foi previsto: o desconhecimento dos saldos dos subsistemas de saúde, no montante de 9,7 milhões de euros; o

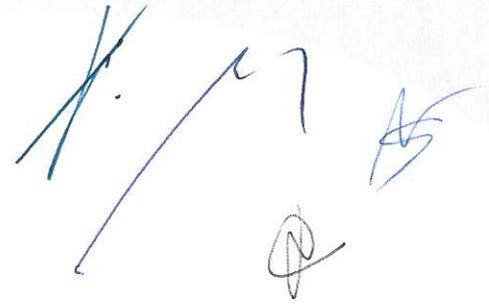
reconhecimento da imparidade dos clientes de cobrança duvidosa, de 2,5 milhões de euros; e o reconhecimento em outros gastos – perdas em inventários, do equipamento de proteção individual (EPI), adquirido, e cedido a título gratuito às entidades do Sistema Regional de Saúde, no montante de 3,1 milhões de euros.

Tal como demonstrado ao longo deste relatório, é notório que a previsibilidade da atividade de uma instituição de saúde que, normalmente apresenta constrangimentos relacionados com a imprevisibilidade da procura de cuidados de saúde, neste ano de 2020, com o surgimento do surto pandémico pelo novo coronavírus SARS-COV-2, foi afetada, quer em termos de atividade assistencial, que sofreu uma redução generalizada, face ao período homólogo, quer em termos de previsões orçamentais. Neste sentido, importa ressaltar, tal como tem sido referido nos relatórios dos anos anteriores, que o financiamento da atividade do Hospital, está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do Serviço Regional de Saúde que, neste contexto pandémico do surto por Covid-19, terão de ser reavaliados. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar as necessidades de financiamento adicionais que serão necessários para manter os seus níveis de desempenho sem risco de rutura e, simultaneamente, desenvolver as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas a que o contrato-programa obriga.



# Relatório & Contas 2020





## 13. Proposta de Aplicação de Resultados

### Índice

13. Proposta de Aplicação de Resultados

198

---

## 13. Proposta de Aplicação de Resultados

Conforme a competência estatutária e de acordo com a deliberação do CA de 28 de abril de 2021, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 5.337.077,01 euros (cinco milhões, trezentos e trinta e sete mil e setenta e sete euros e um cêntimo), decorrente do período de 2020, seja transferido para a conta de Resultados transitados.

O património líquido, de 9.854.067,78 euros, em 31 de dezembro de 2020, resulta da insuficiência de cobertura da totalidade dos encargos operacionais incorridos pelo hospital no ano e em anos anteriores.

De acordo com artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, o CA informa que metade do capital estatutário encontra-se perdido, solicitando-se ao acionista que adote as medidas necessárias para assegurar o equilíbrio da situação patrimonial do HDES.

O setor público e, em particular, as entidades envolvidas no setor da saúde têm pautado a sua atividade sob pressão significativa ao nível do financiamento disponível, por razões relacionadas com as condições adversas do país e com aspetos ainda não totalmente resolvidos sobre os níveis de financiamento da política orçamental que se confronta com exigências financeiras crescentes. Acresce que atividade do Hospital, neste momento, está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do Serviço Regional de Saúde que, nesta fase de propagação do surto de Covid-19, terão de ser reavaliados. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar as necessidades de financiamento adicionais que serão necessários para manter os seus níveis de desempenho sem risco de rutura e, simultaneamente, desenvolver as ações preventivas para proteger a saúde e segurança dos nossos colaboradores.

O CA tem compatibilizado a política orçamental da saúde com os níveis de necessidades financeiras que decorrem das suas obrigações de serviço público desencadeando um conjunto

de ações para se encontrarem soluções de otimização dos resultados operacionais, as quais têm sido manifestamente insuficientes para inverter o ciclo de resultados negativos, pois os níveis de atividades necessários têm exigido recursos financeiros acrescidos.

Nesta perspetiva, o CA orienta toda a sua política de gestão de risco de uma forma alinhada com o Governo Regional dos Açores, tendo como propósito primário reduzir as ameaças, as incertezas e as oportunidades suscetíveis de alterarem os objetivos desejados na prestação de cuidados de saúde.

Neste contexto, cabe ao acionista canalizar todos os recursos financeiros disponíveis, para que a gestão operacional do Hospital possa ser desenvolvida dentro dos níveis e metas programadas através de contratos-programa plurianuais e outras orientações emanadas pelos responsáveis da política de saúde.

A capacidade do Hospital operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos.

Até à presente data, não temos conhecimento de quaisquer situações que possam ter efeito materialmente significativo no desenvolvimento da atividade e no seu suporte financeiro, e, como tal, continuaremos a pautar a nossa atividade dentro dos limites orçamentais estabelecidos pela Região Autónoma dos Açores.

A entidade encontra-se abrangida pelo regime constante da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e como entidade de interesse público terá de adotar o modelo de fiscalização previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

# Conselho de Administração

Ponta Delgada, 28 de Abril de 2021

Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros  
Presidente do Conselho de Administração.



André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio  
Diretor Clínico.



Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues  
Enfermeira Diretora.



Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel  
Vogal do Conselho de Administração.

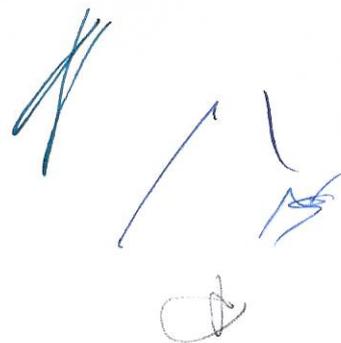
Márcio Francisco Chalin Pereira  
Vogal do Conselho de Administração.





# Relatório & Contas 2020





Anexos

Índice

Anexos

202

---

## BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

unid: euros

	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	84 428 183,48	85 982 227,49
Ativos intangíveis	3	75 634,85	38 902,40
Outros ativos financeiros	18.2.1	233 290,58	-
		<u>84 737 108,91</u>	<u>86 021 129,89</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	6 473 657,28	4 500 188,75
Clientes e utentes	18.2.1	7 378 985,43	66 851 379,95
Estado e outros entes públicos	18.2.2	76,73	-
Outras contas a receber	18.2.1	590 925,94	6 222 172,89
Diferimentos	18.2.1	1 647 272,48	-
Caixa e depósitos	1.2	14 586 052,32	1 155 421,40
		<u>30 676 970,18</u>	<u>78 729 162,99</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>115 414 079,09</b></u>	<u><b>164 750 292,88</b></u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>			
<b>Património Líquido</b>			
Património	18.14	81 026 511,50	81 026 511,50
Reservas	18.14	2 782,28	2 782,28
Resultados transitados	18.14	(66 318 519,27)	(273 260 311,86)
Outras variações no Património Líquido	18.14	480 370,28	360 856,00
		<u>15 191 144,79</u>	<u>(191 870 162,08)</u>
Resultado líquido do período		<u>(5 337 077,01)</u>	<u>(24 806 860,17)</u>
<b>Total do Património Líquido</b>		<u><b>9 854 067,78</b></u>	<u><b>(216 677 022,25)</b></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Fornecedores	18.2.2	15 348 806,89	7 529 696,19
Estado e outros entes públicos	18.2.2	4 312 998,66	4 732 823,21
		<u>19 661 805,55</u>	<u>12 262 519,40</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18.2.2	63 773 315,28	66 463 962,67
Adiantamentos de clientes e utentes	18.2.2	120,36	-
Estado e outros entes públicos	18.2.2	3 633 454,86	3 250 684,68
Financiamentos obtidos	18.2.2	-	52 029 722,23
Fornecedores de investimentos	18.2.2	158 324,56	325 545,61
Outras contas a pagar	18.2.2	18 332 990,70	247 094 880,54
		<u>85 898 205,76</u>	<u>369 164 795,73</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>105 560 011,31</b></u>	<u><b>381 427 315,13</b></u>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<u><b>115 414 079,09</b></u>	<u><b>164 750 292,88</b></u>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

unid: euros

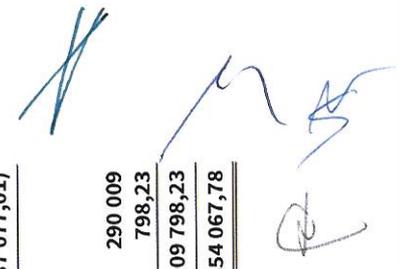
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Impostos e taxas	14	121 462,15	576 549,42
Vendas	13	247 996,09	286 380,20
Prestações de serviços	13	5 418 255,75	9 354 805,12
Transferências correntes e subsídios à exploração	14	146 188 300,30	95 448 558,71
Custo das matérias consumidas	10	(41 248 298,11)	(37 006 442,11)
Fornecimentos e serviços externos	23.1	(24 209 779,19)	(28 282 577,07)
Gastos com pessoal	19 e 23.2	(66 640 787,92)	(62 155 657,89)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(2 394 000,00)	42 563,11
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.2.1	(2 554 326,10)	-
Outros rendimentos	23.3	799 979,87	713 472,67
Outros gastos	23.4	(13 282 406,69)	(127 765,80)
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>2 446 396,15</b>	<b>(21 150 113,64)</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	(2 889 494,28)	(2 772 234,70)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>(443 098,13)</b>	<b>(23 922 348,34)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23.5	1 499,96	1 317,95
Juros e gastos similares suportados	23.5	(4 524 461,40)	(885 829,78)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(4 966 059,57)</b>	<b>(24 806 860,17)</b>
Imposto sobre o rendimento	18.2.2	(371 017,44)	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(5 337 077,01)</b>	<b>(24 806 860,17)</b>

  
60547

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

unid: euros

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total do património líquido
		Património realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2019</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(256 165 765,87)	-	(17 094 545,99)	(192 231 018,08)	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Aplicação dos resultados		-	-	(17 094 545,99)	-	17 094 545,99	-	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	360 856,00	-	360 856,00	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2019</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(273 260 311,86)	360 856,00	(24 806 860,17)	(24 806 860,17)	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2020</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(273 260 311,86)	360 856,00	(24 806 860,17)	(216 677 022,25)	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>								
Aplicação dos resultados		-	-	(24 806 860,17)	-	24 806 860,17	-	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	(58 261 145,47)	119 514,28	-	(58 141 631,19)	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>								
Entradas para cobertura de perdas		-	-	290 009 798,23	-	-	290 009 798,23	
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 2020</b>	18.14	81 026 511,50	2 782,28	(66 318 519,27)	480 370,28	(5 337 077,01)	9 854 067,78	

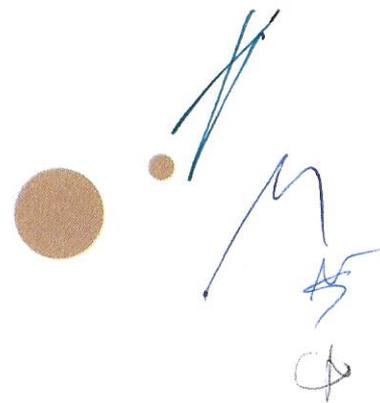

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

unid: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 116 375,23	2 167 130,22
Recebimentos de clientes - contrato-programa		140 495 000,00	91 254 458,00
Pagamentos a fornecedores		(68 541 334,60)	(62 577 382,21)
Pagamentos ao pessoal		(65 149 047,48)	(65 572 171,17)
Caixa gerada pelas operações		7 920 993,15	(34 727 965,16)
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 568 796,61	5 868 484,49
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		(3 685,05)	(1 833,09)
Outros recebimentos/pagamentos		(83 303,07)	(45 027,08)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>14 402 801,64</b>	<b>(28 906 340,84)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(1 224 057,60)	(384 261,71)
Ativos intangíveis		(28 113,12)	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios ao investimento		280 000,00	360 856,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(972 170,72)</b>	<b>(23 405,71)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		52 352 048,14	51 120 978,67
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(52 029 721,92)	(18 910 088,77)
Juros e gastos similares		(322 326,22)	(2 467 474,03)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(0,00)</b>	<b>29 743 415,87</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>13 430 630,92</b>	<b>813 669,32</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>1 155 421,40</b>	<b>341 752,08</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	1.2	<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
- Equivalentes a caixa no início do período		1 155 421,40	341 752,08
<b>= Saldo da gerência anterior</b>		<b>1 155 421,40</b>	<b>341 752,08</b>
De execução orçamental		1 827 141,97	(1 138 773,07)
De operações de tesouraria		(671 720,57)	1 480 525,15
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período		14 586 052,32	1 155 421,40
<b>= Saldo para a gerência seguinte</b>		<b>14 586 052,32</b>	<b>1 155 421,40</b>
De execução orçamental		15 520 703,32	1 827 141,97
De operações de tesouraria		(934 651,00)	(671 720,57)

  
 605707

# Anexo às Demonstrações Financeiras



## NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

### 1.1 - Identificação da entidade e período contabilístico

Designação: HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.

NIF: 512103097

Natureza Jurídica: Entidade Pública Empresarial

Sede: Grotinha – Arrifes, 9500-370 Ponta Delgada

Tutela: Secretaria Regional da Saúde

### Legislação que criou a entidade e principal legislação aplicável

O Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R. (abreviadamente designado por “HOSPITAL” ou “Entidade”) foi transformado em entidade pública empresarial, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

O HOSPITAL é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro e do artigo 8.º-F do Estatuto do Serviço Regional de Saúde e também é dotado de autonomia técnica.

O capital estatutário do HOSPITAL detido pela Região Autónoma dos Açores é de 81.026.512 euros, podendo ser aumentado ou reduzido por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e de saúde.

O HOSPITAL rege-se, assim, pelo respetivo diploma de criação, pelos seus regulamentos internos, pelas normas em vigor para os hospitais do Serviço Regional de Saúde que não sejam incompatíveis com a sua natureza jurídica e, subsidiariamente, pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, não estando sujeito às normas aplicáveis aos institutos públicos que revistam a natureza dos serviços personalizados ou de fundos autónomos.

O objeto principal do HOSPITAL é a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como desenvolver atividades de investigação, formação e ensino.



Nos termos da legislação em vigor, a atividade é também financiada através das dotações orçamentais incluídas nos contratos-programa ou de gestão a celebrar com a Região Autónoma dos Açores, através do estabelecimento de objetivos e metas qualitativas e quantitativas que promovam o equilíbrio dos seus níveis de eficiência e que tenham como referencial os preços praticados no mercado para os diversos atos clínicos que serão anualmente fixados pelo membro do Governo Regional com competência na área da saúde.

Os trabalhadores do HOSPITAL estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho de acordo a legislação em vigor, com exceção dos trabalhadores que transitaram da extinta unidade de saúde abrangidos pela relação jurídica de emprego público ou pelo contrato administrativo de provimento que lhes é garantida a manutenção integral do seu estatuto jurídico, designadamente no que concerne à natureza do vínculo e regime de aposentação.

Em 15 de novembro de 2019, foi celebrado o contrato-programa para o triénio 2019-2021, o qual estabelece o financiamento do Hospital por um orçamento global anual. Em 2 de março de 2020, foi assinado o acordo modificativo, onde se estipulou o financiamento para o ano de 2020, por um orçamento global, de 96.590.000 euros. Em 1 de setembro de 2020, foi assinada uma adenda ao acordo modificativo, onde se estabelece o valor contratualizado, para o montante de 140.495.000 euros, o qual inclui um reforço, de 43.905.000 euros, para compensar as obrigações assumidas no contexto extraordinário decorrente da primeira vaga da pandemia SARS-COV-2. Estas verbas, transferidas em duodécimos, foram reconhecidas em resultados do período, na rubrica de Transferências correntes e subsídios à exploração (Nota 14).

## 1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto de Lei 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que o SNC-AP não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e este referencial não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.



# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em 22 de julho de 2020 pelo despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e da Secretária Regional da Saúde.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração, em 28 de abril de 2021, e serão submetidas a aprovação por despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional da Saúde, nos termos da alínea b) do artigo 10.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.

## Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

## Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

20  
60509

### Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

### Compensação de saldos e transações

Os ativos, os passivos, os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

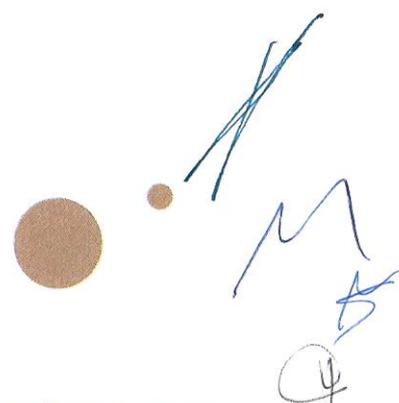
### Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O HOSPITAL não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, detalha-se como se segue:

	<b>31-12-2020</b>	<b>31-12-2019</b>
Caixa		
Fundo Fixo	5 000	7 500
Depósitos bancários à ordem		
Novo Banco Açores	195 204	136 670
Banco Comercial Português	58 720	58 720
Banco Santander Totta	14 237 548	851 407
Novo Banco	49 219	60 448
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do		
Heroísmo	706	809
Banco BPI	205	328
Banco Português de Gestão	39 450	39 538
	<b>14 586 052</b>	<b>1 155 421</b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras



## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos do HOSPITAL, mantidos de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de serem negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente de caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

### 2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

#### a) Ativos intangíveis

A Entidade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas e referem-se a direitos de utilização de software.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, que pode variar entre três a seis anos.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Entidade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informático são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

*Handwritten signature and date:*  
2020  
6/09/20

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição ou de produção para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas e de acordo com o regime do acréscimo.

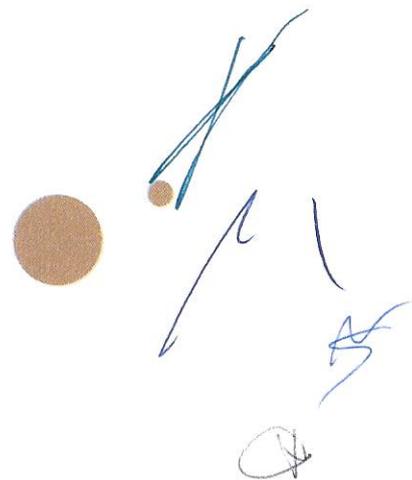
Os terrenos não são depreciados. Com exceção das instalações do HOSPITAL, as depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, do SNC-AP (CC2).

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	<b>Anos de vida útil</b>
Edifícios e outras construções	43
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 8

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

# Anexo às Demonstrações Financeiras



## c) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição ou de produção para ativos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação.

## d) Inventários

Os inventários estão mensurados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é reconhecida uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

## e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.



Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um índice de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações do justo valor registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

#### **Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber**

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

#### **Caixa e depósitos bancários**

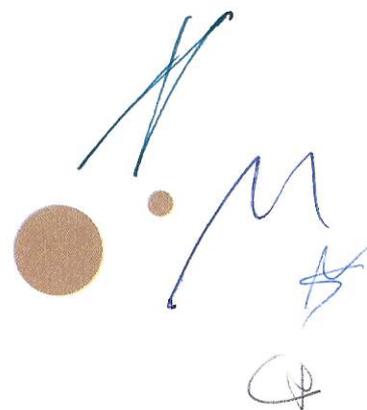
Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

#### **Fornecedores e Outras contas a pagar**

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.





# Anexo às Demonstrações Financeiras

## Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Em 2019, as funções que eram atribuídas à entidade gestora do sistema regional de saúde extinta, que, entre outras, concentrava todos os aspetos de carácter financeiro, os custos associados ao serviço da dívida remunerada, que não eram considerados para a determinação dos níveis de rendibilidade da atividade do HOSPITAL, foram assumidos diretamente por esta entidade.

## Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos e passivos financeiros (que incluem dívidas ao Estado) são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

## Imparidade de ativos financeiros

As quantias mensuradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais associados aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

f) Património

O património apresentado corresponde ao capital estatutário subscrito e realizado à data do relato financeiro.

g) Periodização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

h) Rendimentos e transações

Os rendimentos obtidos são classificados consoante se são provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados, relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

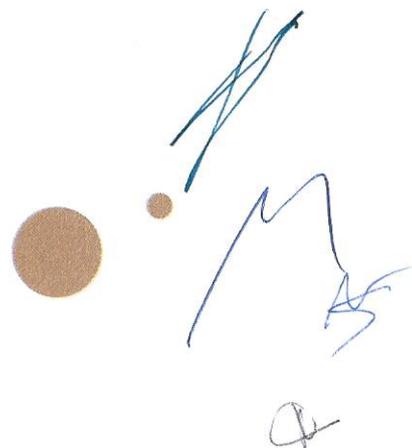
A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

# Anexo às Demonstrações Financeiras



## i) Benefícios dos Empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Em conformidade com a legislação em vigor, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações. O HOSPITAL não constituiu qualquer provisão para este efeito, estando a quantificação das responsabilidades por serviços passados existentes à data do relato dependente da realização de um estudo atuarial.

## j) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do período e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

## k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



**l) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

**m) Acontecimentos subsequentes**

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço e que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2020, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas.

**2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras, que foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, apresentam metade do património estatutário perdido. Neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração concluiu que o HOSPITAL dispõe de recursos apropriados para manter a atividade, não havendo a intenção de a cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Salientamos, contudo, que a atividade do HOSPITAL está fortemente dependente dos níveis de financiamento garantidos pelo orçamento do serviço regional de saúde que, nesta fase de propagação ainda imprevisível do surto Covid-19, terão de ser permanentemente reavaliados, e para sejam mantidos os níveis de desempenho operacional sem risco de rutura.

De 31 de dezembro de 2020 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do HOSPITAL.





# Anexo às Demonstrações Financeiras

## 2.5 - Alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

### Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

### Alterações nas políticas contabilísticas

Até 2019, os encargos suportados com juros moratórios eram reconhecidos na rubrica de Outros gastos, e os juros recebidos de depósitos bancários eram reconhecidos na rubrica de Outros rendimentos. A partir de 2020, todos os encargos suportados com juros passaram a ser reconhecidos na rubrica de Juros e gastos similares suportados, e todos os juros recebidos passaram a ser reconhecidos na rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos. Assim, procedeu-se à reclassificação das rubricas da demonstração dos resultados com referência a 31 de dezembro de 2019 que registavam essas transações (Nota 23.5).

Para além do assunto acima referido, não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

## 2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas

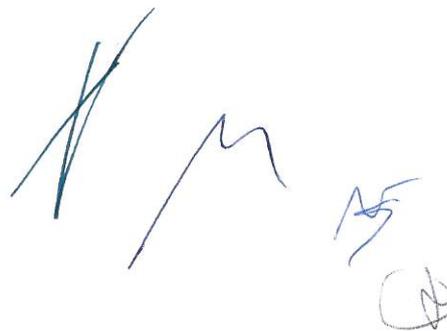
As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativas possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período económico subsequente são as que se seguem:

### Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando que, os ativos fixos tangíveis não foram inventariados e avaliados, e que existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007, e considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do seu valor líquido, se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Entidade.



#### Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores das contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade da probabilidade da sua recuperação, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, nomeadamente, a não recuperabilidade dos atos médicos prestados aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do artigo 271.º do Orçamento do Estado para 2020, que considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde, com efeitos em 2020.

#### Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

A Entidade não alterou os procedimentos que determinam as estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período corrente ou em períodos futuros.

#### 2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2020 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

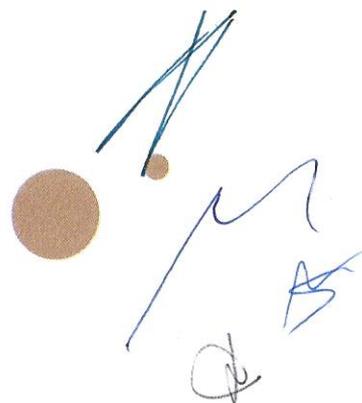
#### NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos intangíveis referem-se a programas informáticos.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



# Anexo às Demonstrações Financeiras



Rubricas	Em 31 de dezembro de 2020					
	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>						
Programas de computador	415 663	376 761	38 902	420 614	398 057	22 557
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	53 078	-	53 078
	<b>415 663</b>	<b>376 761</b>	<b>38 902</b>	<b>473 692</b>	<b>398 057</b>	<b>75 635</b>

Rubricas	Em 31 de dezembro de 2020			
	Quantia Escriturada Inicial	Variações		Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortizações do Período	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Programas de computador e sistemas de informação	38 902	4 951	(21 297)	22 557
Ativos intangíveis em curso	-	53 078	-	53 078
	<b>38 902</b>	<b>58 029</b>	<b>(21 297)</b>	<b>75 635</b>

Rubricas	Em 31 de dezembro de 2020		
	Adições		
	Internas	Compra	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Programas de computador e sistemas de informação	-	4 951	4 951
Ativos intangíveis em curso	-	53 078	53 078
	-	<b>58 029</b>	<b>58 029</b>

Handwritten signature and the number 60507 in blue ink.

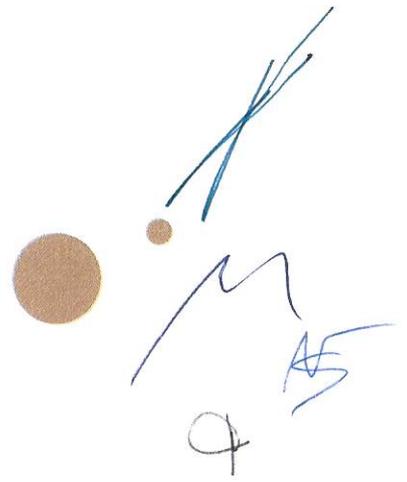
Rubricas	Em 31 de dezembro de 2019					
	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>						
Programas de computador	382 187	357 305	24 881	415 663	376 761	38 902
	<u>382 187</u>	<u>357 305</u>	<u>24 881</u>	<u>415 663</u>	<u>376 761</u>	<u>38 902</u>

Rubricas	Em 31 de dezembro de 2019			
	Quantia Escriturada Inicial	Variações		Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortizações do Período	
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Programas de computador e sistemas de informação	24 881	33 476	(19 455)	38 902
	<u>24 881</u>	<u>33 476</u>	<u>(19 455)</u>	<u>38 902</u>

Rubricas	Em 31 de dezembro de 2019		
	Adições		
	Internas	Compra	Total
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Programas de computador e sistemas de informação	-	33 476	33 476
	<u>-</u>	<u>33 476</u>	<u>33 476</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Ativos intangíveis em curso é detalhada como se segue:

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências		Quantia Escriturada Final
			Internas à Entidade	Diminuições	
<b>Ativos intangíveis em curso</b>					
SISQUAL WFM	-	21 240	-	-	21 240
Módulo dietética	-	27 642	-	-	27 642
Portal de formação e plataforma e-learning	-	4 197	-	-	4 197
	<u>-</u>	<u>53 078</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>53 078</u>



## Anexo às Demonstrações Financeiras

Estes ativos intangíveis serão concluídos em 2021, após a conclusão de todas as fases de implementação, e desencadeados os procedimentos com vista à sua operacionalização.

### **NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Handwritten signature and the number 605247.

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Outros ativos fixos tangíveis	18 212 292	-	18 212 292	18 212 292	-	18 212 292
Terrenos e recursos naturais	85 124 184	32 213 999	52 910 185	85 754 157	33 969 671	51 784 486
Edifícios e outras construções	47 234 480	34 313 987	12 920 493	48 241 525	35 312 868	12 928 657
Equipamento básico	102 390	102 390	-	102 390	102 390	-
Equipamento de transporte	5 595 595	4 326 042	1 269 553	5 665 896	4 428 541	1 237 354
Equipamento administrativo	312 376	110 804	201 572	324 449	121 950	202 499
Outros	468 133	-	468 133	62 895	-	62 895
Ativos fixos tangíveis em curso	157 049 449	71 067 222	85 982 227	158 363 603	73 935 419	84 428 183

Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Variações					
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Outros ativos fixos tangíveis	18 212 292	-	-	-	-	18 212 292
Terrenos e recursos naturais	52 910 185	37 440	592 532	(1 755 672)	-	51 784 486
Edifícios e outras construções	12 920 493	1 007 045	-	(998 881)	-	12 928 657
Equipamento básico	1 269 553	70 300	-	(102 499)	-	1 237 354
Equipamento administrativo	201 572	12 074	-	(11 146)	-	202 499
Outros	468 133	189 094	(592 532)	-	(1 799)	62 895
Ativos fixos tangíveis em curso	85 982 227	1 315 953	-	(2 868 198)	(1 799)	84 428 183

60507

## Em 31 de dezembro de 2020

Rubricas	Adições			Total
	Internas	Compra		
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Outros ativos fixos tangíveis	-	37.440		37.440
Edifícios e outras construções	-	1.007.045		1.007.045
Equipamento básico	-	70.300		70.300
Equipamento administrativo	-	12.074		12.074
Outros	-	189.094		189.094
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1.315.953		1.315.953

## Em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Outros ativos fixos tangíveis	18.212.292	-	18.212.292	18.212.292	-	18.212.292
Terrenos e recursos naturais	84.932.058	30.464.933	54.467.125	85.124.184	32.213.999	52.910.185
Edifícios e outras construções	46.473.217	33.418.734	13.054.483	47.234.480	34.313.987	12.920.493
Equipamento básico	102.390	102.390	-	102.390	102.390	-
Equipamento de transporte	5.477.455	4.227.538	1.249.917	5.595.595	4.326.042	1.269.553
Equipamento administrativo	308.149	100.847	207.301	312.376	110.804	201.572
Outros	67.291	-	67.291	468.133	-	468.133
Ativos fixos tangíveis em curso	155.572.852	68.314.442	87.258.409	157.049.449	71.067.222	85.982.227

70  
60547

*[Handwritten signature]*

## Em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Variações					Quantia Escriturada Final
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>						
Outros ativos fixos tangíveis	18 212 292	-	-	-	-	18 212 292
Terrenos e recursos naturais	54 467 125	-	192 126	(1 749 066)	-	52 910 185
Edifícios e outras construções	13 054 483	761 263	-	(895 253)	-	12 920 493
Equipamento básico	1 249 917	118 140	-	(98 504)	-	1 269 553
Equipamento administrativo	207 301	4 227	-	(9 956)	-	201 572
Outros	67 291	595 410	(192 126)	-	(2 442)	468 133
Ativos fixos tangíveis em curso	87 258 409	1 479 039	-	(2 752 779)	(2 442)	85 982 227

## Em 31 de dezembro de 2019

Rubricas	Adições		Total
	Internas	Compra	
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Outros ativos fixos tangíveis	-	761 263	761 263
Equipamento básico	-	118 140	118 140
Equipamento administrativo	-	4 227	4 227
Outros	-	595 410	595 410
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1 479 039	1 479 039

70  
60507

# Anexo às Demonstrações Financeiras

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Ativos fixos tangíveis em curso é detalhada como se segue:

Em 31 de dezembro de 2020				
Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>				
Psiquiatria	421 833	5 498	(427 331)	-
Remodelação das Águas	45 634	17 261	-	62 895
Internamento da Cirurgia I	666	1 133	-	(1 799)
Medicina II	-	23 624	(23 624)	-
SID-COVID 19	-	44 147	(44 147)	-
Ressonância Magnética	-	97 430	(97 430)	-
<b>468 133</b>	<b>189 094</b>	<b>(592 532)</b>	<b>(1 799)</b>	<b>62 895</b>

Em 31 de dezembro de 2019				
Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Diminuições	Quantia Escriturada Final
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>				
Medicina III	244	-	-	(244)
Obstetrícia	877	-	-	(877)
Cardiologia	23 654	22 824	(46 478)	-
Medicina I	27 206	33 883	(61 089)	-
Psiquiatria	885	420 948	-	421 833
Remodelação das Águas	14 425	31 209	-	45 634
Internamento da Cirurgia I	-	64 737	(64 071)	666
Medicina II	-	20 488	(20 488)	-
Outros investimentos em curso	-	1 321	-	(1 321)
<b>67 291</b>	<b>595 410</b>	<b>(192 126)</b>	<b>(2 442)</b>	<b>62 895</b>

Com a alteração ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde (SRS), que permitiu a transformação dos hospitais regionais em entidades públicas empresariais, e conforme previsto no n.º 2 do artigo 3.º do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, o capital estatutário do HOSPITAL foi realizado em espécie pelo justo valor do edifício e terreno do anterior instituto público, apurado à data de constituição da entidade pública empresarial regional, e pelo montante correspondente à conversão de passivos, aprovados por despacho conjunto dos membros do Governo Regional com competências em matérias de finanças e saúde. Neste âmbito, e para efeitos de apuramento do justo valor, as instalações do HOSPITAL foram objeto de uma avaliação em 2007 por um avaliador independente, no montante 91.061.458 euros. O montante emergente dessa avaliação de 33.381.221 euros foi incorporado nesse ano na realização do capital estatutário do HOSPITAL.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos fixos tangíveis ainda não tinham sido inventariados e avaliados e existem divergências entre a aplicação de gestão de ativos e os registos contabilísticos, exceto nos terrenos, edifícios e outras construções que foram objeto de avaliação em 1 de janeiro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

#### NOTA 10 - INVENTÁRIOS

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Em 31 de dezembro de 2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 867 657	2 394 000	6 473 657
Rubrica	Em 31 de dezembro de 2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 500 189	-	4 500 189
	31-12-2020	31-12-2019	
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>			
Produtos farmacêuticos	3 887 222		3 135 553
Material de consumo clínico	4 784 460		999 605
Produtos alimentares	322		429
Material de consumo hoteleiro	107 199		187 404
Material de consumo administrativo	44 592		32 715
Material de manutenção e conservação	43 862		144 484
	<b>8 867 657</b>		<b>4 500 189</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(2 394 000)		-
	<b>6 473 657</b>		<b>4 500 189</b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 2020 e 2019, a rubrica de Perdas por imparidade acumuladas de Inventários, teve o seguinte movimento:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Matérias-primas e de consumo</b>		
Saldo inicial	-	42 563
Aumentos	2 394 000	-
Reduções	-	(42 563)
Saldo final	<u><u>2 394 000</u></u>	<u><u>-</u></u>

O aumento ocorrido em 2020, no montante de 2.394.000 euros, refere-se às máscaras de proteção KN95/FFP2, que não se encontram em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos para este tipo de material.

As perdas por imparidade de inventários são determinadas em função da sua rotatividade e da sua data de validade, no encerramento de cada período económico.

O movimento ocorrido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

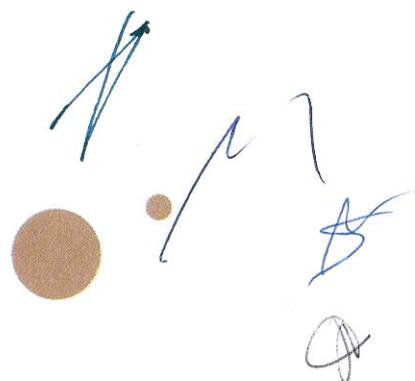
## Em 31 de dezembro de 2020

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no período				Quantia Escriturada Final		
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade		Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 500 189	48 556 283	41 248 298	2 394 000	-	3 106 327	165 811	6 473 657
	<b>4 500 189</b>	<b>48 556 283</b>	<b>41 248 298</b>	<b>2 394 000</b>	-	<b>3 106 327</b>	<b>165 811</b>	<b>6 473 657</b>

## Em 31 de dezembro de 2019

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no período				Quantia Escriturada Final		
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade		Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 531 751	36 932 316	37 006 442	-	42 563	-	-	4 500 189
	<b>4 531 751</b>	<b>36 932 316</b>	<b>37 006 442</b>	-	<b>42 563</b>	-	-	<b>4 500 189</b>

60509



## Anexo às Demonstrações Financeiras

	2020	2019
<b>Custo das matérias consumidas</b>		
Produtos farmacêuticos	30 557 206	26 136 932
Material de consumo clínico	8 632 572	9 024 257
Produtos alimentares	5 406	9 741
Material de consumo hoteleiro	282 212	65 185
Material de consumo administrativo	178 263	236 829
Material de manutenção e conservação	1 592 550	1 533 296
Outro material de consumo	89	201
	<u>41 248 298</u>	<u>37 006 442</u>
<b>Outras aumentos/(reduções) de inventários</b>		
Perdas em inventários	3 106 327	-
Ganhos em inventários	(165 811)	-
	<u>2 940 516</u>	<u>-</u>
<b>Compras de matérias consumíveis</b>		
Custo das matérias consumidas (+)	41 248 298	37 006 442
Quebras/(sobras) (+/-)	2 940 516	-
Existências finais (+)	8 867 657	4 500 189
Existências iniciais (-)	(4 500 189)	(4 574 315)
	<u>48 556 283</u>	<u>36 932 316</u>

De referir que ao valor do custo das matérias consumidas com produtos farmacêuticos, estão deduzidos os créditos recebidos, em cerca de 1,3 milhões de euros, em 2020, em cerca de 1,5 milhões de euros, em 2019, no âmbito dos acordos celebrados entre o Ministério da Saúde e a indústria farmacêutica, bem como de outros créditos recebidos diretamente, em resultado de outros acordos, nomeadamente, os celebrados no âmbito dos acordos-quadro da central de compras da extinta SAUDAÇOR, prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro.

Em 2020, o montante de 165.811 euros, reconhecido em ganhos em inventários refere-se a diversas transações de natureza interna, como por exemplo, entre outras, devoluções de material de consumo clínico dos respetivos serviços aos armazéns centrais, que já tinham sido reconhecidos contabilisticamente como consumos em períodos económicos anteriores.

A Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direção Regional da Saúde, determina que, o equipamento de proteção individual (EPI) adquirido, e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, deve ser reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de Outros gastos – perdas em inventários. Em 31 de dezembro de 2020, as quantidades e os montantes referentes ao equipamento de proteção individual (EPI), adquirido e cedido a título gratuito, às entidades do sistema regional de saúde, é detalhado, por entidade, conforme se segue:

	<b>Valor Total</b>
<b>Equipamento de Proteção Individual - cedido</b>	
SRPCBA - Serviço Regional de Protecção Civil e de Bombeiros dos Açores	1 040 324
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel	905 668
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER	389 064
Hospital da Horta, EPER	170 869
Unidade de Saúde da Ilha Terceira	135 882
Unidade de Saúde da Ilha do Pico	84 480
Unidade de Saúde da Ilha do Faial	70 610
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	64 436
Unidade de Saúde da Ilha das Flores	45 869
Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge	44 885
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria	43 957
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo	6 113
Centro de Oncologia dos Açores	3 962
Outras entidades	99 921
	<b><u>3 106 040</u></b>

Em 2020, o equipamento de proteção individual (EPI), recebido a título gratuito, das entidades do sistema regional de saúde, é estimado em 1.829.049 euros.

#### NOTA 13 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os rendimentos com contraprestação reconhecidos no período, são detalhados conforme se segue:

Rubrica	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	
	<b>Tipo de transação com contraprestação</b>	<b>Rendimento do período reconhecido</b>
Prestação de serviços	5 418 256	5 418 256
Venda de bens	247 996	247 996
	<b><u>5 666 252</u></b>	<b><u>5 666 252</u></b>
Rubrica	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	
	<b>Tipo de transação com contraprestação</b>	<b>Rendimento do período reconhecido</b>
Prestação de serviços	9 354 805	9 354 805
Venda de bens	286 380	286 380
	<b><u>9 641 185</u></b>	<b><u>9 641 185</u></b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as vendas e prestações de serviços tinha a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Venda de bens</b>		
Matérias de consumo	<u>247 996</u>	<u>286 380</u>
<b>Prestação de serviços</b>		
Internamento	2 486 263	1 922 034
Consulta	864 336	610 780
Urgência	902 452	1 762 877
Hospital de dia	120	36 883
Ambulatório (GDH)	-	955 454
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	1 125 515	4 066 777
Outras prestações de serviços	<u>39 569</u>	-
	<u><b>5 418 256</b></u>	<u><b>9 354 805</b></u>

Em 2019, a rubrica Meios complementares de diagnóstico e terapêutica, inclui o reconhecimento da faturação de serviços prestados, no montante 5.899.383 euros, cuja codificação e auditoria apenas ficou concluída no período de 2019. Em 2020, este acréscimo de rendimentos foi desreconhecido por contrapartida da faturação emitida às respetivas entidades (Nota 18.2.1 – Outras contas a receber).

## NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, têm a seguinte decomposição:

Tipo de transação sem contraprestação	Em 31 de dezembro de 2020	
	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Taxas moderadoras	121 462	-
Transferências sem condição	146 188 300	-
Subsídios sem condição	-	280 000
Doações	-	20 000
	<u><b>146 309 762</b></u>	<u><b>300 000</b></u>

Em 31 de dezembro de 2019

Rendimento do período reconhecido em

Tipo de transação sem contraprestação	Resultados	Património líquido
Taxas moderadoras	576 549	-
Transferências sem condição	95 448 559	-
Subsídios sem condição	-	360 856
	<b>96 025 108</b>	<b>360 856</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Transferências tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Contrato-programa	140 495 000	91 254 458
Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	1 111 946	1 220 000
Melhoria na Inovação Terapêutica	4 200 000	1 507 000
Meios de Diagnóstico e Terapêutica	-	983 000
CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	339 152	343 643
Fixação de médicos na Região Autónoma dos Açores	-	49 900
Berço de Emprego	20 175	16 883
PIIE	19 527	73 675
Outros subsídios	2 500	-
	<b>146 188 300</b>	<b>95 448 559</b>

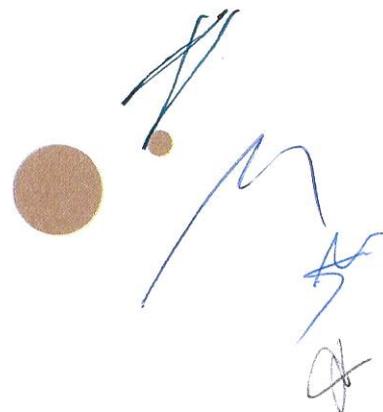
Como referido na Nota 1.1 deste anexo, o financiamento atribuído para o ano de 2020, foi estabelecido por orçamento global, no montante de 140.495.000 euros (em 2019, 91.254.458 euros).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as comparticipações recebidas do subsídio social de mobilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015 de 24 de março e regulamentado pela Portaria n.º 95-A/2015 de 27 de março, no montante de 875.496 euros (em 2019, 1.670.384 euros), foram reconhecidas na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, pelo facto de se destinarem a reduzir os custos com as viagens no âmbito da deslocação de doentes (Nota 23.1).

#### NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existia uma garantia bancária, no montante de 63.952 euros, prestada a favor do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada, destinada a servir de caução no processo n.º 597/17.6T8PDL. Adicionalmente, em 21 de maio de 2020, foi constituída uma garantia bancária, no montante de 368.578 euros, prestada a favor do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada, destinada a servir de caução no processo n.º 596/17.8T8PDL.

# Anexo às Demonstrações Financeiras



Em 31 de dezembro de 2020, existiam processos judiciais contra o HOSPITAL, relacionados com pedidos de indemnização, no montante aproximado a 5,3 milhões de euros, acrescido dos respetivos juros moratórios, no montante estimado em 1,4 milhões de euros, e com serviços médicos prestados por instituições do Serviço Nacional de Saúde a utentes da Região Autónoma dos Açores, que ainda não foram liquidados pelo HOSPITAL. O Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para o HOSPITAL.

## NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

O Conselho de Administração está a acompanhar em permanência e atentamente os desenvolvimentos decorrentes da pandemia do Covid-19, e em coordenação com as orientações das autoridades de saúde, adotou um conjunto de medidas de contingência para assegurar a proteção dos utentes e dos colaboradores e o normal funcionamento dos serviços.

Atendendo aos impactos já conhecidos e à incerteza que permanece quanto à duração dos efeitos de médio prazo, a atividade do HOSPITAL exigirá acrescidos recursos financeiros que terão de ser assegurados pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos subsequentes à data de relato que devam ser divulgados nas presentes demonstrações financeiras.

## NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.2.1 - QUANTIA ESCRITURADA DOS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos financeiros estavam mensurados ao custo amortizado, que não difere substancialmente do seu valor nominal, e compreendiam:

Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Outros ativos financeiros, é detalhada conforme se segue:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Outros ativos financeiros</b>		
Fundo de compensação do trabalho	233 291	-

Em 2020, foram reconhecidas as responsabilidades, perante o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 233.291 euros, e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, no montante de 18.912 euros, assumidas até 31 de dezembro de 2020. Sobre os montantes em dívida, incidem juros moratórios, no montante de 36.702 euros. O saldo em dívida, de 288.905 euros, foi liquidado em 22 de fevereiro de 2021 (Nota 18.2.2 – acréscimos de gastos).

#### Cientes e utentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de Clientes, contribuintes e utentes podem ser assim representados:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Cientes</b>		
Subsistemas de saúde	-	56 561 145
Serviço Regional de Saúde (Nota 20.2)	6 911 032	5 511 740
Outros clientes c/c	467 953	4 778 494
Clientes de cobrança duvidosa	4 668 555	2 114 229
	<u>12 047 540</u>	<u>68 965 609</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(4 668 555)	(2 114 229)
	<u><b>7 378 985</b></u>	<u><b>66 851 380</b></u>

O Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros (clientes c/c – 56.561.145 euros e clientes de cobrança duvidosa – 1.700.000 euros), foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados (Nota 18.14).

Os saldos devedores que apresentavam riscos de cobrabilidade foram transferidos para uma rubrica específica de clientes de cobrança duvidosa, e foram cobertos por uma perda por imparidade. Estes saldos dizem respeito a:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Clientes de cobrança duvidosa</b>		
Subsistemas de saúde	-	1 700 000
Companhias de seguros	1 703 897	403 965
Outros clientes	2 964 658	10 264
	<u><b>4 668 555</b></u>	<u><b>2 114 229</b></u>

Em 2020 e 2019, a rubrica de Perdas por imparidade acumuladas, teve o seguinte movimento:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Cientes</b>		
Saldo inicial	2 114 229	2 114 229
Aumentos	2 554 326	-
Saldo final	<u><b>4 668 555</b></u>	<u><b>2 114 229</b></u>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

As perdas por imparidade de dívidas a receber, de 4.668.555 euros, destinam-se a cobrir os saldos de clientes que potenciam riscos de não recebimento. Em 2020, esta rubrica foi reforçada, em 2.554.326 euros, maioritariamente, por saldos de companhias de seguros, no montante de 1.299.932 euros.

## Outras contas a receber

Os saldos das Outras contas a receber, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são detalhados conforme se segue:

	<b>31-12-2020</b>	<b>31-12-2019</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
Adiantamentos a fornecedores	426 510	188 330
Adiantamentos ao pessoal	183	-
Acréscimos de rendimentos		
Prestações de serviços	-	5 899 383
Unidade de Genética e Patologias Moleculares	108 105	118 105
Outras contas a receber	56 127	16 355
	<b>590 926</b>	<b>6 222 173</b>

O montante de 5.899.383 euros, registado em Acréscimos de rendimentos corresponde à estimativa dos atos clínicos ainda não faturados à data de 31 de dezembro de 2019. Em 2020, este saldo foi desreconhecido por contrapartida da respetiva faturação.

Em 31 de dezembro de 2020, existia um adiantamento de fundos à Unidade de Genética e Patologia Moleculares, no montante de 108.105 euros, em nome da Dra. Luísa Maria Quental Mota Vieira, no âmbito dos projetos de investigação relacionados com as patologias de ordem genética existentes nos Açores.

## Diferimentos (ativo)

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Diferimentos compreende, o montante de 1.647.272 euros, referente aos juros moratórios vincendos, que foram liquidados à data da celebração de um acordo de pagamento com uma instituição financeira.

## 18.2.2 - QUANTIA ESCRITURADA DOS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos financeiros estavam mensurados ao custo amortizado e compreendiam:

## Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos desta rubrica decompõem-se como se segue:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Fornecedores</b>				
Serviço Regional de Saúde (Nota 20.2)	-	1 211 122	-	1 109 027
Fornecedores c/c	15 348 807	62 434 303	7 529 696	65 254 413
Fornecedores em receção e conferência	-	127 891	-	100 522
	<b>15 348 807</b>	<b>63 773 315</b>	<b>7 529 696</b>	<b>66 463 963</b>

Na rubrica do Serviço Regional de Saúde estão registados serviços prestados nos termos dos acordos existentes com o setor público, designadamente hospitais e unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores, ainda não liquidados em 31 de dezembro de 2020 (Nota 20.2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de fornecedores evidenciado como não corrente, vence-se nos seguintes anos:

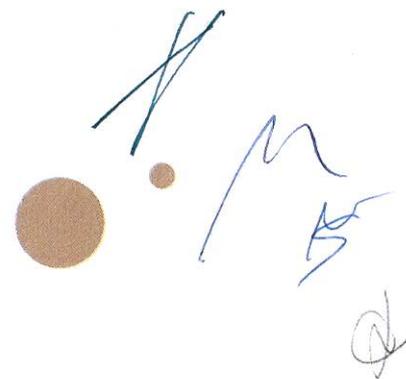
Anos	31-12-2020	31-12-2019
2021	-	2 534 715
2022	6 266 584	765 135
2023	5 456 640	604 264
2024	604 264	604 264
2025	604 264	604 264
2026 e seguintes	2 417 055	2 417 055
	<b>15 348 807</b>	<b>7 529 696</b>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam acordos de pagamento com fornecedores, nas seguintes condições:

- Em dezembro de 2019, foi acordado com um fornecedor, o pagamento diferido da dívida, no montante de 6.042.638 euros, em 10 prestações anuais constantes e sucessivas, de 604.264 euros, vencendo-se a primeira prestação em dezembro de 2020. No âmbito deste acordo, em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos juros moratórios comerciais, no montante de 1.286.810 euros (Nota 23.5).
- Em fevereiro de 2020, foi celebrado um plano de pagamentos com um fornecedor, de 3.860.903 euros, em 24 prestações mensais constantes e sucessivas, de 160.871 euros, vencendo-se a primeira prestação em fevereiro de 2020.

20  
60509

## Anexo às Demonstrações Financeiras



- iii) Em julho de 2020, foi celebrado um acordo de pagamento com uma instituição financeira, que tinha celebrado diversas cessões de crédito, no montante de 12.334.412 euros, em seis prestações semestrais sucessivas, sendo as primeiras cinco prestações, de 2.047.512 euros, e a última prestação, de 2.096.850 euros, vencendo-se a primeira prestação em maio de 2021. No âmbito deste acordo, foram assumidos juros moratórios comerciais, no montante de 3.476.276 euros, os quais foram liquidados no decorrer de 2020. Este montante corresponde aos juros vencidos, a 31 de dezembro de 2020, no montante de 1.829.004 euros, que foram reconhecidos na demonstração dos resultados (Nota 23.5), e aos juros vincendos, no montante de 1.647.272 euros, que foram reconhecidos na rubrica de diferimentos (Nota 18.2.1 – Diferimentos). Adicionalmente, este acordo contempla um desconto de 25% sobre os juros moratórios, no montante 869.069 euros, no pressuposto do integral cumprimento do acordo de pagamento. Em 2020, foi descontado aos juros pagos, o montante de 434.535 euros, que corresponde a 50% do referido desconto.
- iv) Em setembro de 2020, foi celebrado um plano de pagamentos com um fornecedor, no montante de 4.219.273 euros, em 36 prestações mensais constantes e sucessivas, de 117.202 euros, vencendo-se a primeira prestação em setembro de 2020.

O HOSPITAL considerou que os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente deveriam ser gratuitos e, nesta conformidade, anulou em 2010 todos os saldos devidos a este respeito existentes em 1 de janeiro de 2010 e, desde essa data, os encargos que lhe sido exigidos pelas entidades do Serviço Nacional de Saúde não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Nos termos da Lei n.º 20/2016, de 15 de julho fica estabelecido a gratuitidade da prestação de cuidados de saúde, estando dependente de resolução a determinação das dívidas existentes nessa data entre os dois sistemas de saúde, a apresentar por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde.

### Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos desta rubrica detalham-se conforme se segue:



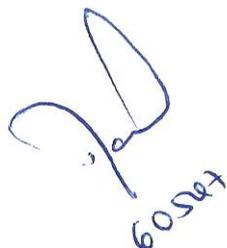
	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Adiantamentos de clientes e utentes</b>	-	<b>120</b>	-	-
<b>Fornecedores de investimentos</b>	-	<b>158 325</b>	-	<b>325 546</b>
<b>Outras contas a pagar</b>				
Pensões - CGA (Nota 19)	-	52 049	-	-
Pessoal	-	5 867	-	6 608
<b>Acréscimos de gastos:</b>				
<b>Remunerações a liquidar</b>				
Férias	-	2 780 000	-	2 057 231
Subsídio de férias	-	2 780 000	-	2 571 539
Horas extraordinárias	-	429 322	-	576 842
Prevenção	-	301 161	-	-
Noites e suplementos	-	255 650	-	-
Encargos sobre remunerações	-	1 819 567	-	1 364 838
Acréscimos remuneratórios	-	1 115 201	-	1 115 201
Fornecimentos e serviços externos	-	6 140 176	-	1 203 985
FCT e FGCT (Nota 18.2.1)	-	288 905	-	-
Juros de mora (Nota 23.5)	-	2 118 355	-	-
Fundos alheios	-	231 608	-	168 439
XVI Congresso Endocrinologia 2019	-	15 131	-	15 131
Região Autónoma dos Açores	-	-	-	237 980 957
Outras contas a pagar	-	-	-	34 110
	-	<b>18 332 991</b>	-	<b>247 094 881</b>

As remunerações a liquidar incluem a estimativa para férias e subsídio de férias de 2020, que serão processadas e pagas no ano subsequente.

A rubrica de Acréscimos remuneratórios, no montante de 1.115.201 euros, refere-se à estimativa das remunerações relativas aos acréscimos remuneratórios do pessoal de enfermagem que dizem respeito a anos anteriores e que serão liquidados nos anos subsequentes.

O montante de 6.140.176 euros (em 2019, 1.203.985 euros) na rubrica de Fornecimentos e serviços externos corresponde a serviços prestados pelos fornecedores ainda não faturados.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de 237.980.957 euros, incorporava os financiamentos bancários liquidados, e os adiantamentos prestados pelo serviço regional de saúde que, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2019/A, de 15 de novembro de 2019, que regulou a extinção da SAUDAÇOR, S.A., com efeitos a partir de 23 de dezembro de 2019, estabelecia no n.º 1 do artigo 3.º, que o património ativo da extinta SAUDAÇOR fosse liquidado por transmissão global para o acionista Região Autónoma dos Açores, através da direção regional com competência em matéria de orçamento e tesouro, o que correspondia a que o saldo em dívida, de 237.980.957 euros, fosse assumido pela Região Autónoma dos Açores.



# Anexo às Demonstrações Financeiras



Em 31 de dezembro de 2020, a Resolução do Conselho do Governo n.º 298/2020, de 30 de dezembro de 2020, autorizou a utilização do saldo atualmente em dívida à Região Autónoma dos Açores, no montante de 290.009.798 euros, que corresponde à dívida acumulada até 31 de dezembro de 2019, de 238 milhões de euros, acrescida da dívida bancária liquidada em 2020, de 52 milhões de euros, na cobertura dos prejuízos acumulados de anos anteriores, sendo incorporado na rubrica de resultados transitados (Nota 18.14).

## Financiamentos obtidos

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro de 2020, na alínea d) do artigo 17.º, autorizou o Governo Regional a assumir a totalidade da dívida financeira dos hospitais EPER da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, todos os financiamentos bancários foram assumidos pela Região Autónoma dos Açores, no decorrer do primeiro trimestre de 2020, no montante de 52.029.722 euros.

Como explicado na Nota 2.1 e), os encargos financeiros emergentes dos empréstimos bancários diretamente contratualizados com o HOSPITAL foram suportados pela tutela, que comportou esses encargos no seu orçamento de gastos, baseado no princípio de que a gestão da atividade dos hospitais seja exclusivamente operativa. Os encargos financeiros incorridos e suportados pela tutela no período de 2020 foram no montante de 322.326 euros (em 2019 – 2.467.474 euros).

Em 31 de dezembro de 2020, exista um cartão de crédito com *plafond* de 2.500 euros, que não se encontrava utilizado nessa data e com opção de pagamento a 100%.

## Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos do Estado e outros entes públicos são assim representados:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Ativo</b>				
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Retenções na fonte	-	77	-	-
	-	77	-	-
<b>Passivo</b>				
<b>Imposto sobre o rendimento</b>				
Imposto corrente	-	371 017	-	-
<b>Retenções de imposto sobre o rendimento</b>				
Trabalho dependente	-	592 862	-	611 250
Rendimentos profissionais	-	22 901	-	16 862
Rendimentos prediais	-	320	-	320
<b>Contribuições para a segurança social</b>				
ADSE	-	738 230	-	737 024
Caixa Geral de Aposentações	-	555 582	-	611 071
Segurança Social - prestações mensais	-	785 119	-	721 303
Segurança Social - planos prestacionais	4 312 999	567 368	4 732 823	552 855
IASFA	-	57	-	-
	<b>4 312 999</b>	<b>3 633 455</b>	<b>4 732 823</b>	<b>3 250 685</b>

As retenções de imposto sobre o rendimento por liquidar, em 31 de dezembro de 2020, referem-se ao trabalho dependente de dezembro e aos rendimentos profissionais e prediais de 2021. Estas retenções foram integralmente liquidadas em janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições para a segurança social por liquidar referem-se aos seguintes períodos:

Contribuições	ADSE	CGA	Segurança Social
dezembro/16	49 045	-	-
janeiro/17	47 472	-	-
fevereiro/17	47 403	-	-
março/17	47 496	-	-
abril/17	47 126	-	-
maio/17	47 855	-	-
junho/17	93 364	-	-
julho/17	48 181	-	-
agosto/17	48 275	-	-
setembro/17	47 860	-	-
outubro/17	46 889	-	-
novembro/17	70 817	-	-
dezembro/17	48 205	-	-
dezembro/20	48 243	555 582	785 119
	738 230	555 582	785 119
Planos prestacionais	-	-	4 880 366
	<b>738 230</b>	<b>555 582</b>	<b>5 665 485</b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em janeiro e fevereiro de 2017 foram reformulados os planos de pagamento existentes com a Segurança Social e foram diferidos três novos planos de pagamento para liquidar a dívida em mora à Segurança Social, em 150 prestações mensais, com início em fevereiro e março de 2017. Em junho de 2017 foi diferido um novo plano de pagamentos com a Segurança Social, para liquidar dívida em mora, em 150 prestações mensais, com início em julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante em dívida dos planos prestacionais é detalhado conforme se segue:

	Em 31 de dezembro de 2020			
	Quantia Exequenda	Juros de mora vencidos	Custas	Total
Plano 117/2017	1 893 691	389 617	28 874	<b>2 312 181</b>
Plano 193/2017	241 355	45 381	3 725	<b>290 462</b>
Plano 252/2017	830 990	233 690	9 261	<b>1 073 941</b>
Plano 1357/2017	1 009 429	179 469	14 884	<b>1 203 782</b>
	<b>3 975 466</b>	<b>848 157</b>	<b>56 744</b>	<b>4 880 366</b>

	Em 31 de dezembro de 2019			
	Quantia Exequenda	Juros de mora vencidos	Custas	Total
Plano 117/2017	2 116 947	359 607	28 874	<b>2 505 428</b>
Plano 193/2017	269 750	41 046	3 725	<b>314 522</b>
Plano 252/2017	928 754	227 876	9 267	<b>1 165 896</b>
Plano 1357/2017	1 125 415	159 527	14 891	<b>1 299 832</b>
	<b>4 440 866</b>	<b>788 055</b>	<b>56 757</b>	<b>5 285 678</b>

O saldo em dívida, apresentado como não corrente, incluindo os juros de mora vencidos e custas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, será reembolsado nos seguintes anos:

Ano	31-12-2020			31-12-2019		
	Quantia Exequenda	Juros vencidos	Juros vincendos	Quantia Exequenda	Juros vencidos	Juros vincendos
2021	-	-	-	462 359	113 513	-
2022	462 359	128 215	-	462 359	136 530	-
2023	462 359	151 422	-	462 359	159 547	-
2024	462 359	174 628	-	462 359	182 563	-
2025	462 359	197 835	-	462 359	100 812	104 768
2026	462 359	91 048	129 993	462 359	4 594	224 003
2027 e seguintes	1 258 057	-	682 244	1 261 111	-	701 140
	<b>3 569 851</b>	<b>743 148</b>	<b>812 237</b>	<b>4 035 264</b>	<b>697 559</b>	<b>1 029 911</b>

Em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, os juros de mora vencidos e não liquidados, devidos à Segurança Social no âmbito dos planos prestacionais, no montante de 48.984 euros (em 2019, 175.077 euros). Os juros de mora e os encargos que emergirão da não liquidação das responsabilidades nas datas estipuladas legalmente serão reconhecidos apenas na data da sua liquidação.

Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20% (correspondendo a uma taxa efetiva de 16,8%). Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, o HOSPITAL está sujeita à derrama fixada pelos municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Nos termos do artigo 88.º do CIRC, o HOSPITAL encontra-se ainda sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (5 anos no que respeita à segurança social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos após 1 de janeiro de 2016 é de cinco períodos de tributação. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

O efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais não foram objeto de registo contabilístico em impostos diferidos por não existirem expectativas de que sejam recuperáveis durante o período previsto na legislação fiscal.

O saldo do IRC a pagar, nos anos de 2020 e 2019, detalha-se como se segue:

	2020	2019
Imposto corrente	371 017	3 762
Retenções na fonte	(77)	(77)
<b>IRC - a recuperar/(pagar)</b>	<b>370 941</b>	<b>3 685</b>

20  
60507

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o HOSPITAL apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	Valor		Ano de caducidade
	Base	Imposto	
2016	1 191 349	200 147	2021
2017	14 141 651	2 375 797	2022
2018	15 949 481	2 679 513	2023
2019	24 429 110	4 104 090	2024
	<b>55 711 591</b>	<b>9 359 547</b>	

O IRC a pagar, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
<b>Resultado antes de impostos</b>	(4 966 060)	(24 806 860)
<b>Diferenças permanentes</b>		
Correções relativas a períodos anteriores	360 614	(85 021)
IRC, tributações autónomas e outros impostos	70 696	33 738
Multas, coimas e juros compensatórios	186 747	413 236
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	7 063	15 797
Créditos incobráveis não aceites como gastos	9 650 716	-
Imparidades do período não aceites como gasto	38 386	-
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imparidades do período não aceites como gasto	303 549	-
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal do período</b>	<b>5 651 710</b>	<b>(24 429 110)</b>
Coleta	284 846	-
Derrama	84 776	-
Tributações autónomas	1 396	3 762
<b>Imposto corrente - período</b>	<b>371 017</b>	<b>3 762</b>

## 18.14 - PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O capital estatutário corresponde ao montante definido no apêndice I do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2015/A, de 18 de setembro, sucedendo nos direitos e obrigações da unidade de saúde a que deu origem.

De acordo com o Despacho conjunto da Vice-Presidência do Governo Regional e a Secretaria Regional da Saúde, de 15 de julho de 2011, foi aprovado aumentar o capital estatutário do HOSPITAL em 126.512 euros, por transferência de numerário em 2011. O registo desta operação de aumento de capital foi formalizado em 2017.

O HOSPITAL pode fazer as reservas julgadas necessárias, sem prejuízo da obrigação da constituição da reserva legal e da reserva para investimentos, não podendo o reforço da reserva legal ser inferior a uma percentagem inferior a 20% dos resultados anualmente apurados. Esta reserva poderá ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos do período.

A reserva de investimento poderá também ser constituída/reforçada com receitas provenientes de participações, dotações, subsídios, subvenções ou quaisquer compensações financeiras que sejam destinadas para este fim.

O movimento ocorrido nas rubricas do Património líquido durante o período de 2020 e 2019, foi como se segue:

Em 31 de dezembro de 2020					
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Património	81 026 512	-	-	-	81 026 512
Reservas legais	2 782	-	-	-	2 782
Resultados transitados	(273 260 312)	(24 806 860)	-	231 748 653	(66 318 519)
Outras variações no Património Líquido					
Subsídios ao investimento	360 856	-	-	101 678	462 534
Doações obtidas	-	-	-	17 837	17 837
	(191 870 162)	(24 806 860)	-	231 868 167	15 191 145
Resultado líquido do período	(24 806 860)	24 806 860	(5 337 077)	-	(5 337 077)
	<b>(216 677 022)</b>	<b>-</b>	<b>(5 337 077)</b>	<b>231 868 167</b>	<b>9 854 068</b>

Em 31 de dezembro de 2019					
	Saldo inicial	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldo final
Património	81 026 512	-	-	-	81 026 512
Reservas legais	2 782	-	-	-	2 782
Resultados transitados	(256 165 766)	(17 094 546)	-	-	(273 260 312)
Outras variações no Património Líquido					
Subsídios ao investimento	-	-	-	360 856	360 856
	(175 136 472)	(17 094 546)	-	360 856	(191 870 162)
Resultado líquido do período	(17 094 546)	17 094 546	(24 806 860)	-	(24 806 860)
	<b>(192 231 018)</b>	<b>-</b>	<b>(24 806 860)</b>	<b>360 856</b>	<b>(216 677 022)</b>

20  
60507

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 2020, o montante acumulado reconhecido na rubrica de Resultados transitados, é detalhado conforme se segue:

	<b>Montante</b>
Dívida à RAA	290 009 798
Dívida dos Subsistemas de saúde	(58 261 145)
	<b>231 748 653</b>

Tal como referido na Nota 18.2.1 – Clientes e utentes, o Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. O saldo reportado a 31 de dezembro de 2019, no montante de 58.261.145 euros (clientes c/c – 56.561.145 euros e clientes de cobrança duvidosa – 1.700.000 euros), foi desreconhecido por contrapartida dos Resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2020, como indicado na Nota 18.2.2 – Outras contas a pagar, a Resolução do Conselho do Governo n.º 298/2020, de 30 de dezembro de 2020, autorizou a utilização do saldo atualmente em dívida à Região Autónoma dos Açores, no montante de 290.009.798 euros, que corresponde à dívida acumulada até 31 de dezembro de 2019, de 238 milhões de euros, acrescida da dívida bancária liquidada em 2020, de 52 milhões de euros, na cobertura dos prejuízos acumulados de anos anteriores, sendo incorporado na rubrica de Resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas rubricas de Subsídios ao investimento e Doações obtidas, resumem-se como se segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Subsídios ao investimento</b>		
Saldo inicial	360 856	-
Subsídios atribuídos no ano	280 000	360 856
Imputação aos resultados	(178 322)	-
Saldo final	<b>462 534</b>	<b>360 856</b>
<b>Doações obtidas</b>		
Saldo inicial	-	-
Doações obtidas no ano	20 000	-
Imputação aos resultados	(2 163)	-
Saldo final	<b>17 837</b>	-

Em 2020, foram atribuídas verbas, no montante de 280.000 euros, pela Secretaria Regional da Saúde, que se destinam à adaptação de instalações e aquisição de equipamentos afetos à Covid-19. Adicionalmente, em 2020, foram doadas verbas, no montante de 20.000 euros, para a aquisição de equipamentos afetos à Covid-19.

Em 2019, foram atribuídas portarias de investimento pela Secretaria Regional da Saúde, que se destinam à aquisição de equipamentos, no montante de 247.791 euros, e à manutenção de infraestruturas, no montante de 113.065 euros.

**NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Como referido na Nota 2.1 (i) deste anexo, o HOSPITAL tem a responsabilidade de assegurar o pagamento complementar das pensões dos reformados e dos trabalhadores no ativo com vínculo à relação jurídica de emprego público, na parte correspondente ao período que não estiveram integrados no regime da Caixa Geral de Aposentações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constituída qualquer provisão para este efeito, sendo as pensões processadas e consideradas como encargos do ano em 2020, de 917.956 euros (em 2019, 782.879 euros). A quantificação das responsabilidades por serviços passados existentes em 31 de dezembro de 2020 depende da realização de um estudo atuarial. Em 31 de dezembro de 2020, as pensões ainda não liquidadas perfaziam, o montante de 52.049 euros (Nota 18.2.2 – Outras contas a pagar).

**NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS****20.1 - Listagem de entidades relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam as seguintes entidades relacionadas:

Designação	NIF	Sede	Natureza do relacionamento
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	512047855	Palácio da Conceição - Rua 16 de Fevereiro – 9504-509 Ponta Delgada	Entidade controladora final
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO	600083756	Solar dos Remédios – 9701-855 Angra do Heroísmo	Entidade controladora imediata
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO	672000431	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro s/n – 9500-119 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPER	512105030	Canada do Breado ao Farroco - Santa Luzia – 9700-049 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
HOSPITAL DA HORTA, EPER	512103070	Estrada Príncipe Alberto do Mónaco – 9900-038 Horta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	510161502	Avenida de Santa Maria – 9580-501 Vila do Porto	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	510148921	Grotinha, Arrifes, nº 1 – 9500-354 Ponta Delgada	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA	510170811	Canada dos Melancólicos – 9701-869 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	509871070	Rua Eng. Manuel Rodrigues Miranda – 9880-376 Santa Cruz da Graciosa	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	510183085	Vista Alegre - Matriz – 9901-853 Horta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	512100640	Relvinha – 9850-076 Calheta	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	512084726	Largo Edmundo Machado Ávila – 9630-126 Lajes do Pico	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	510167098	Rua do Hospital – 9970-303 Santa Cruz das Flores	Entidade sob controlo comum
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO CORVO	510189881	Avenida Nova – 9980-039 Corvo	Entidade sob controlo comum
CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES	672002027	Rua da Rocha, nº 38 – 9700-169 Angra do Heroísmo	Entidade sob controlo comum

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## 20.2 - Transações e saldos com partes relacionadas

As transações que ocorreram no período de 2020 e 2019, por natureza de transações, foram:

Tipo de transação	2020		2019	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Transferências correntes e subsídios à exploração</b>				
Secretaria Regional da Saúde e Desporto				
Contrato-programa	139 995 000	95,76%	91 254 458	95,61%
COVID-19	500 000	0,34%	-	0,00%
Portarias de exploração	5 653 598	3,87%	4 103 543	4,30%
FUNDO REGIONAL DO EMPREGO				
Berço de Emprego e PIIÉ	39 702	0,03%	90 558	0,09%
	<u>146 188 300</u>		<u>95 448 559</u>	
<b>Outras variações no Património Líquido</b>				
Secretaria Regional da Saúde e Desporto				
Portarias de investimento	280 000	100,00%	360 856	100,00%
	<u>280 000</u>		<u>360 856</u>	
Tipo de transação	2020		2019	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Compra de matérias consumíveis</b>				
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	18 922	0,04%	9 440	0,03%
HOSPITAL DA HORTA	1 290	0,00%	208	0,00%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	2 741	0,01%	325	0,00%
	<u>22 953</u>		<u>9 974</u>	
<b>Aquisição de serviços externos</b>				
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	92 562	0,38%	67 603	0,24%
HOSPITAL DA HORTA	2 042	0,01%	-	0,00%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	5 886	0,02%	-	0,00%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	5 906	0,02%	125	0,00%
	<u>106 395</u>		<u>67 727</u>	

Tipo de transação	2020		2019	
	Quantia	% no total das transações	Quantia	% no total das transações
<b>Venda de matérias consumíveis</b>				
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	5 673	2,29%	7 493	2,62%
HOSPITAL DA HORTA	9 742	3,93%	6 678	2,33%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	258	0,10%	-	0,00%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	20 058	8,09%	16	0,01%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	3 088	1,25%	76	0,03%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	198	0,08%	2 470	0,86%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO CORVO	6	0,00%	3 348	1,17%
	<b>39 022</b>		<b>20 082</b>	
<b>Prestações de serviços</b>				
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	1 361 804	25,13%	149 544	1,60%
HOSPITAL DA HORTA	32 392	0,60%	21 079	0,23%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	74 808	1,38%	10 399	0,11%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	(8 025)	-0,15%	1 028 459	10,99%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	(1 963)	-0,04%	-	0,00%
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	151	0,00%	-	0,00%
	<b>1 459 166</b>		<b>1 209 481</b>	
<b>Outros rendimentos</b>				
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA	(10 305)	-1,29%	11 063	1,55%
HOSPITAL DA HORTA	20	0,00%	408	0,06%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	1 707	0,21%	720	0,10%
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	13 659	1,71%	15 373	2,15%
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	(3 125)	-0,39%	3 409	0,48%
	<b>1 955</b>		<b>31 274</b>	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos com partes relacionadas são apresentados conforme se segue:

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos com partes relacionadas são apresentados conforme se segue:

	31-12-2020	31-12-2019
<b>Cientes</b>		
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPEF	3 561 142	2 238 601
HOSPITAL DA HORTA, EPER	295 864	296 396
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	166 106	91 276
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	2 858 729	2 850 484
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA	2 636	2 636
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	3 544	3 620
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	-	1 963
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	21 228	24 353
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	1 288	1 288
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	495	1 009
CENTRO DE ONCOLOGIA DOS AÇORES	-	114
	<b>6 911 032</b>	<b>5 511 740</b>
<b>Fornecedores</b>		
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, EPEF	146 182	86 834
HOSPITAL DA HORTA, EPER	9 595	6 263
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SANTA MARIA	15 266	9 380
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL	813 056	815 616
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA	28 453	17 675
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA GRACIOSA	40 952	40 984
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO FAIAL	30 903	30 903
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO JORGE	7 279	4 255
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO PICO	106 866	86 056
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DAS FLORES	10 362	11 060
UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DO CORVO	2 208	-
	<b>1 211 122</b>	<b>1 109 027</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	-	<b>237 980 957</b>

## 20.6 - Pessoas chave da gestão

Conforme publicado na Resolução do Conselho do Governo n.º 30/2021, de 4 de fevereiro de 2021, e na Declaração de Retificação n.º 2/2021, de 5 de fevereiro de 2021, o Conselho do Governo nomeou, com efeitos a partir de 4 de fevereiro de 2021, as seguintes individualidades para integrar o Conselho de Administração:

Nome	Cargo
<b>Conselho de Administração</b>	
Maria Cristina Fraga Gomes Freire de Barros	Presidente
André Pereira da Silva Forjaz de Sampaio	Diretor Clínico
Lúcia de Fátima Vieira Cabral Rodrigues	Enfermeira Diretora
Márcio Francisco Chalin Pereira	Vogal
Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel	Vogal
<b>Fiscal Único</b>	
UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	Efetivo

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 29/2021, de 4 de fevereiro de 2021, e na Declaração de Retificação n.º 2/2021, de 4 de fevereiro de 2021, o Conselho do Governo resolveu dissolver o anterior Conselho de Administração, que tinha a seguinte composição:

Nome	Cargo	Data de Cessação
<b>Conselho de Administração</b>		
Margarida Ourique Fernandes Martins	Presidente	4-fev-2021
Emília Maria Oliveira Santos	Diretora Clínica	4-fev-2021
Aida Maria Tavares Resendes Dutra	Enfermeira Diretora	4-fev-2021
Ana Catarina de Medeiros Pimentel	Vogal	4-fev-2021
Paulo Renato Brito Machado	Vogal	4-fev-2021

Em 2020 e 2019, as remunerações atribuídas às pessoas-chave da gestão e membros próximos da família são assim resumidas:

	Em 31 de dezembro de 2020			Total
	Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	
Pessoas-chave da gestão (*)	5	416 732	26 040	<b>442 773</b>
Membros próximos da família	2	81 095	53 018	<b>134 114</b>
		<b>497 828</b>	<b>79 059</b>	<b>576 886</b>

(\*) Presidente, Diretora Clínica, Enfermeira Diretora e Vogais

20  
60527

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

	Número de pessoas	Remunerações fixas	Outras remunerações e compensações	Total
Pessoas-chave da gestão (*)	5	415 247	65 966	<b>481 213</b>
Membros próximos da família	2	76 626	75 550	<b>152 176</b>
		<b>491 873</b>	<b>141 516</b>	<b>633 389</b>

(\*) Presidente, Diretora Clínica, Enfermeira Diretora e Vogais

## NOTA 21 - RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra exclusivamente na atividade principal de prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do serviço regional de saúde e dos subsistemas de saúde, ou a entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

## NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentamos as seguintes divulgações relevantes:

### 23.1 - Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os Fornecimentos e serviços externos detalham-se conforme se segue:

	2020	2019
<b>Subcontratos</b>		
Internamentos	4 459 583	4 632 484
Deslocações de doentes	3 817 905	5 052 705
Meios complementares de terapêutica	2 994 706	4 717 200
Meios complementares diagnóstico	857 095	1 038 966
Aparelhos complementares de terapêutica	678 906	506 638
Assistência ambulatória	7 026	23 913
<b>Fornecimentos e serviços</b>		
Honorários	3 541 074	3 573 138
Limpeza, higiene e conforto	1 968 710	1 776 047
Conservação e reparação	1 889 263	2 311 365
Trabalhos especializados	1 477 142	1 729 840
Eletricidade	894 985	1 180 952
Transporte de mercadorias	309 118	159 944
Vigilância e segurança	284 400	223 480
Água	234 926	321 613
Comunicação	211 205	279 518
Deslocações e estadas	140 343	294 134
Rendas e alugures	117 518	103 413
Seguros	62 087	3 884
Serviços bancários	19 890	232 461
Livros e documentação técnica	9 125	2 199
Outros fornecimentos e serviços	234 773	118 685
	<b>24 209 779</b>	<b>28 282 577</b>

Como explicado na Nota 18.2.2 – Outras contas a pagar, foi realizada a especialização dos gastos ainda não faturados, no montante de 6.140.176 euros (em 2019, 1.203.985 euros), relacionados com:

	2020	2019
<b>Subcontratos</b>		
Internamentos	4 197 068	-
Deslocações de doentes	179 821	24 000
Meios complementares de terapêutica	460 000	60 773
Meios complementares diagnóstico	31 375	-
Aparelhos complementares de terapêutica	170 756	-
<b>Fornecimentos e serviços</b>		
Honorários	175 213	-
Limpeza, higiene e conforto	120 400	120 400
Conservação e reparação	20 633	-
Trabalhos especializados	725 000	998 812
Comunicação	59 909	-
	<b>6 140 176</b>	<b>1 203 985</b>

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 2020 e 2019, a rubrica de Deslocações de doentes incorpora, o montante de 875.496 euros (em 2019, 1.670.384 euros), referente às comparticipações recebidas do subsídio social de mobilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015 de 24 de março e regulamentado pela Portaria n.º 95-A/2015 de 27 de março.

## 23.2 - Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	416 428	426 148
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes		
Remuneração base, subsídio de férias e de natal		
Pessoal dirigente	504 621	288 697
Pessoal médico	11 985 335	11 456 931
Pessoal de enfermagem	10 700 997	10 409 983
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	2 471 386	2 149 810
Pessoal técnico superior de saúde	734 450	706 831
Pessoal técnico superior - outros	1 410 970	1 309 332
Pessoal assistente técnico	2 947 221	2 562 085
Pessoal assistente operacional	5 570 844	5 155 152
Pessoal de informática	192 544	213 975
Pessoal de investigação	-	377
Administradores hospitalares	-	297
Outro pessoal	80 759	46 927
Subsídio de refeição	1 745 744	1 672 282
Suplementos e prémios	414 861	335 975
	<u>38 759 734</u>	<u>36 308 654</u>
Abonos variáveis ou eventuais		
Trabalho extraordinário		
Pessoal médico	2 829 468	2 457 620
Pessoal de enfermagem	1 381 381	1 386 660
Pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica	70 005	67 233
Pessoal técnico superior de saúde	97 481	17 365
Pessoal técnico superior - outros	88 348	31 113
Pessoal assistente técnico	93 747	74 904
Pessoal assistente operacional	718 623	821 164
Pessoal de informática	620	739
Subsídio e abono de fixação de residência e alojamento	116 275	51 600
Ajudas de custo	104 596	142 667
Gratificações variáveis ou eventuais	975 570	844 409
Abono para falhas	1 035	1 035
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	6 592 617	5 622 120
Colaboração técnica e especializada	956 200	1 704 568
	<u>14 025 967</u>	<u>13 223 197</u>
Prémios para pensões	917 956	782 879
Encargos sobre remunerações	12 295 967	11 186 831
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	71 311	137 751
Outros gastos com o pessoal	153 426	90 199
	<u>66 640 788</u>	<u>62 155 658</u>

  
 60507

# Anexo às Demonstrações Financeiras

Nos períodos de 2020 e 2019, as remunerações atribuídas aos membros que integram os órgãos sociais são assim resumidas:

	2020	2019
Conselho de Administração	416 428	426 148
Fiscal Único	13 200	13 200
	<b>429 628</b>	<b>439 348</b>

Em 2020 e 2019, o número médio de trabalhadores é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Médicos	324	310
Enfermeiros	581	584
Outro pessoal	1 027	950
	<b>1 932</b>	<b>1 844</b>

### 23.3 - Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos, nos períodos de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	2020	2019
Rendimentos suplementares	120 716	222 189
Ganhos em inventários (Nota 10)	165 811	-
Correções relativas a períodos anteriores	82 044	121 487
Imputação de subsídios para investimentos (Nota 18.14)	180 486	-
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade operacional	3 011	-
Reembolsos e outros rendimentos operacionais	225 102	369 797
Outros rendimentos	22 811	-
	<b>799 980</b>	<b>713 473</b>

As correções relativas a períodos anteriores, referem-se a correções de natureza diversa de rubricas de balanço.

## 23.4 - Outros gastos

A rubrica de Outros gastos, nos períodos de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	2020	2019
Impostos diretos	79	27
Impostos indiretos	66 801	31 799
Dívidas incobráveis - Subsistemas de saúde (Nota 18.2.1)	9 650 716	-
Perdas em inventários - Covid-19 (Nota 10)	3 106 327	-
Correções relativas a períodos anteriores	442 711	36 545
Multas e penalidades	5 435	45 523
Outros gastos	10 337	13 872
	<b>13 282 407</b>	<b>127 766</b>

Tal como referido na Nota 18.2.1 – Clientes e utentes, o Orçamento do Estado para 2020, no seu artigo 271.º, considera que os encargos com as prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços dos Serviços Regionais de Saúde das Regiões Autónomas aos beneficiários da ADSE e restantes subsistemas públicos de saúde deverão ser suportados pelos orçamentos desses Serviços Regionais de Saúde. Neste sentido, a Resolução do Conselho do Governo n.º 90/2021, de 19 de abril de 2021, determinou a anulação da faturação aos subsistemas de saúde pelas unidades que integram o Serviço Regional de Saúde. Em 2020, a faturação emitida e posteriormente anulada por contrapartida de Outros gastos – créditos incobráveis, perfazia, o montante de 9.650.716 euros.

Conforme referido na Nota 10, a Circular Normativa n.º DRS-CNORM/2020/46, da Direção Regional da Saúde, determina que, o equipamento de proteção individual (EPI), adquirido, e cedido a título gratuito às entidades do sistema regional de saúde, deve reconhecido na demonstração dos resultados, na rubrica de Outros gastos – perdas em inventários. Em 31 de dezembro de 2020, o montante referente ao equipamento de proteção individual (EPI), adquirido e cedido a título gratuito, perfazia 3.106.327 euros.

As correções relativas a períodos anteriores, referem-se a correções de natureza diversa de rubricas de balanço, e, também, a encargos de anos anteriores que não foram especializados.

Na rubrica de Multas e penalidades estão reconhecidas diversas coimas relacionadas com o não cumprimento dos prazos legais na liquidação de impostos.

## 23.5 - Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e 2019, tinham a seguinte composição:

	2020	2019
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos bancários	1 500	648
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	670
	<b>1 500</b>	<b>1 318</b>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos	9 687	-
Juros de mora - Estado	185 650	382 361
Juros de mora - outros	4 329 124	503 469
	<b>4 524 461</b>	<b>885 830</b>

## Anexo às Demonstrações Financeiras

Os juros de mora debitados pelas entidades oficiais são predominantemente por atrasos ocorridos nos pagamentos de impostos e são apenas reconhecidos, regra geral, na data da sua liquidação. Contudo, em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos os juros de mora vencidos e não liquidados, devidos à Segurança Social no âmbito dos planos prestacionais, no montante de 48.984 euros (em 2019, 175.077 euros). No que respeita aos juros debitados pelos fornecedores e outros credores, são também registados quando liquidados, porque, regra geral, não são exigidos.

A rubrica Juros de mora - outros, contempla, essencialmente, os encargos com juros moratórios debitados no âmbito dos acordos de pagamento celebrados com alguns fornecedores no decorrer do ano de 2020 (Nota 18.2.2 - Fornecedores).

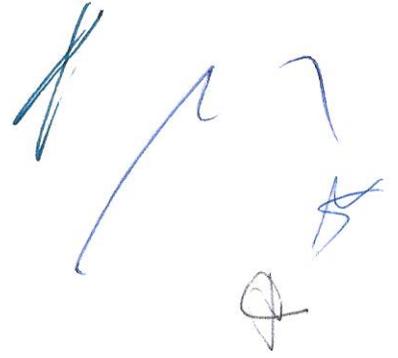
A CONTABILISTA CERTIFICADA

*Isabel Pereira de Almeida*  
60547

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Luís Pereira de Sousa Fojj de Sousa*  
Luís Rodrigues  
*[Signature]*

Página deixada em branco deliberadamente.



20  
60727

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## Demonstração do desempenho orçamental

unid: €

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (N)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Saldo de gerência anterior</b>								
	Operações orçamentais [1]	1 827 141,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1 827 141,97	-1 138 773,07
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	-671 720,57	-671 720,57	1 531 680,41
<b>Receita corrente</b>								
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,96
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,96
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e s	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	125 672,45	0,00	0,00	0,00	0,00	125 672,45	576 843,38
R4	Rendimentos de propriedade	946,73	0,00	0,00	0,00	0,00	946,73	837,31
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	0,00	141 413 948,17	93 020 378,86
R5.1	Transferências correntes	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	0,00	141 413 948,17	93 020 378,86
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	0,00	141 413 948,17	91 350 003,93
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	875 496,31	0,00	0,00	0,00	875 496,31	2 310,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	43 451,86	0,00	0,00	0,00	43 451,86	93 235,93
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	140 495 000,00	0,00	0,00	0,00	140 495 000,00	91 254 458,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 670 374,93
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	804 517,09	0,00	0,00	0,00	0,00	804 517,09	2 733 054,43
R7	Outras receitas correntes	183 652,95	0,00	0,00	0,00	0,00	183 652,95	35 694,33
<b>Receita de Capital</b>								
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	0,00	5 931 098,44	4 464 399,08
R9.1	Transferências de capital	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	0,00	5 931 098,44	4 464 399,08
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	0,00	5 931 098,44	4 464 399,08
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	0,00	5 931 098,44	4 464 399,08
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	20 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 000,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>1 134 789,22</b>	<b>147 345 046,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>148 479 835,83</b>	<b>100 831 212,35</b>
	<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48 675 049,46</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 675 049,46
	<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>2 961 931,19</b>	<b>147 345 046,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150 306 977,80</b>	<b>148 367 488,74</b>
	<b>Operações de tesouraria [8]</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 454 415,01</b>	<b>55 454 415,01</b>	<b>2 732 567,46</b>

20  
60547

## Demonstração do desempenho orçamental

unidade: €

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (N)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
<b>Despesa corrente</b>								
D1	Despesas com o pessoal	0,00	65 293 782,19	0,00	0,00	0,00	65 293 782,19	63 211 521,03
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	38 186 502,37	0,00	0,00	0,00	38 186 502,37	35 542 716,19
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	13 818 769,39	0,00	0,00	0,00	13 818 769,39	13 301 203,77
D1.3	Segurança Social	0,00	13 288 510,43	0,00	0,00	0,00	13 288 510,43	14 367 601,07
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	64 883 366,30	0,00	0,00	0,00	64 883 366,30	61 488 716,83
D3	Juros e outros encargos	0,00	3 239 472,32	0,00	0,00	0,00	3 239 472,32	1 023 995,98
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	0,00	117 482,95	0,00	0,00	0,00	117 482,95	317 115,06
<b>Despesa de Capital</b>								
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	1 252 170,72	0,00	0,00	0,00	1 252 170,72	1 588 909,10
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Despesa efetiva [5]</b>		<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>127 630 258,00</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18 910 088,77</b>
D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 910 088,77
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>		<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>146 540 346,77</b>
<b>Operações de tesouraria [C]</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 717 345,44</b>	<b>55 717 345,44</b>	<b>4 935 968,44</b>
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>								
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		2 961 931,19	12 558 772,13	0,00	0,00	0,00	15 520 703,32	1 827 141,97
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		0,00	0,00	0,00	0,00	-934 651,00	-934 651,00	-671 720,57
<b>Saldo global [2] - [5]</b>		<b>1 134 789,22</b>	<b>12 558 772,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13 693 561,35</b>	<b>-26 799 045,65</b>
Despesa primária		0,00	131 546 802,16	0,00	0,00	0,00	131 546 802,16	126 606 262,02
Saldo corrente		1 114 789,22	7 879 844,41	0,00	0,00	0,00	8 994 633,63	-29 674 535,63
Saldo de capital		20 000,00	4 678 927,72	0,00	0,00	0,00	4 698 927,72	2 875 489,98
Saldo primário		1 134 789,22	15 798 244,45	0,00	0,00	0,00	16 933 033,67	-25 775 049,67
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>		<b>2 961 931,19</b>	<b>147 345 046,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150 306 977,80</b>	<b>148 367 488,74</b>
<b>Despesa total [5] + [6]</b>		<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>146 540 346,77</b>

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas		Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
							Emitidos	Pagos	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
<b>Receita corrente</b>													
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	125 673,00	38 902,71	125 725,21	37 121,21	125 672,45	0,00	0,00	125 355,31	125 672,45	1 834,26	0,25%	99,75%
R4	Rendimentos de propriedade	947,00	0,00	946,73	0,00	946,73	0,00	0,00	946,73	946,73	0,00	0,00%	99,97%
R5	Transferências e subsídios correntes	141 413 949,00	0,00	141 413 948,17	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	141 413 948,17	141 413 948,17	0,00	0,00%	100,00%
R5.1	Transferências correntes	141 413 949,00	0,00	141 413 948,17	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	141 413 948,17	141 413 948,17	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1	Administrações Públicas	141 413 949,00	0,00	141 413 948,17	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	141 413 948,17	141 413 948,17	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	141 413 949,00	0,00	141 413 948,17	0,00	141 413 948,17	0,00	0,00	141 413 948,17	141 413 948,17	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	875 497,00	0,00	875 496,31	0,00	875 496,31	0,00	0,00	875 496,31	875 496,31	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.4	Segurança Social	43 452,00	0,00	43 451,86	0,00	43 451,86	0,00	0,00	43 451,86	43 451,86	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.5	Administração Regional	140 495 000,00	0,00	140 495 000,00	0,00	140 495 000,00	0,00	0,00	140 495 000,00	140 495 000,00	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R6	Venda de bens e serviços	804 519,00	74 086 449,71	11 888 073,05	73 300 437,77	804 517,09	0,00	0,00	511 096,18	804 517,09	11 879 567,90	36,47%	63,53%
R7	Outras receitas correntes	183 653,00	185 232,69	175 016,20	12 267,23	183 652,95	0,00	0,00	179 227,73	183 652,95	164 328,71	2,41%	97,59%
<b>Total das Receitas Corrente</b>		<b>142 528 741,00</b>	<b>74 310 585,11</b>	<b>153 613 709,36</b>	<b>73 349 826,21</b>	<b>142 528 737,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>142 230 574,32</b>	<b>142 528 737,99</b>	<b>12 045 730,87</b>	<b>0,21%</b>	<b>99,79%</b>
<b>Receita de Capital</b>													
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	5 931 099,00	0,00	5 931 098,44	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	5 931 098,44	5 931 098,44	0,00	0,00%	100,00%
R9.1	Transferências de capital	5 931 099,00	0,00	5 931 098,44	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	5 931 098,44	5 931 098,44	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1	Administrações Públicas	5 931 099,00	0,00	5 931 098,44	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	5 931 098,44	5 931 098,44	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	5 931 099,00	0,00	5 931 098,44	0,00	5 931 098,44	0,00	0,00	5 931 098,44	5 931 098,44	0,00	0,00%	100,00%
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R10	Outras receitas de capital	20 000,00	0,00	22 282,00	0,00	20 000,00	0,00	0,00	20 000,00	20 000,00	2 282,00	0,00%	100,00%
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>5 951 099,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 953 380,44</b>	<b>0,00</b>	<b>5 951 098,44</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 951 098,44</b>	<b>5 951 098,44</b>	<b>2 282,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
R11	Reposições não abataidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	1 827 142,00	0,00	1 827 141,97	0,00	1 827 141,97	0,00	0,00	1 827 141,97	1 827 141,97	0,00	0,00%	100,00%
<b>Total Geral</b>		<b>150 306 982,00</b>	<b>74 310 585,11</b>	<b>161 394 231,77</b>	<b>73 349 826,21</b>	<b>150 306 977,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150 008 814,53</b>	<b>150 306 977,80</b>	<b>12 048 012,87</b>	<b>0,20%</b>	<b>99,80%</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

CONTAS

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores		Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
		Períodos anteriores	Período corrente						Total	Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
<b>Despesa corrente</b>															
D1	Despesas com o pessoal	6 435 817,88	65 293 792,00	0,00	0,00	0,00	71 314 908,00	71 314 908,00	2 446 478,73	62 847 303,46	65 293 782,19	0,00	6 021 125,81	3,75%	96,25%
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	1 088 288,45	38 186 508,00	0,00	0,00	0,00	39 253 518,62	39 253 518,62	1 088 288,45	37 098 213,92	38 186 502,37	0,00	1 067 016,25	2,85%	97,15%
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	9 152,04	13 818 773,00	0,00	0,00	0,00	13 820 893,58	13 820 893,58	4 903,66	13 813 865,79	13 818 769,39	0,00	2 124,19	0,04%	99,96%
D1.3	Segurança Social	5 338 377,39	13 288 511,00	0,00	0,00	0,00	18 240 495,80	18 240 495,80	1 353 286,62	11 935 223,81	13 288 510,43	0,00	4 951 985,37	10,18%	89,82%
D2	Aquisição de bens e serviços	73 624 086,09	80 404 058,00	3 807 132,42	3 807 132,42	3 807 132,42	142 466 746,02	142 466 746,02	33 961 363,06	30 922 003,24	64 883 366,30	0,00	77 583 379,72	42,24%	38,46%
D3	Juros e outros encargos	972 610,94	3 239 474,00	0,00	0,00	0,00	4 962 002,72	4 962 002,72	398 284,55	2 841 187,77	3 239 472,32	0,00	1 722 530,40	12,29%	87,71%
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D5	Outras despesas correntes	18 375,34	117 484,00	0,00	0,00	0,00	130 937,35	130 937,35	36 806 126,34	117 482,95	117 482,95	0,00	13 454,40	0,00%	100,00%
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>81 050 890,25</b>	<b>149 054 808,00</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>218 874 594,09</b>	<b>218 874 594,09</b>	<b>36 806 126,34</b>	<b>96 727 977,42</b>	<b>133 534 103,76</b>	<b>0,00</b>	<b>85 340 490,33</b>	<b>24,69%</b>	<b>64,89%</b>
<b>Despesa de Capital</b>															
D6	Aquisição de bens de capital	629 055,19	1 252 174,00	0,00	0,00	0,00	2 002 917,20	2 002 917,20	428 599,64	823 571,08	1 252 170,72	0,00	750 746,48	34,23%	65,77%
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>629 055,19</b>	<b>1 252 174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 002 917,20</b>	<b>2 002 917,20</b>	<b>428 599,64</b>	<b>823 571,08</b>	<b>1 252 170,72</b>	<b>0,00</b>	<b>750 746,48</b>	<b>34,23%</b>	<b>65,77%</b>
<b>Despesas não efetivas</b>															
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
<b>Total das Despesas não efetivas</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>		<b>81 679 945,44</b>	<b>150 306 982,00</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>3 807 132,42</b>	<b>220 877 511,29</b>	<b>220 877 511,29</b>	<b>37 234 725,98</b>	<b>97 551 548,50</b>	<b>134 786 274,48</b>	<b>0,00</b>	<b>86 091 236,81</b>	<b>24,77%</b>	<b>64,80%</b>

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## 1. - Demonstrações previsionais

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, referente à das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Equadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais previstas na NCP 26, contudo apresentamos o orçamento aprovado referente ao ano 2020.

### Orçamento inicial para o ano 2020

Rubrica	Recebimentos	unid: € Total
<b>Receitas Correntes</b>		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	601 816
R5	Transferências correntes	96 590 000
R6	Venda de bens e serviços correntes	2 343 703
R7	Outras receitas correntes	983 785
<b>Total das Receitas Correntes</b>		<b>100 519 304</b>
<b>Receitas de Capital</b>		
R9	Transferências de capital	27 171 511
<b>Total das Receitas de Capital</b>		<b>27 171 511</b>
<b>Total - Receita</b>		<b>127 690 815</b>

Rubrica	Pagamentos	unid: € Total
<b>Despesas Correntes</b>		
D1	Despesas com o pessoal	63 094 403
D2	Aquisição de bens e serviços	63 452 207
D3	Juros e outros encargos	1 144 205
D5	Outras despesas correntes	-
<b>Total das Despesas Correntes</b>		<b>127 690 815</b>
<b>Despesas de Capital</b>		
D6	Aquisição de bens de capital	-
<b>Total das Despesas de Capital</b>		<b>-</b>
<b>Total - Despesa</b>		<b>127 690 815</b>



## 2. - Anexo às Demonstrações Orçamentais

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

### 2.1 - Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita em 2020. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- a) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- b) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.



# Anexo às Demonstrações Orçamentais

Rubrica	Descrição	Tipo	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas	unid.: €
<b>CORRENTE</b>								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	P	601 816	499	476 642	-	125 673	
R4	Rendimentos de propriedade	P	-	947	-	-	947	
R5	Transferências e subsídios correntes	P/M	96 590 000	22 207 782	-	22 616 167	141 413 949	
R5.1	Transferências correntes	P/M	96 590 000	22 207 782	-	22 616 167	141 413 949	
R5.1.1	Administrações Públicas	P/M	96 590 000	22 207 782	-	22 616 167	141 413 949	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	P	-	875 497	-	-	875 497	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	P	-	43 452	-	-	43 452	
R5.1.1.4	Administração Regional	P/M	96 590 000	21 288 833	-	22 616 167	140 495 000	
R6	Venda de bens e serviços	P	2 343 703	304 167	1 843 351	-	804 519	
R7	Outras Receitas Correntes	P	983 785	-	800 132	-	183 653	
<b>Total Corrente</b>			<b>100 519 304</b>	<b>22 513 395</b>	<b>3 120 125</b>	<b>22 616 167</b>	<b>142 528 741</b>	
<b>CAPITAL</b>								
R9	Transferências e subsídios de capital	P	27 171 511	-	21 240 412	-	5 931 099	
R9.1	Transferências de capital	P	27 171 511	-	21 240 412	-	5 931 099	
R9.1.1	Administrações Públicas	P	6 877 587	-	946 488	-	5 931 099	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	P	124 128	-	124 128	-	-	
R9.1.1.4	Administração Regional	P	6 753 459	-	822 360	-	5 931 099	
R9.1.3	Outras	P	20 293 924	-	20 293 924	-	-	
R10	Outras receitas de capital	P	-	20 000	-	-	20 000	
<b>Total Capital</b>			<b>27 171 511</b>	<b>20 000</b>	<b>21 240 412</b>	<b>-</b>	<b>5 951 099</b>	
R14	Saldo da gerência anterior	P	-	1 827 142	-	-	1 827 142	
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>1 827 142</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 827 142</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>127 690 815</b>	<b>24 360 537</b>	<b>24 360 537</b>	<b>22 616 167</b>	<b>150 306 982</b>	

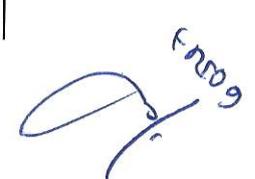
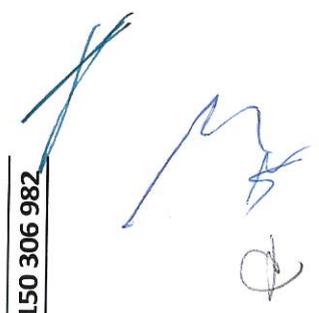
**2.2 - Alterações orçamentais da despesa**

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa em 2020. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- a) Permutativas (P) - quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;  
 b) Modificativas (M) - quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Rubrica	Descrição	Tipo	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Previsões		unid: €
							Corrigidas	Corrigidas	
<b>CORRENTE</b>									
D1	Despesas com o pessoal	P	63 094 403	4 379 681	2 180 292	-	-	65 293 792	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	P	38 126 195	978 839	918 526	-	-	38 186 508	
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	P	13 341 523	1 472 644	995 394	-	-	13 818 773	
D1.3	Segurança social	P	11 626 685	1 928 198	266 372	-	-	13 288 511	
D2	Aquisição de bens e serviços	P/M	63 452 207	8 692 385	14 356 701	22 616 167	-	80 404 058	
D3	Juros e outros encargos	P	1 144 205	3 218 545	1 123 276	-	-	3 239 474	
D5	Outras Despesas Correntes	P	-	117 484	-	-	-	117 484	
<b>Total Corrente</b>			<b>127 690 815</b>	<b>16 408 095</b>	<b>17 660 269</b>	<b>22 616 167</b>	-	<b>149 054 808</b>	
<b>CAPITAL</b>									
D6	Aquisição de bens de capital	P	-	1 252 174	-	-	-	1 252 174	
<b>Total Capital</b>			-	<b>1 252 174</b>	-	-	-	<b>1 252 174</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>127 690 815</b>	<b>17 660 269</b>	<b>17 660 269</b>	<b>22 616 167</b>	-	<b>150 306 982</b>	

63009

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## 2.3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam projetos de investimento de carácter plurianual.

## 2.4 – Operações de tesouraria

O quadro abaixo, permite explicar as operações que geraram influxos e efluxos de caixa, mas que não representam operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que tiveram expressão na tesouraria e na contabilidade do HOSPITAL.

Rubrica	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final	unid: €
<b>Cobrança/entrega de receita por conta de outrem</b>					
Retenções - transição SNC-AP	689 986,79	-	-	689 986,79	
Financiamentos bancários	-	52 352 048,14	52 352 048,14	-	
<b>Outras receitas/despesas de operações de tesouraria</b>	<b>(1 361 707,36)</b>	<b>3 102 366,87</b>	<b>3 365 297,30</b>	<b>(1 624 637,79)</b>	
	<b>(671 720,57)</b>	<b>55 454 415,01</b>	<b>55 717 345,44</b>	<b>(934 651,00)</b>	

A rubrica de Retenções - transição SNC-AP contempla as retenções dos descontos de vencimentos a entregar à ADSE, no montante 689.987 euros, relativos ao período de 2017.

A rubrica de Financiamentos bancários refere-se à dívida bancária, de 52.029.722 euros, e aos juros bancários, de 322.326 euros, que foram assumidos pela tutela, no âmbito da alínea d) do artigo 17.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro de 2020, que autorizou o Governo Regional a assumir a totalidade da dívida financeira dos hospitais EPER da Região Autónoma dos Açores.

Em 2020, as outras receitas/despesas de operações de tesouraria estão predominantemente relacionadas com os adiantamentos e respetivas regularizações, realizados no âmbito das aquisições de material de consumo clínico, necessário ao combate da pandemia de Covid-19, a fornecedores não habituais que exigiram o pré-pagamento ao fornecimento do material.



## **2. - Anexo às Demonstrações Orçamentais**

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

### **2.1 - Alterações orçamentais da receita**

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita em 2020. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- c) Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- d) Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

### **2.5 - Contratação administrativa**

#### **2.5.1 - Situação dos contratos**

Os contratos celebrados no período de relato ou em períodos anteriores, mas que foram objeto de execução financeira no período de relato, foram realizados ao abrigo dos acordos-quadro da central de compras da extinta SAUDAÇOR, prevista no Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro, ou foram dispensados da fiscalização prévia, prevista no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).



60507

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## 2.5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento

O quadro infra relatada a informação relativa a cada tipo de contrato, discriminada por tipo de procedimento de adjudicação:

Tipo de contrato	Concurso público		Consulta prévia		Ajuste direto		Total		unid: €
	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	N.º de contratos	Preço contratual	
Empreitada de obras públicas									
Aquisição de serviços	5	848 989,00			2	91 119,13	2	91 119,13	
Aquisição de equipamentos					41	1 874 831,84	46	2 723 820,84	
Aquisição de bens	4	304 127,27			150	5 205 575,09	150	5 205 575,09	
	<b>9</b>	<b>1 153 116,27</b>			<b>193</b>	<b>7 171 526,06</b>	<b>202</b>	<b>8 324 642,33</b>	

720  
60547

## 2.6 - Transferências e subsídios recebidos

O quadro que se segue relatada a informação detalhada relativamente às transferências correntes e de capital e subsídios obtidos:

Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	unid:€
<b>Transferências correntes</b>						
Portaria n.º 1163/2020 de 29 de junho de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	11 365 833,00	11 365 833,00	-	
Portaria n.º 1204/2020 de 6 de julho de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	1 100 000,00	1 100 000,00	-	
Portaria n.º 1286/2020 de 17 de julho de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 1483/2020 de 18 de agosto de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 1553/2020 de 31 de agosto de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	5 193 668,00	5 193 668,00	-	
Portaria n.º 1757/2020 de 24 de setembro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	12 659 501,00	12 659 501,00	-	
Portaria n.º 1758/2020 de 24 de setembro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	1 045 000,00	1 045 000,00	-	
Portaria n.º 183/2020 de 30 de janeiro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 2023/2020 de 20 de outubro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	13 019 501,00	13 019 501,00	-	
Portaria n.º 2269/2020 de 24 de novembro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	15 759 500,00	15 759 500,00	-	
Portaria n.º 2408/2020 de 21 de dezembro de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	12 659 500,00	12 659 500,00	-	
Portaria n.º 345/2020 de 4 de março de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 449/2020 de 18 de março de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 514/2020 de 26 de março de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	3 732 917,00	3 732 917,00	-	
Portaria n.º 581/2020 de 1 de abril de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	500 000,00	500 000,00	-	
Portaria n.º 639/2020 de 8 de abril de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	3 150 000,00	3 150 000,00	-	
Portaria n.º 645/2020 de 9 de abril de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	3 732 917,00	3 732 917,00	-	
Portaria n.º 725/2020 de 20 de abril de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 832,00	7 465 832,00	-	
Portaria n.º 881/2020 de 12 de maio de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	4 315 833,00	4 315 833,00	-	
Portaria n.º 889/2020 de 12 de maio de 2020	Contrato-programa	Secretaria Regional da Saúde	7 465 833,00	7 465 833,00	-	
Portaria n.º 20/2020 de 16 de janeiro de 2020	14ª Semana Educativo dos Açores para Jovens Diabéticos Tipo 1	Secretaria Regional da Saúde	1 250,00	1 250,00	-	
Portaria n.º 22/2020 de 16 de janeiro de 2020	Apoio ao 1º Encontro de Cancro da Mama dos Açores	Secretaria Regional da Saúde	2 500,00	2 500,00	-	
Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2019/A	Berço de Emprego	Fundo Regional do Emprego	20 175,20	20 175,20	-	
Resolução do Conselho do Governo n.º 13/2013 de 19 de fevereiro de 2013	PIIE	Fundo Regional do Emprego	19 526,66	19 526,66	-	
Portaria n.º 95-A/2015 de 27 de março	Subsídio social de mobilidade	Estado	875 496,31	875 496,31	-	
<b>Total</b>			<b>141 413 948,17</b>	<b>141 413 948,17</b>	<b>-</b>	

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

unid.: €

Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida
<b>Transferências de capital</b>					
Portaria n.º 2111/2020 de 3 de novembro de 2020	Equipamentos	Secretaria Regional da Saúde	280 000,00	280 000,00	-
Portaria n.º 2431/2020 de 23 de dezembro de 2020	CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	Secretaria Regional da Saúde	277 624,52	277 624,52	-
Portaria n.º 2432/2020 de 23 de dezembro de 2020	CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias	Secretaria Regional da Saúde	61 527,92	61 527,92	-
Portaria n.º 1649/2020 de 11 de setembro de 2020	Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	280 946,00	280 946,00	-
Portaria n.º 1949/2020 de 15 de outubro de 2020	Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	277 000,00	277 000,00	-
Portaria n.º 2000/2020 de 20 de outubro de 2020	Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	277 000,00	277 000,00	-
Portaria n.º 2259/2020 de 24 de novembro de 2020	Acessibilidade a Diagnóstico e Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	277 000,00	277 000,00	-
Portaria n.º 1903/2020 de 9 de outubro de 2020	Melhoria na Inovação Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	800 000,00	800 000,00	-
Portaria n.º 2001/2020 de 20 de outubro de 2020	Melhoria na Inovação Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	800 000,00	800 000,00	-
Portaria n.º 2002/2020 de 20 de outubro de 2020	Melhoria na Inovação Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	800 000,00	800 000,00	-
Portaria n.º 2364/2020 de 4 de dezembro de 2020	Melhoria na Inovação Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	800 000,00	800 000,00	-
Portaria n.º 324/2020 de 3 de março de 2020	Melhoria na Inovação Terapêutica	Secretaria Regional da Saúde	1 000 000,00	1 000 000,00	-
		<b>Total</b>	<b>5 931 098,44</b>	<b>5 931 098,44</b>	<b>-</b>
		<b>Total</b>	<b>147 345 046,61</b>	<b>147 345 046,61</b>	<b>-</b>

2.7 - Outras divulgações

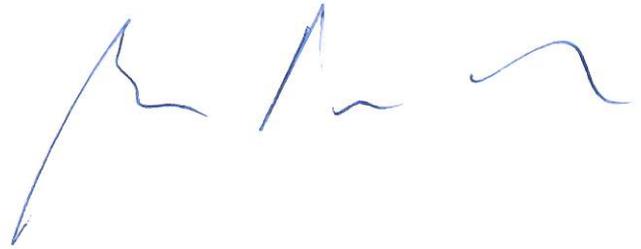
Os restantes procedimentos encontram-se submetidos na plataforma de prestação de contas do Tribunal de Contas.

-----  
A CONTABILISTA CERTIFICADA

Isabel Pereira de Sousa  
60567

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pereira da Silva  
Júlia Rodrigues

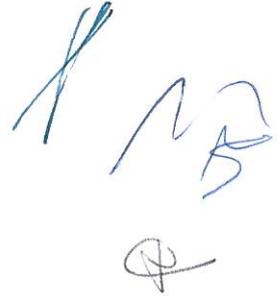




# Relatório & Contas 2020



# Certificação Legal de Contas



## Índice

Certificação Legal de Contas

05

---





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

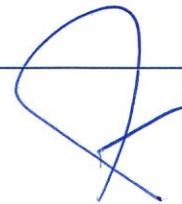
#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 115.414.079 euros e um total de fundos próprios de 9.854.068 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.337.077 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 6 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **HOSPITAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA, E.P.E.R.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Não dispomos de elementos que nos permitam comprovar que os ativos fixos tangíveis expressos nas demonstrações financeiras (com exceção dos terrenos e edifícios que foram objeto de avaliação livre em 2007) incluem todos os ativos afetos à atividade, nem nos foi possível confirmar que os valores de aquisição que se encontram contabilizados ao longo de diferentes exercícios, em conjunto com as respetivas depreciações estimadas, foram registados em consonância com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Como exceção dos montantes recebidos em 2020, os subsídios que financiaram a aquisição de alguns destes ativos foram integralmente registados em resultados. Na ausência de concordância entre os registos contabilísticos e os dados do cadastro constantes na aplicação de gestão, conjugada com a inexistência de uma inventariação física, justificativa da sua existência, não nos é possível concluir sobre o valor atual, destes ativos, reconhecido nas demonstrações financeiras.
2. Como divulgado na Nota 18.2.1 do anexo às demonstrações financeiras, as perdas por imparidades acumuladas de 4 668 555 euros destinam-se a cobrir exclusivamente os saldos de utentes que potenciam riscos de cobrabilidade. Acresce que esta nossa avaliação não comporta os saldos a receber relacionados com os serviços prestados às entidades e aos serviços do Sistema Regional de Saúde reconhecidos nas rubricas de Clientes, contribuintes e utentes, que ascendiam a 6.911.032 euros em 31 de dezembro de 2020, sobre os quais prevalece a incerteza sobre o montante a

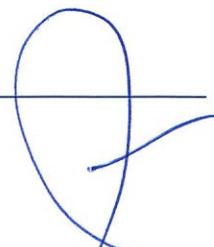


recuperar. Nestas circunstâncias, não é praticável quantificar os prejuízos que poderão advir da não cobrança das dívidas expressas nas demonstrações financeiras que venham a não ser reconhecidas pelas entidades devedoras.

3. Como expresso na legislação que aprovou o orçamento de Estado de 2021, os atos médicos prestados no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, designadamente aos beneficiários da ADSE e dos restantes subsistemas públicos de saúde são financeiramente suportados pela Região Autónoma dos Açores. Nos termos da Resolução do Conselho do Conselho de Governo nº 90/2021, de 19 de abril, a Entidade anulou, por contrapartida de resultados transitados e sem ter corrigido, por reexpressão retrospectiva, a informação comparativa das presentes demonstrações financeiras, os saldos que a este respeito transitavam de 2019 reconhecidos nas rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber, no montante de 58.261.145 euros (Nota 18.14). Acresce que os valores faturados em 2020 foram anulados pela rubrica de Outros gastos, no montante de 9.650.716 euros, estando assim a rubrica de Prestações de serviços sobrevalorizada em 3.751.333 euros (o montante de 5.899.383 euros registado na rubrica de Acréscimos de rendimentos do ano anterior foi incorretamente considerado nesta rubrica).

Entretanto, a Entidade já tinha anulado em 2010 os atos médicos prestados aos utentes do Sistema Regional de Saúde (SRS) no continente, que deveriam ser gratuitos, no cumprimento do princípio da reciprocidade nacional, e essas responsabilidades não têm sido reconhecidas nas demonstrações financeiras subsequentemente a 1 de janeiro de 2010. Nos termos da Lei nº 20/2016, de 15 de julho, que estabelece a gratuidade da prestação de cuidados de saúde, ficou determinado que o montante das dívidas nessa data existentes entre os dois sistemas de saúde seria resolvido por um grupo de trabalho criado na dependência do Ministro da Saúde e, nestas circunstâncias, não podemos concluir sobre o eventual impacto destes assuntos, se algum, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

4. Os saldos em dívida aos fornecedores, em algumas situações, encontram-se em mora por incumprimento dos prazos previstos nas condições de pagamento contratualmente estabelecidas. Não obstante as negociações com alguns fornecedores terem resultado no perdão ou na redução destes encargos financeiros, não nos foi possível determinar os encargos financeiros e de outra natureza, que poderão emergir desses atrasos, que ainda não foram conhecidos e aceites em referência a 31 de dezembro de 2020.
5. Em relação aos seus trabalhadores com vínculo à relação jurídica de emprego público, a Entidade suporta, na quota-parte correspondente à parcela da antiguidade não abrangida por descontos antes da sua integração no regime de função pública em relação à antiguidade global do trabalhador, a responsabilidade de complementar as pensões de reforma e sobrevivência definidas pela Caixa Geral de Aposentações. Como indicado na nota 19, os encargos do ano a este respeito liquidados à Caixa Geral de Aposentações totalizaram 917.956 euros (em 2019 – 782.879 euros). A



inexistência de um estudo atuarial impede-nos de avaliar a responsabilidade que a Entidade tinha com os complementos de pensões de reforma e de sobrevivência a pagar aos seus pensionistas e aos seus empregados no ativo em 31 de dezembro de 2020.

6. Existem processos judiciais a decorrer relacionados com pedidos de indemnização no montante de 5,3 milhões de euros (Nota 15) que, na resposta que nos foi facultada pelos advogados da Entidade, estavam em curso de resolução, pelo que não nos é possível nesta data concluir em que medida poderão resultar ajustamentos a este respeito às demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

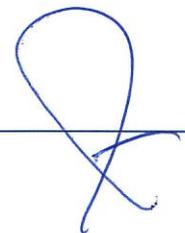
#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

Nos termos da Resolução do Conselho do Governo nº 298/2020, de 30 de dezembro, o património líquido que transitava de anos anteriores foi substancialmente melhorado através de uma operação de cobertura de prejuízos no montante de 290.009.798 euros, o qual incorpora, reportados a 1 de janeiro de 2020, os adiantamentos prestados e dos financiamentos bancários assumidos pela Região Autónoma dos Açores. Não obstante, as demonstrações financeiras da Entidade, preparadas em referência a 31 de dezembro de 2020, no pressuposto da continuidade das operações, apresenta fundos próprios de 9.854.068 euros, sendo-lhe aplicável as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. A capacidade da Entidade operar em continuidade depende da reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, condição necessária para se proceder à liquidação dos passivos financeiros nos prazos normais contratados e, excecionalmente, os encargos adicionais que decorrem da evolução do surto relacionado com o COVID 19. O financiamento para o ano de 2020 contratualizado com a tutela, através do contrato-programa para o triénio de 2019 – 2021, foi de 140.495.000 euros (nota 14).

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:



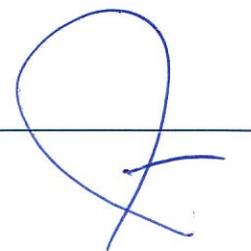
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza



material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem com a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 150.306.978 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 134.786.274 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto que:

1. O montante de compromissos assumidos é superior aos fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2020, que, conforme referido na secção “Incertezas material relacionada com a continuidade”, deriva do desequilíbrio entre a atividade exercida e o seu financiamento.
2. Na execução do orçamento o cabimento excedeu a dotação disponível, não cumprindo com o estabelecido no parágrafo 5 da NCP 26.

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, expeto que a Entidade não desenvolveu ainda as bases de um sistema de contabilidade de gestão, de acordo com a NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que define os requisitos gerais para a sua apresentação e divulgação.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2021



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas do **Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade, exceto que não apresentou a informação não financeira prevista nesse artigo.
4. As demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade, que presume que disponha recursos adequados para continuar as suas atividades. Como se infere, a posição patrimonial da Entidade encontra-se numa situação que exige que sejam concretizadas medidas previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. A recomposição dos fundos próprios é condição necessária para resolver alguns constrangimentos de natureza financeira e operacional que se colocam e que serão ainda mais exigentes em 2021 pelos efeitos causados pela crise pandémica, havendo assim a necessidade de incrementar as medidas financeiras que têm sido desenvolvidas.
5. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são os constantes no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e correspondem à correta avaliação do património

social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto nas matérias descritas na Certificação Legal das Contas emitida nesta data e que faz parte integrantes deste relatório.

7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

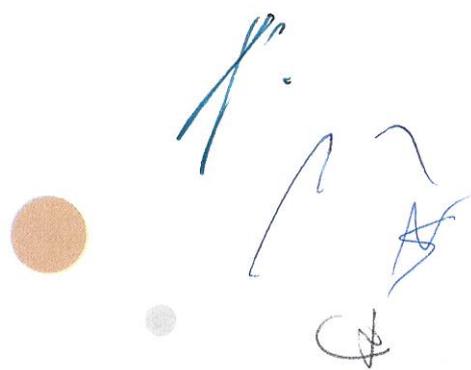
- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 28 de abril de 2021

  
**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

Relatório & Contas  
2020



Hospital do Divino  
Espírito Santo  
de  
Ponta Delgada, EPER



Avenida D. Manuel I, Matriz  
9500-370 Ponta Delgada

Hospital do Divino Espírito Santo de  
Ponta Delgada, EPER  
[www.hdes.pt](http://www.hdes.pt)